



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO INSTITUTO DE
CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE
CIÊNCIAS SOCIAIS EM DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE**

TESE DE DOUTORADO

QUESTÃO AGRÁRIA EM JOSÉ DE SOUZA MARTINS

BRUNO COSTA DA FONSECA

Sob a orientação da professora

Eli Napoleão de Lima

Tese de Doutorado apresentada à Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, área de concentração em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, para a obtenção do título de **doutor**.

Rio de Janeiro

Fevereiro de 2021

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

C676q Costa da Fonseca, Bruno, 01/05/1987-
Questão Agrária em José de Souza Martins / Bruno
Costa da Fonseca. - Rio de Janeiro, 2021.
246 f.

Orientadora: Eli Napoleão de Lima.
Tese(Doutorado). -- Universidade Federal Rural do Rio
de Janeiro, Pós-Graduação de Ciências Sociais em
Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, 2021.

1. Questão Agrária. 2. Reforma Agrária. 3.
Mediação. I. Napoleão de Lima, Eli, 11/03/1954-,
orient. II Universidade Federal Rural do Rio de
Janeiro. Pós-Graduação de Ciências Sociais em
Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade III. Título.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de financiamento 001.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento,
Agricultura e Sociedade (CPDA)

BRUNO COSTA DA FONSECA

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Ciências Sociais.

Tese aprovada em 26/02/2021.

Conforme deliberação número 001/2020 da PROPPG, de 30/06/2020, tendo em vista a implementação de trabalho remoto e durante a vigência do período de suspensão das atividades acadêmicas presenciais, em virtude das medidas adotadas para reduzir a propagação da pandemia de Covid-19, nas versões finais das teses e dissertações as assinaturas originais dos membros da banca examinadora poderão ser substituídas por documento(s) com assinaturas eletrônicas. Estas devem ser feitas na própria folha de assinaturas, através do SIPAC, ou do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) e neste caso a folha com a assinatura deve constar como anexo ao final da tese / dissertação.

Prof.^a Dr.^a ELI DE FATIMA NAPOLEAO DE LIMA (CPDA/UFRRJ)
(Orientadora)

Prof.^a Dr.^a LEONILDE SERVOLO DE MEDEIROS (CPDA/UFRRJ)

Prof.^a Dr.^a REGINA ANGELA LANDIM BRUNO (CPDA/UFRRJ)

Prof. Dr. MARCELO LELES ROMARCO DE OLIVEIRA (UFV)

Prof.^a Dr.^a DORA VIANNA VASCONCELLOS (UFRRJ)

Prof. Dr. RICARDO JOSÉ DE AZEVEDO MARINHO (Unyleya Educacional &
Instituto Devecchi)

*Dedico este trabalho ao professor
Raimundo Santos (in memoriam),
incansável em seus estudos sobre o
Pensamento Social Brasileiro.*

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, por ter-me proporcionado o dom da vida. Por mostrar que sou capaz independente das dificuldades que a vida impõe.

Ao meu orientador Raimundo Santos (*in memoriam*) pela paciência, pelos ensinamentos e por ter sido compreensível nos momentos em que mais precisei. Intelectual inigualável, com uma trajetória acadêmica que é referência. Foi uma honra ter sido seu orientando, obrigado por tudo.

À professora Eli Napoleão, que aceitou orientar este trabalho na reta final em meio às adversidades. Obrigado por me acolher, pelos ensinamentos e incentivos!

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo recurso financeiro cedido que permitiu a realização deste trabalho. Em tempos de desmonte da universidade pública e descrença para com a ciência, poder ter contado com uma bolsa foi um privilégio.

Ao programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ), pela oportunidade do doutoramento.

Aos professores Leonilde Medeiros, Regina Bruno, Dora Vianna, Marcelo Romarco e Ricardo Marinho, por terem aceitado participar da banca avaliadora. Serei sempre grato a todas as contribuições de melhorias.

Aos professores do CPDA/UFRRJ por tanto conhecimento transmitido neste tempo de doutoramento. Sem dúvida, poder ter acesso a alguns dos melhores professores do Brasil no âmbito da sociologia rural contribuiu muito em minha formação.

Aos funcionários terceirizados do CPDA/UFRRJ, por toda presteza nesses quatro anos. Sempre solidários com as demandas dos alunos.

Às professoras Regina Bruno e Carmem Adriolli pela oportunidade de fazer o estágio ensino na disciplina “Política e relações de poder no Campo”, no curso de Licenciatura em Educação do Campo - UFRRJ. Obrigado por todo aprendizado. Que experiência incrível!

À minha família pela compreensão e por terem acreditado em mim, sobretudo, à minha mãe, que nunca mediu esforços para que chegasse a este momento.

À turma de doutorado 2016-1, por dividirem momentos únicos nestes quatro anos.

Aos meus amigos Renner Coelho e Ingrid Miranda. Nunca poderei pagar pelo que vocês fizeram por mim em minha estadia no Rio de Janeiro. Obrigado por tudo! Ao Renner, em especial, que é a pessoa mais desapegada da vida material que já conheci. Um irmão que conquistei e que quero levar para vida toda.

Aos meus ex-alunos dos cursos de Gestão de Cooperativas, Gestão de Turismo e Tecnologia em Logística, da Universidade Federal do Tocantins (UFT), por todo carinho concedido a mim nesses últimos dois anos. Vocês fizeram parte da melhor fase da minha vida.

Aos meus colegas-professores do colegiado do curso de Gestão de Cooperativas (UFT), pelo apoio em minha estadia na cidade de Araguaína (TO), sobretudo, às professoras Roseni Moura e Poliana Martins que muito me ajudaram nesses últimos dois anos.

Às pessoas tão especiais que conheci na cidade de Araguaína, especialmente à Ana Cassia, Ana Julia, Deuzivania, Raires, Rafael, Elisângela, Kênia, Jaime, entre tantas outras que não caberiam aqui neste documento. Obrigado!

Aos meus ex-orientadores Marcelo Romarco e Ana Louise, do Departamento de Economia Rural (DER/UFV), por fazerem parte deste momento, haja vista que a carreira acadêmica é uma trajetória. Já fiz esse agradecimento em minha Dissertação de Mestrado, mas faço questão de repetir aqui, pela importância que esses professores tiveram em minha formação. Sem eles não teria chegado até aqui.

Aos meus colegas de trabalho do SESCOOP-RJ. Obrigado por essa experiência incrível de poder contribuir para um Rio + Coop. Especialmente à equipe de Monitoramento e Desenvolvimento de Cooperativas, pelo companheirismo no dia a dia, e a minha gerente Jerusa Marques, por tanto apoio e incentivo.

Ao professor José de Souza Martins, pois, embora não o tenha conhecido pessoalmente, suas publicações tiveram o poder de mudar substancialmente minha visão crítica sobre o mundo. A dedicação e o amor que ele tem pela pesquisa emana de suas obras.

Por fim a todos as pessoas que, de certa forma, nessa longa trajetória da vida, deixam um pouquinho de si em nós.

Periferia venceu!!!

*“Na verdade, a Questão Agrária engole a todos e a tudo, quem sabe e quem não sabe, quem vê e quem não vê, quem quer e quem não quer”
(José de Souza Martins).*

BIOGRAFIA

Bruno Costa da Fonseca, filho de Antônio de Fátima Fonseca e Maria Aparecida da Fonseca, nasceu em 1º de maio de 1987, em São Gonçalo, Rio de Janeiro. No ano de 1990, mudou-se para a cidade de Viçosa, Minas Gerais. Coursou até a 4ª série do ensino fundamental na Escola Estadual Professor Sebastião Lopes de Carvalho. Da 5ª série do ensino fundamental à 8ª série, estudou na Escola Municipal Edmundo Lins, e do 1º ano ao 3º ano do ensino médio, alternou seus estudos entre as escolas estaduais Doutor Raimundo Alves Torres e Effie Rolfs. No ano de 2009, ingressou no curso de bacharelado em Cooperativismo, da Universidade Federal de Viçosa. Durante a graduação, foi bolsista de Iniciação Científica PIBIC/CNPq na área de reprodução social em reassentamentos e conflitos socioambientais. Atuou como monitor das disciplinas Contabilidade em Cooperativas e Desenvolvimento de Comunidades, do Departamento de Economia Rural - UFV. Atuou em projetos de extensão com as temáticas economia solidária e organização social contra construção de barragens. Em 2014 iniciou o mestrado no Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, do Departamento de Economia Rural - UFV. Em 2016, iniciou o doutorado no Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - CPDA/UFRRJ.

RESUMO

FONSECA, Bruno Costa da. **Questão Agrária em José de Souza Martins**. 2021. 248p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2021.

Este trabalho tem por escopo analisar parte da produção científica do sociólogo José de Souza Martins, especialmente, no que se refere ao registro da Questão Agrária. Martins é um dos principais autores do tema e suas publicações possuem forte influência sobre a sociologia rural e o Pensamento Social Brasileiro como um todo. Inspirado pela dialética *marxiana* refinada de Henri Lefebvre, o autor procura evidenciar as contradições impostas pela expansão do capitalismo no campo e toda a complexidade que disso deriva. Assim, Martins vê no protagonismo dos trabalhadores rurais a chave para superação das contradições históricas, ao passo que a Igreja seria a principal interpeladora desse processo, haja vista que, ao contrário de outros mediadores, buscava atender às reais necessidades dos sujeitos do campo. Não obstante, em meados da década de 1990, Martins se afasta da Igreja, entendendo que esta passou a “partidarizar” a Questão Agrária e juntamente com o MST e o PT almejava um projeto de revolução aquém das necessidades imediatas dos trabalhadores rurais. Convergente com o projeto de Reforma Agrária do Governo de Fernando Henrique Cardoso, que visava retomar o controle da terra por meio da regularização fundiária, Martins critica a defecção de diálogo (a reboque de uma oposição ideológica) e a demanda por uma reforma radical de setores da esquerda. Além disso, Martins se tornou um dos principais críticos do Governo do PT ainda no início do século XXI, exaltando sua deterioração face aos acordos políticos firmado e à insuficiência para com as questões do campo.

Palavras-chave: Questão Agrária; Reforma Agrária; mediação rural.

ABSTRACT

FONSECA, Bruno Costa da. **Agrarian Question in José de Souza Martins**. 2021. 248p. Thesis (Doctorate in Social Sciences). Graduate Program in Development, Agriculture and Society, Federal Rural University of Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2021.

This work aims to analyze part of the scientific production of sociologist José de Souza Martins, especially with regard to the registration of the Agrarian Question. Martins is one of the main authors of the theme and his publications have a strong influence on rural sociology and Brazilian Social Thought as a whole. Inspired by Henri Lefebvre's refined Marxian dialectic, the author seeks to highlight the contradictions imposed by the expansion of capitalism in the countryside and all the complexity that derives from it. Thus, Martins sees the role of rural workers as the key to overcoming historical contradictions, while the Church would be the main questioner of this process, given that, unlike other mediators, it sought to meet the real needs of rural subjects. Nevertheless, in the mid-1990s, Martins distanced himself from the Church, understanding that it began to "partisanize" the Agrarian Question and, together with the MST and the PT, he wanted a revolution project that fell short of the immediate needs of rural workers. Convergent with the Fernando Henrique Cardoso government's Agrarian Reform project, which aimed to regain control of land through land regularization, Martins criticizes the defection of dialogue (in the wake of an ideological opposition) and the demand for a radical reform of sectors from the left. Furthermore, Martins became one of the main critics of the PT government in the beginning of the 21st century, exalting its deterioration in the face of political agreements signed and its insufficiency with regard to rural issues.

Keywords: Agrarian Question; Land reform; rural mediation.

LISTA DE SIGLAS

ABRA - Associação Brasileira de Reforma Agrária

APL - Academia Paulista de Letras

CDDH - Centro de Defesa dos Direitos Humanos

CEBs - Comunidades Eclesiais de Base

CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e Caribe

CNA - Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil

CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CONAETI - Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil

CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares

CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil

CPT - Comissão Pastoral da Terra

DATALUTA - Banco de Dados da Luta pela Terra

DER - Departamento de Economia Rural

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

EUA - Estados Unidos da América

FFLCH - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

FGV - Fundação Getúlio Vargas

FHC - Fernando Henrique Cardoso

FUNAI - Fundação Nacional do Índio

GERA - Grupo Especial da Reforma Agrária

IHU - Instituto Humanitas Unisinos

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

ISEB - Instituto Superior de Estudos Brasileiros

M² - Metro Quadrado

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

MOBRAL - Movimento Brasileiro de Alfabetização

MPL - Movimento Passe Livre

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

MTb - Ministério do Trabalho

ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

OIT - Organização Internacional do Trabalho

ONU - Organização das Nações Unidas

PCB - Partido Comunista Brasileiro

PDT - Partido Democrático Trabalhista

PIBIC - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica

PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PP - Partido Progressista

PSB - Pensamento Social Brasileiro

PT - Partido dos Trabalhadores

PTB - Partido Trabalhista Brasileiro

RDH - Relatório de Desenvolvimento Humano

SUDAM - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

UFPB - Universidade Federal da Paraíba

UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

UFT - Universidade Federal do Tocantins

UFV - Universidade Federal de Viçosa

UNESP - Universidade Estadual Paulista

UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas

URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

USCS - Universidade Municipal de São Caetano do Sul

USP - Universidade de São Paulo

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Representações teóricas a serem analisadas nas obras de Martins.....	31
Figura 2 - Tipologia de Harré.....	38

LISTA DE TABELA

Tabela 1 - Relação ocupação <i>versus</i> criação de assentamentos	79
---------------------------------------------------------------------------------	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
1.1 COLOCAÇÕES SOBRE O PROBLEMA.....	26
1.2 OBJETIVO GERAL.....	30
1.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	30
1.3 CATEGORIAS TEÓRICAS EM JOSÉ DE SOUZA MARTINS	31
1.4 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO	41
CAPÍTULO II - A QUESTÃO AGRÁRIA E ALGUMAS CONSIDERAÇÕES CONCEITUAIS.....	43
2.1 QUAL É A QUESTÃO AGRÁRIA?.....	43
2.2 QUESTÃO AGRÁRIA NOS CLÁSSICOS NACIONAIS	51
2.3 E PARA MARTINS?	62
2.4 ZANDER NAVARRO.....	67
2.5 REFORMA AGRÁRIA E MEDIAÇÃO	76
2.6 ENTÃO, É POSSÍVEL DEFINIR UMA QUESTÃO AGRÁRIA?.....	86
CAPÍTULO III - O DEBATE TEÓRICO DE MARTINS NA DÉCADA DE 1980	89
3.1 QUANDO O TRABALHO SE TORNA LIVRE, A TERRA SE TORNA ESCRAVA	89
3.2 O DEBATE AGRÁRIO E A CRÍTICA À ESQUERDA LENINISTA.....	92
3.3 EXPROPRIAÇÃO, EXPLORAÇÃO E PROJETOS DE REFORMA AGRÁRIA NOS ANOS 1980	103
3.4 FRENTE DE RESISTÊNCIA NO CAMPO: ATORES E ESTRATÉGIAS DE AÇÃO COLETIVA.....	115
CAPÍTULO IV – EXPANSÃO CAPITALISTA NAS REGIÕES DE FRONTEIRA	132
4.1 FRENTE PIONEIRA E FRENTE DE EXPANSÃO	132
4.2 À CHEGADA DO ESTRANHO	142
4.3 TERCEIRA ESCRAVIDÃO E A PEQUENA ACUMULAÇÃO DE CAPITAL	150
CAPÍTULO V - ABERTURA POLÍTICA E RESSIGNIFICAÇÃO DA QUESTÃO AGRÁRIA	159
5.1 O PACTO POLÍTICO E A MANUTENÇÃO DO PODER.....	159
5.2 ROMPIMENTO COM A IGREJA	164
5.3 QUESTÃO AGRÁRIA NO GOVERNO FHC E ASCENSÃO DO MST.....	174
CAPÍTULO VI - QUANDO O DIÁLOGO SE TORNA IMPOSSÍVEL	183
6.1 PROBLEMAS DA MEDIAÇÃO SOCIAL PÓS-SÉCULO XXI.....	183
6.2 FIM DA “PROMESSA” E A ATUAÇÃO DO PT	189
CONSIDERAÇÕES FINAIS	199
REFERÊNCIAS.....	206
ANEXOS	215

BIOGRAFIA DE JOSÉ DE SOUZA MARTINS	215
TRAJETÓRIA INTELECTUAL DE JOSÉ DE SOUZA MARTINS	216
PRODUÇÃO INTELECTUAL DE JOSÉ DE SOUZA MARTINS.....	233
Índice remissivo.....	243

INTRODUÇÃO

Um autor clássico é um autor imprescindível pela universalidade de suas formulações e inovações teóricas. O clássico é o único, o que abriu um caminho original de compreensão da realidade, de produção do conhecimento, definiu uma perspectiva nova, o que formulou problemas de indagação teórica numa perspectiva original e inovadora¹.

José de Souza Martins possui uma contribuição *sui generis* para sociologia do mundo rural e para o Pensamento Social como um todo, admitindo-se, à luz de uma discussão conceitual e pragmática, que não é possível compreender a formação sociocultural do país sem entender as constantes mudanças arroladas no mundo rural. A sociologia de Martins se caracteriza intensamente por uma orientação investigativa em prol de uma *intelligentsia* enredada com a história e o instinto, isto é, uma sociologia preocupada em problematizar a condição humana e reinventar a produção científica com base no enfrentamento empírico e teórico. Herdeiro de uma trajetória intelectual de Florestan Fernandes, Martins retoma, aos moldes de Florestan, o esforço de construir uma sociologia arraigada, apropriada para analisar as circunstâncias que se projetam na sociedade brasileira, evitando-se a incorporação descontrolada e sem viés crítico de teorias produzidas em outras condições históricas, externas as problemáticas de nossa realidade sociocultural.

Arquiteta, por assim dizer, uma sociologia marcada por forte influência da dimensão etnográfica e antropológica, fundamentada pela experiência histórica e não somente em uma sociologia colonizada, transposta de esquemas sintéticos produzidos na Europa e nos Estado Unidos da América. Nesse sentido, Martins sempre foi crítico de uma sociologia impressionista, afastada da realidade - tal como era produzida no Brasil. Com o surgimento das ciências sociais no Brasil, ele foi um dos publicistas que contribuíram para criação de uma teoria própria, cabível a nossa realidade, e não apenas impor ao quadro brasileiro uma sociologia nascida na América do Norte ou na Europa. Trata-se, portanto, de uma sociologia modular que

¹ MARTINS, José de Souza. Entrevista com José de Souza Martins. Entrevista concedida a Isabel Furlan Jorge e Romulo Lelis. Primeiros Estudos, São Paulo, n. 3, 2012, p. 223.

se transforma à medida que ocorre uma resignificação dos rumos da própria sociedade; com acompanhamento das mutações endógenas de uma estrutura social complexa e flexível.

Martins fez parte de um grupo de pensadores da chamada Escola Sociológica de São Paulo, o qual instaurou uma ruptura nas ciências sociais e teve como mentor o próprio Florestan Fernandes. Havia nesse grupo uma relação nítida e enriquecedora entre teoria e práxis, ao passo que a teoria não fazia sentido algum se não fosse projetada para indagar e conhecer o mundo. A teorização passou a existir, assim, para tentar problematizar a realidade e criar uma conexão crítica, noutra via da tradição do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), cuja agenda, à época, era muito próxima à agenda do Estado brasileiro.

A tradição crítica de leitura da realidade brasileira uspiana foi apropriada por Martins, baseada na dialética marxiana, além de também adotar uma orientação metodológica do resgate que dela fez Henri Lefebvre². Diante disso, faz-se necessário recorrer ao aspecto fundamental do que Martins intitula como teoria das transformações sociais, capaz de reproduzir um reencontro com dialética marxiana. Essa releitura por Martins trata-se de pensar Marx como um autor inconcluso, um pensador que sintetizou indagações fundamentais (mas situacionais) do seu tempo a partir de uma reflexão dialética, a qual tem de ser recuperada no entendimento das transformações sociais ocorridas no Brasil. Esse exercício se configura, diga-se de passagem, em uma crítica proeminente de Martins à visão estruturalista e positivista do Marxismo, que só viu lugar em um tempo estritamente linear.

Martins, insaciável leitor de Lefebvre, reitera que o tempo de reprodução do capital é o tempo da contradição, não apenas da contradição comum dos interesses opostos, tal como pelas classes sociais, mas de temporalidades desencontradas e, dessa forma, de realidades sociais que se desenvolvem em ritmos diferentes, ainda que a partir das mesmas contradições históricas³. Constitui essencialmente considerar as propriedades de uma chave explicativa do “desenvolvimento desigual

² MARTINS, José de Souza. Henri Lefebvre e o retorno à dialética. 1ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

³ MARTINS, José de Souza. Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Hucitec, 1997.

do capitalismo” encontrada em Lenin, porém, através de um filtro teórico díspar, proposto por Lefebvre. Essa releitura e apropriação conveniente de Marx era um esforço de Martins para recuperar o “lugar” do método dialético.

Outra tradição advinda da Escola Sociológica de São Paulo, a qual Martins se apropriou, é o debate público, mas não apenas um debate unilateral e passivo, de adesão a qualquer custo, advinda de uma relação ingênua com as questões postas à luz das discussões, tampouco uma aderência sem distanciamento crítico a qualquer tipo de pensamento hegemônico. Em uma espécie de guerra fria com os isebianos, para Martins e seu grupo, a agenda pública não era o lugar do Estado, de alguns grupos ou de partidos, e, sobretudo, um lugar de inquirição do mundo, é o lugar das pautas marginais: da violência, da fronteira, da escravidão moderna, isto é, das circunstâncias que não estavam contempladas pelo debate público e elitizado da época.

Apesar de dar segmento às tradições críticas uspianas e, por consequência, herdada de Florestan Fernandes, a sociologia de Martins é desenhada por uma originalidade que transcende a sua própria utilização pelas ciências sociais. Inspirado em um método criativo e em uma dialética viva, o que deu unidade a suas obras foi “[...] a investigação da historicidade nas diferentes manifestações da vida social, isto é, a identificação das condições e fatores da mudança social nos diferentes âmbitos da realidade, mesmo na realidade mínima e cotidiana”⁴.

Assim, a originalidade presente nas obras de Martins traz consigo um conjunto de propostas teóricas possíveis para compreender as singularidades do capitalismo brasileiro e suas implicações sobre as relações de produção, bem como nas relações entre trabalho e terra constituídas no campo. É importante ressaltar que Martins chama atenção em suas obras para o fato de que o desenvolvimento do capitalismo no Brasil não seguiu o modelo consagrado na literatura especializada – e, via de regra, estrangeira -, e que as determinações da origem do capitalismo entre nós não poderiam ser ignoradas se quisermos compreender suas contradições históricas e bloqueios estruturais que até hoje nos desafiam a criar mais do que imitar⁵.

⁴ MARTINS, José de Souza. A sociologia como aventura: memórias. São Paulo: Editora Contexto, 2013, p. 40.

⁵ MARTINS, José de Souza. O cativo da terra. São Paulo: Hucitec, 1979.

Existe nas publicações de Martins uma importância única no que compete à acuidade das determinações históricas no ajustamento de uma formação econômica e social, o que remete, por consequência, à valorização da dimensão da historicidade em todos os seus textos. É possível perceber isso tanto nas reflexões sobre a produção não capitalista das relações de produção quanto na discussão acerca da presença de um dualismo⁶ que marca as interpretações da sociedade brasileira, ou na análise sobre as origens do campesinato no Brasil, aos quais Martins faz o esforço teórico-conceitual de destacar as diferenças com relação ao campesinato europeu⁷. Trata-se de um exercício permanente de reflexão sobre o mundo rural, não como um mundo à parte, mas como integrante do desenvolvimento capitalista fundamentalmente desigual. O capitalismo desigual traria uma preocupação elementar de discutir a *margem* e não o *centro*, o *camponês* e não o *proletariado*.

Em uma de suas formulações incontornáveis, Martins alerta reiteradamente aqueles que apreciam sua obra para os efeitos do uso especulativo da terra e do rentismo⁸ sobre os processos sociais no campo. O autor argumenta sucessivamente que os bloqueios a modernização eram provenientes fundamentalmente da singularidade da reprodução ampliada do capital sob as condições específicas de uma sociedade colonial e escravocrata que fizeram da renda e do tributo da terra um modo bastante particular de acumulação. Ou seja, majoritariamente o capitalismo no Brasil estabeleceu-se pela sujeição da terra ao capital.

⁶ Martins, na obra “As coisas no lugar: da ambiguidade na reflexão sociológica sobre a relação cidade-campo” (1981b), preocupou-se em discutir a dualidade urbano-rural ou campo-cidade, que recorrentemente tem sido palco de discussões conceituais na sociologia e em outras disciplinas, como na geografia e na antropologia. Martins, na esteira de uma epistemologia crítica, discute a apropriação da qual se tem feito na área do conhecimento sobre os problemas sociais no campo, evidenciando uma superioridade de temas como *urbano*, *cidade*, *indústria*, sobre temas como *rural*, *campo* e *agricultura*. Para o autor, o próprio surgimento de uma sociologia – a sociologia rural - específica para estudar o mundo rural denuncia essa assimetria dicotômica. “Martins mostra que o debate sobre o que é rural e urbano, sobre como delimitá-lo normativamente etc. é uma discussão inócua que, no fundo, decorre de uma ideologia, uma forma de ver o mundo e construir os objetos do conhecimento” (SCHNEIDER; BLUME, 2004, p. 3).

⁷ MARTINS, José de Souza. Os camponeses e a política: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo histórico. Petrópolis: Vozes, 1981.

⁸ MARTINS, José de Souza. O poder do atraso: ensaios da sociologia lenta. São Paulo: Hucitec, 1994.

Da mesma forma que para Martins importa entender as contradições que o capitalismo impõe sobre a história da formação social brasileira, salienta, em suas obras, a pertinência em analisar o cotidiano e o homem simples. Isso se dá pelo fato de que, para ele, o cotidiano é uma possibilidade de compreensão dos grandes acontecimentos históricos, pois, paradoxalmente, a história é vivida e decifrada, *a priori*, pela vida cotidiana. Configura-se, portanto, na ideia de trabalhar “[...] essas duas dimensões do processo social e histórico, que é reconhecer o cotidiano na História e a História no cotidiano, conjuntamente, simultaneamente”⁹. Martins se sobressai mais uma vez ao retomar Marx, enquanto um sociólogo do cotidiano, a partir de uma ponte feita por Lefebvre, em texto menos conhecidos.

Na investigação do processo histórico do homem comum, Martins propõe que a vida cotidiana não pode ser compreendida apenas pelos limites circunscritos da vida doméstica, do lar e da família. Além disso, seus significados não podem ser lidos pelo íntimo, pela vida rotineira e repetitiva, colocando o cotidiano como um fenômeno banal, prementemente advindo do senso comum. Em termos metodológicos significa traçar um panorama circunstancial, que diz sobre um lugar de fala e tempo bastante específico, cujo núcleo do cotidiano consiste no ponto central da história da práxis, que, com efeito, reside na explicação do sentido da vida para as pessoas que dela fazem parte, com relações históricas complementares e diferentes. Nesse contexto, “[...] ao sociólogo cabe apenas desvendar a circunstância historicamente precisa de falas e atos, para captar-lhes o verdadeiro sentido, referi-los às ocultações do processo social”¹⁰

A historicidade e o cotidiano conformam o que há de mais complexo e lúcido na sociologia singular de Martins. Embora essa concepção teórica tenha feito parte dos estudos de Martins sobre o subúrbio paulista, foi na análise do homem simples do campo que o autor encontrou maiores evidências para explicar o processo de modernização e todas as contradições históricas que disso deriva. Portanto, a dimensão que abarca a sociologia de Martins pode ser vista tanto por perspectiva da tentativa de compreensão do mundo rural, como de uma investigação da vida

⁹ MARTINS, José de Souza. A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala. São Paulo: Editora Contexto, 2008, p. 136.

¹⁰ Ibidem, p. 140.

cotidiana, de modo que elas não possam ser compreendidas à parte. Acrescenta-se, ainda, como um interesse mais recente de Martins, a sociologia da imagem¹¹, que dá vida e é objeto de representação de imaginários socialmente partilhados.

Dado o exposto, recorrentemente é discutido se as obras do sociólogo podem ser consideradas como clássicas. Não obstante, para além de compreender as bases epistemológicas que projetam uma obra ou um autor como clássico, é preciso fazer, inicialmente, uma pergunta preliminar: por que lemos um clássico? De antemão, a resposta seja ela qual for, nos levam a pelo menos um caminho possível: lemos um clássico porque sua obra é inevitável para determinados temas. A divergência conceitual do que podemos considerar como clássico desemboca em uma discussão interminável. Para alguns, Martins deve ser considerado como clássico, para outros, ainda é cedo para chegar a essa conclusão. Mas nenhum deles ousa proferir que, quando tratamos de temas que envolvam a compreensão do mundo rural e suas várias imbricações, Martins seja inevitável.

Entendendo que Martins se configura como um autor inevitável no que se refere ao registro da Questão Agrária brasileira, ao longo dos anos, diversos estudiosos¹² tem feito um esforço criterioso para classificar e “recortar” as obras de Martins, com o intuito de, a reboque de um padrão metodológico/conceitual, típico das ciências sociais, analisar e compreender o pensamento social do autor. Buscamos, aqui, um caminho mais fácil: o da tematização. Dono de uma vasta produção científica, Martins se debruçou durante sua trajetória sobre os mais variados temas, tais como: mediadores rurais; luta pela terra e Reforma Agrária; conflitos sociais; sociologia da vida cotidiana e violência; entre tantas outras. Por isso, esta tese busca por um enquadramento da produção científica do autor que tenha o registro da Questão Agrária e alguns subtemas que dela é decorrente.

Acrescentamos que analisar as obras de Martins significa escolher entre infinitos caminhos possíveis que, à vista disso, podem levar-nos a objetivos incontáveis. Assim, a partir de um conjunto de tematizações possíveis, escolhemos algumas “âncoras” que nos possibilitassem guiar e aportar no mar de possibilidades

¹¹ MARTINS, José de Souza. Sociologia da fotografia e da imagem. São Paulo: Editora Contexto, 2008b.

¹² Ver autores como: Alves, 2003; Moita, 2010; Navarro, 2018; Santos, 2015; Soto, 2003.

que é a produção científica do autor: o papel dos mediadores rurais e, especialmente, da Igreja que, nos idos de 1980, intenta dar voz aos excluídos do campo na contramão de outros mediadores; a crítica a esquerda leninista que tem para os excluídos do campo um projeto de resistência inspirado nas chaves teóricas do proletariado; o impacto que a Ditadura Militar teve sobre os processos sociais no campo; as modificações estruturais ocorridas entre a mediação e o tema da Reforma Agrária pós-abertura política; a expansão capitalista desenfreada sobre as regiões de fronteira no Brasil; a impossibilidade de diálogo entre o Estado e os movimentos sociais do campo; entre outras.

É bem verdade que esses temas não se encontram de forma linear nas obras do autor e, por vezes, um contém o outro, ou não podem ser discutidos de forma fragmentada. Também é notável perceber que essa tematização não é perfeita, afinal, existe alguma que o seja? Trata-se apenas de escolhas metodológicas, por assim dizer. Não obstante a vasta obra de Martins, esta pesquisa tem por escopo analisar parte da produção intelectual do autor durante as décadas de 1980, 1990, além de parte da década de 2000, sobretudo no que tange ao tema da Questão Agrária brasileira e aos temas que dela derivam, a exemplo da: Reforma Agrária e o papel dos mediadores rurais (Igreja Católica, Movimento dos Trabalhadores Sem Terra - MST, Comissão Pastoral da Terra - CPT, entre outros).

1.1 Colocações sobre o problema

Duas grandes chaves demarcam o pensamento sociológico de Martins sobre a Questão Agrária brasileira: (I) a opção da CPT na década de 1980, ao dar voz aos excluídos, ou seja, a emancipação política dos pequenos agricultores como principal frente de atuação; e, (II) a inserção nacional do MST e a ascensão do Partido dos Trabalhadores (PT), pois houve, em sua concepção, uma partidarização das ações políticas da Igreja Católica, negando, com isso, o sentido inicial de sua criação. Essas duas chaves explicativas tiveram importante influência sobre os projetos políticos que intentavam resolver a Questão Agrária no Brasil, segundo Martins, e foram delimitadoras do seu pensamento, o que culminou, posteriormente, em seu desligamento como assessor da CPT.

Todavia, o problema de pesquisa tem o seu ponto crítico na obra “Reforma Agrária: O impossível diálogo”, de 2000¹³. Por dois motivos: primeiro, porque marca definitivamente o rompimento com a esperança, por parte de Martins, dos movimentos sociais rurais como mediadores do processo de Reforma Agrária e segundo, pois, logo depois, ocorre a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para a Presidência da República, impulsionado pelos mesmos movimentos sociais, fato que traz novas facetas à discussão sobre a Reforma Agrária, tendo em vista que o Estado supostamente passaria de opositor a um aliado dos grupos populares.

Do primeiro ponto decorre que, conforme Martins, ocorreu uma partidarização da Reforma Agrária. Segundo o autor, por influência de grupos políticos de esquerda, agentes pastorais ligados à Igreja Católica foram convencidos de que o trabalho deveria ir além dos limites do projeto de evangelização, de mobilização e, sobretudo, de emancipação dos camponeses, projeto este firmado no documento “Igreja e problemas da terra”¹⁴, de 1981. Essa crítica vai de encontro ao surgimento e nacionalização do MST. Para Martins, o diálogo se torna impossível quando se “partidariza” a Questão Agrária como um projeto de apenas um ator político, ou seja,

¹³ MARTINS, José de Souza. Reforma Agrária: O Impossível Diálogo. São Paulo: Edusp, 2000.

¹⁴ CNBB. Igreja e Problemas da Terra. Documento aprovado pela 18ª Assembleia da CNBB, Itaiçi, 14 fevereiro, 1981.

a luta pela Reforma Agrária não seria somente uma questão do MST, pertencia também a diversos outros atores envolvidos.

Ainda para o autor, ocorreu uma divergência entre os programas ideológicos dos movimentos (projetado por setores da classe média e por consultores) e as necessidades imediatas do campesinato. O problema se materializou na disputa sobre a “forma da Reforma Agrária”. Por um lado, os agentes de mediação projetavam uma Reforma que modificaria, de um modo mais abrangente, os pilares do desenvolvimento econômico e social brasileiro, que, segundo Martins, do ponto de vista do camponês, não atendia a suas necessidades imediatas de sobrevivência. O Estado, por sua vez, tinha como projeto de Reforma a recuperação progressiva do domínio público do território, tendo como metodologia principal a resolução do problema da grilagem de terras. Nesse sentido, Martins se posiciona a favor do Estado e contra os movimentos sociais, principalmente o MST, que se recusaria a dialogar e a participar do projeto do então presidente Fernando Henrique Cardoso.

Do segundo ponto, incorre críticas por parte de Martins sobre a relação que se seguiu entre os movimentos sociais e o PT. Críticas estas que colocavam os objetivos e a ação política do MST aquém do projeto de emancipação dos camponeses. A eleição de Lula à presidência do Brasil, ainda que lastreada em uma aliança com os movimentos populares de luta pela terra, não levou a cabo um projeto de Reforma Agrária radical, tal como esperado pelo MST e outros grupos da base. A opção do PT, desde então, foi adotar políticas que objetivavam estimular o agronegócio, além de promover uma contida política de Reforma Agrária que era, com efeito, resultado do “[...] declínio de protagonismo dos trabalhadores rurais e da produção do alcance de suas potenciais propostas de mudanças”¹⁵.

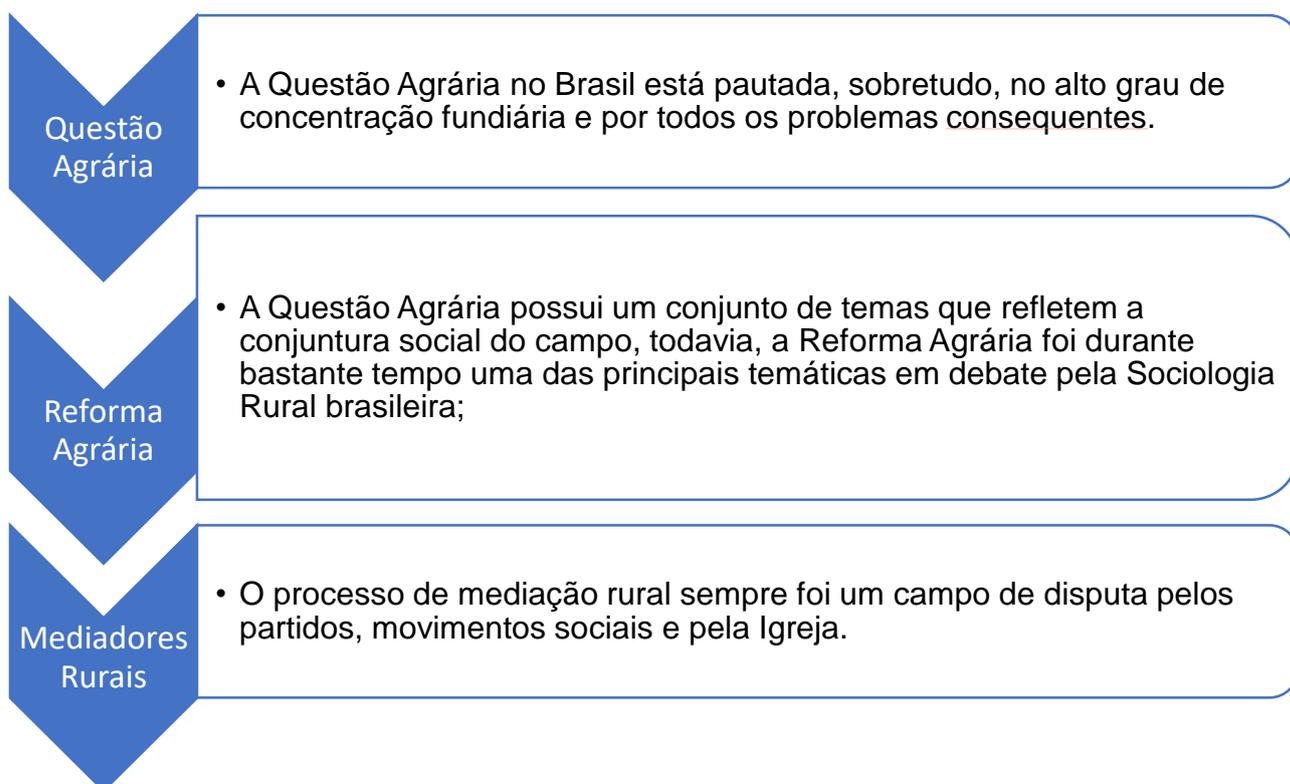
As críticas se agravam quando Martins condena um tipo de tutelação dos movimentos sociais que representam o controle social, político e de cerceamento de suas demandas. Há, dessa maneira, um plano de cooptação dos movimentos sociais através da estratégia de estatização do clientelismo político com intuito de fortalecer os objetivos eleitorais do PT. No que concerne ao MST e a outros movimentos de luta

¹⁵ MARTINS, José de Souza. A política do Brasil: lúmpem e místico. São Paulo: Contexto, 2011, p. 193.

pela terra, ocorreu o esgotamento de suas energias transformadoras de outrora, tendo em vista o processo de institucionalização que transcorreu, com reflexos do desalinhamento com as propostas reformistas oriundas do período de redemocratização do país nos anos 1980.

Portanto, as obras escolhidas para análise têm como principal fundamento as discussões de Martins sobre a Questão Agrária brasileira e os temas que a circundam, intentando compreender parte da construção sociológica do autor até os dias recentes. Posto isso, este trabalho parte do seguinte problema de pesquisa: Como se deu a construção teórica presente na produção científica de José de Souza Martins no que se refere ao registro da Questão Agrária Brasileira? Conforme o esquema abaixo (Figura 1), entendemos que outras preposições também se tornam importantes, haja vista a colocação do problema inicial.

Figura 1 - Representações teóricas a serem analisadas nas obras de Martins



Fonte: Elaborado pelo autor.

A Questão Agrária em Martins, tal como será aprofundada no próximo capítulo, traz consigo duas discussões importantes e que também farão parte da formulação do problema aqui exposto: Reforma Agrária e mediação rural. A primeira, porque, quando não tem sido confundida (sinônimo) com a própria Questão Agrária, é entendida como uma resposta possível (às vezes, a única) para resolver os impasses do mundo rural. A segunda, por sua vez, está relacionada ao modo de interpelar e conduzir os trabalhadores rurais na luta pela resolução dos problemas agrários que podem envolver ou não um projeto de Reforma Agrária. Nesse sentido, como o tema da Reforma Agrária é exposto e argumentado nas obras de Martins? Na visão de Martins qual seria o papel dos mediadores rurais frente a uma Questão Agrária que se coloca como parte das contradições da expansão do capitalismo no campo?

1.2 Objetivo Geral

Apresentar as principais contribuições de José de Souza Martins para a construção do Pensamento Social Brasileiro a partir da década de 1980 até os dias atuais, especialmente, no que se refere ao registro da Questão Agrária em suas obras.

1.3 Objetivos específicos

- I. Analisar parte da produção intelectual do autor durante a década de 1980, marcada pela crítica à esquerda brasileira e às visões descontextualizadas dos processos sociais de luta do campo.
- II. Compreender o conjunto de conceitos que balizam o pensamento de Martins, tais como: luta pela terra, expropriação, exploração, terra de trabalho, terra de negócio, renda da terra, desenvolvimento desigual, pacto político, entre outros.
- III. Entender o rompimento de Martins com as ações sociais da Igreja Católica progressista, sobretudo, no contexto de redemocratização política do país e a partir da década de 1990.
- IV. Apresentar parte da produção científica do autor no que tange aos debates sobre a Questão Agrária nas regiões de fronteira e da reprodução da escravidão contemporânea.
- V. Analisar o posicionamento de Martins no que concerne à Questão Agrária brasileira pós anos 2000.

1.3 Categorias teóricas em José de Souza Martins

Esta tese de doutorado é parte integrante das pesquisas vinculados ao grupo de pesquisa Pensamento Social e Cultura Política, ligado ao Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais, Agricultura e Sociedade, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). O grupo de pesquisa, embora tenha seu certificado junto ao Diretório de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), datado de 2014, tem feito pesquisas antes disso sobre o tema dos movimentos sociais e do pensamento social brasileiro, que consistem em linhas de pesquisa do mesmo. As pesquisas no âmbito do pensamento social, ao qual este trabalha se vincula de forma mais proeminente, são derivadas de um projeto mais antigo, ainda nos idos de 2006, sobre o “agrarismo”¹⁶ no Brasil.

Especialmente no que tange à linha de pesquisa Pensamento Social Brasileiro, cabe ressaltar que ela está comprometida com a investigação de contribuições teóricas que possibilitem a compreensão da vida nacional em suas dimensões econômica, social e política. Assim, constituem temas dessa linha de pesquisa: a modernização brasileira, a Questão Agrária, a relação entre o estado e sociedade, a democratização social, a democracia e a cultura política.

Atualmente o Grupo de Pesquisa é orientado por uma pesquisa guarda-chuva intitulada Mediações e Política¹⁷, que tem por escopo apresentar uma compilação de estudos realizados sobre o Pensamento Social Brasileiro e a relação propositiva dos intelectuais e a política no Brasil, no registro das temáticas que contemplem o mundo rural e a ação política dos mediadores como protagonistas. As produções científicas dos intelectuais que se projetam como objetos de pesquisa no campo dessa linha de pesquisa (a saber, Gilberto Freyre, Caio Prado Jr., José de Souza Martins, Celso Furtado, Alberto Passos Guimarães, Maria Isaura Pereira de Queiroz, entre outros) mobilizam um grande arcabouço teórico para interpretar o Brasil em suas mudanças sociais e transformações da vida nacional.

Dentro do quadro de teóricos propostos para estudo pelo Grupo de Pesquisa, Martins tem um papel fundamental por teorizar a interpelação católica dos

¹⁶ Para entendimento do conceito consultar verbete em Santos (2005).

¹⁷ SANTOS, Raimundo. Mediações e Política. In: Projeto de pesquisa do grupo Pensamento Social e Cultura Política, 2014.

camponeses no âmbito das transformações sociais ocorridas no campo e, com efeito, todas implicações que desse processo decorre. Destarte, recorrentemente, as produções associadas ao Grupo de Pesquisa têm recorrido a publicações de Martins devido ao seu poder de propor uma interpretação do papel que os mediadores atuantes no mundo rural tem sobre os fenômenos de transformações sociais. Porém, destacamos cinco produções de sua obra que derivam dos trabalhos realizados até o momento e que são dedicadas estritamente ao autor:

- *As críticas de José de Souza Martins aos mediadores de esquerda dos movimentos sociais agrários*¹⁸ (2010) – O trabalho se dedica a entender a relação entre marxismo e sociologia dentro de um contexto de críticas à atuação de mediadores políticos de esquerda no meio rural, entre 1970 até o início de 2000.
- *O agrarismo de José de Souza Martins*¹⁹ (2015) – O artigo intenta realizar uma análise das obras publicadas pelo autor entre 1975 e 1981, que resulta em três proposições sintéticas: a interpretação do Brasil, a teoria do Brasil agrário e a formulação de uma estratégia para os movimentos sociais agrários centrada na luta pela terra.
- *Colocações sobre o debate oitentista de José de Souza Martins*²⁰ (2019) – Este artigo faz parte de um dos capítulos desta Tese, já publicado, e buscou compreender os debates travados pelo autor contra a esquerda leninista na década de 1980, e, com efeito, contra a forma de pensar a Reforma Agrária a partir das cidades.

¹⁸ MOITA, Guilherme Marinho. *As críticas de José de Souza Martins aos mediadores de esquerda dos movimentos sociais agrários*. 118f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

¹⁹ SANTOS, Raimundo. *O agrarismo de José de Souza Martins*. *Estudos sociedade e agricultura*, v. 23, n. 1, 2015.

²⁰ FONSECA, Bruno Costa da. *Colocações sobre o debate oitentista de José de Souza Martins*. *Extensão Rural*, v. 26, n. 4, 2019.

- *Questões essenciais do debate agrário de José de Souza Martins sobre a expansão capitalista nas fronteiras (2020)*²¹ - Outro artigo que também faz parte desta tese, já publicado. Buscou retomar algumas discussões de Martins sobre a expansão capitalista nas fronteiras, sobretudo no que se refere aos conflitos sociais entre população local e grandes empresas rurais.
- *A intelligentsia de José de Souza Martins e outras questões agrárias (2021)*²²
 - Por fim, o último artigo derivado desta Tese teve por intento traçar uma reflexão teórica acerca do tema “Questão Agrária” em Martins e o diálogo travado com outros autores que tem sido objeto de estudo no grupo de pesquisa Pensamento Social e Cultura Política.

Dessa forma, o que este trabalho pretende é uma continuação das investigações produzidas pelo Grupo, a fim de contribuir com um debate mais amplo sobre a inevitabilidade das obras de Martins no que concerne aos estudos dos processos sociais no campo, respondendo, no entanto, a uma questão de pesquisa bastante específica deste trabalho.

* * *

Nesse contexto, o objeto da pesquisa, o pensamento social no registro das publicações de um autor, carece de uma definição, ainda que breve. Para que não haja confusões no percurso metodológico/conceitual, é importante ressaltar que, quando nos referimos ao pensamento social de um autor, estamos, na verdade, estudando as contribuições que o autor dará para uma determinada realidade ou contexto social. Portanto, quando falamos que estudaremos o pensamento social de Martins, referimo-nos às suas contribuições para o entendimento do pensamento social brasileiro, que é, por consequência, um fenômeno mais amplo. Em outras

²¹ FONSECA, Bruno Costa da. *Questões essenciais do debate agrário de José de Souza Martins sobre a expansão capitalista nas fronteiras*. Revista de Extensão e Estudos Rurais, v. 9, n. 1, 2020.

²² FONSECA, Bruno Costa da. *A intelligentsia de José de Souza Martins e outras questões agrárias*. Estudos Sociedade e Agricultura, v. 29, n. 1, 2021.

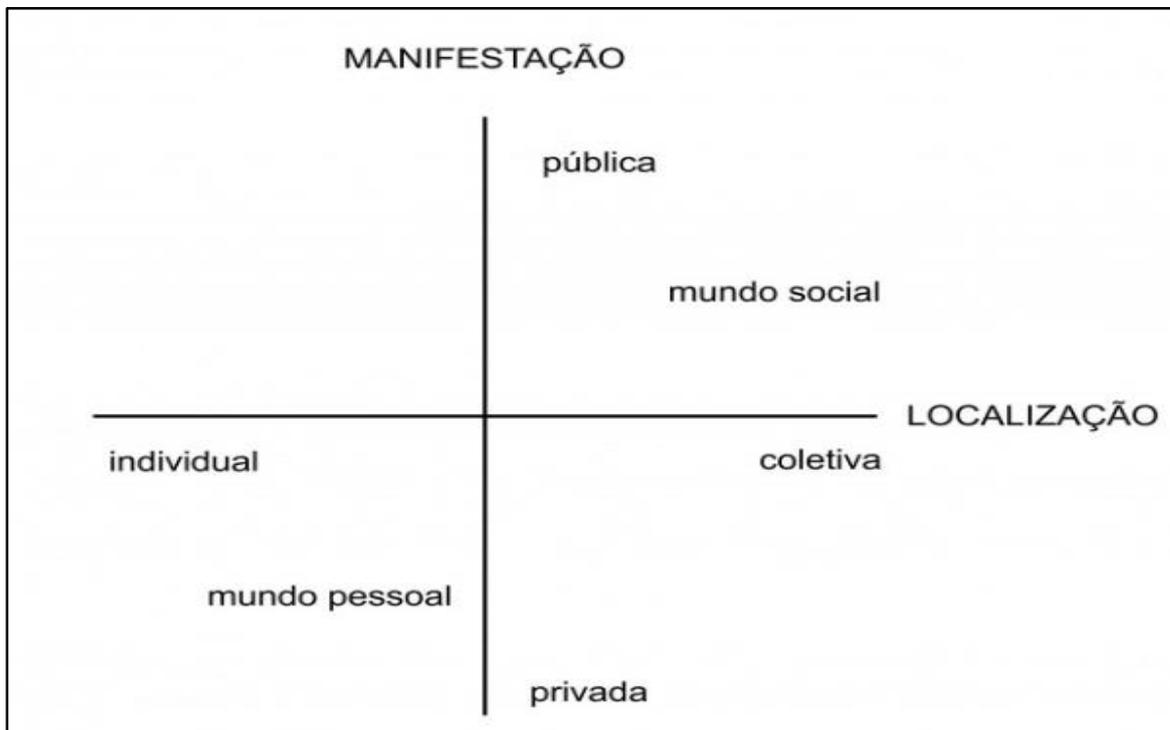
palavras, um intelectual que possui vasta disseminação de sua publicação possivelmente terá o poder de influenciar nesse pensamento social em caráter mais amplo.

Num primeiro momento, o entendimento do que consiste pensamento social pode tanto receber influência da psicologia cognitiva quanto da psicologia social, ou, mais especificamente, da teoria das representações sociais²³. A primeira pode ser entendida a partir de uma tipologia dos fenômenos psicológicos proposta pelo filósofo e psicólogo britânico Horace Romano Harré. Como pode ser vista na Figura 2, a seguir, essa tipologia propõe a existência de dois eixos: em um está disposto a dualidade “individual x coletiva” e no outro, “público x privado”. O cruzamento desses eixos gera quatro espaços possíveis que possibilitam localizar diferentes fenômenos cognitivos, contudo, o pensamento social estaria situado no quadrante que compreende o público e o coletivo. Um exemplo possível, nesse caso, seria os rumores e a memória social²⁴.

²³ A teoria das representações sociais tem origem com o sociólogo Émile Durkheim. Inicialmente, com o nome de teoria das representações coletivas, Durkheim preconizava que as representações coletivas significavam formas de integração social utilizadas pelos indivíduos com o intento de buscar um certo tipo de coesão grupal. Portanto, tais representações poderiam ser expressadas por regras, instituições, rituais e imagens que colocavam em voga uma realidade paralela vivida pelos indivíduos cotidianamente (ALEXANDRE, 2004; PINHEIRO FILHO, 2004). Nesse sentido, as representações coletivas dariam a noção de uma homogeneidade vivida por todos os membros de um grupo, possuindo a função de manter vínculos entre eles, de coagir e direcioná-los para ações comuns (MOSCOVICI, 2001). Posteriormente, inspirado em Durkheim, o psicólogo social Serge Moscovici, muda o termo representação coletiva para representação social, com intuito de ressaltar que outrora se constituía em um conceito sociológico e agora passa a tratar de um fenômeno social. O que é proposto por Moscovici através da reformulação da teoria é uma nova maneira de estudar cientificamente o senso comum. Basicamente, a teoria das representações sociais tem como pano de fundo a ideia de que os indivíduos extraem um conjunto de categorias de pensamento da sociedade ao qual estão inseridos (MOSCOVICI, 2003).

²⁴ TEIXEIRA, Hélio. De que falamos quando falamos em “pensamento social”. Hélioteixeira, Maceió, 18 de março de 2016. Disponível em: <<http://www.helioteixeira.org/psicologia-social/de-que-falamos-quando-falamos-pensamento-social/>>. Acesso em: 1 abr. 2020.

Figura 2 – Tipologia de Harré



Fonte: Teixeira, 2016.

A psicologia social avança um pouco mais. Em contraposição ao pensamento de Durkheim, Moscovici se opõe à ideia de que em uma sociedade inteira haveria um conjunto de representações coletivas possíveis, compartilhadas socialmente. Embora Moscovici ande na esteira da diferenciação entre pensamento social e pensamento individual, propõe uma fundamentação baseada na ideia de representações diversas e corrobora com Durkheim ao constatar que o meio social tem uma predominância de representações únicas numa cultura ou numa sociedade, no entanto, os sujeitos possuem participação ativa na sociedade e podem mudar as formas de pensar, sentir e agir. A respeito dos processos de pensamento social importa ressaltar que a contribuição da psicologia social está veiculada ao processo de construção do saber prático e como os sujeitos, em suas ações individuais, podem contribuir nesse sentido²⁵.

²⁵ ARRUDA, Angela. Teoria das Representações Sociais e Teorias de Gênero. Cadernos de Pesquisa, n. 117, 2002.

Contudo, a noção de pensamento social que importa neste trabalho vem adicionado do termo *brasileiro* e, por isso, difere-se relativamente dos anteriores. A princípio, o Pensamento Social Brasileiro nasceria concomitantemente às ciências sociais no Brasil²⁶ e tinha por intenção analisar os processos sociais constituídos em nossa nação, mas se distinguia de outras visões do Brasil por seu caráter explicativo, científico e metodologicamente controlado²⁷. Deriva de pensar um conjunto de questões sociais, isto é, calha refletir sobre a causa ou problema social, assim como os fundamentos filosóficos que delas surgem sob a circunstância de uma análise crítica do contexto social. Há de se evidenciar que a questão social torna-se balizar no desenvolvimento de qualquer sociedade.

O Pensamento Social Brasileiro está diretamente relacionado ao aspecto político, cultural e histórico da formação e evolução de uma nação, uma vez que, “[...] a dinâmica da formação brasileira implica a compreensão dialética das realidades culturais e políticas”²⁸. Requer, ainda, compreender e disseminar explicações mais gerais sobre a identidade, os fenômenos e as instituições que foram importantes para desenvolver uma imagem mais ou menos consensual do que temos sobre o povo brasileiro, suas características e diversidade sociocultural. Posteriormente, também intitulada de “Intérpretes do Brasil”, buscaram-se formulações clássicas sobre a formação da sociedade brasileira que indagavam sobre a natureza das concepções explicativas sobre o país desde a instituição das colônias²⁹.

Nos parece que o rigor científico foi, para alguns estudiosos central na definição de Pensamento Social Brasileiro, tal como na citação abaixo.

Com o passar do tempo, o PSB parece se tornar uma espécie de espelho temporal dos cientistas sociais que buscam obras e constroem cânones que conferem identidade ao seu métier de maneira genérica, num duplo sentido: tanto como gênero de escrita segundo um modelo científico-racional de explicação de uma realidade, quanto, num sentido mais geral, abrigando produções que

²⁶ A institucionalização das ciências sociais no Brasil teve início nos anos de 1930.

²⁷ TOLENTINO, Thiago Lenine Tito. Pensamento Social Brasileiro em perspectiva: história, teoria e crítica. *História da Historiografia*, v. 12, n. 31, 2019.

²⁸ ALMEIDA, Antônio Charles Santiago. A formação político-cultural do Brasil: excertos do pensamento de Sergio Buarque de Holanda e Gilberto Freyre. *Ponto-e-vírgula*, v. 9, 2011.

²⁹ MARTINS, José Ricardo. Os intérpretes do Brasil: pensamento sociopolítico lastreado no fluxo de ideias, narrativas e realidades na busca de uma identidade nacional brasileira. *Revista Tempo do Mundo*, v. 3, n. 1, 2017.

podem variar entre o ensaio, o artigo, a crítica, a monografia, a tese acadêmica etc. não havendo espaço, porém, para produções que escapem a tais formas discursivas, como a literatura, a canção, as artes plásticas etc. Por isso, um Frei Vicente de Salvador pode compor tal cânone e uma figura como Machado de Assis, não. Não se trata de mera seleção de nomes, mas da epistemologia que asseguraria a determinados tipos de discurso um caráter explicativo científico ou pré-científico que lhes afiançaria a entrada em tal tradição privilegiada³⁰.

Por outro lado, numa concepção mais ampla do termo, haveria uma dilatação das tematizações que se vinculam ao Pensamento Social Brasileiro, ou seja, ultrapassaria as barreiras do método empregado dentro das ciências humanas e sociais, tais como da sociologia, da antropologia e da ciência política.

Hoje, aproximando questões do passado às indagações contemporâneas, a área compreende pesquisas voltadas tanto para as grandes temáticas de estudo da formação da sociedade brasileira nas várias dimensões desse processo, que se irradiam pelas questões da modernização, modernidade e mudança social, construção e transformação do Estado-nação, cultura política e cidadania; quanto para as diferentes modalidades de produtores e de produção intelectual e artística em sentido amplo (literatura, artes plásticas, fotografia, cinema, televisão e teatro) e da própria cultura como sistema de valores e formas de linguagem³¹.

Ainda que sob o prisma do rigor científico-metodológico, o conjunto de autores que formam o Pensamento Social Brasileiro não é nem de longe um consenso, seja por uma disciplina em específico (nesse caso, a sociologia rural brasileira), seja pelos pesquisadores que se debruçam sobre a temática. Mas, o fato é que, em uma conjuntura social possível, há capacidade de mobilizar uma interpretação do Brasil e colocar sob a égide de um julgamento um contíguo de tradições intelectuais. Especialmente para o caso da sociologia rural, tal “[...] presença intelectual assume gravitação mais duradoura quando os intelectuais desempenham importante papel no surgimento das culturas políticas, nas quais se situam os atores protagonistas”³².

³⁰ Tolentino, 2019, p. 360.

³¹ SCHWARCZ, Lilia Moritz; BOTELHO, André. Pensamento social brasileiro, um campo vasto ganhando forma. Lua Nova, v. 82, 2011.

³² Santos, 2014, p. 2.

Nesse sentido, o tema da cultura política é importante, segundo o sociólogo Daniel Pécaut, à medida que consiste em “[...] uma adesão implícita a uma mesma leitura do real. A sociabilidade política fica no seio de uma categoria social específica – no caso, os intelectuais e as camadas intelectualizadas”, em outras palavras, existiria “[...] um processo de comunicação tal que as ideias se transformam em senso comum, que é a conversão da teoria em filosofia espontânea”. O autor afirma ainda que Alain Touraine vai na mesma direção ao pautar que a cultura política se determina como “[...] aquilo que, induzido a partir das relações sociais define uma pré-interpretação da lógica do social que, por sua vez, comanda a inteligibilidade das relações sociais”³³.

A reboque de uma tendência de pluralização das abordagens que tratam sobre o pensamento social é possível perceber que, outrora, ele estava “[...] centrado quase exclusivamente na pesquisa dos processos de constituição social das ideias, das artes ou da intelligentsia [...]”, todavia, a partir de um entendimento mais polissêmico deste tipo de abordagem é preciso evidenciar como que estas, “[...] levando em conta as relações mais ou menos condicionadas que mantêm com os grupos sociais e as sociedades que as engendram, participam reflexivamente da construção do próprio social”. Ou seja, a vida material não apenas absorve estruturas e recursos materiais, mas, também, recursos intangíveis como culturais, simbólicos e políticos³⁴.

* * *

Por se tratar de uma pesquisa que busca apresentar as contribuições teóricas de Martins para o Pensamento Social Brasileiro elencamos alguns critérios para recolher, ler e fichar as obras do autor. Longe de configurar um método rígido de escolha das obras, a medida se deu a fim de orientar a pesquisa em meio a uma imensidão da produção intelectual do autor. Além do mais, buscamos com isso uma maior objetividade em responder à pergunta-problema de pesquisa e atender aos objetivos gerais e específicos desta proposta. Tal como já relatado anteriormente, o

³³ PÉCAUT, Daniel. Os Intelectuais e a Política no Brasil: entre o povo e a nação. São Paulo: Ática, 1990, p. 184.

³⁴ Schwarcz; Botelho, 2011, p. 13.

caminho escolhido não foi o do recorte em fase-temporal das obras, mas o da tematização, conforme já apresentado na Figura 1.

- a. O *primeiro critério* está na criação de um marco temporal inicial para a seleção e leituras das obras do autor. Escolhemos, baseado em nosso problema inicial de pesquisa, o ano de 1980, pois foi quando aconteceu 18ª Assembleia da Conferência Nacional dos Bispos Brasileiros (CNBB), em 14 de maio, que deu origem ao documento “Igreja e Problemas da Terra” (1981)³⁵, ao qual Martins influenciou veementemente em sua confecção. Esse documento é de suma importância para a sociologia rural, tendo em vista que Martins, enquanto assessor da CPT, além de promulgar um panorama geral da Questão Agrária brasileira, marca um período importante da interpelação católica no campo. Logo depois, em 1981, Martins lança uma das suas principais obras acerca da situação social no campo: “Os Camponeses e a Política no Brasil”³⁶.
- b. O *segundo critério* consistiu em separar as obras do autor que tenham como tema a Questão Agrária e, mais especificamente, o tema da mediação rural e da Reforma Agrária ou luta pela terra. Martins em sua carreira publicista tem um número incontável³⁷ de publicações e, ainda que separássemos as que tinha como temática o mundo rural, seria impossível a leitura e apreciação de toda a seleção em quatro anos de doutoramento.
- c. O *terceiro critério* se deu pela seleção dos textos que se configuram como os mais importantes dentro da trajetória do autor. Alguns dos textos de Martins são considerados como incontornáveis dentro da sociologia rural brasileira. O número de citações, edições publicadas,

³⁵ CNBB (1981).

³⁶ Martins (1981).

³⁷ Apenas de acordo com o *Lattes* do autor que teve sua última atualização no final de 2019, são 65 artigos; 47 livros; 71 capítulos de livros; 742 textos para jornais e revistas; entre outros.

utilização em programas de pós-graduação, entre outros, podem ser considerados indicadores de notável relevância.

- d. O *quarto critério* versa sobre a disponibilidade das obras do autor. Algumas publicações estão esgotadas, outras são verdadeiras raridades. Contudo, via de regra, quase sempre, elas não estão entre as obras mais lidas do autor, o que não dificultou para o prosseguimento da pesquisa. Além disso, as publicações do autor mais relevantes possuem ampla divulgação na rede mundial de computadores.

1.4 Organização do trabalho

Para alcançar os objetivos propostos, este trabalho está dividido em cinco capítulos, além da Introdução e das Considerações Finais:

Capítulo II – A Questão Agrária e Algumas Considerações Conceituais: busca-se apresentar o tema da Questão Agrária na formulação de alguns teóricos clássicos, delimitando, com isso, as proposições teóricas a serem analisadas nas obras de Martins. Com isso, realizaremos um breve debate acerca de algumas vertentes que assimilam o tema, tanto de uma perspectiva da historiografia, como de dilemas mais atuais.

Capítulo III – O Debate Teórico de Martins na Década de Oitenta: pretende-se demonstrar parte da construção teórica de Martins a partir da formulação do documento da Igreja Católica lançado em 1980, que marca o ponto central da “promessa” de dar voz aos excluídos do campo. Além disso, marca o debate teórico de Martins com a esquerda leninista no que se refere à mediação dos trabalhadores do campo.

Capítulo IV – Expansão Capitalista nas Regiões de Fronteira: tem-se por desígnio, apresentar, em síntese, uma importante fase dos estudos de Martins sobre a expansão capitalista nas regiões de fronteiras e sua denúncia sobre a escravidão contemporânea, que colocava em jogo aspectos da própria dignidade humana.

Capítulo V – Abertura Política e Ressignificação da Questão Agrária: intenta-se mostrar as análises de Martins sobre o tema do mundo rural tomando como referência o processo de abertura política e o seu desligamento da Igreja Católica, ao entender que esta não mais cumpria o papel, outrora firmado. Além do mais, esboça a afinidade de Martins para com as políticas de Reforma Agrária do governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) em contraposição ao projeto de ação política do MST e do PT.

Capítulo VI – Quando o Diálogo se Torna Impossível: expõe-se as formulações mais recentes de Martins sobre a Questão Agrária, especialmente no início do século XXI, marcada pela decepção do sociólogo com os principais mediadores rurais que não deram prosseguimento à “promessa” feita na década de 1980 e às críticas feitas pelo autor ao Governo do Partido dos Trabalhadores. A promessa, apontada nos capítulos anteriores foi definida nas publicações e manifestos da Igreja e seu cerne está na emancipação do camponês e em suas necessidades mais urgentes.

CAPÍTULO II - A QUESTÃO AGRÁRIA E ALGUMAS CONSIDERAÇÕES CONCEITUAIS

2.1 Qual é a Questão Agrária?

Existe um conjunto muito de grande de conceituações do que consistiria a terminologia Questão Agrária, a depender da ênfase pretendida. Na literatura política, por exemplo, o termo Questão Agrária está ligado especialmente aos problemas encontrados com a concentração fundiária e de como isso se configura em um empecilho para o desenvolvimento das forças produtivas, além da influência sobre os aspectos do poderio político de um país. Já para a sociologia, a Questão Agrária se configura nas formas que se desenvolvem as relações sociais em torno da produção agrícola. Na geografia, comumente se utiliza a terminologia para explicar como os sujeitos se apropriam da natureza e como ocorre a ocupação humana no território. A história, por sua vez, busca na Questão Agrária o entendimento da evolução das lutas políticas e classistas para domínio e posse da terra³⁸

Em sua origem, a Questão Agrária emergiu no debate travado dentro do movimento operário europeu e tinha como cerne as discussões sobre a penetração do capitalismo no campo e uma possível aliança do movimento operário e camponês para modificar as estruturas feudais prevalentes no mundo rural³⁹. As discussões em torno da Questão Agrária tiveram como principal ensejo as teorias socialistas que objetivavam transformar a agricultura capitalista em propriedades coletivas, fruto de um grande projeto revolucionário. A aliança entre o proletariado e o camponês tinha como desígnio um projeto de reivindicações imediatas de caráter democrático, *a priori*, que não necessariamente resultaria em um novo modo de produção socialista⁴⁰.

Os escritos de Marx e Engels sobre a questão agrária e, especialmente, sobre o papel do campesinato, tinham relativa volatilidade, ao passo que, em suas análises

³⁸ STÉDILE, João Pedro. A Questão Agrária no Brasil: o debate tradicional: 1500-1960. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

³⁹ BAUER, Guilherme Germano Télles. Sobre as origens da Questão Agrária brasileira. Revista de História Regional, Ponta Grossa, v. 1, v. 3, 2007.

⁴⁰ SANDRONI, Paulo. A Questão Agrária e o socialismo – notas sobre problemas econômicos e políticos. In: STÉDILE, João Pedro (Org.). A Questão Agrária no Brasil: O debate na década de 1990. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

do desenvolvimento do capitalismo no Ocidente a única classe com real potencial de modificar a estrutura capitalista a época seria o proletariado, sobretudo diante do contexto ocidental do continente europeu. Desse modo, o campesinato tinha participação passiva no projeto revolucionário. Contudo, um Marx mais tardio e maduro, ao olhar para o contexto sociopolítico europeu, admitiu o importante papel do campesinato na passagem para o socialismo, inclusive, diferentemente da primeira visão, sem ter de obrigatoriamente passar pela superação da etapa capitalista. De um modo geral, haja vista a produção intelectual de Marx e Engels, a questão agrária não foi objeto de um estudo aprofundado por parte desses estudiosos.

Lenin, por sua vez, via no camponês um potencial para alcançar a Revolução Socialista na Rússia. Acreditava que a dominação do capitalismo sobre as formas tradicionais de produção estaria ligada à criação de um mercado híbrido, no qual, mesmo tempo em o camponês era proprietário de terras, deveria submeter-se as leis gerais do capital, vendendo sua força de trabalho no mercado. Para ele, “[...] do ponto de vista teórico abstrato, a ruína dos pequenos produtores na sociedade em que a economia mercantil e capitalista se desenvolve significa [...] a criação e não a redução do mercado interno”⁴¹.

Dentre as publicações pertinentes, os estudos do filósofo Karl Kautsky são pioneiros no que concerne à teorização da expansão do capitalismo no campo. Karl Kautsky, apropriando-se de um revisionismo da teoria marxista, faz uma leitura bastante singular do campesinato alemão, pois, em sua concepção, o campesinato não poderia ser tratado como uma classe autossuficiente, tal como acontecia antes do capitalismo. Na visão de Karl Kautsky, o capitalismo transformaria o camponês clássico, inclusive, tendo como possibilidade o seu desaparecimento enquanto classe e a supressão de seus modos de reprodução social. Assim, o campesinato desempenharia um duplo papel na economia capitalista, a qual, num primeiro momento, teria de trabalhar para garantir a sobrevivência de sua família, além de ser obrigado a produzir excedentes para obter capital e sobreviver ao capitalismo⁴².

⁴¹ LENIN, Vladimir Ilitch. O desenvolvimento do capitalismo na Rússia. São Paulo: Abril Cultural, 1982, p. 16.

⁴² KAUTSKY, Karl. A Questão Agrária. Rio de Janeiro: Laemmert, 1968.

Para entender as formulações da Questão Agrária em Karl Kautsky é preciso compreender também a sua proposição das possibilidades de transição socialista no meio rural. Para o autor, o campo só se desenvolveria quando substituísse os métodos pré-capitalistas de produção (tais como a servidão e a escravidão) pelas cooperativas socialistas agrícolas, ou seja, grandes empresas coletivas⁴³ e estatais que seriam responsáveis pelo processo produtivo no campo. Nas palavras de Karl Kautsky a propriedade individual seria um obstáculo que deveria ser contornado e a proletarianização do campesinato era inevitável⁴⁴.

Depois que as cooperativas socialistas (porque então não se poderá falar de cooperativas proletárias) tenham demonstrado a sua vitalidade, que hajam desaparecido os riscos ainda hoje inerentes a qualquer empresa econômica, o camponês poderá perder o medo de proletarianizar-se pelo abandono de seus bens, reconhecendo que a propriedade individual dos meios de produção só representa um obstáculo a nos barrar o caminho de uma forma superior de exploração, obstáculo de que se desembaraçará com prazer.

Nesse sentido, Hegedüs destaca que tanto a questão agrária quanto o tema do campesinato foram manuseados pelo marxismo de forma heterogênea, por vezes, confusas.

A questão agrária no marxismo se apresenta, em parte, como análise das relações de propriedade e de produção vigentes no modo de produção agrícola, mais ou menos diferentes das da indústria, com base no pressuposto de que também o desenvolvimento da agricultura, tal como o de toda a sociedade, ocorre sob o influxo de leis rigorosas- que agem com a força das leis naturais – que a ciência deve iluminar. E em parte, porém, apresenta-se como questão camponesa, como complementação da investigação sobre a estrutura

⁴³ O economista Alexander Chayanov, em “La organización de la unidad económica campesina” (1974), foi um grande crítico do modelo das cooperativas estatais como uma saída possível para o avanço do capitalismo no campo. Há de ressaltar que, na União Soviética, travava-se um embate no campo teórico sobre os mecanismos viáveis de uma Revolução em curso. De um lado, um grupo defendia as cooperativas de camponeses e de operários através de uma construção mais autônoma, desvinculada do Estado. E de outro, aqueles que defendiam o modelo de cooperativa estatal que foi, ao final, o protótipo escolhido para a Reforma Agrária soviética. Para Alexander Chayanov, esse tipo de modelo de organização da produção era prejudicial, pois incorria em desequilíbrio econômico doméstico das famílias camponesas. Segundo o economista, dentro de uma propriedade familiar autônoma, o camponês tinha condições de equilibrar entre a produção voltada para subsistência e as eventuais sobras (lucro) que podiam obter. De outro modo, nas cooperativas estatais, a maior parte das sobras (lucro) parariam nas mãos do Estado e não seriam destinadas ao camponês.

⁴⁴ Kautsky, 1968, p. 149.

social. Segundo esta abordagem, os camponeses constituem uma classe de transição: por um lado, no sentido histórico da transitoriedade – ou seja, os camponeses são uma formação econômico-social já desaparecida no Ocidente, o elemento criador do feudalismo, mas continuam a existir também no capitalismo-; por outro, no sentido estrutural da transitoriedade, isto é, os camponeses constituem uma classe de transição entre as classes fundamentais do capitalismo, a classe operária e a dos capitalistas. O marxismo, além disso, analisa a articulação estrutural interna da classe camponesa e define nesta base a relação da classe operária, ou do partido da classe operária, com os diferentes estratos da classe camponesa, formulando também os programas agrários dos partidos operários socialistas (ou social-democratas)⁴⁵.

No percurso de construção do conceito, existe um certo consenso de que a definição de Questão Agrária tende a ser polissêmica, longe de uma definição única e geral. Em vias de uma crítica sobre a apropriação pelo campo teórico marxista de leitura e na tentativa de compreensão da Questão Agrária, o economista Ricardo Abramovay salienta que, além do mais, é a expressão de conflitos políticos e só pode ser explicada em contextos políticos específicos. Para ele, “[...] compreender a Questão Agrária exige um trabalho de história das ideias e de sociologia do conhecimento”. Logo, entender a Questão Agrária está para além de examinar o grau de desenvolvimento técnico de um país, é preciso, ademais, entender a relação entre a agricultura e demais fatores da economia, num determinado período, assim como as características das relações sociais dominantes⁴⁶.

Ricardo Abramovay em uma tese bastante particular se diverge do marxismo presente em Lenin e Kautsky ao pautar a ideia de “paradigma do capitalismo agrário”. Segundo o economista, nos países desenvolvidos, ao contrário do que foi preconizado, o capitalismo não suprimiu o campesinato, na verdade, a agricultura de base familiar teve uma participação expressiva na formação dos países capitalistas⁴⁷.

⁴⁵ HEGEDÜS, András. A questão agrária. In: HOBBSAWM, Eric. História do Marxismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p. 149.

⁴⁶ ABRAMOVAY, Ricardo. Agricultura familiar e capitalismo no campo. In: STÉDILE, João Pedro (Org.). A Questão Agrária no Brasil: O debate na década de 1990. São Paulo: Expressão Popular, 2013, p. 112.

⁴⁷ O economista José Eli da Veiga, em uma publicação intitulada “Fundamentos do Agro-reformismo” (1991, p. 61), também concorda com essa interpretação. Para ele, “[...] contrariamente ao que imaginavam os grandes economistas do século XIX, o desenvolvimento capitalista acabou fortalecendo, no século XX, a forma familiar de produção

Na noção de “paradigma do capitalismo agrário”, a sobrevivência ou não do capitalismo dependeria de como se estabelece uma mudança na conjuntura socioeconômica determinada pelo desenvolvimento do capitalismo. Ou seja, para sobreviver ao capitalismo, o camponês se transforma em um profissional, ou melhor, em um agricultor familiar⁴⁸, e o que era antes um modo de vida tradicional passa ser uma profissão. Desse modo, a ênfase na formulação de Ricardo Abramovay não está no capitalismo que expropria o camponês, tal como preconiza os autores marxista da Questão Agrária, mas na necessidade de adaptação do camponês que, por estar parcialmente integrado ao mercado, deve adequar-se à nova realidade no que concerne à organização de sua produção⁴⁹.

O escritor e estudioso José Graziano, por sua vez, buscou uma definição mais simples da Questão Agrária ao trazer um debate relativo à diferenciação com a questão agrícola. Para o autor, a questão agrícola se refere às mudanças ocorridas na agricultura, *per si*, isto é, “o que se produz”, “onde se produz” e “quanto se produz”.

na agricultura, em vez de exterminá-la [...] O que está exigindo uma análise mais aprofundada dos economistas é a razão dessa consolidação da agricultura familiar durante a intensificação do capitalismo industrial americano, europeu, japonês, etc.”

⁴⁸ Importa ressaltar que a definição sobre o que se denomina agricultura familiar é bastante complexa e traz elementos importantes para entender a Questão Agrária enquanto um conceito polissêmico e em construção. Não cabe aqui essa discussão, porque é um conceito mutável ao longo dos anos. Todavia, abrimos um parêntese para diferenciar uma assimilação bastante diferente entre Abramovay e Martins, que pode ser importante para discutir proposições posteriores. Abramovay tende a pensar em uma *metamorfose* do camponês para um agricultor familiar que se apropria de algumas técnicas modernas de produção e se torna mais competitivo e eficiente. Martins (2000, p. 45), por outro lado, junta o que Abramovay separa: “[...] uso as palavras “camponês” e “campesinato”, ao me referir ao Brasil, porque são palavras incorporadas, ainda que indevidamente, ao nosso discurso político e ao trato da Questão Agrária. Estou pensando no agricultor familiar e seu mundo, que ainda preserva muitos traços culturais do velho mundo camponês europeu que se adaptou ao nosso país de diferentes modos, em diferentes ocasiões e por diferentes meios. Mas penso, sobretudo, no pequeno agricultor familiar, proprietário ou não da terra, que organiza sua vida mediante diferentes graus e modalidades de combinação da produção para o mercado com a produção direta dos meios de vida. Mas sujeito, portanto, a condutas e relacionamentos e a uma visão de mundo de tipo tradicional”. Outro aspecto importante salientado por Abramovay, em relação à caracterização da agricultura familiar, é que não dá para conceber as chaves analíticas *chayanovista* de manutenção da família rural como eixo centralizador, já que haveria um deslocamento da agricultura de base familiar para a responsabilidade pessoal e individual. Isso se dá pelo fato de que em muitas unidades produtivas nas quais o chefe da família é agricultor, mas os outros membros exercem algum tipo de profissão urbana.

⁴⁹ ABRAMOVAY, Ricardo. Paradigmas do capitalismo agrário em questão. Campinas: Unicamp, 1992.

A Questão Agrária, por outro lado, está preocupada com as transformações ocorridas nas relações sociais e trabalhistas, evidenciando-se outras perguntas, a exemplo de “como se produz”, “de que forma se produz”. Se temos, por um lado, fatores como a quantidade e o preço dos bens produzidos para entender a questão agrícola, por outro, a maneira como se organiza o trabalho e a produção, além da qualidade da renda e do emprego dos trabalhadores rurais são importantes para compreender a Questão Agrária⁵⁰.

Logo, existiria um espectro mais amplo da produção agrícola e sua influência sobre os modos de reprodução da sociedade que, pautada nas dimensões político-econômicas, originam a ideia de Questão Agrária. Na melhor das circunstâncias, a produção agrícola nos revela dois padrões bastante distintos e dicotômicos, presentes na agricultura brasileira: a agricultura familiar e a agricultura empresarial (ou o que chamamos de agronegócio). A primeira, arrolada pelo emprego da mão de obra familiar e pela diversificação da produção, e a segunda, por sua vez, pautada na produção da monocultura agroexportadora em grandes extensões de terra e pela tecnificação em massa dos processos produtivos no campo. Todavia, o tema da Questão Agrária está para além da dicotomia produzida pela produção agrícola.

O geógrafo Bernardo Mançano sugere o entendimento da Questão Agrária pela perspectiva da relação entre conflito por terra e o desenvolvimento rural, as quais, segundo o autor, não podem ser vistas como peças separadas de um jogo bastante complexo. Acionando-se a ideia de “conflitualidade”, o autor explica que os conflitos por terra, por serem territorialmente localizados, não podem ser compreendidos apenas pelo momento do enfrentamento entre classes ou entre camponeses e Estado. A noção de conflitualidade permite evidenciar que o conflito é um processo constante, alimentado pelas contradições e desigualdades que o capitalismo proporciona, pois “O movimento da conflitualidade é paradoxal ao promover, concomitantemente, a territorialização-desterritorialização-reterritorialização de diferentes relações sociais”⁵¹. O conflito seria assim parte integrante do

⁵⁰ SILVA, José Graziano da. O que é Questão Agrária? São Paulo: Editora Brasiliense, 1980.

⁵¹ FERNANDES, Bernardo Mançano. Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: STÉDILE, João Pedro (Org.). A Questão Agrária no Brasil: O debate na década de 2000. São Paulo: Expressão Popular, 2013, p. 174.

desenvolvimento e coloca, portanto, em disputa tipos diferentes de modelos de desenvolvimento territorial rural.

Já a antropóloga Delma Peçanha⁵², propõe uma reflexão do tema da Questão Agrária como parte inerente a uma discussão mais ampla: a questão social - crucial para entender as problemáticas ocorridas com a industrialização e a pauperização em massa, no contexto brasileiro. Segundo a autora, a questão social consiste em um “[...] termo agregador de um conjunto de problemáticas refletidas e difundidas para trazer à consciência pública, os problemas vinculados às condições de organização da vigente sociedade” ou, conforme também aponta, consiste na problematização de “[...] formas de integração e de inserção sociais, reformas políticas ou revoluções, alimentadas por diversos sistemas de ideias, pelos quais contradições são explicitadas”. Assim, fundada nas contradições da sociedade capitalista, a questão social recebeu algumas subdivisões conforme ênfase atribuída a certos problemas sociais, a exemplo de Questão Agrária, questão urbana, questão ambiental etc.

Nesse contexto, a relação entre capitalismo, uso e controle da terra traz consigo um contíguo de problemáticas que podem ser consideradas como a Questão Agrária, mas que devem ser analisadas dentro de uma perspectiva maior, da questão social, haja vista que a formação da sociedade brasileira e boa parte dos problemas que disso decorre é fruto de nossa estrutura agrária.

Assim,

[...] a Questão Agrária pode ser entendida como expressão de modos de problematização das formas de expansão do capitalismo no campo. Como ela está diretamente relacionada com o modo de produção geral da sociedade, pode ser entendida como a relação do modo de produção da sociedade com o uso da terra. A maneira como a terra é apropriada está diretamente ligada aos princípios hegemônicos (que não negam os contrastantes) de produção da sociedade. Melhor delimitando, a Questão Agrária, independentemente da perspectiva analítica adotada, abarca a construção de problemáticas decorrentes das historicamente datadas relações de produção no campo, mais especificamente, das formas de expansão do capitalismo nas relações agropecuárias⁵³.

⁵² NEVES, Delma Peçanha. Questão Agrária: projeções societais em confronto. Textos e debates, Boa Vista, n .31, 2017, p. 80.

⁵³ Ibidem, p. 82.

No intuito de transformar o conceito da Questão Agrária em termos práticos, mais palpáveis à luta prática que acontece no núcleo dos movimentos sociais, alguns autores preferem utilizar a expressão “problema agrário” ou “problema do campo”⁵⁴. O geógrafo Bernardo Mançano é mais preciso e vai a outra direção, pois, para ele, a “[...] Questão Agrária não é problema em si, mas é problema da contradição inerente do sistema capitalista, que se movimenta e se perpetua por meio de seu paradoxo”⁵⁵. Atualmente, o termo vem sendo utilizado por instituições internacionais como forma de propor saídas aos impactos sociais e econômicos ocasionados pela expansão do agronegócio no campo, mormente, fator original das crescentes misérias e desigualdades vividas pelos países periféricos⁵⁶.

⁵⁴ STÉDILE, João Pedro. A Questão Agrária e o socialismo. In: STÉDILE, João Pedro (Org.). A Questão Agrária no Brasil: O debate na década de 1990. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

⁵⁵ Fernandes, 2013, p. 183.

⁵⁶ Bauer, 2007.

2.2 Questão Agrária nos clássicos nacionais

Inicialmente, as principais discussões teóricas acerca do tema da Questão Agrária no Brasil tiveram como expoentes autores pecebistas, cepalinos, ligados à Igreja Católica, ao socialismo e a pensadores do conservadorismo econômico, ainda nos idos de 1960. São autores que, apesar de muitos já terem suas teses sobre a Questão Agrária consideradas ultrapassadas, foram importantes para entender a realidade do desenvolvimento do Estado brasileiro. Incontornáveis, ainda que em epítome, ajudam-nos a compreender a formação, interpretação e solidificação do problema da terra no Brasil.

As publicações de Alberto Passos Guimarães, autor pecebista, estão entre as mais importantes sobre o tema da revolução agrária no Brasil. Seus escritos se diferem de outros autores que tentaram dar conta da Questão Agrária pela forte influência marxista-leninista, advinda, outrossim, de sua militância comunista. “Passos Guimarães confere centralidade à Reforma Agrária brasileira redistributivista (sic) [...]”⁵⁷, ao passo que aponta a gênese, consolidação e fragilidade do modo de domínio do território brasileiro implantado por Portugal, assim como o protagonismo que o camponês deveria assumir no projeto revolucionário.

Sua principal tese estava balizada na superação do que ele chama de “resíduos feudais”, isto é, segundo suas proposições, o latifúndio brasileiro se comportava como um tipo de feudalismo agrário cujo capitalismo não tinha o poder de transformá-lo. As formulações de Passos Guimarães tinham por objetivo primeiro mostrar como ocorrem a ocupação do território brasileiro, por um viés, político-administrativo. Em Passos Guimarães, a transformação do modo de reprodução social no campo só poderia ser alcançada pela aliança entre os camponeses e os proletários, bem ao molde leninista de revolução. Essa frente de luta seria de suma importância na medida que criaria “[...] as correias de transmissão que irão ligar o proletariado e o movimento

⁵⁷ SANTOS, Raimundo. Alberto Passos Guimarães e a Reforma Agrária não-camponesa. In: SANTOS, Raimundo (Org.). *Agraristas Políticos Brasileiros*. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira, 2007, p. 92.

democrático das cidades aos camponeses e ao movimento democrático do campo”⁵⁸.

Nesse sentido,

O resgate da feudalidade e o combate às teorias do “capitalismo colonial” e do “capitalismo agrário” visavam revelar a incidência “nada inocente” dessas concepções, uma vez que a postulação de uma origem e evolução em sentido comercial-capitalista de nossa economia agrária tornava desnecessária a mudança de suas estruturas, debilitando a contemporaneidade da Reforma Agrária⁵⁹.

Especialmente na obra “Quatro séculos de latifúndio” (1968), Passos Guimarães assinala que o motivo de a formação colonial brasileira ter sido assentada em bases feudais foi a transferência de instituições políticas por parte da metrópole que tinha por objetivo assegurar o domínio sobre a exploração da terra. Em outras palavras, devido à decadência dos fidalgos em Portugal e à ascensão de um forte grupo mercantil, aos primeiros foram cedidos o direito de exploração da colônia, configurando-se em um sistema econômico mais atrasado do que o encontrado na metrópole. Desse modo, os fidalgos, à medida que perderam os poderes na metrópole, tentavam reproduzi-los na colônia, tal como afirma Passos Guimarães⁶⁰:

Desde o instante em que a metrópole se decidira a colocar nas mãos da fidalguia os imensos latifúndios que surgiram dessa partilha, tornar-se-ia evidente o seu propósito de lançar, no Novo Mundo, os fundamentos econômicos da ordem de produção feudal.

O modo de produção colonial fundamentada no monopólio da terra demonstrava, segundo Passos Guimarães, um estágio de produção agrícola inferior, bem próximo aos modos de produção pré-capitalista europeu. Só que, no caso brasileiro, em vez de usar servos da gleba, foram utilizados escravos. Mesmo após a abolição da escravatura, pelo modelo de interpretação de Passos Guimarães, o país

⁵⁸ GUIMARÃES, Alberto Passos. As três frentes da luta de classes no campo brasileiro. In: SANTOS, Raimundo (Org.). Agraristas Políticos Brasileiros. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira, 2007, p. 145.

⁵⁹ SANTOS, Raimundo. Alberto Passos Guimarães num velho debate. Estudos, Sociedade e Agricultura, n. 2, 1994, p. 53.

⁶⁰ GUIMARÃES, Alberto Passos. Quatro séculos de latifúndio. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968, p. 24.

não perdeu suas características feudais, mantendo-se o modo de produção e organização da propriedade que vigorava na metrópole portuguesa.

Outro importante aspecto assinalado por Passos Guimarães foi o monopólio feudal e colonial da terra que se compunha na garantia do poder por parte dos latifundiários, pautada em relações extraeconômicas. Esse tipo de monopólio impedia que o trabalhador tivesse liberdade ao vender sua força de trabalho, já que estaria forçado e submissos às grandes fazendas, instituindo-se assim, formas pré-capitalistas de renda, como “[...] a renda trabalho, que obrigava o trabalhador à prestação pessoal de trabalho gratuito; ou a renda produto, que determinava que o trabalhador, em troca do uso da terra, desse ao proprietário da terra parte dos produtos que ele produzia”⁶¹. Nas palavras de Passos Guimarães o poder extraeconômico é o que permitia que o feudalismo sobrevivesse, porque isso geraria um conjunto de relações coercitivas que obrigava o trabalhador a lavrar uma terra que não era dele.

Por consequência, algumas características faziam com que o monopólio feudal e colonial da terra impedisse que o desenvolvimento das forças produtivas nacionais acontecesse, afirma Passos Guimarães. A primeira podia ser entendida como o objetivo principal do sistema latifundiário feudal-colonial, que era a exportação de toda a sua produção e com isso exportaria também parte da renda e dos lucros produzidos no país. Entretanto, para que esse sistema de exportação funcionasse era transferido todo o ônus decorrente do processo para os trabalhadores rurais e a população pobre do país. O segundo, decorria da necessidade de uma organização de redes “intermediários-compradores” e de “intermediários usuários” que seriam responsáveis pela “[...] transferência da parte dos lucros especulativos para as mãos dos trustes internacionais, como no sentido de ainda mais reduzir a remuneração dos trabalhadores agrícolas”.⁶² E por fim, à medida que o sistema pré-capitalista de produção e distribuição promovia a evasão de parte da renda para o exterior, descapitalizava o país e limitava o desenvolvimento industrial.

⁶¹ RODRIGUES, Fabiana de Cássia. O papel da Questão Agrária no desenvolvimento do capitalismo nacional, entre 1950 e 1964, em Caio Prado Jr., Celso Furtado, Ignácio Rangel e autores pecebistas. 122f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Programa de Pós-Graduação do Instituto de Economia da Unicamp, Campinas, 2005, p. 92.

⁶² Guimarães, 1968, p. 54.

Nesse sentido, Nelson Werneck Sodré, no contexto de sua militância dos anos 1950, no Clube Militar, e do seu ingresso no ISEB, contribuiu veementemente com o pensamento pecebista e possui algumas conversões com Alberto Passos Guimarães, sobretudo, no que concerne à influência de características pré-capitalistas que agravariam a Questão Agrária no campo. Embora, outrora, tenha defendido que o Brasil vivia em uma espécie de “capitalismo colonial”⁶³, posteriormente reformulou seu posicionamento e teve em sua tese de “regressão feudal” grande importância analítica para o período. É importante ressaltar que Werneck Sodré ao descrever as relações feudais no Brasil não as coloca em igualdade com as formas feudais europeias, ao contrário, em suas obras buscou particularidades e nuances pré-capitalistas da formação de nosso território.

As particularidades feudais apontadas por Werneck Sodré estão balizadas por três orientações, *a priori*,

[...] a do desenvolvimento desigual, relevante quando se focaliza a emergência do Brasil para a história, a ser levada em conta na discussão dos problemas históricos e a recomendar atenção cuidadosa na passagem do universal ao particular; a da "contemporaneidade do não-coetâneo" das formas sociais, dada a diversidade e extensão do país; e o aspecto da transplantação dos elementos que fundamentam a sociedade dos descobridores⁶⁴.

Werneck Sodré partiu da compreensão de que o modo de produção majoritariamente escravista, determinada pelas ligações mercantis voltadas para exportação e orientada por um processo de acumulação primitiva do capital, sofria uma acentuada decadência⁶⁵ econômica que tinha por consequência o definhamento de certos setores econômicos. Em detrimento dessa regressão, vão solidificando-se relações de dependência próximas à servidão. Em suas obras, ao se referir ao feudalismo, Werneck Sodré aludia ao grande latifúndio com técnicas de produção

⁶³ Para Alberto Passos Guimarães (1968, p. 49): “A teoria do capitalismo colonial não é, assim, um achado histórico tão inocente quanto parece. É uma teoria conservadora, reacionária que, bem arrumada, se encaixa perfeitamente nos esquemas políticos mais retrógrados. A negação ou mesmo a subestimação da substância feudal do latifundismo brasileiro retira da Reforma Agrária sua vinculação histórica, seu conteúdo dinâmico e revolucionário”.

⁶⁴ SANTOS, Raimundo. Duas gerações de intelectuais pecebistas. Estudos, Sociedade e Agricultura, v. 1, 1993, p. 1.

⁶⁵ Werneck Sodré se refere, principalmente, ao término no período áureo em Minas Gerais e a perda da primazia no comércio mundial de açúcar, no Nordeste.

extremamente atrasadas, ainda do século XIX, e o seu poder de dominação sobre a grande massa de trabalhadores rurais⁶⁶.

Nas formulações sobre a Questão Agrária brasileira de Werneck Sodré,   importante salientar que a aboli o da escravatura não resultou na absor o do trabalhador livre pelo mercado, isto  , os ex-escravos não se tornaram automaticamente trabalhadores assalariados. O avanço lento do modo de produ o capitalista permitiu a coexistência do feudalismo e do capitalismo, fato que impossibilitou, na visão de Werneck Sodré, o dito processo de “regressão feudal”. O combate e a supera o do imperialismo e do mercado agroexportador feudal viria pela afirma o da burguesia nacional com respectivo desenvolvimento da indústria nacional, que colocaria o Brasil na trilha das exigências da ordem capitalista mundial. Com efeito, a erradica o dos grandes latifúndios pouco produtivos e, portanto, responsáveis pelo atraso industrial, pela condi o de miséria e semisservid o que atingiu os camponeses deveriam ser combatidas pela Reforma Agrária, convergindo dessa maneira com as indica es teóricas de Passos Guimar es⁶⁷.

A supera o do problema agrário e a elimina o dos restos feudais apareceriam na obra de Passos Guimarães, *As três frentes da luta de classes no campo brasileiro* (1960), evidenciada com bastante clareza no papel dos protagonistas da Reforma Agrária, por meio de três frentes de atua es possíveis. A primeira frente consistiria na “frente dos assalariados e semiassalariados” com a organiza o em associa es de classe, despertando-os ideologicamente para luta de classe. Ademais, a constitui o de uma “frente contra o latifúndio”, composta por uma grande massa de camponeses semif feudais e camponeses pequeno-burgueses e burgueses. E, por último, uma “frente de luta contra o imperialismo”, ainda mais ampla que as outras duas, com vistas a romper com o monopólio estrangeiro ou, noutras palavras, o imperialismo, que mantinha o poder segundo os interesses de grupos econômicos estrangeiros específicos. Nesse sentido, para o autor, existiriam dois caminhos possíveis para o desenvolvimento capitalista no campo brasileiro: o caminho

⁶⁶ SODRÉ, N lson Werneck. *Forma o Histórica do Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1963.

⁶⁷ PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. Seis interpreta es sobre o Brasil. *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 3, 1982.

reformista e o caminho revolucionário. Contudo, apenas uma destruição das formas pré-capitalistas (caminho revolucionário) de bases feudais inspiradas no antigo regime instituiria o desenvolvimento democrático apoiado no capitalismo de estado e na propriedade camponesa⁶⁸.

Caio Prado Jr., embora também pertencesse inicialmente aos quadros do PCB, tinha uma visão contrária a Passos Guimarães e a Werneck Sodré. Para o autor, a Questão Agrária brasileira estava posta nas condições sub-humanas vividas pelas relações de trabalho no meio rural. Com isso, a revolução estaria baseada em superar as contradições do capitalismo, que se materializava nas relações de trabalho. “Decorre daí o conflito básico nela presente – como aliás se verifica nos fatos - gira em torno da reivindicação, pelos trabalhadores empregados, de condições mais favoráveis de trabalho, como sejam melhor remuneração, segurança no emprego, tratamento adequado etc.”⁶⁹

Destarte, em Caio Prado Jr., a Reforma Agrária teria um papel secundário, pois sua tese estava centrada na defesa da legislação social-trabalhista⁷⁰, haja vista que acreditava em uma crescente da força de trabalho assalariada⁷¹. O autor determina três características que impediriam a superação das contradições da sociedade e da economia brasileira: a grande propriedade latifundiária, a monocultura e o trabalho escravo, que são, via de regra, fenômenos que se complementam na história agrária do Brasil. Essas características projetavam uma apropriação da terra conflitante entre trabalhadores rurais e grandes proprietários de terra. A natureza dessa relação era definida, nas teses de Caio Prado Jr., por uma forte assimetria de poder fundamentada na alta concentração de terra. Nos termos de Caio Prado Jr.,

Os grandes proprietários e fazendeiros, lavradores embora, são antes de tudo homens de negócio para quem a utilização da terra constitui

⁶⁸ Guimarães, 2007.

⁶⁹ PRADO JR., Caio. A revolução brasileira. São Paulo: Editora Brasiliense, 1966, p. 204.

⁷⁰ DELGADO, Guilherme. A Questão Agrária no Brasil, 1950-2003. In: RAMOS FILHO, Luiz Octávio; ALY JÚNIOR, Osvaldo (Ed.). Questão Agrária no Brasil: perspectiva histórica e configuração atual. São Paulo: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, 2005.

⁷¹ Passos Guimarães (2007, p. 145) faz uma alusão direta a esse ponto em um debate com as teses de Caio Prado Jr.: “Não participo da convicção do companheiro Caio Prado Júnior, de que os assalariados estão em absoluta superioridade no campo e de que as formas assalariadas já estão predominando de modo incontestável em todos os setores da produção agrícola”.

um negócio como outro qualquer [...]. Do outro lado, para os trabalhadores rurais, para a massa camponesa de proprietários ou não, a terra e as atividades que nela se exercem constituem a única fonte de subsistência para eles acessível⁷².

Se, por um lado, tínhamos as teses de Passos Guimarães e Werneck Sodré, o Brasil possuía resquícios feudais que impediam o pleno desenvolvimento nacional, por outro lado, Caio Prado Jr. não negava totalmente a influência do passado colonial, mas, para ele, o símbolo desse resquício estava na exploração do trabalhador assalariado no campo. Contudo, esse tipo de relação proeminente do período colonial, ao contrário do pensamento hegemônico dos pecebista, para Caio Prado Jr. tinha como protagonista os proletários rurais. A revolução brasileira nos escritos do autor resolveria parte da Questão Agrária na medida que romperia a pobreza vivenciada pelos proletários rurais. “Se nos propormos analisar e corrigir a deplorável situação de miséria material e moral da população trabalhadora no campo brasileiro – e nisso consiste preliminarmente, sem dúvida alguma, a nossa Questão Agrária – é disso que nos devemos ocupar em primeiro e principal plano”⁷³.

Moisés Vinhas, outro autor pecebista, na obra *Problemas agrário-camponeses do Brasil* (1968), fez parecer que Caio Prado Jr. era um autor isolado do quadro do PCB. Em uma apreciação direta, aponta diversas críticas aos postulados de Caio Prado Jr. inclusive em sua leitura do *leninismo*. Para Moisés Vinhas, as contradições de Caio Prado Jr. estavam nos apontamentos de que o Brasil era um país dependente e subdesenvolvido, tal como aparece na obra *A Revolução Brasileira*, e de que não haveria a categoria de camponeses (pobres ou ricos) já que não seriam iguais aos camponeses clássicos europeus. Entretanto, em outras circunstâncias⁷⁴, Caio Prado Jr. afirmaria que o país é eminentemente capitalista. Moisés Vinhas indaga, a partir dessa crítica, qual seria a mudança ocorrida na estrutura social e econômica que deslocou o Brasil do mundo subdesenvolvido⁷⁵.

⁷² PRADO JR., Caio. *A Questão Agrária do Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981, p. 22.

⁷³ *Ibidem*, 22.

⁷⁴ Provavelmente Moisés Vinhas se refere a obras posteriores e as contradições encontradas por ele na mesma obra.

⁷⁵ VINHAS, Moisés. *Problemas agrário-camponeses do Brasil – 1968*. In: STÉDILE, João Pedro (Org.). *A Questão Agrária no Brasil: o debate tradicional: 1500-1960*. São Paulo: Expressão Popular, 2005, p. 131.

Denota-se um certo ecletismo nesta obra. Este ecletismo origina-se de um erro teórico básico: Caio Prado Júnior, neste livro, considera o Brasil um país capitalista, pois afirma que só há operários e burgueses no campo e na cidade, e, simultaneamente, diz ser um país dependente, atrasado ou subdesenvolvido. Daí as vacilações que surgem na apreciação dos fatos. Se é um país dependente, subdesenvolvido, a correlação de forças é uma; se é um país capitalista, a correlação de classes é outra; daí se originando, pois, as soluções diferentes em cada sociedade.

Fora do quadro teórico dos intelectuais orgânicos do partido comunista, uma corrente teórica se destacou nos estudos sobre a Questão Agrária: Escola da Cepal (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe), que teve, como um de seus principais expoentes, Celso Furtado. A fome e a produção agrícola eram um dos temas centrais para Celso Furtado e, com efeito, elemento estruturante da Questão Agrária no Brasil. Baseado no Plano Trienal 1963-1965, o autor afirma que haveria um caráter inelástico da oferta de alimentos devido às pressões do crescimento da demanda urbana e industrial. A questão para Celso Furtado estava na industrialização em curso pós-revolução de 1930 que era o processo central do desenvolvimento econômico do país.

O estímulo da produção agrícola realizado através do crescimento extensivo da produção trazia problemas graves para a formação nacional, gerando pobreza e miséria. Isso ocorria porque a base desse tipo de produção estava pautada em dois fatores de produção: a terra e a mão de obra. O primeiro fator de produção influenciava fortemente sobre o segundo, à medida que a concentração fundiária ocasionava forte dependência da grande massa de trabalhadores rurais que não tinham outra alternativa a não ser vender sua força de trabalho em condições precárias - e, nesse ponto, as teses de Celso Furtado iam de encontro às de Caio Prado Jr. Dadas as técnicas rudimentares de produção, as empresas agrícolas tinham de explorar cada vez mais novas terras, a fim de aumentar a produção dos bens agrícolas⁷⁶.

Assim,

Em face dessa abundância de recursos, a extrema concentração da propriedade da terra permite à empresa agro-mercantil impor à população rural salários ínfimos; por outro lado, o baixo custo da mão

⁷⁶ FURTADO, Celso. *Análise do Modelo Brasileiro*. 7 ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1982, p. 119.

de obra transforma-se em barreira à penetração do progresso técnico,
[...]

Resolver a Questão Agrária em Celso Furtado passava, indubitavelmente, pela reestruturação do setor rural. De outra maneira, incorria tanto em elevar o padrão de vida no campo e na cidade, além de fomentar o avanço tecnológico do processo produtivo rural. Nesse sentido, Celso Furtado se preocupou com a industrialização integrada das mais variadas regiões do país e, de forma especial, com a Questão Agrária do Nordeste, que apontava para um atraso em relação à região Sudeste, obstáculo para o desenvolvimento nacional.

Ignácio Rangel, embora influenciado pela corrente de pensamento cepalina projetou-se em uma trajetória intelectual mais independente dos demais⁷⁷, todavia, formulou questões importantes sobre o problema agrário. Compartilhava das ideias de Celso Furtado ao preponderar que o Brasil precisava passar por uma reestruturação do setor agrícola, haja vista um projeto de desenvolvimento nacional em curso. Disso decorria a necessidade de mudança no modo de vida dos pequenos produtores rurais, atentando-se para diversificação da produção a partir da inovação tecnológica e econômica.

Outro ponto de inquietação de Ignácio Rangel estava na disposição e organização da mão de obra, mormente, fruto de uma superpopulação rural (a princípio apontada pelo autor no Nordeste, principalmente), que tendia a fluir para as cidades, agravando-se ainda mais a crise agrária. No entanto, o autor ressalta que a essa questão não se aplica uma explicação demográfica, ou seja, não havia superpovoamento absoluto. Na verdade, a explicação encontra lugar na formação de um excedente de mão de obra que o sistema econômico não tinha como absorver, afirma Ignácio Rangel. Apesar de não ver como solução primeira da crise a Reforma Agrária, propõe, tal como o pensamento hegemônico pecebista (principalmente Passos Guimarães e Werneck Sodré), sua fundamenta o em um tipo de resquício

⁷⁷   importante ressaltar, no entanto, que Ignácio Rangel (1986, p. 73) tinha convergência com as teses pecebistas de Passos Guimarães e Werneck Sodré no que se refere   permanência de características feudais que agravavam o problema agrário no Brasil. Para ele, “[...] os dois regimes – o capitalista e o feudal – coexistiram por vários dec nios, a exemplo dos trabalhadores temporários de cana-de-açúcar no Nordeste, cujas famílias continuavam instaladas nas parcelas cedidas pelo latifúndio tradicional”.

feudal. “A economia feudal, com sua notória estagnação tecnológica, tem no crescimento da população a sua forma dominante de crescimento, e é esse fato que define sua lei própria de população, com a tendência à expansão indefinida desta”⁷⁸.

Uma vertente mais conservadora da economia, que tinha como principal fundamentador o uspiano Delfim Netto, também protagonizou parte do debate sobre a Questão Agrária, contudo, através de um pensamento radicalmente contrário dos demais. Em suma, essa vertente polemizava as teses a favor da Reforma Agrária, principalmente, ao desconsiderar problemas em nossa estrutura fundiária e a crise instaurada nas relações de trabalho no campo. Delfim Netto travou um debate contra a tese da rigidez da oferta agrícola defendida pela Cepal, propondo, ao contrário, um alto grau de funcionalidade da agricultura no que se refere ao desenvolvimento do país que estaria embasada pela liberação de mão de obra para o setor industrial, não comprometendo a oferta de produtos agrícolas, pela expansão da exportação de produtos, pela emergência de mercados para produtos agrícolas, e pela contribuição para capitalização da economia brasileira⁷⁹.

Por fim, a corrente progressiva da Igreja Católica que não se constituiu necessariamente em debates teóricos, mas importa assinalar, haja vista que Martins assumiria certa contribuição (e simpatia) com sua doutrina social. Tal como apontaremos ao longo do trabalho, a Igreja assume, por intermédio da posição de alguns bispos progressistas, um papel importante na luta contra injustiças e exclusão social no campo, mas, por outro lado, trava um embate com o PCB no que tange ao papel da mediação dos trabalhadores rurais. Desse modo, a Questão Agrária ganharia uma visão teleológica, concebendo a terra como um bem essencial das condições de reprodução humana. “O foco da questão agrária nas Cartas Pastorais e manifestações do episcopado nos anos 50/60 foi a tentativa de aplicação da Doutrina Social da Igreja em contraste a uma realidade agrária de grave injustiça e exclusão social, então denunciadas pelo episcopado”⁸⁰. Ressalta-se, ainda, que o pensamento social da

⁷⁸ RANGEL, Ignácio. A Questão Agrária brasileira. In: SILVA, José Graziano da (Org.). Questão Agrária, industrialização e crise urbana no Brasil. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000, p. 172.

⁷⁹ DELGADO, Guilherme. Expansão e modernização do setor agropecuário no pós-guerra: um estudo da reflexão agrária. São Paulo, Estudos Avançados, v. 15, n. 43, 2001.

⁸⁰ Ibidem, p. 160.

Igreja esteve fortemente influenciada pela Teologia da Libertação,⁸¹ dentro de um contexto de lutas experimentadas na América Latina.

⁸¹ “[...] movimento religioso muito vinculado às lutas populares e que buscou, nas análises socialistas, especialmente no marxismo, o escopo material para as suas análises sociais e econômicas. Esse movimento ganhou força nas organizações populares do campo e esteve na origem do mais importante movimento social do Brasil nos últimos vinte anos: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)” (NETO, 2007, p.1).

2.3 E para Martins?

Na verdade, a Questão Agrária engole a todos e a tudo, quem sabe e quem não sabe, quem vê e quem não vê, quem quer e quem não quer [...] ⁸².

Os próximos Capítulos buscam responder justamente o que consiste a Questão Agrária para Martins, mas tentaremos apresentar os termos de uma definição apropriada e objetiva. De certo, em Martins, a Questão Agrária é também um conceito polissêmico e que dele deriva diversas outras questões “menores” (Reforma Agrária, movimentos sociais, trabalho escravo etc.), as quais ele desenvolve durante sua carreira como pesquisador. Outra hipótese é de que Martins, recorrentemente, se baseia na literatura política clássica para definir o que consiste a Questão Agrária:

[...] a Questão Agrária é, em termos clássicos, o bloqueio que a propriedade da terra representa ao desenvolvimento do capital, à reprodução ampliada do capital. Esse bloqueio pode se manifestar de vários modos. Ele pode se manifestar com a redução da taxa média de lucro, motivada pela importância da renda quantitativa que a renda fundiária possa ter na distribuição da mais-valia e no parasitismo de uma classe de rentista ⁸³.

Martins continua fazendo uma ressalva para o contexto brasileiro,

Não é manifestamente o caso brasileiro, ou não o é especialmente, embora também o seja de um modo indireto. O tempo da Questão Agrária é o tempo longo dos bloqueios, dificuldades e possibilidades a que o Estado faça uma revisão agrária de alcance histórico e estrutural, mais contida ou mais ousada ⁸⁴.

A contradição estrutural que o capitalismo produz, de um lado, a acumulação de riqueza e, de outro, a pobreza e a miséria. A Questão Agrária estaria, desse modo, vinculada à sujeição da renda da terra ao capital e à figura do camponês, à margem desse processo. A expropriação do camponês ⁸⁵, a compra e a venda da terra e o

⁸² Martins, 1994, p. 13.

⁸³ Martins, 2000, p. 99.

⁸⁴ Ibidem, 99-100.

⁸⁵ Martins (2000), sobre as concepções de “camponês” e “agricultor familiar”, em publicações mais recentes, diverge de alguns dos seus contemporâneos. Inicialmente, para ele, a

assalariamento do trabalhador rural em condições precárias (quando não, escravas) são faces da mesma moeda, isto é, o mecanismo básico de expansão do capitalismo no meio rural. Em suma, seria a passagem de uma economia de excedentes para a apropriação e o controle das terras pelo capital.

Outro aspecto relevante e presente em boa parte das formulações, e em Martins não é diferente, é que existe uma convergência de que o camponês ou agricultor familiar são peças centrais quando se pensa a Questão Agrária. Central no sentido de serem os mais impactados, pois, na realidade, o protagonismo da Questão Agrária geralmente fica por conta das consequências (sejam elas boas ou ruins) que o capitalismo provocava sobre o mundo rural. Nos projetos de intervenção que intentavam resolver a Questão Agrária a partir de 1960, Martins se colocou ao lado da Igreja, pois, para ele, era o único projeto que tinha condições de dar voz aos excluídos do campo, ou seja, aos verdadeiros prejudicados pelos problemas da terra. Por isso, há todo um debate travado por Martins contra a esquerda pecebista e seu projeto de revolução agrária.

O enfoque dado ao camponês⁸⁶, o entendimento particular da expansão do capitalismo e suas consequências, sobretudo, em seus trabalhos direcionados às regiões de fronteira, fazem de Martins um dos autores mais revisitadas sobre o tema da Questão Agrária. A especificidade de seus estudos está, além do mais, pautada no desvendamento da contraditória expansão do capitalismo, materializado pela constante recriação de formas não capitalistas de organização do campo. Na obra *Capitalismo e Tradicionalismo* (1975), Martins expõe aspectos elementares sobre a expansão capitalista no mundo rural, sobretudo em sua tese de que, ao invés do que se convencionava, relações sociais “arcaicas” não impediam o desenvolvimento pleno do capitalismo, pelo contrário, era parte inerente à sua ampliação.

terminologia “camponês” foi incorporada de forma indevida em nossos discursos políticos e no trato da Questão Agrária. Segundo o autor, o mais apropriado é agricultor familiar, já que possui a capacidade de preservar traços culturais do camponês europeu e de se adaptar a novas demandas do mundo capitalista. Embora a Questão Agrária em Martins seja marcada pela “produção capitalista de relações não capitalistas de produção”, há um processo no qual o agricultor se insere nas relações mercantis modernas que ele chama de “reinvenção social”.

⁸⁶ Em seus primeiros estudos utilizava-se a terminologia camponês, embora já fizesse a distinção com o campesinato europeu.

Contrariando algumas concepções clássicas sobre a Questão Agrária, para Martins,

[...] não é preciso que as forças produtivas se desenvolvam em cada estabelecimento agrícola ou industrial em cada sítio ou oficina, a ponto de impor a necessidade das relações caracteristicamente capitalistas de produção, de impor o trabalho assalariado, para que o capital estenda suas contradições e sua violência aos vários ramos da produção no campo e na cidade⁸⁷.

Destarte, a classe camponesa, para Martins, não detém vinculação com as teses de que propõem um tipo de “resquício feudal”⁸⁸, tal como encontradas em Alberto Passos Guimarães e em Werneck Sodré, apesar de não ir de encontro às formulações de Caio Prado Jr., as quais tendem a serem condicionadas ao assalariamento imposto pela incidência do capitalismo no campo. Segundo Martins, o que dificulta entender a relação entre expansão do capitalismo e o modo de reprodução socioeconômico da classe camponesa está na imprecisão da definição e da caracterização do nosso campesinato. O principal aspecto compreende o fato de que no Brasil, ao camponês, não foi concedido o direito à terra, restando-lhe a posse precária como a única alternativa possível de sobrevivência. O camponês se desenvolveu à margem do sistema escravista, latifundiário e agroexportador⁸⁹.

Martins não coadunava com a ideia de quatro séculos de latifúndio e via na política de sesmaria vantagens em relação ao posterior regime de propriedade da terra. Isso porque, em sua concepção, o Regime de Sesmarias, ao manter o poder das terras nas mãos do Estado, possibilitava o controle e a reorganização das áreas improdutivas, reavendo as grandes concentrações de terras. Passos Guimarães via, por outro lado, a política de Sesmarias como originária da crise agrária brasileira. Nas suas palavras: “Esclareça-se que as menores sesmarias eram, contudo, domínios imensos comparados com a capacidade de utilização de cada colonizador ou de cada família e longe se acham daquilo que razoavelmente estava ao alcance de um homem

⁸⁷ Martins, 1981, p.14.

⁸⁸ Guimarães, 1968; Sodré, 1963.

⁸⁹ ALMEIDA, Rosemeire Aparecida; PAULINO, Eliane Tomiasi. Fundamentos teóricos para o entendimento da Questão Agrária: breves considerações. Geografia, Londrina, v. 9, n. 2, 2000.

de medianas posses cultivar”⁹⁰. Para Passos Guimarães, nunca foi intenção da Corte Portuguesa praticar a democratização das terras com a política de Sesmarias, ao contrário, intentava concentrar poder nas fazendas dos senhores de engenho.

A explicação de Martins estava no fato de que, com a Proclamação da Independência, o Estado passou algum tempo sem qualquer tipo de regulamentação efetiva da propriedade da terra e, posteriormente, com a promulgação da Lei de Terras de 1850, a Questão Agrária se agravou. De um lado, a Lei de Terras reconhecia o direito de propriedade para aquelas já ocupadas e, por outro lado, destinava as não ocupadas o controle pelo Império que só poderiam ser adquiridas a partir da compra. Contudo, na visão do autor, a Lei não vinha para proteger os grandes fazendeiros já que pouco dependiam das instituições públicas, mas objetivava limitar a formação de novas propriedades da grande massa de trabalhadores livres que se formava com a abolição da escravatura, *a posteriori*.

Assim, a Questão Agrária para Martins passou a ser entendida por meio de um fenômeno paradoxal tendo em vista que a transição do trabalho escravo para o trabalho livre não resultou na predominância do trabalho assalariado. O trabalho assalariado não se difundiu facilmente pelo Brasil, havia, na verdade, um modelo de sociedade transitória provocando um lapso temporal de passagem com quase cem anos, afirma Martins. Desse modo, a expansão do trabalho assalariado nas cidades não ocorreu na mesma velocidade que no campo, incorrendo em diferentes modalidades de servidão que marcam esse período de transição. Portanto, essa transição colocava a seguinte Questão Agrária, a medida que o trabalho era escravo, a terra poderia ser livre, porém, se o trabalho fosse livre, a terra teria de ser escrava, mantendo, com isso, o poderio dos grandes fazendeiros e latifundiários. Daí, origina-se a expressão “cativeiro da terra”, que é tema de estudos de Martins, publicado em 1979. Nesse ponto, a terra se tornava verdadeiramente uma mercadoria⁹¹.

⁹⁰ Guimarães, 1968, p. 69.

⁹¹ Martins chama atenção para esse fato em uma publicação mais recente que concebe, inclusive, uma mudança do ponto de vista etimológico na palavra terra, que outrora possuía uma significação mística da relação entre homem e natureza. Para Martins, “[...] a palavra “terra”, reduzida a mero objeto de cálculo econômico, perde atributos que lhe são culturalmente próprios, base e referência de outras concepções da relação entre o homem e a natureza. “Terra” é uma categoria conceitual cujo empobrecimento etimológico está diretamente referido ao advento da moderna economia fundiária e mesmo ao direito. Entre

As consequências desses fatores, e que fazem parte de outro espectro da Questão Agrária, é a absorção de imigrantes europeus pobres para trabalharem nas grandes fazendas de cafés, por exemplo. Esses trabalhos configuravam um regime de contrato de empreitada pelos quais colonos trabalhavam no plantio e trato dos cafés até que se tornassem produtivos. Nesse período, recebiam o direito de plantar outros gêneros alimentícios para consumo próprio, podendo até mesmo vender o excedente, mas, na grande maioria, não havia o pagamento em dinheiro aos colonos por parte dos fazendeiros. Devido a esse processo, Martins recorria à teoria de “acumulação primitiva” de capital para entender as relações de produção estritamente capitalistas em suas consequências, já que geravam grandes lucros para as fazendas, mas que tinha sua origem, paradoxalmente, em relações não capitalistas de produção.

nós, foi a Lei de Terras, de 1850, que ao instituir no Brasil o moderno e atual direito de propriedade, criou a ideia da propriedade absoluta da terra, a terra-coisa” (MARTINS, 2014, p. 30-31).

2.4 Zander Navarro

O último meio século desmentiu diversas antevisões: da exacerbação da Questão Agrária, simbolizada nas disputas pela terra, às supostas tendências da concentração da propriedade fundiária e, mais ainda, as teses sobre “campesinatos”. Desaparecem assim alguns temas do passado, entre os quais a Reforma Agrária⁹²

Não é objeto primeiro deste trabalho, mas a título de complementação sobre o debate da Questão Agrária, temos, numa outra ponta, algumas discussões mais atuais e polarizadas feitas pelo sociólogo Zander Navarro e por outros pesquisadores⁹³. Zander Navarro ainda não possui o peso necessário para influenciar a sociologia rural tal como Martins e outros publicistas clássicos, todavia, tem levantado um debate acalorado sobre uma possível superação da Questão Agrária no Brasil. Suas publicações um tanto quanto polemizadoras, revive alguns temas que circundam o problema agrário, tal como a necessidade ou não da Reforma Agrária.

Zander Navarro tem organizado algumas publicações com o objetivo de demonstrar um conjunto de evidências sobre as mudanças estruturais ocorridas no mundo rural há pelo menos 50 anos, que implicariam em um novo padrão agrário e agrícola no país. Esse novo padrão, em sua visão, está pautado no intenso aumento da produção agrícola tecnificada, de um lado, e a escassez de mão de obra, por outro lado, seja pela migração e atração pelas cidades, seja pela falta de mecanização do processo produtivo que “encurrala” médios e pequenos produtores rurais. Outrossim, um processo de urbanização do campo brasileiro tende a provocar um esvaziamento paulatino do meio rural.

Em seu artigo intitulado *Por que não houve (e nunca haverá) Reforma Agrária no Brasil*⁹⁴, o autor traz uma problemática bastante controversa sobre a origem e apropriação da conceituação de Questão Agrária. Para ele, é preciso ter clareza do uso do termo Questão Agrária, vinculado de forma errada e distante de sua gênese.

⁹² BUAINAIN, Antônio Márcio et al. Sete teses sobre o mundo rural brasileiro. Revista de Política Agrícola, v. 22, n. 2, 2013, p. 115.

⁹³ Mormente, formado por pesquisadores da Unicamp e da Embrapa.

⁹⁴ NAVARRO, Zander. Por que não houve (e nunca haverá) Reforma Agrária no Brasil. In: BUAINAIN, Antônio Márcio et al. (Org.). O mundo rural no Brasil do século 21: A formação de um novo padrão agrário e agrícola. Brasília: Embrapa, 2014, p. 702.

Um exemplo disso seria as invasões ocorridas nas propriedades rurais de grandes empresários. Apesar de relativamente analisado como uma Questão Agrária passível de ser resolvida, em verdade, não teria ligação, por uma simples definição conceitual. Em epítome, “[...] o debate sobre a Questão Agrária, em sentido mais amplo e conceitual, é prerrogativa do pensamento socialista e suas diversas tradições, pois pretende contribuir para a crítica mais geral ao capitalismo”⁹⁵.

Para Zander Navarro, a Questão Agrária, de origem marxista, foi vista por muitos estudiosos como a teoria geral de explicação da sociedade, mas essa, ressalta o autor, tem lacunas em sua própria construção epistémica. Somente com a crítica ao próprio marxismo, a partir de 1970, é que a Questão Agrária pôde ser revista e suas bases argumentativas explicadas a contento. No Brasil, entretanto, houve uma interpretação majoritariamente baseada nos preceitos marxista-leninista, ignorando uma releitura por parte da literatura internacional que traria uma revolução teórica sobre os processos de expansão capitalista no campo, afirma Zander Navarro.

Dessa forma, a resolução prática relativa à Questão Agrária no Brasil seria para muitos autores a Reforma Agrária, compreendida como uma mudança radical, estrutural e fundiária do país. Nesse sentido, Zander Navarro elucida que nunca houvera Reforma Agrária no país, fato que é um consenso entre os estudiosos. Conforme o autor, o conceito de Reforma Agrária, em sua forma técnica, consiste num ato irrecorrível de transferência de direitos de uma determinada propriedade privada para desapropriação, portanto, isso só seria possível através da atuação do Estado. No Brasil, o documento que daria legalidade a uma possível Reforma Agrária seria o Estatuto da Terra de 1964⁹⁶, criado no período do Golpe Militar. O Estatuto não definiu a transferência irrecorrível da terra, mas, numa via contrária, da compra de terras através de títulos da dívida agrária. Por essa lógica, no Brasil, ocorreu apenas a

⁹⁵ Embora concordemos que, de fato, haja um conjunto de apropriações equivocadas, sobretudo, sem as bases conceituais necessárias para discutir a Questão Agrária em sua essência, isso não consiste dar para temática uma natureza estritamente socialista. Talvez, em sua origem, a Questão Agrária tenha sido constituída no berço do socialismo, mas o próprio Martins não se enquadra no estereótipo de autor de esquerda. Isso também não quer dizer que, à luz de um positivismo qualquer, as ciências sociais sejam livres de posicionamento ideológico por parte daqueles que a praticam, pois a própria escolha por um tema já diz sobre o lugar de fala.

⁹⁶ Martins tem preposições bastantes diferentes acerca da influência da Ditadura sobre a Questão Agrária brasileira, a ser apresentada mais à frente neste trabalho.

execução de programas governamentais pontuais para aquisição e redistribuição de terra a famílias pobres, interessadas nos loteamentos, o que não configuraria uma Reforma Agrária em sua essência.

Todavia, o ponto crítico da concepção de Zander Navarro está na negação de uma Questão Agrária, pós-século XXI.

As regiões rurais do Brasil, contudo, mostram que praticamente não existe mais uma Questão Agrária no Brasil, mesmo que os padrões de desigualdade social permaneçam praticamente intocadas, ilustrados pela distribuição de propriedade fundiária (um dos índices de Gini⁹⁷ mais altos do mundo). Se considerado o fator apenas terra, teoricamente uma situação geradora de conflitos sociais permaneceria como a marca principal das regiões rurais, mas esta não é mais a contradição que tenha a mesma dimensão do passado e gradualmente nos acostumamos com este padrão fundiário⁹⁸.

O economista Plínio de Arruda⁹⁹ fez duras críticas a esse postulado de Zander Navarro, em um trabalho intitulado *Notas críticas sobre a atualidade e os desafios da Questão Agrária*:

Não obstante as evidências de uma grave crise social no campo, a pensamento conservador insiste em desconstruir a Questão Agrária. Nos teóricos mais apaixonados do novo ruralismo, tal esforço assume forma caricatural. Um de seus expoentes chega ao extremo de combinar explicitamente a exaltação do agronegócio com a naturalização das desigualdades sociais e da concentração fundiária; o ataque raivoso contra qualquer proposta de mudança no campo; e a despudorada proposta de jubileu para o processo de grilagem de terra. Mais do que expressão objetiva da realidade, a cruzada para a desconstrução da Questão Agrária constitui sintoma inequívoco do medo pânico da burguesia brasileira em relação às ameaças de rebelião latentes no campo.

Outro economista, Pedro Ramos, também travou um embate teórico com Zander Navarro no que concerne ao desaparecimento da Questão Agrária, inclusive,

⁹⁷ “O Índice de Gini, criado pelo matemático italiano Conrado Gini, é um instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo” (WOLFFENBÜTTEL, 2014, p. 1).

⁹⁸ Navarro, 2014, p. 711-712.

⁹⁹ SAMPAIO, JR. Plínio de Arruda. *Notas críticas sobre a atualidade e os desafios da Questão Agrária*. In: STÉDILE, João Pedro (Org.). *A Questão Agrária no Brasil: O debate na década de 2000*. São Paulo: Expressão Popular, 2013, p. 190.

na mesma obra organizada por ele¹⁰⁰. O artigo intitulado *Uma história sem fim: A persistência da Questão Agrária no Brasil contemporâneo*, de Pedro Ramos, busca justamente colocar em voga elementos que corroboram a permanência da Questão Agrária nos debates da sociologia rural, principalmente. A primeira questão de enfrentamento a Zander Navarro diz respeito à queda na ocupação e emprego de mão de obra nos grandes estabelecimentos rurais, o que seria agravado, por exemplo, pela mecanização do plantio e da colheita de cana de açúcar, intensificando-se, dessa forma, um tipo de urbanização precária do campo, com nivelamento dos salários por um valor precário. Segundo dados do Censo de 2006, os mais atualizados na época da escrita do artigo do autor, a agricultura familiar seria responsável por 74% do total de pessoas ocupadas na agropecuária brasileira, apesar de deter apenas 24% da área total dos estabelecimentos rurais¹⁰¹.

Um segundo ponto estaria relacionado aos conflitos fundiários no Brasil, os quais, em relevante quantidade, possuem como motivadores os processos de grilagem, prática antiga no país, mas que, ao contrário do que muitos pesquisadores afirmam, ainda não foi extinta. Em consulta ao caderno de conflitos da CPT, o autor evidenciou que, dentre as categorias de análise¹⁰², os *conflitos de terra* passou de uma média anual de 542 conflitos mapeados em 1990 para 1.010, na década seguinte. Na mesma perspectiva temporal, o número de pessoas envolvidas passou de 380.182 para 617.641¹⁰³.

Existe, ainda, para Pedro Ramos, outro aspecto que agravaria a Questão Agrária: a disputa pelo resto do território passível de ocupação no Brasil, aumentando-se ainda mais o latifúndio. Segundo o autor, ao longo da história, o Estado incentivou, sobretudo nas décadas de 1960 e 1970, que empresas nacionais adquirissem imóveis rurais, incentivados por programas governamentais e com facilidade de acesso ao

¹⁰⁰ Tese presente no livro “O mundo rural no Brasil do século 21: A formação de um novo padrão agrário e agrícola” (BUAINAIN et al., 2014).

¹⁰¹ RAMOS, Pedro. Uma história sem fim: A persistência da Questão Agrária no Brasil contemporâneo. In: BUAINAIN, Antônio Márcio et al. (Org.). O mundo rural no Brasil do século 21: A formação de um novo padrão agrário e agrícola. Brasília: Embrapa, 2014.

¹⁰² O mapa de conflitos no campo da CPT possui quatro categorias de análise: conflitos de terra, conflitos trabalhistas, conflitos pela água e outros conflitos em tempos de seca, política agrícola e Garimpo.

¹⁰³ Ramos, 2014.

crédito. Entretanto, o autor apresenta diversos casos de grilagem contemporâneos espalhados pelo Brasil, lastreados em processos antigos de tomadas de terras. Ademais, nesse contexto, são perceptíveis, para o autor, o desrespeito às leis agrárias e à Constituição de 1988, que determinou a função social da terra (da propriedade)¹⁰⁴.

O último fator que indicaria a presença da Questão Agrária no Brasil, sob uma perspectiva política, estaria relacionado à bancada ruralista, que, na eleição de 2010, ocupou 26,6% do total de parlamentaristas, especificamente, 140 deputados federais e 18 senadores. Segundo Pedro Ramos “a atuação da bancada defende a primazia da política agrícola e se opõe, recorrentemente às iniciativas em prol da política agrária.”¹⁰⁵ Na última eleição federal, em 2018, a bancada ruralista compreendeu um montante de 257 parlamentares, agravando-se ainda mais o ponto ressaltado pelo autor.

Todavia, Zander Navarro apresenta alguns fatores que seriam evidências da marginalização ou de uma mutação radical da Questão Agrária no Brasil¹⁰⁶:

- a. Urbanização: os dados mais recentes apontam para 15,6% de brasileiros vivendo em regiões rurais. Para Navarro, a tendência é que esse número diminua ainda mais nos próximos anos.
- b. O atual Programa de Reforma Agrária assentou mais de um milhão de famílias sem mudar, contudo, o Índice de Concentração de Gini.
- c. Os preços dos produtos exportados cresceram exponencialmente, e a demanda externa por alimentos tende a aumentar ainda mais.

¹⁰⁴ A função social da terra ou da propriedade consiste na existência de algumas proposições previstas no Art.186 da Constituição de 1988: I – aproveitamento racional e adequado; II – utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; III – observância das disposições que regulam as relações de trabalho; IV – exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores (BRASIL, 2016).

¹⁰⁵ Ramos, 2014, p. 687.

¹⁰⁶ Navarro, 2014.

- d. Nenhum país possui potencialidade de crescimento como o Brasil. O autor sugere ainda a expansão de fronteiras agrícolas das regiões não ocupadas produtivamente.
- e. Aumento da demanda por produção de biocombustível no mundo.
- f. Crescimento de uma sociabilidade capitalista no campo, bem como a ampliação e o crescimento da complexidade das cadeias produtivas, movendo, com efeito, a matriz de eventuais conflitos para os centros urbanos.

O economista Bastiaan Philip Reydon se assemelha a Pedro Ramos e a outros autores ao criticar a estrutura fundiária no país, contudo, não vê possibilidade de uma Reforma Agrária radical em um horizonte de tempo possível. Bastiaan Philip trata do tema sob a perspectiva da governança da terra, e sua fundamentação para a permanência de uma Questão Agrária está balizada na fragilidade do estado brasileiro em regular (de forma efetiva e não apenas na criação de leis) a propriedade da terra¹⁰⁷. Conforme o autor,

[...] um dos principais gargalos da realidade brasileira, tanto urbana quanto rural. [...] Continua havendo sem-terra querendo terras, grandes proprietários apossando-se de terras devolutas, desmatamento ocorrendo na Amazônia, inúmeros posseiros sem garantia de suas terras, cartórios registrando imóveis inexistentes, estrangeiros adquirindo terras, sem controle [...]¹⁰⁸

Bastiaan Philip ressalta também três possibilidades de aumentar exponencialmente os lucros de latifundiários através da especulação com ativos fundiários: a) valorização autônoma no portfólio; b) transformação no uso rural da terra – de florestas em pastagens; e, c) transformação no uso da terra – de rural em urbana. A primeira, consiste em uma valorização expressiva da propriedade e, no geral, possui baixos custos de manutenção tendo em vista outros ativos. A segunda, por sua vez,

¹⁰⁷ Coaduna, em certa medida, com a visão de Martins sobre a necessidade de se recuperar o controle da terra.

¹⁰⁸ REYDON, Bastiaan Philip. O Brasil necessita de governança de terras para enfrentar a Questão Agrária. In: BUAINAIN, Antônio Márcio et al. (Org.). O mundo rural no Brasil do século 21: A formação de um novo padrão agrário e agrícola. Brasília: Embrapa, 2014, p. 753-754.

versa na aquisição de áreas de florestas, que, no geral, são mais baratas do que as áreas de pastagem. A última, aborda a transformação de “solos rurais” em áreas de loteamento urbano, com valorização do m²¹⁰⁹.

Martins, nessa mesma obra na qual Zander Navarro propõe a supressão da Questão Agrária, pós-século XXI, tem uma preocupação atemporal em relação à leitura que a sociologia rural faz sobre os processos no campo. No artigo intitulado *A modernidade do “passado” no meio rural* Martins trava um diálogo sobre a compreensão dos problemas e dos êxitos da pequena propriedade rural, a partir de uma chave analítica que tem como principal pressuposto a modernização agrícola no campo. Se, de um lado, Zander Navarro¹¹⁰ propõe a tese de que “a história não terminou, mas o passado vai se apagando” - dentre as sete teses¹¹¹ possíveis acerca das novas dinâmicas no mundo rural que marcariam a entrada em um novo processo histórico. Martins, por outro lado, propõe cuidado analítico e metodológico ao evidenciar certas circunstâncias a partir de um modelo linear de visão do mundo. Em vista disso, contornar a realidade social do campo ao custo da retórica de que existe uma temporalidade histórica subjugada pelo tempo do grande capital e da reprodução ampliada do capital incide em uma imprecisão *gnosiológica*. Seria sobrepor juízo de valor ao juízo da realidade, contraditório aos valores fundantes da ciência.

Diferentemente de Zander Navarro, Martins não coloca a inovação tecnológica como algo imperativo ao campo. Pode até ser do ponto de vista da produtividade e da expansão agrícola, que, em números reais, é protagonizada pelo agronegócio brasileiro. Contudo, em verdade, o fenômeno é mais complexo. O argumento de Martins diz que a inovação tecnológica não pode ser justificada apenas pelo o impacto que causa sobre a produção agrícola, haja vista que esse impacto pode ser negativo, a depender de quem o olha. “A desorganização social oriunda da modernização econômica pode ser perfeitamente compreendida como fator de anomia e crise social,

¹⁰⁹ Idem.

¹¹⁰ Buainain et al., 2013.

¹¹¹ As sete teses propostas por Zander Navarro estabelecem, em sua visão, os fenômenos empíricos que asseguram sua afirmação sobre o findar da Questão Agrária. São elas: I - uma nova fase do desenvolvimento agrário; II - inovações na agricultura (o maior de todos os desafios); III - o desenvolvimento agrário bifronte; IV - a história não terminou, mas o passado vai se apagando; V - da modernização às novas tarefas; VI - a ativação de uma relação perversa; VII - rumo à via argentina de desenvolvimento (BUAINAIN et al., 2013).

e de fato assim é. O que é econômico e momentaneamente lucrativo não é, necessariamente, o que melhor expressa os valores sociais relativos à constituição do humano [...]”¹¹².

A mesma tese de Zander Navarro sobre o fato de que “a modernização tecnológica impõe um novo padrão agrícola e agrário sobre o mundo rural” deve ser compreendida por uma outra lógica, a do agricultor familiar, afirma Martins. Segundo Martins, se, de um lado, há uma intensificação dos processos produtivos levando ao (relativo) progresso econômico, por outro lado, o que se vê é um retrocesso social vivido no país há mais de meio século. “A ditadura ideológica do econômico devasta, não só desorganizando as sociedades tradicionais. Devasta, também, na destruição do capital social representado por um saber centenário, de relativamente pouca eficiência econômica e de grande eficiência social”¹¹³. Desse modo, o que de imediato pode ser considerado altamente lucrativo, ao longo do tempo, pode trazer grande prejuízo socioeconômico, mas isso, claro, não entra no cálculo da produtividade moderna advinda do capitalismo.

Martins também desenvolve uma reflexão sobre a outra justificativa para a erradicação da Questão Agrária brasileira: a urbanização do mundo rural. O autor reitera em vários exemplos a capacidade das comunidades tradicionais de se reinventarem perante a expansão do capitalismo no campo. Essas têm o poder de serem conservadoras nos costumes e tradicionais em sua organização social, mas, à medida do possível, inovadoras na economia, criativas e empreendedoras para superar as adversidades impostas¹¹⁴. “Num mundo rural cada vez menos rural, sem ser necessariamente cada vez mais urbano, o que a valorização ideológica do moderno e urbano define como atraso e como passado precisa ser revisto à luz do que é próprio das ciências sociais”. Em uma crítica mais aguda à categorização de uma possível urbanização do mundo rural, Martins salienta que “[...] as categorias servem para construir a compreensão científica, não para impedi-la”¹¹⁵.

¹¹² MARTINS, José de Souza. A modernidade do “passado” do meio rural. In: BUAINAIN, Antônio Márcio et al. (Org.). O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola. Brasília: Embrapa, 2014, p. 24.

¹¹³ Ibidem, p. 25.

¹¹⁴ Martins, 2000.

¹¹⁵ Ibidem, 2014, p. 28.

A persistência de determinados costumes nas pequenas propriedades rurais não configura necessariamente no atraso, tal como entendido na contradição do moderno. Indica que, dentro de uma dialética da transformação social, há uma retardação de parte das relações sociais. Martins exemplifica também a grande empresa rural que, apesar da modernização acentuada no último meio século, concordando com Zander Navarro, do ponto de vista da política, coloca-se como extremamente conservador e arcaico. Isso decorre da dialética do processo social que incide sobre as transformações. Por esses motivos,

Os agentes econômicos da agricultura familiar, ou pequena agricultura como já foi chamada, diferem do grande empresário rural, não pelo tamanho, mas pelos valores sociais e pela lógica social, econômica e política que os norteia, que é outra. Eles podem ver e valorizar a terra que lhes está cotidianamente perto, diversamente do grande empresário que se relaciona com a terra pela mediação da renda fundiária, de uma abstração. O pequeno a vê como mediação e condição de um modo de vida, pode ver nela a poesia que nela há. Vê também na perspectiva do valor de uso. O grande a vê como instrumento de uma relação racional de interesse, uma relação seca e puramente instrumental. Vê na perspectiva do valor de troca que pode produzir¹¹⁶.

Martins concorda com Zander Navarro ao encerrar o tema da Reforma Agrária (sobretudo, do ponto de vista radical) enquanto um projeto viável para equacionar as desigualdades sociais que assolam a historiografia agrária brasileira. Apesar disso, não coloca a Questão Agrária como progenitora ou, na pior das interpretações, como sinônima da primeira, já que transcende os limites conceituais da Reforma Agrária socialista tal como pensada em sua origem. Também, por mais contraditório que pareça, o “passado” reside no presente, testando a todo momento as teses que buscam na cronologia linear da expansão do capitalismo no campo explicação primeira e única.

¹¹⁶ Martins, 2014, p. 30.

2.5 Reforma Agrária e mediação

O Brasil é um dos maiores países do planeta no que se refere a sua extensão territorial, e, em contraposição, possui a pior distribuição de terras do planeta. Segundo o Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH), da Organização das Nações Unidas (ONU), de 2019, o Brasil tem a segunda maior concentração de renda do mundo, perdendo apenas para o Catar, país do Oriente Médio: 1% da população brasileira detém mais de 28% total da renda total do país. Assim, esse processo de formação desigual da estruturação fundiária no Brasil, e toda desigualdade social que dela decorre, é fruto de uma conjuntura sócio-histórica mais ampla, que vem desde a chegada dos portugueses ao Brasil e a instituição da colonização europeia¹¹⁷.

Por isso, no caminho da tematização, escolhida nesse trabalho, a Reforma Agrária aparece como um subtema de um tema mais complexo e mais amplo: a Questão Agrária. Entendemos que essa subdivisão é feita a título de um recorte para um estudo científico de carácter teórico e admitimos, todavia, que ela é simplista quando olhamos para realidade prática das relações constituídas no mundo rural. Uma busca simples pelos trabalhos científicos que intentam compreender a complexidade da Questão Agrária brasileira verá que a Reforma Agrária é o assunto mais discutido pela Sociologia Rural. Muito se atribui a “ela” (ou melhor, a falta dela) no que se refere às condições de desigualdade social vividas no campo, isto é, pela defecção de uma Reforma Agrária estruturante. Outros, afirmam que, embora insuficiente, os assentamentos, que seriam apenas parte de uma materialização da Reforma, criados no Brasil foram importantes, e o tempo de uma Reforma que mudasse a estrutura fundiária já passou.

Importa salientar que a compreensão dos significados da Reforma Agrária só é possível se pensada a partir da mediação junto à grande massa de trabalhadores rurais no campo, um dos temas mais trabalhados nas obras de Martins. Em 1989, na renomada revista científica *Lua Nova*, foi publicado o ensaio intitulado *Dez Teses Acerca dos Movimentos Sociais*, do economista alemão André Gunder Frank

¹¹⁷ Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/12/09/brasil-tem-segunda-maior-concentracao-de-renda-do-mundo-diz-relatorio-da-onu.ghtml>>.

(1989)¹¹⁸. Uma das teses dizia que: “A força e importância dos movimentos sociais é cíclica e relacionada a longos ciclos políticos, econômicos e (talvez associados a estes) ideológicos”. Martins, enquanto assessor da CPT, posicionou-se de diferentes formas quanto às bases conceituais e práticas da Reforma Agrária, colocando-se, por vezes, em situação de oposição a diversos mediadores sociais, dentre os quais, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). Nesse contexto, tendo em vista a tese de que a força e a importância dos movimentos sociais são cíclicas e relacionadas a longos ciclos políticos, econômicos e ideológicos, Martins propõe, mesmo que indiretamente, essa dissociação das raízes que levaram ao surgimento e à atuação do MST.

Um dos elementos centrais da prerrogativa do pensamento de Martins está no papel do Estado enquanto ator principal no processo de Reforma Agrária, contrariando, à época do governo Fernando Henrique Cardoso, o posicionamento combativo por parte da sociedade civil organizada, especialmente do MST e seus aliados. Para explicar esse argumento, Martins, no programa Roda Viva de 07/05/2001¹¹⁹ retoma a problemática da criação da Lei de Terras em 1850. Segundo o pesquisador, o sistema de colonização por Sesmarias - ao contrário do senso comum de responsabilizar o latifúndio no Brasil – foi um projeto de Reforma Agrária aos moldes do que aconteceu em Portugal¹²⁰, pois nasceu para corrigir distorções

¹¹⁸ FRANK, André Gunder; FUENTES, Marta. Dez teses acerca dos movimentos sociais, Lua Nova, São Paulo, n. 17, 1989, p. 19.

¹¹⁹ Roda Viva. José de Souza Martins. 2001. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=W-54wmBQysw&t=4215s>>. Acesso em: 2 abr. 2020.

¹²⁰ Curiosamente, Martins define o Regime de Sesmarias como um projeto de Reforma Agrária, apesar de ter tido como principal beneficiário o português, responsável pela manutenção dos engenhos de açúcar e que protagonizaria a centralização do poder através da figura do senhor de engenho. Contudo, critica o posicionamento de Frei Beto - nos pareceu irônico, diga-se de passagem - ao afirmar que: “[...] realizar nesse país a segunda reforma agrária, porque a primeira foi a das capitâneas hereditárias, só valeu para um lado e agora a gente precisa resolver essa questão” (KATTAH, 2003). Essa fala está inserida no contexto do primeiro ano do governo presidencial do PT. Todavia, Martins rebate tal afirmação, parecendo não ter compreendido a ironia: “Se o governo brasileiro tivesse de definir sua política agrária e o MST tivesse de justificar sua existência por concepções como essa, estariam ambos no beco sem saída de se verem como agentes de uma história que flui do presente para o passado, uma história impossível, a história de uma vendeta de classe e não propriamente a História como obra de todos, a realização da História possível. E obra mediatizada por nossas contradições sociais e pela práxis, pelo agir histórico, pela qual essas contradições podem ser superadas. Entender que a divisão do território pelo governo português para fins administrativos e a distribuição das capitâneas hereditárias aos seus donatários para esse fim

graves de distribuição de terras em Portugal. Com a criação da Lei de Terras, o Parlamento brasileiro alienou a soberania nacional ao ceder aos proprietários de terras, além da posse e uso, o domínio da terra, ou seja, o Estado permitiu, dessa forma, o senhorio da terra.

Além disso, a abolição da escravatura criou uma massa de trabalhadores livres que não possuíam acesso à terra, já que ela passa a ser uma mercadoria nas mãos dos grandes latifundiários, corroborando, assim, o argumento de Martins, pelo qual a concentração de terra não teve origem no Regime de Sesmarias. O capital que antes subjugaria a mão de obra, agora, subjuga a terra. E, apesar da abolição da escravatura tenha diminuído consubstancialmente a violência física e a degradação da pessoa humana, não diminuiu a precariedade nas relações de trabalho (inicialmente não assalariada em boa parte do Brasil) e o domínio dos trabalhadores pelos fazendeiros que ainda era violenta, embora, noutra perspectiva¹²¹.

Por consequência, na visão de Martins, a política de Reforma Agrária tem sua lógica e possibilidade na perspectiva de retomada do domínio do território¹²², pois, apenas dessa forma, o Governo Federal poderia decidir sobre a Função Social da terra. Dessa forma, para Martins, “[...] não se pode falar em função social da propriedade se, para fazer cumpri-la, o Estado não tem o pleno senhorio do território, isto é, o direito e o poder de impor os modos e condições de usar a terra”¹²³. Neste contexto, corrobora que se os movimentos sociais antagonizam o Estado, inviabilizam, com efeito, um projeto muito claro de Reforma Agrária que é a conquista da “terra de trabalho”.

tenha sido um ato de reforma agrária é uma simplificação patética” (MARTINS, 2003, p. 146). Salvo as confusões e figuras de linguagens disparadas não ficou claro em que medida as Capitanias Hereditárias se diferem das Sesmarias a ponto de a última constituírem um projeto de Reforma Agrária, mesmo que essa não fosse a intenção. Não estamos falando que não foram diferentes, apenas questionando a ligação com a Reforma Agrária, seja ela qual definição tenha.

¹²¹ MARTINS, José de Souza. A reforma agrária no segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso. Tempo Social, São Paulo, v. 15, n. 2, 2003.

¹²² Martins se refere às diversas tentativas de retomada do território ao longo dos anos por parte do Estado, tais como o Código de Águas, a delimitação das terras de marinha, quilombolas e indígenas. Contudo, ele se refere especialmente ao cancelamento de títulos de terras ligados ao processo de grilagem no final da década de 1990, sendo para ele uma das faces da Reforma Agrária.

¹²³ Martins, 2000, p. 178.

O conceito de *Terra de Trabalho* é basilar na forma de estruturação do pensamento de Martins e define, outrossim, o seu posicionamento frente ao projeto de mediação do campesinato e sobre as formas e possibilidades de uma reforma agrária eminentemente emancipadora. Se na *Terra de Negócio* o preceito está em transformar a terra em uma propriedade privada, objeto meio da reprodução capitalista, na *Terra de Trabalho*, por sua vez, serviria àqueles que dela necessitam sobreviver e manter relações de vínculo para além da reprodução econômica. Apesar dos movimentos sociais de esquerdar verem na função social da terra a mesma relação com o conceito de *Terra de Trabalho*, em Martins, a mediação deveria ser feita inicialmente pela Igreja, e posteriormente o Estado seria responsável pela recuperação do senhorio da terra.

Para pesquisadores como Bernardo Mançano, essa prerrogativa do protagonismo do Estado enquanto propulsor dos projetos de Reforma Agrária não se evidencia na prática. Ao analisar dados do Banco de Dados da Luta pela Terra (DATALUTA)¹²⁴ de 2008 (ver tabela abaixo), com apontamento do número de ocupações e de reforma agrária (criação de assentamento), a ligação entre iniciativa e pressão dos movimentos populares do campo, mesmo no Governo Lula, e criação de assentamentos é clara para Bernardo Mançano. Os governos de Fernando Henrique Cardoso e de Lula correspondem a 80% da criação de assentamentos no processo de redemocratização do país, contudo, correspondem, na mesma proporção, ao número de ocupações de terras, resultando na ideia de que a “[...] política de Reforma Agrária não é somente uma ação do Estado. É antes uma ação dos movimentos camponeses. Sem luta pela terra não há Reforma Agrária”.¹²⁵

Tabela 1 - Relação ocupação versus criação de assentamentos

¹²⁴ DATALUTA. Banco de Dados da Luta pela Terra. Núcleo de estudos, pesquisas e projetos de Reforma Agrária, 2008. Disponível em: <www.fct.unesp.br/nera>. Acesso em: 4 abr. 2020.

¹²⁵ FERNANDES, Bernardo Mançano. O MST e as reformas agrárias do Brasil. CLACSO, Buenos Aires, v. 9, n. 24, 2008, p. 78.

Governo Federal	Ocupações	%	Assentamentos	%
Sarney (1985-1989)	229	3	800	17
Collor/Itamar (1990-1994)	507	7	461	9
FHC (1995-1998)	1.987	28	2.211	22
FHC (1999-2002)	1.991	28	1.712	15
Lula (2003-2006)	2.387	34	1.879	36
Total	7.101	100	7.063	100

Fonte: DATALUTA (2008).

Horácio Martins de Carvalho tem críticas específicas quanto aos “números” da Reforma Agrária durante os mandatos de Fernando Henrique Cardoso, tendo em vista o relevante número de criação de assentamentos¹²⁶. Sustentando o conceito de contrarreforma, para o autor, o governo de Fernando Henrique Cardoso destinou 18 milhões de hectares de áreas provenientes de latifúndios para serem transformadas em parcelas de terras como pequenas propriedades de produtores rurais. Todavia, com esses números, apenas procurou satisfazer esporadicamente a demanda social por terras, já que manteve inalterável a concentração de terras. “Nesse mesmo período a área total controlada pelos imóveis rurais acima de 2.000 hectares foi ampliada em 56 milhões de hectares”. Sendo assim, “[...] a contrarreforma agrária tem como objetivo estratégico submeter os desejos e aspirações de Reforma Agrária dos trabalhadores rurais sem terra aos interesses de classe dos setores dominantes no campo”¹²⁷.

A crítica mais recente (publicada em livro)¹²⁸ de Martins ao MST vem com a expressão – muito cara, diga-se de passagem – “cooptação do movimento” pós-entrada do Partido dos Trabalhadores (PT) no Governo Federal, e é nessa fase que o problema desta pesquisa tem sua significação principal. Outras expressões como traição, institucionalização, apassivamento, aparelhamento com o Estado e domesticação das lutas sociais também se tornaram comuns entre estudiosos e críticos do tema. A eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2002, trouxe esperança

126 O seu artigo é escrito logo no início do mandato do Governo Lula, ou seja, sua análise é feita apenas do governo anterior.

127 CARVALHO, Horácio Martins de. Governo Lula e a contra-reforma agrária no Brasil. Revista Adusp, São Paulo, v. 1, n. 29, 2003, p.14.

128 MARTINS, José de Souza. Do PT das lutas sociais ao PT do poder. São Paulo: Editora Contexto, 2016.

não apenas para camada popular no Brasil, mas representou a possibilidade de superar o cenário de neoliberalismo que atingia toda América Latina. Representou, outrossim, ao lado da eleição de Hugo Chávez, na Venezuela, a força e a ascensão dos movimentos populares latino-americanos.

Com o capítulo intitulado *Bolsa família para libertar Lula do MST*¹²⁹ do livro *Do PT das lutas sociais ao PT do poder*, Martins apresenta duras críticas quanto à relação do Movimento e o governo petista. Segundo Martins, surgiu um impasse entre a iniciativa do Governo Federal em inserir as famílias acampadas até então no Programa Bolsa Família, e a distribuição de cesta básica acontecida outrora, pois, dessa forma, os acampados se libertariam “[...] de um dos elos de dependência em relação entre a pedagogia e a mediação do MST”. Para Martins, não era de interesse do MST transferir qualquer tipo de prestígio de sua ação política para algum governo, nem mesmo para o PT, e isso era um entrave para o projeto político que se instaurava.

As críticas se agravam quando Martins faz alusão a um projeto de cooptação por parte do governo Lula, o que seria, *a priori*, o ápice da descaracterização do MST enquanto movimento social, isto é, fruto da sociedade civil organizada e colocava, nesse ponto, uma interseção entre a opinião de Martins e a tese de Andre Gunder Frank, apresentada inicialmente na problematização desta proposta:

Por traz desses estranhamentos estão questões complexas. Há um embate político entre o governo do PT e o MST. Mas os recursos e apoios materiais oficiais que o MST recebe do governo federal, nessa questão da sobrevivência material dos acampados, na área da educação e em outras áreas de cooperação possível com o Estado, nos mostram um MST oficialista. O MST, juntamente com a Pastoral da Terra, de onde se originou, constituíram as duas grandes forças de partidarização das populações rurais pobres e de sua mobilização em favor do PT e de Lula. De certo modo, a eleição de Lula e da numerosa bancada petista no Congresso teria que, fatalmente culminar com a cooptação do MST pelo Governo e a conversão de seus dirigentes em funcionários públicos disfarçados, para finalmente fazerem a Reforma Agrária que desejam. Mas Reforma Agrária não é a meta principal nem do PT, nem do governo, nem do MST, e sim o é a mobilização popular permanente¹³⁰.

¹²⁹ Ibidem.

¹³⁰ Ibidem.

Para Luiz Werneck Vianna, o problema estaria pautado na forma como o PT se contradiz ao seguir os trilhos comuns da política brasileira, com um perfil de gestão populista e alianças com partidos de outra extração. Enunciado como a “reunião dos contrários”, para Luiz Werneck, a opção do PT consistiu em “[...] abdicar do seu programa e das veleidades revolucionárias de amplos setores do seu partido e de se pôr em linha de continuidade com a política econômico-financeira do governo anterior” culminando em uma linha de um governo de “condomínio entre contrários” que tem “[...] sua expressão paradigmática nas relações entre o capitalismo agrário e os trabalhadores do campo, aí incluído o MST, ambos ocupando, pelas suas representações, posições fortes na Administração”. Nessa chave de análise, para Luiz Werneck o PT não teve a intenção de criar relações conflituosas e se absteve de algumas decisões. O “[...] Estado não quer se apresentar como o lugar da representação de um interesse em detrimento de outro, mas de todos os interesses. Essa é a razão de fundo por que o governo evita a fórmula de poder decisionista [sic] [...]”. Esta posição colocaria temas como da Reforma Agrária e da atuação do MST em uma condição delicada¹³¹.

Horácio Martins, também postula uma leitura parecida com a de Luiz Werneck, embora o primeiro seja considerado um intelectual orgânico do MST. Para ele, o governo do PT levou para dentro da equipe ministerial a contradição social relacionada à luta pela terra. Através de uma ampla coligação política que incluíram latifundiários e uma parcela dos setores empresariais mais conservadores do campo, o PT colocou em dúvida as mudanças estruturais na Questão Agrária brasileira, tão sonhada pelos setores populares e movimentos sociais. Esse tipo de postura, em análise da época, demonstrava um Governo totalmente em “cima do muro”, aquém das formulações ideológicas da base que o elegeu. “No contexto dessa reflexão e sendo plausíveis as premissas anteriores o governo Lula deveria assumir um dos lados da contenda social na luta pela terra. Na ausência de definições políticas e sociais claras o conflito social no campo só irá agravar-se”¹³².

¹³¹VIANNA, Luiz Werneck. O Estado Novo do PT. 2007. Disponível em: <<http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=755>>. Acesso em: 8 dez. 2020.

¹³² Carvalho, 2003, p. 19.

Zander Navarro é tido como o crítico contemporâneo mais polêmico sobre a atuação do MST. Primeiro, sobre a própria atuação do movimento e, segundo, sobre uma possível mistificação da “bandeira pela Reforma Agrária” em tempos recentes. Para Zander Navarro, o MST deixou de ser um movimento social há muito tempo, devido ao seu alto grau de organização. “Sociologicamente, movimentos sociais supõem algum grau de espontaneidade na ação e uma liderança flexível, o que o MST não apresenta desde 1980. Já as organizações, entre outros aspectos, criam carreiras, e o Movimento mobiliza atualmente centenas de militantes que não sabem desenvolver outra atividade, senão a agitação social”¹³³. Contudo, essa é uma suposição que não dialoga com a sociologia dos movimentos sociais e/ou tem por finalidade primeira atingir o MST de forma estritamente política. Nível de organização e de espontaneidade não são características únicas que colocam a ideia de ser ou não movimento social, seja lá qual for a corrente teórica adotada.

Outro aspecto que também colocaria uma problemática sobre a atuação do MST nesses últimos tempos para Zander Navarro consiste em sua perda de mobilização recente, decorrente, segundo ele, por não haver mais uma demanda pela Reforma Agrária. Por um lado, haveria ilusão pública quanto ao tamanho do Movimento, incluindo uma espécie de jogada de *marketing* em suas mobilizações: “[...] o tamanho aparente do MST é muito maior do que a sua expressão real, sendo esta uma de suas armas decisivas para se manter à tona. Usando aliados e espaços da sociedade, amplifica fatos menores e eventos sem expressão, sugerindo ter uma força desmedida”. De forma acusativa, continua: “Não apenas parece maior do que é, mas o MST tem, na realidade, reduzido sua capacidade de recrutamento e mobilização [...] Fosse viável apurar, se concluiria, além disto, que a maior parte daqueles que nelas participam não são sem-terra, mas assentados e seus familiares, recrutados frequentemente sob formas variadas de intimidação”. Quanto à expressão chave, Reforma Agrária, motivo de criação e existência do MST, Zander Navarro afirma que

¹³³ NAVARRO, Zander. Treze teses para entender o MST. Folha de São Paulo, 2009. Disponível em: <<http://terratrabalho.blogspot.com.br/2009/12/reforma-agraria-e-o-mst-entre-teses.html>> Acesso em: 9 jan. 2019.

não há demanda por um projeto de Reforma Agrária que justifique uma tentativa de mobilização nacional¹³⁴, corroborando com as justificativas de Martins.

Zander Navarro também possui uma crítica bastante singular no que diz respeito à possibilidade de institucionalização do MST, pois, em contramão às ideias do Movimento, para ele, isso seria bom para o alcance de seus objetivos. Nessa linha de raciocínio, o auge do Movimento se concretizou com a "Marcha a Brasília", em abril de 1997, quando, a reboque da violência ocorrida em Eldorados dos Carajás (PA), forçou o governo de Fernando Henrique Cardoso a sentar e negociar com o Movimento. Nesse momento, segundo Zander Navarro, o MST deveria ter-se transformado estrategicamente em agremiação sindical dos mais pobres do campo, o que daria mais força ao cumprimento de seu objetivo inicial. Corrobora que, em tempos correntes, configura-se um enigma o fato de “[...] as autoridades não exijam a institucionalização do MST. Sobrevivendo primordialmente dos fundos públicos, o Estado tem o direito, senão o dever, de impor tal exigência”¹³⁵.

Em contraposição a Zander Navarro¹³⁶, Plínio de Arruda Sampaio, à época, presidente da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA), propõe dois projetos de Reforma Agrária em curso. Um pleiteado, pelo agronegócio, e outro, pelos movimentos populares. Concorda em grande parte com Horácio Martins e Luiz Werneck de que o problema que se coloca está ligado à atuação do PT, que fracassou em efetivar, na prática, os projetos populares que o levaram ao poder. Para ele, o Governo Federal praticamente enterrou a Reforma Agrária de base popular ao enaltecer o projeto de expansão de terras para o agronegócio, no qual o “[...] grande capital internacional assumiu por conta própria a realização dessa reforma e a está

¹³⁴ Ibidem.

¹³⁵ Ibidem.

¹³⁶ Tanto o artigo de Zander Navarro como o de Plínio Arruda foi publicado na mesma edição do Jornal Folha de São Paulo (2009), intentando um debate entre defensores da Reforma Agrária e contrários. Indiretamente, Plínio acusa Navarro de fazer intrigas e jogar a opinião pública contra o MST: “Os desertores da Reforma Agrária, que hoje se ocupam de intrigar a opinião pública contra o MST, não conseguem separar o fato social do movimento político: o MST é um movimento político socialista que, diante do fato social representado pelo conflito fundiário, organiza a luta de uma das partes do conflito - a população rural sem terra - do mesmíssimo modo que a CNA; a bancada ruralista; os partidos da direita; a grande mídia (com matérias escandalosamente facciosas); e os intelectuais a serviço desses interesses organizam a luta da outra parte no conflito: o agronegócio”.

implementando, mediante a compra de terras e de empresas agrícolas”¹³⁷. Ou seja, para além de ficar “em cima do muro”:

[...] o governo Lula apoia entusiasticamente essa nova Reforma Agrária. Por omissão, quando paralisa o raquítico programa de assentamentos da "Reforma Agrária social"; por ação: quando edita leis que permitem legalizar 67 milhões de hectares de terras griladas na Amazônia, a fim de que os grileiros (convertidos em proprietários legais) as vendam aos grandes agronegócios para produção de soja e para criação de gado nessas terras; quando realiza pesados investimentos na transposição das águas do rio São Francisco, a fim de criar uma economia exportadora de frutas tropicais, comandada pelos grandes agronegócios e destinada a países do hemisfério norte; quando prorroga a entrada em vigor de leis que protegem as florestas¹³⁸.

No geral, para os críticos do MST, o ciclo político e ideológico do Movimento se encerraria, portanto, com um afastamento de sua proposta inicial, a Reforma Agrária. Destarte, sobretudo tomando como base os pressupostos críticos de Martins à tese de que: “A força e importância dos movimentos sociais é cíclica e relacionada a longos ciclos políticos, econômicos e (talvez associados a estes) ideológicos. Quando mudam as condições que dão origem aos movimentos sociais (a raiz das ações destes movimentos e/ou, com mais frequência, devido à transformação das circunstâncias), estes tendem a desaparecer”¹³⁹ se completaria com a entrada do PT no governo.

¹³⁷ SAMPAIO, Plínio de Arruda. As duas Reformas Agrárias. Folha de São Paulo, 2009. Disponível em: <<http://terratrabalho.blogspot.com.br/2009/12/reforma-agraria-e-o-mst-entreteses.html>>. Acesso em: 8 abr. 2020.

¹³⁸ Ibidem.

¹³⁹ Frank, 1989, p. 19.

2.6 Então, é possível definir uma Questão Agrária?

Entendemos que, para avançar com os capítulos que seguem alguma definição “propriamente nossa” do que seja a Questão Agrária faz-se necessária até mesmo para podermos dialogar com os textos analisados de Martins que, embora o termo “Questão Agrária” nem sempre apareça, substancialmente, em algum momento, é disso que boa parte de sua produção intelectual se dedica. “Propriamente nossa”, entre aspas, haja vista que a essa altura a formulação aqui proposta consiste em um emaranhado de leituras feitas ao longo da construção desta tese.

Fundamentalmente, a Questão Agrária consiste nos diversos problemas ocorridos no campo e na cidade advindo da expansão capitalista sobre as regiões rurais e na concentração fundiária, mantida pela assimetria de poder econômico e político, domínio e exploração de alguns grupos sobre outros. Nem sempre mencionado, boa parte dos problemas que temos hoje da formação de conglomerados pobres dos grandes centros urbanos foi em algum momento parte de uma Questão Agrária mal resolvida. Contudo, as raízes históricas e sociais desses problemas e dos subproblemas que destes derivam, tais como formação de favelas, violência, condições deletérias de moradia, problemas de saneamento básico, entre tantas outras, não fazem parte do escopo das políticas das públicas em voga.

Devido ao seu caráter polissêmico, a Questão Agrária é um conceito mutável ao longo do tempo e, assim, não é possível falar sobre a não existência ou o fim dela. Algumas “Questões Agrárias” permaneceram e outras surgiram. Possivelmente, o entendimento da classificação - ainda que considerada simples de José Graziano¹⁴⁰ - entre Questão Agrícola e Questão Agrária, já mencionada neste trabalho, traz uma clareza da preocupação que os fomentadores do agronegócio têm para o campo, ou seja, a demanda e a oferta em massa da produção agrícola, tendo suas consequências importância menor.

Nesse sentido, é imprescindível que a Questão Agrária seja entendida a partir de uma perspectiva multidisciplinar ou transdisciplinar se levarmos em consideração as questões sociais, políticas e ambientais que dela decorrem. No exemplo citado acima, pensar a oferta e a demanda de alimentos apenas por uma perspectiva técnica

¹⁴⁰ Silva, 2010.

e econômica agrava e dá subsídio para a manutenção das diversas “Questões Agrárias” presentes no campo e seu impacto sobre as cidades. Assim como outrora, e bem destacado por Martins em seus textos, a Questão Agrária reside principalmente por uma característica que sobrepõe o espaço rural em si, que é o poder. Poder este, materializado pelo agronegócio, pelo grande capital estrangeiro e pelas oligarquias que não vivem de fato no campo, que veem a terra como o meio de acumulação de riquezas, ou seja, a “terra de exploração” e não como a “terra de trabalho”.

Nesse contexto, a própria definição do que venha a ser rural e urbano dificulta o entendimento e a resolução de algumas questões agrárias. Existe a premissa de que o esvaziamento do campo (mais um dos subproblemas da Questão Agrária) que, acompanhada pelo esforço de invisibilidade das populações rurais, justificam a falta de atenção e empenho do poder público, o que deveriam ser materializados pelas políticas públicas de apoio ao rural e ao pequeno produtor, especificamente. O pequeno produtor, por sua vez, está do outro lado do espectro do poder frente ao avanço do agronegócio, e sua dificuldade de escoamento da produção e de acesso ao crédito configura em mais uma das Questões Agrárias possíveis. Porém, de fato, o que acentua a dialética do desenvolvimento rural e configura a face mais visível da Questão Agrária é o conflito e a violência presentes no campo, aliás, nunca superado tal como preconiza alguns estudiosos.

Portanto, em epítome, três questões dão as características fundamentais da Questão Agrária no Brasil. A primeira, está pautada na apropriação privada e concentrada da terra que culmina, inclusive, no tema mais recorrente e controverso da literatura: a necessidade ou não da Reforma Agrária, compreendendo, as formas de fazer a Reforma Agrária, assunto muito debatido nos textos de Martins. A segunda, reside nas relações patrimonialistas entre as oligarquias locais e o poder central, haja vista o poder da bancada ruralista cada vez mais crescente no Congresso Nacional. Esse aspecto traz um paradoxo importante e nem sempre fácil de ser desvendado sobre a dinâmica de poder que incide sobre o rural brasileiro à medida que há uma predominância de uma oligarquia atrasada no campo mesmo passando por uma abertura dinâmica internacional e moderna do agronegócio. E, por fim, a terceira, a relação de cumplicidade, de um lado, e dominação do agronegócio sobre o Estado brasileiro, por outro lado. Aliás, esse foi um dos temas abordados por Martins em suas

críticas ao PT, que trataremos mais à frente neste trabalho. Há de se ressaltar, todavia, um agravamento da desestruturação de espaços decisórios dos povos quilombolas, da agricultura familiar, dos indígenas etc sentida no governo atual (Jair Bolsonaro) que provavelmente acentuará alguns problemas do campo e, por consequência, da Questão Agrária brasileira.

CAPÍTULO III - O DEBATE TEÓRICO DE MARTINS NA DÉCADA DE 1980

3.1 Quando o trabalho se torna livre, a terra se torna escrava

Venho orientando a minha pesquisa teórica e empírica pelo problema da produção capitalista de relações não capitalistas de produção no marco da reprodução capitalista do capital de origem não capitalista¹⁴¹.

Embora este trabalho tenha como ponto de partida as formulações de Martins nos idos da década de 1980, uma das teses centrais de tudo que se seguiu estava em sua obra *O cativo da terra*, de 1979, que serviria como base conceitual da sua leitura da Questão Agrária no Brasil e de como a apropriação do capitalismo sobre a terra influenciou no modo de reprodução socioeconômica daquele que será o protagonista de seus estudos: o pequeno trabalhador rural.

A questão fundamental de Martins com esta obra (que é, na verdade, uma coletânea de trabalhos que vão desde estudos sobre o regime de colonato a estudos sobre o processo de industrialização brasileira) está na transição que se deu entre o fim do regime de trabalho escravo para o trabalho livre. Apesar de os livros de história demonstrarem o contrário, esse processo de transição não ocorreu através de uma ruptura cronológica linear e imediata. Se houve trabalho assalariado nas cidades, no campo, segundo Martins, houve um período de quase cem anos de uma transição marcada por diferentes modalidades de servidão e sujeição da pessoa humana. A “[...] proposta da Abolição, em tese, não se destinava a remir o cativo mas a dele libertar o capital, que se contorcia nas limitações, impedimentos e irracionalidades da escravidão”. Isto é, “[...] Era o capital que queria romper caminho nas contradições do cativo [...]”¹⁴².

Para Martins, a abolição da escravatura foi um caminho encontrado pelos grandes fazendeiros para a manutenção do nível de acumulação de capital, mas sem realizar uma reforma agrária que colocasse o poder de controle sobre a terra nas mãos

¹⁴¹ Martins, 1979, p. 19.

¹⁴² Ibidem, p. 275.

dos então libertos. Isto é, a renda, até então capitalizada no trabalho escravo, passa ser a renda da terra. Assim, se no Regime de Sesmarias¹⁴³ a terra era livre, o trabalho tinha que ser escravo, ao passo que, com o trabalho livre o que passa ser cativo é a própria terra. Segundo o autor, não é coincidência o fato de que, após a criação da Lei Eusébio de Queirós, em 4 de setembro de 1850, que proibia o tráfico negreiro vindo da Europa, ocorreu, alguns dias depois, a criação da Lei de Terras, em 18 de setembro de 1850, na qual se estabeleceu que a terra não poderia ser acessada se não fosse pelo ato da compra, mesmo em casos de terras devolutas do Estado.

A transição nas fazendas de trabalhadores escravos para o regime de colonato, sobretudo com a imigração de europeus pobres, permitia manter uma relação de servidão análoga a outrora. Acrescido a isso, a posse da terra possibilitava ao proprietário extrair renda como se fosse capital, isto é, tornou-se possível reter renda da acumulação de terras semelhante ao lucro advindo das atividades produtivas e, com efeito, ainda mantinha a relação de servidão nas propriedades de café, pois, apesar de livres, os trabalhadores não recebiam salários por meio do regime de colonato. Tal como afirma Martins, “[...] o capitalismo, na sua expansão, não só redefine antigas relações, subordinando-as à reprodução do capital, mas também engendra relações não capitalistas, igual e contraditoriamente necessárias a essa reprodução”¹⁴⁴.

Os textos que compõe a obra *O cativo da terra* têm uma preocupação primeira, que pode ser sentida em todos os textos de Martins, *a posteriori*: as particularidades e contradições do processo de desenvolvimento desigual da sociedade brasileira. Entender o Brasil enquanto um país periférico é também compreender que as chaves analíticas de compreensão do desenvolvimento capitalista no campo, mormente utilizadas no contexto europeu, devem ser adaptadas a nossa realidade. Assim, o projeto nacional de desenvolvimento das relações de trabalho, via industrialização nas cidades, incentivo de imigração e criação de colonatos, deveria ser analisado a partir de uma lente que contemplasse a realidade

¹⁴³ Segundo Martins, embora o Regime de Sesmarias estivesse acabado formalmente em 1822, na prática, durou até 1850, haja vista o processo de ocupação de áreas ainda não assentadas em diversos lugares do país.

¹⁴⁴ Martins, 1979, p. 36.

de uma país periférico e não central, afirma Martins. Em outras palavras, “[...] de reconhecer no atrasado, no anômalo, no marginal a mediação que oferece a compreensão mais rica do processo histórico e também indica o lugar histórico de bloqueios e resistências ao desenvolvimento social”¹⁴⁵. Essa noção de entender as adversidades históricas de um país periférico será cerne no debate de Martins contra a esquerda leninista.

¹⁴⁵ Ibidem, p. 145.

3.2 O debate agrário e a crítica à esquerda leninista

As primeiras incursões teóricas de Martins tinham como proposta inicial projetar o papel político do camponês na luta social. Martins travava uma luta teórica contra a esquerda brasileira que tinha como principal objetivo crítico: o Partido Comunista Brasileiro (PCB). Nesse sentido, existiria uma posição de superioridade da luta proletária sobre a luta camponesa, fruto de uma concepção leninista da época. O aspecto fundamental estava na crítica ao PCB enquanto interpelador do processo de emancipação camponesa, pois, para ele, a Igreja cumpria melhor esse papel. Na década de 1980, Martins ajudou a elaborar um dos principais documentos projetados pela Igreja Católica, intitulado *Igreja e Problemas da Terra*, documento aprovado pela 18ª Assembleia da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em 14 de maio de 1980. O documento traz uma análise a conjuntura da época sobre a Questão Agrária brasileira, além de questões teleológicas sobre o papel da igreja como mediadora dos camponeses.

Esse documento tem um valor histórico muito importante e marca a entrada de parte da Igreja no processo de mediação junto aos excluídos do campo, sobretudo do ponto de vista teórico. Vários dos aspectos levantados no documento sobre a Questão Agrária brasileira ainda estão em pauta para os movimentos sociais do campo nos dias de hoje - em menor proporção, diga-se de passagem. O documento tem como propósito basal discutir a problemática da posse da terra e é direcionado principalmente aos trabalhadores rurais e aos povos indígenas. Ademais, o documento firma um posicionamento muito diferente da Igreja tradicional que, ao longo de sua história, quando não apoiava o latifúndio, era totalmente apática à questão da exclusão social do campo.

Esse “novo olhar”¹⁴⁶ para as questões sociais do campo era fruto de um contexto maior de lutas na América Latina e teve parte da Igreja Católica impulsionada

¹⁴⁶ Para além das concepções comumente utilizadas acerca da Teologia da Libertação como um dos fatores que proporciona o novo olhar da Igreja Católica sobre as questões sociais do campo Martins traz em seu livro *Caminhada no chão da noite: Emancipação política e libertação dos movimentos sociais do campo* algumas proposições que devem ser destacadas. A primeira, que será abordada brevemente posteriormente, é de que, ao contrário do que se possa imaginar, desde muito tempo, os documentos da Igreja já traziam em seus escritos a necessidade de repensar a forma de propriedade privada e a Questão Agrária em

pela Teologia da Libertação. O (re)encontrar da Igreja com o povo oprimido, refletido no documento, traz à tona uma Igreja de fé e prática, que, de certa forma, cativa a então sociologia militante de Martins: “[...] este problema nos chama a prática da justiça e da fraternidade, esperamos que o nosso pronunciamento, acompanhado de ações concretas, seja um motivo de ânimo” e, dessa forma, alerta, “[...] no campo, precisam da terra para o trabalho ou, na cidade, para moradia”.¹⁴⁷

A análise de conjuntura estava pautada principalmente na concentração fundiária e em seus desdobramentos que se colocavam como principal fator de exclusão social no campo. Outro problema pautado na época estava ligado aos milhares de camponeses expropriados entre 1950 e 1970, mormente, assalariados e parceiros subordinados. Além do mais, a política de distribuição de crédito e de incentivos fiscais¹⁴⁸ foi apontada no documento da CNBB como uma das faces da Questão Agrária, pois beneficiava mais aos grandes proprietários do que aos pequenos. De forma mais específica, é destacada a situação do Nordeste que, com uma intervenção estatal malograda, manteve os privilégios dos grandes proprietários e teve a estrutura fundiária nordestina agravada, incidindo-se sobre a situação de opressão e escravidão experimentada.

No que se referem aos povos indígenas, questões específicas também foram apontadas, tais como: falta de demarcação oficial de suas terras, invasão de seus territórios já demarcados, comercialização e apropriação indevida de suas terras e

si, não como objetivo fim, mas porque no processo de *humanização do homem* estes temas são sensíveis à moral e edificação humana. Ou seja, “A questão da propriedade da terra é adjetiva no processo de produção do humano [...]” (MARTINS, 1989, p. 28). A segunda, ocorre no sentido de que o envolvimento da Igreja Católica nas Questões Agrárias, para Martins, tem uma origem claramente política. Para o autor, há de considerar um inevitável equívoco ao tentar compreender “[...] que tal envolvimento é decorrência de uma progressiva explicitação do que tem sido chamado de ‘opção preferencial pelos pobres’”, isto é, no entendimento comum há uma preocupação excepcional com o econômico e com a pobreza material. Portanto, para além desse entendimento comum, a “[...] origem de tal envolvimento não representou, também, uma opção preferencial pelos ricos, mas sim uma *opção preferencial pela ordem*” (MARTINS, 1989, p. 31).

¹⁴⁷ CNBB, 1981, p. 1.

¹⁴⁸ Martins alerta para o fato de que, além das políticas de incentivos fiscais para exploração na Amazônia, há o desvio de dinheiro público para o uso de grandes empresas capitalistas, como é caso de projetos oficiais de reflorestamento, demonstrando o caráter do Estado de classe brasileiro (MARTINS, 1980).

recursos pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI), deslegitimação de sua cultura, costumes e memória histórica, entre outros.

Outras facetas da Questão Agrária ainda são abordadas no documento da CNBB, como a migração, a violência do campo, os gargalos da comercialização agrícola de pequenos agricultores, o aumento da dívida externa, o aumento dos trabalhadores sazonais, enfim, um conjunto de outros problemas de análise de conjuntura até chegar à “fundamentação doutrinal”, ao qual se acredita que Martins tenha influenciado substancialmente sobre os conceitos de *terra de exploração* e *terra de trabalho*. Conceitos estes que aparecerão em diversos trabalhos de Martins.

Terra de exploração é a terra de que o capital se apropria para crescer continuamente, para gerar sempre novos e crescentes lucros. O lucro pode vir tanto da exploração do trabalho daqueles que perderam a terra e seus instrumentos de trabalho, ou que nunca tiveram acesso a eles, quanto da especulação, que permite o enriquecimento de alguns à custa de toda a sociedade.

Terra de trabalho é a terra possuída por quem nela trabalha. Não é terra para explorar os outros nem para especular. Em nosso país, a concepção de terra de trabalho aparece fortemente no direito popular de propriedade familiar, tribal, comunitária e no da posse¹⁴⁹.

A Reforma Agrária, em Martins, passa pela “luta pela terra de trabalho”, que tinha em sua significação mais íntima o lugar de afirmação da dignidade da pessoa humana¹⁵⁰. A *terra de negócio (exploração)*, ao contrário, esboçava as linhas do capitalismo mais perverso, isto é, lugar da desumanidade¹⁵¹. Ainda com o intuito de compreender os conceitos *terra de trabalho* e *terra de negócio*, Martins delimita dois tipos de regimes de propriedades: 1) capitalista, e, o 2) familiar¹⁵². Embora ambas sejam propriedades privadas, é importante que suas diferenças sejam destacadas. A propriedade capitalista se baseia na exploração do capital sobre o trabalhador rural

¹⁴⁹ CNBB, 1981, p. 11.

¹⁵⁰ O debate sobre a Reforma Agrária em Martins será analisado ao longo do trabalho com mais pormenores.

¹⁵¹ SANTOS, Raimundo. Camponeses e democratização no segundo debate agrarista. In: SILVA, Francisco Carlos da; SANTOS, Raimundo; COSTA, Luiz Flávio de Carvalho (Org.). Mundo rural e política. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1998.

¹⁵² Martins (1980) exemplifica de alguns tipos de propriedade familiar, tais como: dos pequenos lavradores do Sul e de outras regiões; das propriedades comunitárias dos povos indígenas; e das posses, espalhadas por todo o país, especialmente na Amazônia Legal.

que já não mais possui os instrumentos de trabalho, agora dominado pelo capitalismo. A propriedade familiar, por outro lado, é propriedade que não explora o trabalho de outrem. A lógica que se coloca entre o trabalho e a terra não é a lógica do capitalismo, ou seja, do lucro. A função é quase que exclusivamente da reprodução socioeconômica dos lavradores e de seus familiares. Dessa forma,

[...] quando o capital se apropria da terra, esta se transforma em terra de negócio, em terra de exploração do trabalho alheio; quando o trabalhador se apossa da terra, ela se transforma em terra de trabalho. São regimes distintos de propriedade, em aberto conflito um com o outro. Quando o capitalista se apropria da terra, ele o faz com intuito de lucro, direto ou indireto. Ou a terra serve para explorar o trabalho de quem não tem terra; ou a terra serve para ser vendida por alto preço a quem dela precisa para trabalhar e não a tem. Por isso, nem sempre a apropriação da terra pelo capital se deve à vontade do capitalista de se dedicar a agricultura¹⁵³.

Como projeto de reverter a situação agrária, o documento da Igreja propõe quatro ações elementares, e é nesse ponto que Martins, enquanto assessor, se coloca prontamente ao lado da Igreja: a) O primeiro gesto está pautado na revisão de posse e uso dos bens da própria Igreja no que tange à destinação pastoral e social; b) O segundo, refere-se a um projeto de denúncia constante das situações abertas de injustiça e violência, envolvendo as dioceses e arquidioceses; c) No terceiro ponto, o compromisso de apoio a iniciativas e organização dos trabalhadores, com disponibilidade de estruturas e outros meios de ajuda da instituição. Portanto,

Nossa situação pastoral, cuidando de não substituir as iniciativas do povo, estimulará a participação consciente e crítica dos trabalhadores dos sindicatos, associações, comissões e outras formas de cooperação, para sejam realmente organismos autônomos e livres, defendendo os interesses e coordenando as reivindicações de seus membros e de toda a sua classe.¹⁵⁴

Alguns elementos do trecho acima são importantes para entender o posicionamento de Martins, à época, e contra o projeto de atuação do Partido Comunista. Martins coadunava com a Igreja no que se refere à mediação do processo

¹⁵³ MARTINS, José de Souza. Expropriação e violência: a questão política no campo. São Paulo: Hucitec, 1980, p. 60.

¹⁵⁴ CNBB, 1981, p. 13.

de luta do camponês. Mais do que um projeto de cooptação desses camponeses, a mediação agrária deveria transformá-los em atores políticos protagonistas de sua própria história, ou seja, o intuito não era “falar por eles”, mas de “dar voz aos mesmos”, no âmbito do projeto político que de fato lhes interessavam. Martins afirma que a presença da Igreja próxima às populações rurais a torna sensível às mudanças imediatas, baseada em uma tradição de formulação ideológica das lutas populares. Por isso, ela possui a facilidade de perceber e introduzir propostas e questionamentos mais amplos, diferentemente dos partidos políticos, notavelmente apartados das lutas locais¹⁵⁵.

Por fim, o aspecto fundamental da proposta do documento: d) ações que possibilitam um projeto de Reforma Agrária, que dê ao camponês o acesso à terra e às condições favoráveis para seu cultivo. O intuito principal era que o projeto de Reforma Agrária estivesse balizado na defesa do regime da “[...] propriedade familiar, da posse, da propriedade tribal dos povos indígenas, da propriedade comunitária e que a terra é concebida como instrumento de trabalho”¹⁵⁶, ou seja, tendo em vista o conceito de *terra de trabalho* a terra deve servir aos propósitos de reprodução socioeconômica dos camponeses e não para exploração ou para especulação latifundiária. Portanto, o documento não deixa claro sobre uma possível opção pela Reforma Agrária radical, vista como uma ruptura de todo processo produtivo, a qual também Martins nunca se orientou.

Em *Os Camponeses e a Política no Brasil*, Martins continua suas preposições, agora em autoria independente, sobre a Questão Agrária brasileira. Sua principal tese é de que as lutas populares camponesas avançaram mais depressa do que os partidos políticos no que se refere às verdadeiras necessidades políticas e sociais dos mais excluídos do campo. É, outrossim, parte da discussão que travou contra o PCB sobre o papel da mediação política no campo. Haveria para Martins um descompasso entre os partidos políticos e os diversos levantes de camponeses espalhados pelo Brasil. O problema de origem orgânica dos partidos políticos se direciona ao não reconhecimento da importância política das lutas dos movimentos camponeses para a construção da democracia política brasileira. No campo teórico, intelectuais

¹⁵⁵ Martins, 1981.

¹⁵⁶ *Ibidem*, p. 13.

interessados em desenhar o papel político e histórico do campesinato mostravam-se incoerentes, mobilizando interpretações fora de época, de outros países e em outras circunstâncias históricas¹⁵⁷.

Indo um pouco mais a fundo nessa obra, Martins remonta a um processo de organização camponesa que teve seu início ainda em 1950. O levante foi intenso: organização em ligas e sindicatos, levando grandes proprietários de terras aos tribunais com o pagamento de indenizações; protestos pela Reforma Agrária; fechamento de estradas em prol de melhoria do preço de seus produtos; etc. Não obstante, para Martins, o que marcou e definiu as lutas camponesas daquela época foi a disputa pela interpelação entre as ligas camponesas, o PCB e a Igreja. Posteriormente, excluída as ligas, ocorreu uma aliança entre a Igreja e os comunistas da época. Dessa junção, surgiu um dos mais importantes atores políticos de apoio às lutas no campo: a Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG). O PCB, por sua vez, à medida que cresceu em importância conjuntural e política foi perdendo influência sobre os movimentos de luta camponesa. Segundo Martins, “[...] os compromissos da frente única representavam cada vez mais, à medida que ela se ampliava, uma restrição aos propósitos das lutas camponesas”¹⁵⁸.

Em contrapartida, à medida que o PCB perde influência sobre o projeto dos camponeses cresce a influência e presença da Igreja Católica, ao passo que se consolida a presença do sindicato no campo. Essa redução da influência do PCB não pode ser explicada apenas pela repressão estabelecida no período de Ditadura Militar, que moveu um conjunto de ações de contenção aos comunistas e não comunistas. Dois aspectos fundamentais marcam, para Martins, esse distanciamento: “De um lado ela está marcada pela oposição doutrinária a respeito da superioridade política das lutas operárias sobre as lutas camponesas; de outro lado, está marcada pela progressiva alteração na concepção a respeito do lugar político do campesinato”. A esses dois aspectos, Martins nomeia de esquizofrenia doutrinária, ao qual, frequentemente, repousa a ideia de que há uma disjunção entre o campesinato e a política. É como se, em outras palavras, houvesse no processo político uma

¹⁵⁷ Martins, 1981.

¹⁵⁸ Ibidem, p. 10.

subordinação automática dos camponeses frente à burguesia ou aos proprietários de terras e até mesmo ao próprio proletariado, eleito protagonista da revolução. “A possibilidade de um campesinato falar sua própria linguagem de classe perturba os esquemas de interpretação, as posições partidárias, a lógica férrea e enferrujada do economicismo desenvolvimentista”¹⁵⁹. Desse modo, o declínio do Partidão era proporcional ao crescimento do Partido dos Trabalhadores (PT), enquanto principal partido articulador dos movimentos sociais. Por consequência, o esgotamento do PCB também indicava o declínio de uma cultura política inspirada na filosofia da história operária¹⁶⁰.

Martins faz questão de apontar um conjunto de equívocos no que se refere à apropriação do marxismo por alguns teóricos dos anos 1980 e sua indevida reprodução para as lutas camponesas, tendo em vista o contexto brasileiro. A primeira distorção teórica estaria no fato de que, a respeito das lutas camponesas, a história é concebida como o desenvolvimento das forças produtivas, e ela promove as devidas alterações sociais, isto é, aspecto essencial para êxito das lutas políticas. Porém, segundo Martins, para que o capitalismo entenda suas contradições, não é preciso que as forças produtivas se desenvolvam em cada estabelecimento agrícola ou sítio, incutindo-se necessariamente na relação de trabalho assalariado. “A maioria dos autores adota a perspectiva de que as transformações de que estão ocorrendo culminam com o estabelecimento ou a expansão das relações capitalistas de produção, isto é, do trabalho assalariado. Muita pouca atenção tem sido dada à variedade das formas assumidas pelas contradições do capital”¹⁶¹. Assim, a tensão que o capital cria na propriedade agrícola de um pequeno lavrador é notavelmente diferente da tensão que permeia suas relações com o trabalhador da grande indústria¹⁶². Resumindo, a “[...] concepção de desenvolvimento com o qual Marx

¹⁵⁹ Ibidem, p. 12.

¹⁶⁰ Santos, 1998.

¹⁶¹ MARTINS, José de Souza. A militarização da Questão Agrária no Brasil: terra e poder, o problema da terra na crise política. Petrópolis: Vozes, 1984, p. 75.

¹⁶² Em títulos anteriores, especialmente em *Expropriação e violência: a questão política no campo* (1980), Martins explica como que lavradores e operários possuem uma lógica de pensamento diferente, enquanto classes sociais diferentes, e em uma relação com o capitalismo que também se faz diferente. O proletário das grandes cidades é um trabalhador fundamentalmente expropriado das ferramentas, das máquinas, dos instrumentos, isto é, de seus objetos de trabalho. Portanto, não haveria outra forma de sobreviver a não ser vendendo

trabalhava não era a do desenvolvimento igual, e sim do desenvolvimento desigual. É o que permite entender transformações sociais profundas em sociedades, desse ponto de vista, atrasadas”¹⁶³.

Um importante fator que há de considerar é que os esquemas teóricos mobilizados pelos autores que se dedicam aos estudos das transformações sociais no meio rural não podem ser idealizados a partir de uma perspectiva *evolucionista*, afirma Martins. Por mais diferentes que sejam os estudos e análises, esses autores adotaram a perspectiva de que as transformações ocorridas no campo culminam no estabelecimento e na expansão das relações capitalistas de produção. O problema principal está em comparar as formas assumidas pelas contradições do capital em uma sociedade diferente das sociedades europeias, que são, via de regra, referência para os modelos teóricos adotados. Em sociedades como a brasileira, tínhamos, segundo Martins, um passado colonial e escravista, além de um presente de dependência em relação aos países desenvolvidos. Isso traz outra questão de igual gravidade: a ideia de que “[...] todas as lutas das categorias sociais cuja existência não está baseada no trabalho assalariado são consideradas lutas condenadas, sem futuro, sem importância histórica, portanto”. Dessa forma, a perspectiva evolucionista

sua força de trabalho ao patrão, ou, em outros termos, ao capitalismo. O trabalho individual de outrora agora é substituído pelo trabalho conjunto, pois na prática o “[...] seu trabalho é parte do trabalho de muitos outros trabalhadores, reunidos pelo capital do capitalista sob o teto da mesma fábrica para produzirem todos juntos às mercadorias com as quais o capitalista vai negociar” (p. 13). O capital, dessa forma, impõe ao trabalhador fabril a única forma de luta possível: a coletiva. Nesses termos invariáveis, o “[...] capital socializou a produção e as condições de vida dos trabalhadores da fábrica, faz deles, contraditoriamente, uma força do capital e uma força contra o capital” (p.13). Assim, o trabalhador da fábrica deve conscientizar-se de que sua libertação é também a libertação de seus companheiros. Por outro lado, a lógica de conduta e consciência de um lavrador se porta de forma distinta. Para Martins, não se pode esperar que lavradores do campo, os posseiros, os arrendatários, pequenos proprietários e os colonos adquiram uma consciência de classe operária, tal como preconizada pelos marxistas. Seria algo absolutamente idealista. Isso se dá pelo fato de que “[...] enquanto a mercadoria do operário é a força de trabalho, a mercadoria do lavrador é o produto do trabalho” (p.14). Dessa forma, existe outra diferença fundamental que deve ser levada em conta: o produto do trabalho final nas fábricas pode ser compreendido como fruto de um trabalho socializado de muitos proletários. O trabalhador rural, todavia, quando dono de seus instrumentos, de suas ferramentas, de suas terras, se apresenta perante o mercado sozinho, dono das coisas que produziu, quando muito, fruto do trabalho de seus familiares. Essa lógica faz com o trabalhador rural reflita sobre as suas condições de produção, individual e familiar, o que produz, com efeito uma consciência individualizada, uma visão de mundo que expressa o isolamento.

¹⁶³ Martins, 1981, p. 14.

não preconizava que formas capitalistas e não capitalistas coexistissem no mesmo espaço, de forma contemporânea.

Na obra *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*, Martins coloca em linhas mais gerais como que intelectuais se apropriam de forma equivocada do conceito de desenvolvimento igual, para entender o mundo rural, contida em *O capital* de Marx. Não se atentando, outrossim, para outras obras nas quais aparece a ideia de desenvolvimento desigual, que permite compreender com mais clareza as transformações sociais mais profundas nas sociedades ditas atrasadas.

A interpretação do capitalismo contida em “O Capital” está baseada numa concepção de desenvolvimento igual; e que outras obras de Marx como o *Grundrisse*, se apoiam da concepção do desenvolvimento desigual do capital, em que os componentes do processo não se regem pelos mesmos ritmos e temporalidades. As forças produtivas se desenvolvem mais depressa do que as relações sociais; no capitalismo, a produção é social, mas a apropriação dos resultados da produção é privada. Essa contradição fundamental é caracterizada pelo descompasso histórico entre o progresso material e o progresso social. A desigualdade do desenvolvimento é expressa nos desencontros que nos revelam diversidades e não uniformidades da mesma realidade econômica.¹⁶⁴

A segunda distorção teórica comumente usada é a acusação de que todo compromisso com as lutas camponesas é, invariavelmente, um compromisso populista. Mais uma vez, para Martins, há um equívoco na utilização da designação populista, extemporânea e aquém de nossa realidade. “Populista’ era uma designação que Lenin dava aos socialistas ‘*narodniks*’ (que a si mesmos se chamavam ‘Amigos do povo’) numa polêmica partidária aguda na Rússia, do final do século XIX”¹⁶⁵. Para Martins, Lenin, enquanto intelectual que representava os Bolcheviques tinha uma interpretação ocidentalizada de “O capital” de Marx, ou seja, no desenvolvimento natural do capitalismo havia de considerar primeiro a importância do crescimento e da ação política da classe operária. Para os populistas, a

¹⁶⁴ Martins, 1997.

¹⁶⁵ Martins, 1981, p.15.

transformação social implicava em conceber a força política dos camponeses e não estigmatizá-la como fator de atraso. Portanto, a comparação brasileira com a situação russa é inviável e recai sobre a própria ideia de campesinato. Na Rússia, o chamado *campesinato estamental* resistia ao capital porque era um campesinato apegado, ligado à terra. Na prática, era um campesinato que não queria sair da terra, comportava-se defensivamente ao capitalismo. No Brasil, ao contrário, o campesinato era uma classe, não um estamento. É um campesinato que quer *entrar na terra*, pois constantemente luta para voltar à terra, mesmo que distante daquela que foi expulso, conclui Martins.

Nesse sentido, o processo de formação do campesinato brasileiro tem ligação direta com o fim da escravatura que, com efeito, mudou consideravelmente o tipo de relação com a terra e com o trabalho sobre a terra. Portanto, ainda que o fim da economia colonial baseado na escravidão negra tenha sido um grande avanço social, a situação daqueles que se tornaram “livres” foi acometida pelo processo de exclusão econômica e política. O fato é que, para Martins, o próprio tráfico negreiro já constituía renda capitalizada, ou seja, mesmo antes de extrair renda da produção colonial, a escravidão ditava os rumos do capitalismo presente nas fazendas.

O camponês era, portanto, duplamente excluído: da condição de proprietário de terras e da condição de escravo já que não podia ser convertido em renda capitalizada do tráfico colonial. Essa exclusão, portanto, das relações de propriedade, não o excluía da propriedade. Ele viveu, durante todo o tempo do escravismo, essa contradição que só se resolveu quando se resolveu a contradição maior representado pelo escravo numa economia capitalista de produção escravista de mercadorias¹⁶⁶.

Por consequência, transforma-se a própria ressignificação que se dá sobre a terra. É instituído um novo cenário da Questão Agrária brasileira, ou, nas palavras de Martins: “O senhor de escravos se transforma em senhor de terras. A terra que até então fora desdenhada em face da propriedade do escravo passa constituir objeto de disputas amplas. A velha disputa colonial pela fazenda, pelos bens da família.

¹⁶⁶ Ibidem, p. 38.

Transforma-se em disputa pela terra, pois essa é a forma de subjugar o trabalho livre”¹⁶⁷.

¹⁶⁷ Ibidem, p. 45.

3.3 Expropriação, exploração e projetos de Reforma Agrária nos anos 1980

A Questão Agrária brasileira se projeta de diferentes formas e em diferentes regiões, mas, de certo modo materializa-se por duas premissas básicas, segundo Martins: expropriação e exploração. A concentração fundiária que se coloca como uma das principais problemáticas da Questão Agrária tem como consequência principal a expulsão de lavradores da terra, que é seu principal instrumento de trabalho. Dados do Censo Agropecuário de 1975 revelavam uma realidade perversa: mais da metade dos estabelecimentos rurais ocupava menos de 3% das extensões rurais no Brasil, e menos de 1% dos estabelecimentos rurais ocupava quase a metade de toda a extensão territorial. Em números mais específicos, 52,3% dos estabelecimentos rurais, além de possuir menos de 10 há, ocupava uma área de 2,8%, apenas. Por outro lado, 0,8% dos estabelecimentos rurais tinha mais de 1.000 ha e ocupava 42,6% da área total¹⁶⁸.

A título de conceituação, a expropriação constitui um aspecto fundamental do processo de crescimento do capitalismo. “O capital só pode crescer, só pode se reproduzir, à custa do trabalho, porque só o trabalho é capaz de criar riqueza”. Logo, a dialética básica do capital está pautada na subjugação do trabalho e, na prática, à medida que o trabalhador vende sua força de trabalho para o capitalismo, mediante o recebimento de salário, o fruto de seu trabalho se tornará fruto do capitalismo que o comprou. Contudo, o ponto chave está na separação do trabalhador de seus instrumentos de trabalho, isto é, para evitar que o trabalhador trabalhe para si mesmo e não deixe de atender ao capital. Conseqüentemente, a conceituação teórica de expropriação está balizada nessa separação, conforme Martins¹⁶⁹:

A instauração do divórcio entre o trabalhador e as coisas de que necessita para trabalhar – a terra, as ferramentas, as máquinas, as matérias primas – é a primeira condição e o primeiro passo para que se instaure, por sua vez, o reino do capital e a expansão do capitalismo. Essa separação, esse divórcio, é o que tecnicamente se chama de expropriação - o trabalhador perde o que é próprio, perde a propriedade dos seus instrumentos de trabalho. Para trabalhar terá que vender sua força de trabalho ao capitalista, que é quem tem agora esses instrumentos.

¹⁶⁸ CNBB, 1981.

¹⁶⁹ Martins, 1980, p. 54-55.

Martins ressalta que o processo de expropriação e exploração não tinha como principal condutor grandes latifundiários, representado pela figura dos coronéis das grandes fazendas, tal como preconizado em tempos passados. Agora, o modelo central de exclusão, subjugação e violência no campo¹⁷⁰ acontece pela figura das grandes empresas capitalistas, nacionais ou multinacionais. Nessa perspectiva, a alta concentração fundiária era acompanhada pelo intenso processo de modernização da agricultura, pelo qual, cada vez mais, as empresas capitalistas presentes tanto no campo como nas cidades modernizam os processos de trabalho, com a incorporação de tecnologias, geralmente importada, que dispensa mão de obra do trabalhador. O projeto de modernização do campo se configura como objeto preferencial de uma política oficial do Estado “[...] de incentivos, mediante assistência técnica gratuita e incentivos fiscais e empréstimos bancários concedidos a juros subsidiados, isto é, a taxas inferiores às taxas normais de juros do mercado”¹⁷¹.

A expulsão não atingia apenas posseiros, mas também arrendatários e parceiros através da substituição das grandes lavouras pela pecuária. Parte desses lavradores seguiu para os grandes centros urbanos à procura de oportunidade de trabalho. Era o início do inchaço e da formação de favelas nas cidades. Outra parte, seguiu sertão adentro à procura de terras desocupadas, longe das grandes fazendas, o que duraria pouco, até a chegada de novos grileiros. Nas regiões onde não ocorria a expropriação em si, os pequenos lavradores se encontravam estrangulados economicamente. Em virtude dos preços exorbitantes das terras, os lavradores não conseguiam compensar totalmente os preços da produção com os seus rendimentos agrícolas, não sendo possível ampliar suas próprias condições de trabalho e garantir que seus filhos constituíssem famílias no local. Sendo assim, só lhes restariam migrar.

¹⁷⁰ Martins, em obra posterior, destaca que, na verdade, o aumento da violência no campo não envolve apenas o problema da terra, isto é, o desejo de ter uma pedaço de terra para sobreviver. Desde os anos 1940, há o aumento exponencial da violência no campo decorrente da recusa do trabalhador em aceitar formas antigas de dominação pessoal, o que pode ser chamado de violência institucionalizada, ocasionada, *a priori*, pela falta de direitos políticos e sociais. Assim, a violência acentuou quando esses trabalhadores começaram a se reconhecer como seres humanos que também tinham direitos. Em outras palavras, o trabalhador não desejava mais ser um escravo disfarçado (MARTINS, 1986).

¹⁷¹ Martins, 1980, p. 55.

No processo de subjugação do produto de seus trabalhos, esses trabalhadores rurais se viram obrigados a trabalhar para as grandes empresas nos chamados sistemas integrados¹⁷², embora conservando a propriedade nominal da terra. Por consequência, se, de um lado os consumidores reclamavam do aumento cada vez maior dos produtos, os lavradores, por outro lado, reclamavam da queda dos seus ganhos e do aumento do preço dos insumos. É, em termos práticos, a transferência de renda da pequena propriedade para o grande capital¹⁷³.

A expropriação do trabalho rural pelo capital cria as condições para que esse mesmo capital passe para sua segunda fase que é a exploração do mesmo trabalhador, que já tinha sido expropriado. Após ser obrigado a deixar seu instrumento de trabalho, somente resta a esse trabalhador vender sua força de trabalho ao capitalista, sob as regras do mercado e não de acordo com suas necessidades. Por essa via, já não é mais o trabalhador que juntamente com sua família ponderam o quanto precisam para sobreviver. É o capital que diz o quanto está disposto a pagar por aquele trabalho, segundo as leis de mercado. Os salários estariam, portanto, expostos às leis de oferta e demanda, ou seja, se houver o aumento do número de expropriados procurando emprego, a tendência será a queda dos salários, submetendo-se a renda até nível inferior aos níveis vitais de sobrevivência do trabalhador. Nesse contexto, existe uma contradição que é inerente ao próprio crescimento do capitalismo, afirma Martins. Do mesmo modo que o capitalismo não pode crescer sem o trabalho, cada vez mais dispensa o trabalhador, devido à constante inovação tecnológica e modernização dos processos produtivos. Além disso, da mesma forma que a ampliação do capitalismo sugere o aumento das contradições sociais e dos conflitos, há uma tendência de que as lutas sociais cresçam na mesma proporção. É o processo que se observou no campo, no Brasil.

¹⁷² Através de um sistema de contrato, os lavradores integralizados são obrigados a vender sua produção para a empresa contratante em troca de algum tipo de assistência ou subsídio e da venda garantida antecipadamente, desde que cumpra alguns requisitos mínimos. Dessa forma, o lavrador perde toda sua autonomia de negociação junto ao mercado, dos modos de produção e cultivo em sua propriedade. Nesse caso, a parcela principal dos lucros fica na mão de empresas.

¹⁷³ Martins, 1980.

* * *

O debate agrário dos anos 1980 de Martins já tinha remissões a um projeto de Reforma Agrária, que se modificou ao longo do tempo, diga-se de passagem. Como já afirmado anteriormente ele tinha na ideia de Reforma Agrária, enquanto luta pela terra, sua maior expressividade teórica. O contexto era de intensa concentração de terra por parte dos grandes latifundiários, com a expulsão de um grande número de lavradores, dos quais, muitos integrariam o chamado “exército industrial de reserva”, incorrendo, com efeito, num grande número da oferta de trabalho e a queda drástica dos salários pagos nas grandes cidades. Além disso, amplas transformações ocorridas nas grandes propriedades substituíram as lavouras por pastos, expulsando um número ainda maior de lavradores do campo. A Questão Agrária ainda se agravava ao pensar que a grande propriedade não tinha interesse na produção de gêneros alimentícios para abastecimento do mercado interno, já que a exportação era mais lucrativa. Exportação esta potencializada pelas políticas de incentivos governamentais que buscavam obter recursos externos destinados a diminuir os dispêndios monetários no exterior.

Outro ponto que potencializaria a Questão Agrária brasileira e, com efeito, a necessidade de Reforma Agrária, estava na “renda da terra” como fonte de acumulação dos grandes proprietários¹⁷⁴ de terras. O conceito de renda da terra é o conceito decisivo no que compete compreender a dinâmica de exploração capitalista no meio rural, segundo Martins. Sob a forma de renda monetária, a renda capitalista da terra emerge quando deixa de ser um tributo pessoal e passa a ser um tributo social. Todavia, isso só acontece quando “[...] parte da mais-valia é transferida ao proprietário de terra, no preço dos produtos comercializados o que se viabiliza pela diferente composição orgânica do capital na agricultura e na indústria”. A propriedade da terra, em si, não funciona como um capital real e, assim, o capitalista que compra

¹⁷⁴ Em obras posteriores, Martins aponta como que pequenos proprietários e assentados também se apropriam da “renda da terra”. Ademais, em 2001, especificamente em uma entrevista à revista “Espaço e debate”, Martins usa também o conceito de renda da terra aplicado às cidades: “A renda da terra, e da terra urbana, constitui, entre nós, em nossas cidades, um dos graves fatores econômicos da deterioração das condições de moradia. A maior parte do que se gasta na compra de uma casa nada tem a ver com a moradia, é apenas tributo pago ao proprietário de terra que vive parasitariamente da especulação imobiliária. Ganha sem produzir e sem trabalhar” (MARTINS, 2001, p. 32).

a terra investe o seu capital de forma ineficaz. De outra forma, no processo de exploração do trabalho se recriam as formas tributáveis de extração de excedentes econômicos, tal como a renda da terra. Para Martins, a renda da terra seria, portanto, uma forma particular do capitalismo de desenvolver no campo, que cria e recria as condições necessárias para o processo de acumulação¹⁷⁵.

Existe, ainda, uma tendência de que o capital subordine todos os setores e ramos de produção, a não ser que exista um obstáculo que o impeça de prosseguir. No que tange ao domínio da agricultura, a terra é esse obstáculo. Em outras palavras, se o capital não dominar a terra, não poderá dominar a agricultura. Para todo efeito, segundo Martins, o capital tudo transforma em mercadoria e não seria diferente com a terra. Adquire-se preço, pode ser comprada e vendida. Martins exemplifica os projetos de colonização particular da época. Os posseiros que não podiam pagar pela terra eram expulsos e separados do seu principal instrumento de reprodução social. Além disso, o Estado concedia terras a um preço simbólico às empresas capitalistas, para que revendessem ou as negociassem como quisessem. Em suma,

Quando o capitalista paga pela utilização da terra, está, na verdade, convertendo uma parte do seu capital em renda; está imobilizando improdutivamente essa parte do capital, unicamente porque esse é o preço para remover o obstáculo que a propriedade fundiária representa, no capitalismo, à reprodução do capital na agricultura. Essa imobilização é improdutiva porque ela sozinha não é suficiente para promover a extração de riqueza da terra, para efetivar a produção agrícola. O capitalista precisará, ainda, empregar ferramentas, adubos, inseticidas, combinados com força de trabalho, para que a terra dê os seus frutos¹⁷⁶.

Em *Expropriação e violência: a questão política no campo*¹⁷⁷ é apresentado uma questão bastante singular no que se refere ao debate sobre a Reforma Agrária trata-se de uma concepção errônea, para Martins, de que o projeto de Reforma Agrária estaria partindo da cidade¹⁷⁸ e não do campo. Existe para ele o desacerto de

¹⁷⁵ Martins, 1979.

¹⁷⁶ Martins, 1981, p. 161-162.

¹⁷⁷ Idem, 1980.

¹⁷⁸ Quando Martins se refere à cidade neste texto, não abre o debate sobre as dualidades campo *versus* cidade ou rural *versus* urbano, tão presente na sociologia rural. A intenção não é essa. Aqui, a ideia é apresentar concepções teóricas e as ideias do *como fazer* típicas de

ignorar o que tem sido feito e pensado no campo em detrimento de diretrizes que partem da cidade. Na esteira do descompasso do projeto de Reforma Agrária, pensada a partir da cidade, está o fato de que haveria um diagnóstico e um processo político por trás dessa expressão que resolveria o emaranhado de problemáticas existentes no campo. Sendo assim, dever-se-ia evitar um conflito entre o projeto de Reforma Agrária oriundo da cidade e o que já vinha sendo feito no campo há bastante tempo. Martins também tratou desta questão em *A militarização da Questão Agrária no Brasil: terra e poder, o problema da terra na crise política*. Para ele, é desse ponto de vista que surgem análises teóricas do processo de resistência dos trabalhadores rurais, tendo como perspectiva os assalariados industriais. Indo além, “[...] não só o estudo, mas também a prática política, dominada pelas classes urbanas, mostram um imprudente desprezo pelas lutas, hoje cotidianas, entre os trabalhadores rurais e os proprietários de terra”¹⁷⁹.

Martins, à época, já criticava¹⁸⁰ um projeto de Reforma Agrária de caráter *distributivista*, a partir do exemplo da resistência de 200 mil índios brasileiros que lutavam, numa direção diferente, pelo direito e pelo reconhecimento da propriedade tribal. Os posseiros, por sua vez, não lutavam pela propriedade privada em si, mas pelo direito de trabalho digno de suas famílias. Para o homem do campo, propriedade do trabalho e propriedade da terra são coisas separadas em seu modo de pensar. Logo, pensar a distribuição de terras de modo ideológico (na *percepção urbana*¹⁸¹, de entender o acesso à propriedade privada como democracia) não é suficiente para compreender nem resolver o processo de expropriação violenta que acontecia no

intelectuais, líderes e partidos políticos que vivem e pensam a partir dos centros urbanos. Via de regra, não possuem vivência ou trabalhos voltados diretamente para as questões do mundo rural.

¹⁷⁹ Martins, 1984, p. 9.

¹⁸⁰ Em verdade, a crítica ao modelo de Reforma Agrária distributivista foi firmada em um texto de 1968. Já teria, portanto, mais de dez anos desde sua primeira formulação (SANTOS, 2015).

¹⁸¹ Quando Martins se refere ao modo de pensar urbano ou da cidade, está fazendo claras referências aos intelectuais que transfere a análise do marxismo operário para tentar compreender e explicar as diversas formas de lutas sociais do campo. É a utilização de uma chave analítica totalmente fora de contexto, extemporânea tal como já discutida anteriormente.

campo. Assim, a visão do campo que se tem nas cidades está muito aquém da problemática que realmente se colocava.

Dessa forma, Martins chama atenção para forma de Reforma Agrária do tipo *coletivista*, que seria outro modo de pensar a luta pela terra para além da distributivista. A Reforma Agrária coletivista, diferentemente da distributivista, impede a reprodução da concentração fundiária com o passar dos anos¹⁸². Nessa direção, a luta se dá pelo reconhecimento de que a terra é um bem coletivo, ou seja, sujeito ao trabalho privado, mas não à propriedade privada. Seria basicamente o que os índios e os posseiros já estavam reivindicando na época. Para ele essa distinção não tem sido percebida por aqueles que nas cidades levantam a bandeira da Reforma Agrária distributivista¹⁸³.

Não obstante, Martins não ignora que possa haver alguma contribuição das lutas, ou do pensamento sobre o que seria o movimento de luta pela terra, sob o prisma da cidade. O ponto crítico está na questão de que a luta no campo é muito prática e pouco ideológica, ao passo que, a luta na cidade é muito mais ideológica e vagamente prática. Em outras palavras, é o que Martins relaciona em outros livros: a construção partidária (ideológica) no campo se desenvolve mais lentamente do que as insurgências dos trabalhadores rurais. Dessa forma, a cidade teria a possibilidade de traduzir as lutas do campo em termos de uma proposta de transformação de sociedade, ou seja, transformar as experiências concretas das lutas do campo em programas partidários.

Em vez de colocar num programa partidário uma vaga noção de Reforma Agrária, ir mais fundo, dizer que Reforma Agrária é essa, em favor de quem a gente está lutando, o que a gente quer ou que tipo ou tipos de Reforma Agrária são necessários neste momento¹⁸⁴.

¹⁸² Martins destaca o processo de colonização ocorrida no norte do Paraná, por volta de 1940, na qual o projeto de colonização de pequenas propriedades rurais deu lugar à concentração fundiária com o passar dos anos. Logo, a distribuição de terras, por si só, não muda o regime de propriedade que é responsável pela mesma concentração de terras.

¹⁸³ Martins, 1980.

¹⁸⁴ Idem.

Martins destaca ainda que existe um problema grave de decodificação dos conceitos. Para ele, o termo Reforma Agrária preconizado pelas cidades não é entendido pelo pequeno trabalhador rural, ou, quando sim, é entendido de forma muito particular e desvirtuada. É preciso colocar de forma clara as propostas de Reforma Agrária. Não é só uma questão de linguagem fácil, mas clara, que coloque à mesa objetivos e estratégias coerentes com as diversas problemáticas do campo.

* * *

No tocante aos tipos ou modos de pensar a Reforma Agrária, Martins destaca o posicionamento que o Regime Militar teve sobre a questão. Apesar de iniciada no ano de 1964, uma política bastante particular de gerir os problemas fundiários repercutiu sobre o debate agrário de 1980. A materialização mais expressiva veio com o Estatuto da Terra¹⁸⁵, aprovado ainda no ano do Golpe Militar. O governo anterior, de João Goulart, era temido por um conjunto de reformas até então tidas como progressistas. Contudo, no que se refere à Questão Agrária, o Decreto assinado durante um comício em praça pública no dia 13 de março¹⁸⁶, no Rio de Janeiro, seria o estopim para o Golpe. O Decreto presidencial propunha a desapropriação de áreas rurais que ladeavam rodovias federais, ferrovias nacionais e terras beneficiadas por obras da União que estivessem inexploradas ou expropriadas contrariamente à função social da propriedade. Para Martins, “[...] a verdade é que esse decreto não alcançava os grandes fazendeiros, mas tão-somente [SIC] os proprietários de terra, grandes e pequenos, interessados na especulação imobiliária”¹⁸⁷.

¹⁸⁵ Tinha por intento organizar a propriedade privada no Brasil. A aquisição de terras somente poderia concretizar-se através da compra, venda ou doação do próprio Estado. O Estatuto da terra “[...] foi elaborado de tal forma que se orienta para estimular e privilegiar o desenvolvimento e a proliferação da empresa rural. O destinatário privilegiado do Estatuto não é o camponês, o pequeno lavrador apoiado no trabalho da família. O destinatário do Estatuto é o empresário, o produtor dotado de espírito capitalista, que organiza a sua atividade econômica segundo os critérios da racionalidade do capital” (MARTINS, 1984, p. 33).

¹⁸⁶ Nesse dia foram assinados dois decretos, um que desapropriava as refinarias de petróleo que ainda não estavam nas mãos da Petrobras e outro que autorizava a desapropriação de áreas ao longo das ferrovias, rodovias, zonas de irrigação e dos açudes, ao qual estamos nos referindo.

¹⁸⁷ Martins, 1984, p. 29.

Logo nos primeiros dias após o Golpe, o Governo revogou esse e alguns outros decretos, mas não todos. Aqueles que preconizaram o Golpe não precisaram esperar mais do que sete meses para conhecer os rumos que o Governo Militar daria à Questão Agrária. Martins ressalta algumas contradições ocorridas ao longo da Ditadura:

Ao longo dos anos da ditadura, os governos militares dariam forma legal a várias reivindicações que haviam constituído bandeiras políticas importantes das esquerdas antes de abril de 1964. Por tê-las defendido, muitos brasileiros foram perseguidos, torturados ou mortos. Tais governos, além de terem derrubado nesse mesmo ano o dispositivo constitucional da *indenização em dinheiro*, nos casos de desapropriação de terras por interesse social, derrubariam em 1969, pela mão do marechal Arthur da Costa e Silva, através do Ato Institucional n. 9, o dispositivo de *indenização prévia* que sobrevivera na constituição de 1967. E, em 1971, o general Emílio Garrastazu Médici colocaria sob tutela federal e do Conselho de Segurança Nacional, para fins de colonização, 100 km de cada lado das rodovias federais, já construídas, em construção ou planejadas, na Amazônia legal – muito mais do que os prosaicos 10 km declarados de interesse social por Goulart poucos dias antes do golpe¹⁸⁸.

Dessa forma, as aparentes contradições colocavam de um lado um Governo Militar que efetivou de forma legal diversas reivindicações até então tidas como da esquerda brasileira, posicionando-se contrário aos ideais de diferentes grupos sociais que fomentaram o Golpe de 64. Por outro lado, esse mesmo Estado engendrava os interesses da grande propriedade rural, marginalizando e perseguindo os grupos contrários às políticas agrárias. Basicamente, o Governo Militar separava as questões sociais e econômicas, representado pela concentração fundiária, das questões políticas e das mediações sociais de grupos políticos. “O governo militar entendia, portanto, que as medidas reformistas eram necessárias, mas que os grupos e as mediações políticas eram desnecessárias e nocivos”.¹⁸⁹

Nesse sentido, diferentemente das reformas agrárias do tipo distributivista e coletivista, as reformas pensadas durante o período militar não seriam obtidas de baixo para cima, com a legítima participação das camadas populares, mas seriam

¹⁸⁸ Ibidem, p. 30-31.

¹⁸⁹ Ibidem, p. 31.

realizadas de cima para baixo, e essa era a chave da questão. Em outras palavras, a Reforma Agrária era tratada como um problema político. De toda forma, esse modo de pensar a Reforma Agrária suprimia e deixava de lado as vontades e os interesses do campesinato, constituía-se no banimento das atividades políticas do campo. Como parte do processo, nesse mesmo período, assistiu-se a expansão das empresas capitalistas e o esvaziamento do campo. Para Martins, a política pautada na instalação de grandes empresas no campo “[...] estava e está baseada no pressuposto da expropriação e da expulsão dos trabalhadores rurais para a cidade, na concentração da propriedade da terra e no aumento progressivo da eficiência econômica e da produtividade agropecuária”¹⁹⁰.

Assim, o debate agrarista de 1980 de Martins envolveu, até o momento da redemocratização do país, um contexto político muito específico, existente desde 1964, com a presença dos militares no poder: o período da Ditadura Militar. O conjunto crescente de conflitos contra a expropriação, a expulsão, o despejo, entre outras, contou com táticas de ocupação de grandes propriedades ou de propriedades públicas por parte dos trabalhadores rurais. Esse fato colocou questões que desafiaram a ideia de direito de propriedade amplamente defendida no período de Ditadura Militar. Dessa forma, tendo em vista o intenso controle social da época demandaram do estado militar ações diretas sobre os projetos de insurgência do campo. Martins elenca três estratégias principais de envolvimento dos militares na Questão Agrária¹⁹¹:

- a. Desmobilização dos grupos locais que surgiram através dos conflitos. Em casos mais extremos ocorria a desapropriação por interesse social das terras e litígio, em outros casos, a titulação das terras através de negociação e acordos entre as partes envolvidas. Com a redução do problema através de sua face econômica, retira-se, por consequência, o potencial político da causa.

- b. Desmobilização das lideranças e das mediações políticas, tais como, sindicato, Igreja e grupos de apoio em geral. Em casos mais severos, havia a utilização

¹⁹⁰ Martins, 1984, p. 31.

¹⁹¹ Idem, 1984.

da Lei de Segurança Nacional¹⁹², materializada pela prisão, condenação e até mesmo na tortura. Era a famosa técnica de “separar a cabeça do corpo”.

- c. Criação e disseminação de instituições e atividades de intervenção direta do Estado na vida civil das populações rurais através da operação cívico-social do exército¹⁹³, do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL)¹⁹⁴, do projeto Rondon¹⁹⁵ e do controle administrativo de recursos público com influência direta e indireta sobre as questões da terra.

Nesse último ponto e, sobretudo na criação do Ministério de Assuntos Fundiários, constituiu-se o ápice do que Martins chamou de militarização da Questão Agrária, orientada pelo controle e domesticação do “[...] demônio político que ele libertou com a sua política agrária e econômica”¹⁹⁶. O intuito era conter a destruição do pacto político que tinha as grandes propriedades rurais como sustentáculo político do Estado militar.

Em epítome, a Questão Agrária no Brasil durante a Ditadura Militar, para Martins, pode ser dividida em três momentos distintos¹⁹⁷, a saber:

1. O governo do Marechal Castelo Branco, cujo pilar da Reforma Agrária estava calcado na ideia de desenvolvimento econômico e tinha como

¹⁹² A Lei de Segurança Nacional foi constituída ainda em 1935, na Era Vargas, que durou de 1930 até 1945. Tinha como principal finalidade transferir para uma legislação especial os crimes contra a segurança do Estado, submetendo-os a um regime de punição mais rigorosa.

¹⁹³ No que se refere ao meio rural, em específico, a ação cívico-social era constituída pela assistência especializada de engenheiros agrônomos e médicos veterinários.

¹⁹⁴ Criado em 1970, tinha por intento a alfabetização de jovens e adultos.

¹⁹⁵ Criado em 1967, o projeto Rondon estava pautado na ideia de levar jovens universitários, sobretudo da área da saúde, para dar assistência às populações pobres em diversas partes do país. Para alguns, constituía em uma forma de desviar a atenção dos jovens sobre os diversos problemas sociais e políticos que assolavam a nação no período militar.

¹⁹⁶ Martins, 1984, p. 15.

¹⁹⁷ ALVES, Juliete Miranda. A obra de José de Souza Martins e a Reforma Agrária no Brasil: uma leitura sociológica. 2003. 112f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

solução as ações dos empresários rurais, desde que não ferissem o direito à propriedade privada.

2. A partir do governo Costa e Silva, que tinha como principal propósito transformam o problema da terra em um problema eminentemente militar. Além da explícita intervenção do Estado, foram criadas diversas instituições com a finalidade de vigiar e analisar o problema agrário. Por exemplo, o Grupo Especial da Reforma Agrária (GERA), criado para, em tese, analisar os obstáculos que se colocavam para a concretização da Reforma Agrária.

3. O terceiro momento se deu a partir do governo Médici, que tratou a Questão Agrária como um problema menor dando ênfase, a princípio, ao interesse das empresas privadas em expandir o setor agropecuário sobre a Amazônia Legal. Nessa última fase, os conflitos se intensificaram drasticamente, não apenas pelo abandono dos planos integrados de colonização, mas pelo incentivo a todo custo do setor agropecuário através da iniciativa privada. O resultado foi a repressão militar acentuada, perseguição e morte de diversos líderes sindicais, padres e camponeses.

3.4 Frentes de resistência no campo: atores e estratégias de ação coletiva

Tal como destacado em trechos anteriores desta tese, Martins faz menção a diversos atores e seus posicionamentos frente à Questão Agrária brasileira, mas, de modo mais amplo, é destacado o drama e a luta dos camponeses, figura radicalmente diferente do camponês europeu, devido aos processos de transformação sociais e econômicos do campo na América Latina, já apresentados de forma breve. Importa ressaltar que esses camponeses recebem outras classificações de acordo com outros papéis sociais aos quais estejam inseridos, assim como os posseiros, os assalariados e os sem-terra. Estão, outrossim, alocados em grupos, instituições da esfera civil, movimentos sociais, a exemplo de sindicatos, cooperativas, pastorais, diversos movimentos de trabalhadores sem-terra, entre tantas outras formas de organizações sociais. Algumas, inclusive, surgidas durante a década de 1980, fruto dos processos de resistência e repressão da Ditadura Militar, do processo de abertura política democrática ou, ainda, de tempos outrora da história do campesinato brasileiro. Esses grupos criam alianças, incorporam e modificam estratégias antigas e, mormente, assumem dispositivos ideológicos de mediadores externos.

Obviamente, não é possível compreender o processo de luta no campo durante a década de 1980 e em tempos posteriores sem reaver o processo histórico anterior. Nesse contexto, Martins se queixa de que a história de lutas no Brasil, mesmo que as criadas pelos intelectuais de esquerda, é uma história eminentemente urbana e, mais do que isso, é a história dos que mandam, ou seja, que participam do pacto político. Dessa forma, a história do Brasil “[...] é a história das suas classes dominantes, é uma história de senhores e generais, não é uma história dos trabalhadores e de rebeldes”¹⁹⁸. De forma análoga, a produção científica da época não tinha uma concepção abrangente dos projetos de ação coletiva ocorridos no Brasil. Uma pequena greve da região industrial de São Paulo gerava inúmeros artigos, teses e dissertações com enaltecimento da classe operária e seu projeto revolucionário para o país. Deixava-se de lado, em contraposição, a maior guerra popular da história do Brasil: Guerra do Contestado. Essa guerra, de origem camponesa, envolveu mais de 20 mil rebeldes e metade do efetivo do exército nacional em 1914. De forma

¹⁹⁸ Martins, 1981, p. 26.

semelhante, um pouco antes, a Guerra de Canudos (1896-1897), que também teve como palco principal o campo, envolveu milhares de camponeses e um grande contingente do exército brasileiro. Também nessa linha, cita-se a Revolta Camponesa de Trombas e Formoso, que por mais de uma década instaurou uma experiência de autogoverno às margens da rodovia Belém-Brasília.

Uma perspectiva evolucionista tem predominado sobre os estudos brasileiros e não brasileiros no que tange às insurgências dos movimentos sociais do campo. Habitualmente, os diferentes movimentos sociais têm sido ordenados da seguinte forma: “[...] messianismo, como aconteceu em Canudos e no Contestado; banditismo social, como aconteceu no Nordeste com Antônio Silvino e Lampião; associativismo e sindicalismo, como aconteceu com as Ligas Camponesas e com os sindicatos dos trabalhadores rurais”¹⁹⁹. Porém, como destaca Martins, na diversidade da realidade histórica e sociológica, os episódios de enfretamento não aconteceram de forma linear. É verdade que os movimentos pré-políticos, tais como o messianismo e o banditismo, foram, pouco a pouco, substituídos pelos movimentos de cunho partidário apesar de que, em vários momentos da história, conviveram simultaneamente e, inclusive, como aponta Martins, os próprios movimentos políticos de esquerda tiveram envolvimento e responsabilidade na orientação das insurgências pré-políticas camponesas. Contudo, as diferentes formas de lutas até então preconizavam uma só coisa: a luta dos camponeses contra a renda da terra.

As lutas camponesas, até o Golpe de 64, não se configuraram como uma revolução de fato. No seu auge crítico, nos primeiros anos da década de 1960, não surgiu nenhuma organização de âmbito nacional que formulasse uma estratégia de revolução compatível com as inspirações europeias. O máximo que se pensou foi em uma Reforma Agrária radical que, a princípio, mudaria drasticamente o regime de propriedade da terra. A ideia de revolução camponesa estava pautada muito mais no medo de seus opositores e de outras denominações de esquerda do que uma hipótese razoável e verídica de sua execução. Os rumores que apareciam encobertos por verdades parciais e mentiras justificariam as atrocidades cometidas no campo, pós-

¹⁹⁹ Ibidem, p. 27.

Golpe, pelos militares e fazendeiros. A ordem era frear um possível levante camponês a qualquer custo.

* * *

No que se refere aos atores e aos projetos de enfretamento no campo, já na década de 1980, Martins delimita três frentes de atuação: a) os assalariados, b) os posseiros e c) os sem-terra.

a) Assalariados: dessa categoria decorria o problema das leis trabalhistas que se colocavam, ainda que em precariedade, na teoria, mas, na prática, não se materializava o seu cumprimento. A situação dos assalariados camponeses era igual a de milhões de outros brasileiros, na qual prevalecia as relações informais de trabalho, não se fazendo cumprir, por consequência, aspectos contratuais exigidos em leis. “É o que define muito do sentido das lutas dos assalariados rurais, que acabou se transformando numa luta de respeito à lei, pela legalidade, e não pela transformação da legalidade”²⁰⁰. Portanto, o sentido das lutas estava em criar e disseminar as condições necessárias para colocar em curso às reivindicações pelo cumprimento da Lei Trabalhista. Nesse contexto, os trabalhadores assalariados temporários (os mais afetados pela extensa jornada de trabalho, chegando a 15 horas com a inclusão do tempo de deslocamento) eram os que mais tinham dificuldades de se organizar em sindicatos. O trabalho muita das vezes em lugares remotos dificultava o acesso ao sindicalismo, pelo simples fato de estarem longe da sede. Apesar de toda dificuldade de organização, o sindicalismo ainda era a melhor saída, e a luta dos assalariados se dava no meio institucional, tendo na greve e na negociação sua principal instrumentalização.

b) Posseiros: uma segunda realidade envolvia a luta dos posseiros de diversas partes do país. A pauta de luta, nesse caso, estava ligada diretamente à ocupação e permanência na terra, resultando em um conjunto de episódios de resistência que se distinguem das lutas sindicais, balizadas no caráter predominantemente institucional de negociação. Para Martins, os sindicatos não possuíam condições de orientar ou

²⁰⁰ Martins, 1984, p. 89.

organizar uma ocupação de terras, muitas das vezes marcada pelo confronto com jagunços e, por vezes, com a polícia. Esse fato levava a luta dos posseiros a um plano de legalidade muito precário ou até mesmo inexistente, diferente dos assalariados, que tiveram sua luta demarcada e reconhecida na legalidade. Dessa forma, muitas das vezes, os posseiros não sabiam a quem recorrer, já que existia uma concordata entre jagunços, policiais e até mesmo oficiais de justiça. Nessa perspectiva, a Igreja, no campo, foi a instituição mais sensível às causas dos posseiros.

Além disso, a organização social (quando havia) dos assalariados se dava com mais dificuldade do que acontecia com os posseiros. Os primeiros estavam mais dispersos que o segundo, já que os posseiros tinham na sua base de trabalho a produção familiar. A questão principal esteve no fato de que o conflito que apeteceu os posseiros não girava em torno das relações sociais na produção, ou seja, não evolvia o produto nem o trabalho. Além disso, a “[...] luta dos posseiros é uma luta pelo instrumento de produção, que é a terra”²⁰¹. Sendo assim, se, de um lado, as lutas dos assalariados estavam pautadas em conflitos institucionalizados e permanentes, por outro lado, os posseiros travavam uma luta contra grileiros e fazendeiros, de forma dinâmica, não institucionalizada, pois a tendência é que terminasse com a vitória de uma parte ou de outra. No caso dos posseiros, cada conflito possuía uma dinâmica diferente, tendo em vista que a expropriação praticada pelo grileiro, pelo proprietário ou pela empresa não se dava da mesma forma.

Martins afirma que a luta dos posseiros era relativamente paradoxal. De um lado, os posseiros eram legalistas, pois no geral não ocupam terras que tinham por menor que fossem, algum sinal de trabalho, ou seja, um proprietário definido. De outro lado, lutavam no descumprimento da lei ou para mudar as leis quando ocupavam terras sem possuir os documentos de posse. Daí, colocava-se a diferença entre *legal* e *legítimo*. Para eles, ocupar a terra era legítimo, uma vez que estavam pautados no fato de que ela é destinada ao trabalho e à produção dos necessitados, ilegítima seria a terra ociosa e improdutiva. Contudo, para os juizes, a polícia e o Governo, a ocupação estava fora da lei. É nesse sentido, entre o que é legítimo e o que é legal, que a luta ganhava sua dimensão política.

²⁰¹ Ibidem, p. 96.

c) Sem-terra: A terceira situação apresentada por Martins se deu com os trabalhadores sem-terra, denominação que, segundo ele, surgiu em 1981. A principal distinção desses trabalhadores como posseiros e trabalhadores assalariados residia no fato de que para os sem-terra, a pauta principal de luta era a luta pela terra, antes de qualquer outra. Ainda que os posseiros e os trabalhadores assalariados, via de regra, não possuíssem terras, tinham como objetivo principal de luta a melhoria nos salários e nas condições do trabalho assalariado. A princípio, Martins distingue dois grupos de sem-terra:

i) o primeiro caracteriza-se por lavradores que possuem como modo reprodução socioeconômica as beiras dos lagos. Em detrimento da construção de barragens, eles perderam suas terras e começaram a travar uma luta pela indenização satisfatória, que pudesse, dentro dos limites, reaver seus modos de vidas de outrora. Seria o que hoje conhecemos como atingidos por barragens;

ii) o segundo, constituem um número crescente de lavradores sem-terra para exercer o seu trabalho, tais como “[...] meeiros, parceiros, pequenos arrendatários, filhos de pequenos proprietários cujas terras são insuficientes para as famílias extensas [...]”²⁰².

Ao caracterizar de modo mais específico os trabalhadores sem-terra, Martins salienta a precariedade deles em termos de sua relação de trabalho com a terra, ou, em outros termos, como o grande capital de produção da monocultura exclui esses trabalhadores conforme o gênero alimentício, levando-se em conta, sobretudo, as propriedades mais ou menos mecanizadas:

São geralmente trabalhadores que têm uma relação precária com a terra, com os parceiros e arrendatários, sujeitos a expulsão com a simples mudança da produção de gêneros alimentícios para a produção de cana ou soja e trigo, que são antes matérias-primas industriais. Sem terra, este tipo de trabalhador não tem alternativas a não ser proletarizar-se, geralmente como bóia-fria, isto é, assalariado que mora na cidade ou no povoado e se sujeita a trabalhos temporários nas grandes fazendas, naquelas fases da produção para as quais a mecanização é impossível ou antieconômica, como é o caso do corte de cana. Quando acaba o trabalho próximo, tem que se

²⁰² Ibidem, p. 99.

sujeitar ao trabalho em regiões muito distantes e em condições precárias, com salários baixos²⁰³.

O aspecto principal desse problema estaria no salto tecnológico que o Brasil viveu. Diferentemente dos Estados Unidos da América e dos países da Europa o Brasil não teve tempo suficiente para absolver a introdução tecnológica que ocorreu em passos largos, isto é, “[...] da noite para o dia se pula de um século para o outro [...]”²⁰⁴. Ao contrário dos países europeus, haveria, segundo Martins, um desajuste das condições demográficas, pois existiria uma população sobrando que não teve como deixar de nascer. Em verdade, o autor se refere ao descompasso que o alto grau de incremento tecnológico, em tão pouco tempo, causa sobre a demanda e a oferta de empregos. Esse fato seria causado pelas políticas de crédito do Governo Federal destinado a modernização da agricultura.

* * *

Ainda no que se refere aos projetos de resistência da década de 1980, Martins retrata a influência das Comunidades Eclesiais de Base enquanto sujeito das lutas populares e defensoras do direito da pessoa humana. Diferentemente dos diversos grupos de apoio surgidas à época (alguns ainda da década de 1970), como por exemplo, o Clube das Mães²⁰⁵, o Movimento do Custo de Vida²⁰⁶, a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, entre outros, as Comunidades Eclesiais de Base não atuavam diretamente nas questões sociais ou, sequer, eram consideradas instituições. Todavia, as Comunidades estão na raiz de diversas lutas sociais ocorridas pelo Brasil. As Comunidades Eclesiais de Base eram essencialmente formadas pelo ciclo bíblico entre vizinhos próximos, no qual as reflexões eram feitas junto à palavra libertadora do Evangelho. Para Martins, essa prática invertia o sentido até então preconizado pela Igreja, pois, agora, o homem tem papel fundamental em

²⁰³ Ibidem, p. 100.

²⁰⁴ Ibidem, p. 102.

²⁰⁵ Movimento que surgiu nas periferias de São Paulo, tinha como bandeira de luta a situação econômica durante a ditadura, o arrocho salarial e a falta de creches.

²⁰⁶ Movimento que, originado do Clube das Mães, lutava contra a política econômica defendida pelos governos militares.

sua libertação. Reflete, à luz do evangelho, sobre os problemas diários, as questões sociais e sobre uma Igreja que tem no povo sua principal preocupação e protagonismo. “Os membros dessas comunidades entendem que o Evangelho continua sendo escrito e que eles próprios são participantes deste processo”²⁰⁷.

Martins chama atenção para categoria *pobre* preconizada pelas Comunidades Eclesiais de Base, e o sentido do agir coletivamente que a categoria possibilita:

Ao invés de cada um se ver no isolamento da vítima irremediável das condições sociais e históricas iníquas, ele se descobre como *vítima coletiva* da opressão e da injustiça. Penso que é muito importante considerar que a categoria explicativa que organiza o pensamento dos membros dessas comunidades é a categoria de *pobre*. Mas, certamente, errará quem julgar que para o cristão das CEBs pobre é quem tem pouco dinheiro. Se assim fosse, essas comunidades não teriam tido um papel relevante nesses anos todos. A categoria *pobre* é ampla e abrange todo tipo de pobreza – desde a miséria da fome até a falta de justiça e direitos, a desigualdade, a opressão, a falta de liberdade o comprometimento da fé pela degradação do homem. É diferente da situação de classe social, que se define por uma categoria econômica, como o salário ou a propriedade, que por isso fica centrada na *produção*. A categoria *pobre*, ao contrário, tem uma definição ética e histórica que implica em considerar os *resultados da produção*, não só a *acumulação do capital*, mas também a *acumulação da pobreza*, que dela resulta. A realidade social passa a ser considerada não a partir da *igualdade jurídica* que sustenta as ficções básicas sobre os direitos, mas a partir da *desigualdade econômica e social*, que desmascara e denuncia a falta de direitos. É por isso também que é outra a concepção e a prática das relações sociais. Não a concepção societária, abstrata e ideológica das relações de conteúdo contratual, que pressupõe a equivalência, a igualdade, a negociação, *do eu e dou outro*. Mas a concepção comunitária, concreta e utópica, democrática, *do nós*. É comum na linguagem desses movimentos, grupo e entidades a palavra *união* e na sua prática a busca das condições para *unir* os pobres – os famintos, os injustiçados, os marginalizados.

Essa parte da produção intelectual de Martins, mais uma vez, tece críticas às categorias analíticas do marxismo da época, ao evidenciar que a categoria *pobreza* tem um poder explicativo maior da concepção e realidade política do que as ideias centradas na *produção*. “A concepção política da realidade centrada na *produção*, e a ela restrita, reduz o mundo às relações econômicas e a seus resultados econômicos”.

²⁰⁷ Martins, 1984, p. 106.

A *pobreza*, pela concepção das Comunidades Eclesiais de Base, questiona diretamente as contradições do processo do capital. Nesse sentido a *pobreza* “[...] desvenda o processo do capital pela *distribuição* do que foi produzido e não, restritamente, pela produção”. O segredo da acumulação seria, portanto, revelado pela contradição entre *produção* e *distribuição*, colocando-se a mesa os sentidos de riqueza e pobreza, de igualdade e desigualdade. Tomar como referência as categorias *pobre* e *pobreza* demonstra, para além de uma perspectiva econômica, haja vista aspectos como a ética, a religião e a história, a possibilidade de questionar como a exploração, a opressão e as injustiças sociais se colocam aos olhos dos *pobres*, as condições de produção e a representação dessa pobreza. É por esse olhar atento para as condições de pobreza que as Comunidades Eclesiais de Base tiveram notada importância nas lutas sociais. Sendo assim, a categoria *salário* separa o assalariado do camponês, dando o sentido da luta de classes: a luta social. Entretanto, a categoria *pobreza* corresponde àquilo que se apresenta como imediato na vida e na consciência dos *pobres*. Dessa forma, “[...] abre uma ponte entre classes e as categorias sociais que as diferentes formas de produção separam”²⁰⁸.

Martins destaca também como que a estrutura leiga das Comunidades Eclesiais de Base é, por si só, uma releitura do *evangelho dos pobres*, ao colocar em voga uma face distinta da Igreja tradicional, pautada nas paróquias e nos sacerdotes. Em vários lugares, a reorientação pastoral fez com que os sacerdotes, nas visitas de desobrigas²⁰⁹, ao invés de se hospedarem nas grandes fazendas, passassem a se hospedarem na casa dos camponeses. Simbolicamente, a prática sacerdotal e o trabalho pastoral deixaram de legitimar o poder dos grandes fazendeiros e tudo mais o que lhes representavam. Com as Comunidades Eclesiais de Base, a Igreja diversifica, dinamiza sua estrutura e seu trabalho pastoral, rompendo com velhas práticas de subjugação e dominação dos mais pobres. Desloca, por consequência, o centro dessa prática de paróquia para as comunidades, e com isso, o lugar de onde se vê, analisa e compreende impactos e injustiças sociais sobre a coletividade dos mais pobres. O que se percebeu com as Comunidades Eclesiais de Bases foi uma

²⁰⁸ Ibidem, p. 106-107.

²⁰⁹ Visitas religiosas que permitiam com que o “pastor se fizesse presente no seu rebanho”, isto é, dos representes oficiais de Cristo, os sacerdotes.

mudança das bases sociais da Igreja, subvertendo o uso da religião como instrumentos de poder e dominação.

O tema da Igreja e o seu posicionamento frente à Questão Agrária no país sempre foram assunto transversal nos trabalhos de Martins. Na obra *A Reforma Agrária e os limites da democracia na Nova República*, o autor salienta que é necessário distinguir a Igreja institucional das Igrejas particulares²¹⁰, as quais detêm lutas concretas no campo. Martins destaca, no entanto, os confrontos entre as Igrejas particulares e o Estado (ou, mais especificamente, para com as políticas agrárias) temas sobre os quais se prontificam a dizer. Dessa forma, haveria dois grandes momentos na relação entre a Igreja e o Estado:

Há um primeiro momento de expectativa, de apoio da Igreja ao Estado, de coincidência de concepções e de posições.

Há um segundo momento, que vem até agora, que é de conflito cada vez mais agudo, de dificuldades e de tensões muito graves nas relações entre Igreja e Estado, tendo como centro o problema da terra, suas variações e consequências. Incluo aí também a questão indígena²¹¹.

Pensando a partir do Regime Militar até a abertura da Nova República (tal como intitula Martins), a atuação da Igreja²¹² se deu, a princípio, em vias de acreditar em uma mudança da Questão Agrária através do Estatuto da Terra. E como já destacado anteriormente, o Estatuto da Terra foi criado com intuito de munir o Estado de mecanismos que permitissem administrar os conflitos no campo. Portanto, em relação à Igreja, sua posição até 1968 “[...] parece ter sido de expectativa, de apoio mais ou menos claro, de esperança na aplicação do Estatuto da Terra e de solução dos problemas [...]”²¹³. Ocorreram ocasiões em que a própria Igreja reivindicou do Governo a aplicação do Estatuto da Terra. Contudo, com o passar do tempo, ocorrera um número muito pequeno de desapropriações por interesse social, ao passo que as

²¹⁰ O autor se refere aos movimentos leigos conduzidos em diversas partes do país, frutos de uma Igreja progressista que coloca em voga uma nova forma de pensar o trabalho missionário para além de seus limites institucionais e eclesiais.

²¹¹ MARTINS, José de Souza. *A Reforma Agrária e os Limites da Democracia na Nova República*. São Paulo: Hucitec, 1986, p. 54.

²¹² Não nos referimos à Igreja que apoiou o Golpe Militar, mas aos setores progressistas.

²¹³ Martins, 1986, p. 67.

políticas de expansão do capitalismo no campo só aumentavam, os conflitos agrários também cresceram, fazendo com que a Igreja se envolvesse em definitivo, ao lado dos trabalhadores rurais. Até 1973 (mas, especialmente entre 1968 e 1973), ocorreram diversas prisões de bispos, padres e agentes de pastoral.

A partir de 1970, aconteceram algumas denúncias por parte da Igreja sobre padres sendo presos. Esse fato, tal como destaca Martins, a princípio pouco relevante, aguça o conflito entre a Igreja e o Estado e, com efeito, o problema da terra começa a ter importância. Em verdade, para o autor, é difícil perceber se “[...] é o problema da terra que agudiza o confronto com o Estado, ou que é problema do conflito Igreja e Estado que agudiza o problema da terra”. Assim sendo, a partir de 1973, a Igreja começa então a confeccionar diversos documentos sobre a questão, a citar *Eu ouvi os clamores do meu povo* e *O grito das igrejas*, que são dois documentos que demonstram a insatisfação da Igreja, como tentativa de um diagnóstico da realidade social da época. Existiram, na mesma época, outros documentos por parte da Igreja que buscavam tratar do “Milagre Econômico”²¹⁴, de um lado, e uma extrema pauperização dos trabalhadores rurais, de outro lado. Basicamente,

O “milagre” está acontecendo e a Igreja começa a trabalhar por baixo, começa a mostrar que existe, como consequência do milagre, um processo de pauperização absoluta que culmina com a expropriação, com a expulsão, com o desemprego e com o subemprego, com a marginalização etc.

Nesse ponto, como já visto anteriormente, a Igreja começou a trabalhar com a ideia de *pobre* e de *pobreza*. E tem a sua problematização não na perspectiva da *acumulação*, mas na perspectiva da *distribuição*. A Igreja aparece também preocupada com os diversos direitos apregoados nas leis e desrespeitados na prática. Isto aparece praticamente em todas as discussões feita pela Igreja a partir de 1973, mas particularmente no que concerne ao direito de propriedade - e aqui não se refere (pós-64) ao direito de propriedade que o Estado defende ou que ela mesma defendia antes do golpe de estado. De um lado há um Estado que defende a propriedade privada capitalista que expropria e exclui as grandes massas, colocando em pauta o desarraigamento das populações rurais. E, de outro lado, uma Igreja que emerge

²¹⁴ Nome dado ao elevado crescimento econômico durante a Ditadura Militar.

enquanto crítica às políticas econômicas do Governo, ou seja, não apenas a crítica ao economicismo no sentido da acumulação de capital e do lucro, mas também a crítica ao economicismo enquanto “[...] racionalização econômica, uma certa concepção da razão que está presente na política do Estado e conflita com a ideia de pessoa com a ideia de liberdade [...]” ou, no mesmo sentido, “[...] com aspectos, digamos, básicos de uma doutrina que tenha no centro a ideia de integridade da pessoa e do social”²¹⁵.

Martins nos lembra de que antes da agudização das tensões a Igreja não assumiria uma posição clara contra o Estado e situações de tentativa de diálogos e negociações com o Governo eram frequentes. Contudo, o autor vai além quando supõe que, apesar de precisar de uma investigação mais profunda, o Estado na verdade precisava da Igreja para manter sua posição de poder sobre o campo:

[...] é o Estado que tenta desativar a força política da Igreja. Por que isto? Porque na verdade o golpe de 1964 tinha sido feito para tirar as populações rurais das mãos das esquerdas. O que acontece depois com a intensificação da política agrária e da política econômica do Estado? Saem as esquerdas, entra a Igreja. É bem verdade que a Igreja já tinha entrado antes de 1964, mas aí ela entra de uma vez, entra em muitas regiões²¹⁶.

Nesse contexto, a Igreja passa a ocupar o lugar das esquerdas e tem como principal orientação a organização das comunidades rurais. Na verdade, não apenas no campo, mas também nas cidades. Apesar de a Igreja não ser um partido e em seus discursos reafirmar isso, ela cria canais, condições, e oferece uma base de apoio para que as populações rurais se organizem. Existiria, dessa forma, uma notável desconfiança no que se refere à honestidade da mediação da Igreja junto aos agricultores no campo. Para alguns haveria um oportunismo e manipulação da Questão Agrária por parte da Igreja. Porém, para Martins, o oportunismo viria justamente de setores oportunistas durante a história agrária brasileira, tais como dos partidos e dos sindicatos. Segundo o autor, a Igreja mudou e passou a se dedicar às questões das lutas sociais do campo e a estar ao lado do trabalhador rural, ao passo que assumiu um conflito direto com o Estado.

²¹⁵ Martins, 1986, p. 69.

²¹⁶ Ibidem, p.70.

Portanto, o espaço da Igreja tem sido um espaço mais completo que outros espaços de expressão social e política para os trabalhadores rurais. “Os trabalhadores tem inquietações, concepções, uma visão de mundo ou visões de mundo que não se agasalham bem dentro do princípio do contrato que marca os partidos e os sindicatos”.²¹⁷ O princípio contratual normalmente encontrado nos partidos e nos sindicatos não é completo e não cobre todas as necessidades dos trabalhadores rurais; cobre a dos trabalhadores assalariados, mas ainda assim, com bastante dificuldade. Portanto, as teses de que a Igreja teria um papel temporário na história das lutas no campo estariam equivocadas – salientando que isso era uma visão de Martins da época.

Outro aspecto importante é que, ao contrário do que se pensava à época, a Igreja Católica, em si, não possuía uma política fundiária, ou seja, a Igreja já não era o Estado. Em verdade, ela não poderia possuir uma política fundiária nem mesmo sobre suas terras. Cabe, ainda, destacar que a Igreja nem sequer sabia qual era o quantitativo de suas terras, quem dirá possuir uma política fundiária. Em alguns documentos redigidos pela Igreja que discorrem sobre o problema agrário, tais como *Ouvi os clamores do meu povo*, são sublinhadas determinadas formas de ocupação da terra e regimes de propriedade que remetem ao aspecto da coletividade. Quando a Igreja fala em propriedade comunitária, ela não advoga por um projeto agrário em específico, aponta Martins.

O que ela está mencionando é que à medida que os trabalhadores, nas condições concretas do conflito e do confronto com os grandes proprietários e com o Estado, desenvolvem certas formas de ocupação temporária ou permanente (isto a história dirá) da terra, eficientes ou não-eficientes do ponto de vista econômico (afinal não é isto que está em jogo), estas são formas de resistência e de sustentação da própria luta social, e por isso estas formas são válidas e legítimas²¹⁸.

Ao contrário do que notavelmente se pensava, a Igreja não defendia formulações feudais ou pré-capitalistas sobre o problema do campo, estava, na verdade, destacando que o termo comunidade não estava atrelado ao pensamento

²¹⁷ Ibidem, p. 74.

²¹⁸ Ibidem, p. 76.

conservador do século XIX. As experiências comunitárias defendidas pela Igreja propõem uma forma de organização para o enfrentamento contra o capital.

* * *

Em uma obra um pouco posterior, a saber, *Caminhada no chão da noite: emancipação política e libertação dos movimentos sociais do campo* Martins intenta explicar, sob outra perspectiva, a gênese e as concepções teóricas que desvendam a atuação da Igreja Católica junto aos pobres do campo. Para não cair em explicações simplistas, Martins é enfático ao explicar que as mudanças de concepções da Igreja não foram motivadas apenas por um conjunto de mudanças externas, ou seja, da sociedade, mas também não foram apenas por mudanças internas, no cerne estrutural da instituição. Seriam processos que se entrecruzam, fruto de um conjunto de variáveis em curso.

Assim, no que concerne às lentes teóricas que tentam delinear os pressupostos ideológicos que projetaram a entrada da Igreja enquanto uma instituição importante de apoio aos pobres do campo cabe destacar alguns equívocos recorrentes, tal como destaca Martins.

O primeiro, refere-se ao fato de que, por parte da Igreja, nunca houve um objetivo crucial na defesa da propriedade fundiária enquanto atividade pastoral. “Esse engano é muito comum e leva, com frequência, a interpretações superficiais, supondo nos bispos e nos religiosos um maquiavelismo político que não é verdadeiro e uma falta de generosidade que não pode ser provada”²¹⁹. Nesse sentido, é destacado pelo autor que o ponto de partida para atuação da Igreja não é o problema da propriedade privada, mas, sim, o que ampara a orientação teórica/prática da Igreja, questões de ordem ética, social, política e pastoral. Em outras palavras, seriam os problemas da *humanidade do homem*. “É na questão da concepção do *humano* que está a chave para decifrar a concepção de *propriedade* que orienta a pastoral”. Logo, o problema da propriedade não seria o início e o fim da ação política da Igreja, mas, de certa

²¹⁹ MARTINS, José de Souza. *Caminhada no chão da noite: Emancipação política e libertação dos movimentos sociais do campo*. São Paulo: Hucitec, 1989, p. 27.

forma, um caminho necessário para resolução dos problemas da constituição do humano, foco primeiro da instituição.

O segundo refere-se ao fato de que, por consequência, o tema da Questão Agrária sob a ótica da Igreja Católica deve ser lido para além de uma visão marxista. Do ponto de vista do marxismo, a propriedade da terra representa uma contradição e um empecilho ao desenvolvimento do capitalismo. Pois, a princípio, a terra constitui uma imobilização improdutiva e, para que seja inserida ao processo de reprodução ampliada do capitalismo, é preciso que o capitalista pague ao proprietário da terra. Em termos práticos, se o capitalista investir o capital na indústria, seja pela compra de maquinário, seja pela aquisição de mão de obra, ele aumentará de forma mais eficiente o seu poder de extração de excedentes econômicos. Portanto, na esteira da obriedade, o dinheiro investido em empreendimentos agrícolas não melhora a eficiência econômica de sua empresa e, com isso, não concorre para a reprodução ampliada do capital, intento maior do capitalista.

Para Igreja Católica, a Questão Agrária tem outra denotação: “É uma questão não porque impeça o desenvolvimento do capitalismo, mas porque impede o desenvolvimento do homem”²²⁰ e, como visto anteriormente, a humanização do homem é a principal prerrogativa. Dessa forma, a Questão Agrária não é apenas uma questão econômica, mas uma questão moral à medida que os problemas da concentração fundiária se expandem e incorrem na pauperização do homem do campo, exaurindo a dignidade humana. Para Martins, há equívocos teóricos quando marxistas tentam analisar o conjunto de escritos católicos brasileiros que tratam da questão social, porém o mesmo acontece quando intérpretes católicos se lançam na interpretação do marxismo.

Marxistas que conhecem mal o próprio marxismo, porque trabalham com ele numa perspectiva economicista e evolucionista ainda muito próxima do comunismo da segunda internacional²²¹, tem muita dificuldade para ler corretamente um texto católico que trate de questões sociais. Exatamente porque deixa de lado a dimensão propriamente religiosa que perpassa os textos, fazendo deles uma leitura materialista vulgar. Por razões opostas, o mesmo pode se dizer

²²⁰ Ibidem, p. 29.

²²¹ Também conhecida como Internacional Socialista (1889-1916), fundada por Friedrich Engels, organização dos partidos socialistas criada por ocasião do Congresso Internacional de Paris, em 14 de julho de 1889.

do católico que, sem conhecer o método de Marx e sem reconhecer no conhecimento que dele resulta um conhecimento científico, acaba fazendo uma leitura religiosa, e não científica, do materialismo. Frequentemente, encarando a análise materialista como análise “religiosa” por ser, supostamente, uma análise “anti-religiosa”, “materialista”²²².

O terceiro, refere-se ao tema da libertação, mais uma categoria que faz parte da agenda teórica da Igreja. A concepção moral da questão da propriedade traz à tona a ideia da libertação, todavia não à luz do marxismo ou como se pensava no contexto das revoluções burguesas e do pensamento liberal. As análises de Martins no que se referem aos documentos pastorais da Igreja estão na contramão da direita conservadora que, via de regra, coloca a Igreja Católica progressista em concordância com os pressupostos comunistas e para com os seus ideais de liberdade. Enquanto o Manifesto de Agosto²²³, lançado pelo PCB, preconizava a defesa de uma Reforma Agrária radical, emergiram no país diversos documentos da Igreja que alertavam contra o comunismo, mas sem reduzir a importância da luta social no campo.

A concepção moral da Igreja ainda nos traz um quarto conceito que precisa ser discutido, que é o de “desenvolvimento”²²⁴, ou seja, uma concepção que, diferentemente da pautada pelo Estado, não se balizava apenas em premissas econômicas. A primeira consequência que incidiu sobre a noção de desenvolvimento adotado pela Igreja, pensando-se a realidade social do campo, foi uma ampla reavaliação das relações sociais, sobretudo, no que concernem às relações de trabalho. Outrora, a ideia de falta de desenvolvimento econômico trazia consigo o tema do atraso, o que era, de certa forma, bastante excêntrica, depositada sobre a

²²² Martins, 1989, p. 30.

²²³ Manifesto publicado em 1950 pelo PCB, de autoria de Luiz Carlos Prestes.

²²⁴ Sobre o tema do desenvolvimento, Martins traz um elemento um tanto quanto inusitado no que se refere à Igreja enquanto instituição apoiadora do Golpe de Estado de 64, com a famigerada *Marcha da Família com Deus pela Liberdade*. Segundo o autor, na obra *Caminhada no chão da noite: Emancipação política e libertação dos movimentos sociais do campo*, a Igreja, perseguindo um caminho um tanto quanto progressista, apesar dos instrumentos notavelmente conservadores, buscava na Ditadura Militar elementos para que “[...] as barreiras de resistência do latifúndio atrasado fossem rompidas, de sorte a permitir que o desenvolvimento econômico quebrasse velhas relações de pobreza e de dependência” (MARTINS, 1989, p. 49).

exploração do trabalhador rural. Dessa forma, o desenvolvimento capitalista (ou capitalismo subdesenvolvido) foi denunciado por bispos de diversas regiões.

Fica claro, então, que os ricos ficam mais ricos e os pobres ficam mais pobres. E quanto mais intenso o desenvolvimento capitalista, mais ousada a sua veracidade acumulativa. Os bispos que se pronunciam nesse período veem com clareza que o capitalismo subdesenvolvido e dependente é praticamente um capitalismo tributário, submetido a leis econômicas que operam em favor da acumulação de capital nos países metropolitanos, nos países ricos. De modo que as tentativas de estimular esse desenvolvimento para romper o círculo vicioso da pobreza apenas realimenta mais intensamente a sua circularidade. Internamente, as empresas e governo transferem para os trabalhadores, os pobres e desvalidos, o ônus desse subdesenvolvimento, agravando tensões sociais, desmoralizando as pessoas, marginalizando-as socialmente. A desumanização intrínseca ao capitalismo e ao trabalho alienado, torna-se no país pobre uma desumanização suja e feia, sem qualquer resquício de humanidade²²⁵.

Por consequência, a partir de uma relação clientelista que colocava os trabalhadores sujeitos à dominação pessoal, a ação política da Igreja se orientou para o reconhecimento de direitos dos trabalhadores rurais. “Embora a lei estabelecesse certos direitos sociais, no interior da grande propriedade fundiária o direito era constituído basicamente pela vontade pessoal do patrão”. Portanto, a partir de 1970, a Igreja mergulhou em um amplo processo de sindicalização dos trabalhadores rurais. É importante ressaltar que esse processo foi marcado por uma disputa com os comunistas que, à época, também faziam o trabalho de mobilização política dos trabalhadores rurais. Não obstante, ao contrário do que Martins em obras anteriores deixa dúvida, aqui é enfático ao ponderar que a atuação da Igreja não era apenas uma forma de controle do seu rebanho.

É verdade que, mais ou menos remotamente, persistiu a motivação anticomunista do episcopado. Mas, se antes a motivação tinha uma raiz conservadora, em defesa da *ordem*, agora a raiz era outra. Tratava-se de promover uma entrada maciça dos trabalhadores rurais no moderno mundo capitalista, basicamente no mundo da *igualdade jurídica* e dos direitos civis²²⁶.

²²⁵ Martins, 1989, p. 54.

²²⁶ *Ibidem*, p. 44.

A luta pelos direitos civis, no que concerne ao trabalho no campo, envolveu a ação da Igreja, do Partido Comunista, do Governo Federal, de setores da classe média, entre outros, numa ação que ficou conhecida como tutela esclarecida, iluminística, já que procuravam libertar o país da tutela das oligarquias e do fantasma do atraso econômico. Todavia, conforme afirma Martins, em diversas localidades também surgiram lutas populares espontâneas que representavam igualmente a tentativa de rompimento com as velhas relações de dominação e de propriedade.

Nesse sentido, a Igreja, em tão pouco tempo percorreu várias vias históricas no que diz respeito ao processo político brasileiro, perpassando pelo apoio ao estado federativo e apoio ao estado centralizado, a democracia de fundo oligárquico e a ditadura. Nessa trajetória, ao não ser apenas política, ela encontrou na humanização do homem a manifestação prática dos valores do catolicismo que está, via de regra, na base de sua religião. “A opção pela libertação e pela constituição da humanidade de um homem marginalizado e degradado, destituído da possibilidade de se humanizar e de se libertar nas condições sociais, econômicas e políticas existentes é também a opção preferencial pela humanidade do homem”²²⁷.

²²⁷ Ibidem, p. 57.

CAPÍTULO IV – EXPANSÃO CAPITALISTA NAS REGIÕES DE FRONTEIRA

4.1 Frente pioneira e frente de expansão

A região das fronteiras é tratada nas obras de Martins como ponto unificador dos mais diferentes grupos sociais, que uni trajetórias de vidas, esperanças por uma vida melhor, ou até mesmo, o último refúgio de sobrevivência para alguns. “A história do recente deslocamento da fronteira é uma história de destruição. Mas, é também uma história de resistência, de revolta, de protesto, de sonhos e de esperança”²²⁸. Nesse sentido, posseiros, garimpeiros, indígenas, missionários e colonos dividem histórias de exploração e resistência, ressignificando os territórios de conflitos existentes na região da fronteira. Assim, por volta de 1975, Martins decide realizar estudos no que ele considerava ser a última fronteira do mundo: a Amazônia²²⁹. Segundo o autor, para entender os processos sociais acontecidos na fronteira é preciso compreender as noções de *frente pioneira* e *frente de expansão*, contidas em sua obra *Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano*.

Martins parte da ideia de que existiu uma tentativa equivocada por parte dos antropólogos em estudar as fronteiras nacionais sob a égide dos postulados de Frederick Jackson Turner²³⁰, que, em suas formulações originais, analisou o deslocamento na fronteira nos Estados Unidos da América e de como esse processo influenciou na formação do caráter nacional estadunidense. Entretanto, para Martins,

²²⁸ MARTINS, José de Souza. O tempo da fronteira. Retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. Tempo Social, São Paulo, v. 8, n. 1, 1996b.

²²⁹ A opção pelas pesquisas em regiões de fronteira foi um divisor de águas no pensamento e na trajetória de Martins, sobretudo, em seu encontro com bispos e missionários da Igreja Católica, em Mato Grosso. Martins se deparou com uma Igreja notavelmente diferente daquela que conhecia, aliada às causas sociais e atuante na defesa dos índios Tapirapé que, na ocasião, estavam sendo massacrados.

²³⁰ Frederick Jackson Turner foi um historiador estadunidense, conhecido pelos seus estudos sobre as regiões de fronteiras nos Estados Unidos da América, especialmente sobre a expansão da população em direção ao Oeste, que delimitaria, segundo o historiador, a caracterização da sociedade estadunidense do século XIX. Turner teve seu reconhecimento com a publicação da obra intitulada *The Significance of the Frontier in American History*, de 1893.

as ideias formuladas por Turner não se aplicam ao caso brasileiro. Os incentivos financeiros e fiscais por parte do Estado, a extrema violência instaurada, a degradação de indígenas e camponeses, além da ação católica por parte da Igreja progressista, são alguns dos fatores que fazem do Brasil um caso particular, não podendo ser compreendida com base no caso estadunidense.

No que se refere à perspectiva sociológica, para Martins, o aspecto mais importante a considerar na região de fronteira é a situação do conflito social que se instaurou ao longo dos anos. Segundo o autor,

A história contemporânea da fronteira, no Brasil, é a história das lutas étnicas e sociais. Entre 1968 e 1987, diferentes tribos indígenas da Amazônia sofreram pelo menos 92 ataques organizados, principalmente, por grandes proprietários de terra, com a participação de seus pistoleiros, usando armas de fogo. Por seu lado, diferentes tribos indígenas realizaram pelo menos 165 ataques a grandes fazendas e a alguns povoados, entre 1968 e 1990, usando muitas vezes armas primitivas como bordunas e arco-e-flecha. Houve ocasiões em que diferentes tribos fizeram ataques em diferentes lugares no mesmo dia. [...] Entre 1964 e 1985, quase seiscentos camponeses foram assassinados em conflitos na região amazônica, por ordem de proprietários que disputavam com eles o direito à terra²³¹.

Dessa forma, Martins afirma que o conflito social que permeia as regiões de fronteiras é o aspecto que mais tem sido negligenciado pelos pesquisadores do assunto, especialmente antropólogos e geógrafos. Em sua principal tese, a fronteira deve ser considerada essencialmente como o lugar da alteridade. Para além de uma demarcação geográfica, *a priori*, a fronteira pode ser vista como o lugar de encontro dos “diferentes” entre si, tal como índios, de um lado, e a civilização branca, de outro lado; ou, os camponeses pobres e os grandes proprietários de terras. Como resultado, “[...] o conflito faz com que a fronteira seja essencialmente, a um só tempo, um lugar de descoberta do outro e de desencontro”. Os conflitos e os desencontros não estão apenas relacionados às diferentes concepções de vida e visões de mundo, mas, como afirma Martins, o desencontro na fronteira “[...] é o desencontro de temporalidades

²³¹ Martins, 1996b, p. 26.

históricas, pois cada um desses grupos está situado diversamente no tempo da História”²³².

Com isso,

[...] a situação de fronteira (é) um ponto de referência privilegiado para a pesquisa sociológica porque encerra maior riqueza de possibilidades históricas do que outras situações sociais. Em grande parte porque mais do que o confronto entre grupos sociais com interesses conflitivos, agrega a esse conflito também o conflito entre historicidades desencontradas²³³.

Especialmente no capítulo intitulado *A captura do outro: o rapto de mulheres e crianças nas fronteiras étnicas do Brasil*, Martins analisa a extensão prática desses desencontros. A partir de evidências encontradas em análise documental e antropológica, ele aponta esses desencontros através do rapto de seres humanos, especialmente mulheres e crianças. Importa ressaltar que os raptos aconteceram entre as próprias tribos, pelos indígenas em relação aos brancos e o contrário, ou seja, pelos homens brancos em relação aos indígenas²³⁴. Portanto, “[...] o rapto é expressão do desencontro entre o eu e o outro, representando fronteira étnica e destino como demonstração de que o eu (o raptor) e o outro (o raptado) desconhecem [...] o recíproco reconhecimento da humanidade do eu e do outro”. Nas circunstâncias que se colocam “[...] na recusa do outro, efetiva-se a recusa trágica da alteridade”²³⁵.

Assim, a compreensão de desencontros e conflitos sociais que modificam a sociabilidade das regiões de fronteiras tem de levar em conta tanto o conceito de *frente de expansão* como o de *frente pioneira*, conforme aponta Martins. A *frente de expansão* pode ser entendida como a primeira ocupação de um espaço considerado vazio demograficamente, materializada na prática pela fixação de uma população considerada “civilizada” nesses espaços até então inexplorados. A *frente pioneira*, por sua vez, consiste na ideia de que “[...] na fronteira se cria o novo, nova sociabilidade,

²³² Ibidem, p. 27.

²³³ Martins, 1997, p. 154.

²³⁴ POJO, Eliana Campos. Olhares fronteiriços a partir de estudos da fronteira na Amazônia. *Margens - Revista Interdisciplinar*, v.10, n. 14, 2016.

²³⁵ MÉLO, José Luiz Bica de. A fronteira dos desencontros. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 3, n. 5, 2001, p. 266.

fundada no mercado e na contratualidade das relações sociais que”, em outras palavras, “[...] convida ou induz à modernização, à formulação de novas concepções de vida, à mudança social. Ela constitui o ambiente oposto ao das regiões antigas, esvaziadas de população, rotineiras, tradicionalistas e mortas”²³⁶.

A *frente pioneira* “[...] exprime um movimento social cujo resultado imediato é a incorporação de novas regiões pela economia de mercado”, ou, pode ser entendida como a fronteira econômica, a qual nem sempre coincidirá com a fronteira demográfica. Dito isso, a faixa que se instaura entre uma e outra, apesar de povoada, não constitui, a rigor, em uma frente pioneira, pois, por pressuposição, o modo de reprodução da vida social não está pautado primordialmente a partir das relações de mercado. Não obstante, a economia que se configura nessa faixa não pode ser entendida como uma economia predominantemente natural, haja vista que dela deriva produtos que possuem valor de troca no mercado. Trata-se de uma economia de excedentes, isto é, a princípio, os sujeitos que dela participam a utilizam como fator de subsistência num primeiro momento, e o que sobrar, num segundo momento, pode ser utilizado como moeda de troca junto ao mercado. Nesse sentido, são essas faixas “[...] com suas peculiaridades econômicas, sociais e culturais, que se pode conceituar como frente de expansão”, afirma Martins²³⁷.

E isso porque essa frente se constitui em decorrência da instauração de um “estado de insuficiência econômica” que se realiza, na fronteira econômica “pelo incremento demográfico sem correspondente expansão dos meios de ganhar a vida” ou “pela retração do nível ou montante das adequadas oportunidades de ganhar a vida”²³⁸.

Assim sendo, a frente de expansão é absorvida pelo mercado de dois modos distintos: a) absorção do excedente demográfico que pode ser absorvido pela fronteira econômica; ou, b) produção de excedentes a ser comercializado como mercadoria na economia capitalista de mercado. Embora a frente de expansão se integre como parte inerente à formação capitalista, suas relações fundamentais não são determinadas

²³⁶ Martins, 1997, p. 11-12.

²³⁷ MARTINS, José de Souza. Frente Pioneira: contribuição para uma caracterização sociológica. In: XXIII Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o progresso da Ciência, 1972, Curitiba. Anais... Curitiba: Centro de Estudos Rurais e Urbanos, 1972, p. 105.

²³⁸ Martins, 1972, p. 102.

pela produção de mercadorias. Isso porque a apropriação das condições de trabalho pelo pequeno produtor, ou seja, da terra, não é encarada como um empreendimento estritamente econômico.

Segundo Martins, ao tratar da literatura pertinente ao Brasil, as terminologias *frente pioneira* e *frente de expansão* tiveram seus termos utilizados pela primeira vez por duas áreas de conhecimentos distintas. Os geógrafos, a princípio, importaram a utilização do termo *zona pioneira*, ainda em 1940, outras vezes, referiram-se ao termo *frentes pioneiras*. Os antropólogos, por volta de 1950, noutra via, nomearam essas frentes de deslocamento da população “civilizada” e as atividades econômicas instaladas nessas regiões como *frentes de expansão*. De outro modo, as *frentes de expansão* expressam o modo de entender daqueles que têm as populações locais (a saber, os indígenas) como referência primeira, ao passo que, a ideia de *frente pioneira* não leva em conta as populações outrora ali instaladas, mas tem como base “[...] o empresário, o fazendeiro, o comerciante e o pequeno agricultor moderno e empreendedor”²³⁹.

Para Martins,

[...] o que temos, nas duas definições, é, antes de tudo, modos de ver a fronteira, diferentes entre si porque são diferentes, nos dois casos, os lugares sociais a partir dos quais a realidade é observada: o do chamado pioneiro empreendedor e o do antropólogo preocupado com o impacto da expansão branca sobre as populações indígenas. Esse antropólogo não vê a frente de expansão como sendo apenas o deslocamento de agricultores empreendedores, comerciantes, cidades, instituições políticas e jurídicas. Ele inclui nessa definição também as populações pobres, rotineiras, não-indígenas ou mestiças, como os garimpeiros, os vaqueiros, os seringueiros, castanheiros, pequenos agricultores que praticam uma agricultura de roça antiquada e no limite do mercado.

A crítica de Martins à concepção de *frente pioneira* pautada pelos geógrafos se aprofunda ao constatar que eles mal notavam as populações locais em seu olhar dirigido para os projetos de grande impacto, tais como: mudanças radicais na paisagem ocasionado pela construção das ferrovias, da expansão das cidades, pela difusão da agricultura comercial em grande escala (como o café e o algodão),

²³⁹ Martins, 1996b, p. 28.

exemplificado pela frente pioneira no Oeste de São Paulo. Por isso, a concepção de *frente pioneira* pode avançar mais sobre o entendimento da expansão capitalista na fronteira já que está para além das ocupações socioespaciais. Busca, conforme Martins, analisar o processo de modernização e avanço tecnológico nas fronteiras, preconizado pelo capitalismo.

Martins também aponta que, nos estudos realizados pelos antropólogos ao longo dos anos, houve uma perda substancial sobre a concepção de *frente de expansão*, reduzida drasticamente a fatores econômicos. Basicamente, na visão de Martins, quando os antropólogos se referem à *frente de expansão* não estão falando nada de específico, constitui um reducionismo na definição daquilo com que se defronta: o índio. Desemboca, portanto, em um tipo de realidade substantiva que não foi definida por aqueles que a empregaram primeiro. A noção de *frentes de expansão*, nesse contexto estaria balizada essencialmente em subentendidos. Assim, na visão de Martins, existiram três tipos de explicações reducionistas: a) a frente de expansão aparece como sendo expansão da sociedade nacional; b) a frente de expansão é explicada pela expansão do capitalismo; e c) a frente de expansão pode ser entendida como expansão do modo capitalista de produção.

Martins propõe que o estudo do antropólogo Roberto Cardoso de Oliveira²⁴⁰, quando ainda não ocorrera a perda de substância pela antropologia, “[...] pusera o tema da frente de expansão em termos mais adequados, mais ricos e mais promissores do que os que prevaleceriam depois”. Assim como na tradição dialética de tentar entender os fenômenos sociais, os trabalhos de Oliveira buscavam analisar as frentes de expansão pelo pressuposto metodológico da totalidade definida pela situação de contato entre o índio e o homem branco. No modo de pensar a fronteira

²⁴⁰ O antropólogo brasileiro Roberto Cardoso de Oliveira (1928-2006) foi um importante estudioso da população indígena. Contribuiu veementemente com temas inerentes a: 1) etnologia e defesa do índio; 2) criação de um novo aparato teórico para compreensão de novos problemas das ciências sociais; 3) criação e fortalecimento da antropologia como disciplina no Brasil; e 4) na epistemologia da antropologia e nas discussões sobre o “fazer” antropológico. Disponível em: <<http://www.tempobrasileiro.com.br/rcardoso.htm>>. Acesso em: 14 abr. 2020.

através de uma perspectiva da totalidade dialética é preciso entender as ações dos protagonistas sob o prisma da contradição e do lugar de conflito²⁴¹.

Nesse sentido, no que se refere às origens conceituais dos termos *frente pioneira* e *frente de expansão*, é preciso entender dois aspectos essenciais, afirma Martins:

I) Para os geógrafos, em sua concepção inicial, o termo *frente pioneira* estava atrelada a uma das faces da reprodução ampliada do capital no campo, ou seja, “[...] a sua reprodução extensiva e territorial, essencialmente mediante a conversão da terra em mercadoria”. Esse aspecto podia ser visto na propagação de companhias de terras e negócios imobiliários nas áreas de fronteira²⁴².

II) Para os antropólogos, quando falavam em *frente de expansão* referiam-se a uma forma de expansão do capital que não podia ser qualificada como caracteristicamente capitalista, pois trouxe aspectos comerciais e de trocas nos quais raramente o dinheiro estava presente. Era um processo mais complexo, no qual quem detinha o poder monopolístico dos recursos materiais obtinha, com efeito, o poder pessoal para explorar índios e camponeses. O mercado operava através do domínio de comerciantes sobre os povoados permeado por violentas relações de dominação pessoal, tanto na comercialização de produtos como nas relações de trabalho²⁴³.

Desse modo, a frente de expansão na Amazônia ocasionava, tal como Martins define, um tipo de escravidão por dívida ou peonagem. Diferentemente da escravidão de cativo do negro, ela define a dívida como uma variação extrema do trabalho assalariado que coloca o trabalhador em condições de superexploração²⁴⁴.

Outro fator relevante apontado por Martins se refere à importância de distinguir o interior das fronteiras políticas do país, sobretudo no que tange às ideias de fronteira

²⁴¹ Martins, 1996b, p. 29.

²⁴² Ibidem, p. 30.

²⁴³ Martins, 1997.

²⁴⁴ MARTINS, José de Souza. A reprodução do capital na frente pioneira e o renascimento da escravidão no Brasil. Tempo Social, São Paulo, v. 6 n.1-2, 1994b.

demográfica e fronteira econômica²⁴⁵. O principal resultado dessa distinção é que a linha de povoamento avança mais rapidamente do que a ocupação econômica do território. Dessa forma, quando os geógrafos se referem à *frente pioneira*, concomitantemente, referem-se à ideia de expansão da fronteira econômica. Os antropólogos, por sua vez, quando se referem à *frente de expansão* referem-se à fronteira demográfica. Daí se tira a primeira distinção essencial entre as concepções: “[...] entre a fronteira demográfica e a fronteira econômica há uma zona de ocupação pelos agentes da “civilização”, que não são ainda os agentes característicos da produção capitalista, do moderno, da inovação, do racional, do urbano, das instituições políticas e jurídicas, etc.”²⁴⁶.

Nesse sentido, Martins faz uma análise dessas concepções que intitula de primeira datação histórica:

[...] adiante da fronteira demográfica, da fronteira da “civilização”, estão as populações indígenas, sobre cujos territórios avança a frente de expansão. Entre a fronteira demográfica e a fronteira econômica está a frente de expansão, isto é, a frente da população não incluída na fronteira econômica. Atrás da linha da fronteira econômica está a frente pioneira, dominada não só pelos agentes da civilização, mas, nela, pelos agentes da modernização, sobretudo econômica, agentes da economia capitalista (mais do que que simplesmente agentes da economia de mercado), da mentalidade inovadora, urbana e empreendedora. Digo que se trata de uma primeira datação histórica porque cada uma dessas faixas está ocupada por populações que, ou estão no limite da História, como é o caso das populações indígenas; ou estão inseridas diversamente na História, como é o caso dos não índios, sejam eles camponeses, peões ou empresários²⁴⁷.

A intenção de Martins com a citação acima é nos levar a refletir sobre o “tempo histórico” de cada grupo social que estabelece relações distintas na fronteira. Relações estas incompreendidas pela expansão desenfreada do capital. É preciso entender uma relação abstrusa entre níveis diferentes de desenvolvimento econômico, diferentes tipos de desenvolvimento dos modos de vidas, datas históricas

²⁴⁵ Essa distinção, Martins faz baseada em um artigo de Arthur Hehl Neiva, intitulado *A imigração na política brasileira de povoamento* publicado na Revista Brasileira de Geografia, em 1949.

²⁴⁶ Martins, 1996b, p. 31.

²⁴⁷ Ibidem, p. 31.

distintas e desencontradas no desenvolvimento da sociedade. Para além de diferentes etapas coexistentes do desenvolvimento econômico, existiria um conjunto de mentalidades arcaicas que coexistem com o que é idealizado como atual para a época. Em outras palavras, configura o conjunto das diferenças que definem, seja a individualidade das pessoas, seja a identidade dos grupos que coexistem em um mesmo momento histórico²⁴⁸.

O não entendimento das implicações do “tempo histórico” sobre as concepções de *frente pioneira* e *frente de expansão* dificulta, por consequência, a compreensão de que o tempo histórico de um camponês que dedica o seu trabalho à uma agricultura de excedentes é diferente do tempo histórico do grande agricultor, mediado pela acumulação de capital. Assim como o tempo histórico do grande empresário rural é um, e das tribos indígenas, permeado pelos modos de vidas de seus antepassados, é outro.

Por isso, Martins se preocupa em deixar claro que as ideias de *frente de expansão* e *frente pioneira* não consistem em um conceito em si, mas formas de tentar compreender os modos como “civilizados” se expandem territorialmente. É mais do que momentos e modalidades de ocupação das fronteiras, refere-se ao modo de ser e viver no espaço o que incide, com efeito, nos desencontros de perspectivas que levam os grupos sociais a verem “diferentes coisas porque são expressões diferentes da mesma coisa”.

A Amazônia - disse Martins - era e é a última fronteira do mundo, o último recanto da terra em que povos desconhecidos estavam na iminência de um contato catastrófico com as forças corrosivas e genocidas da chamada civilização ou, mais corretamente, da sociedade moderna²⁴⁹

Assim, as concepções de *frente pioneira* e *frente de expansão* são úteis quando utilizadas juntas em sua unidade e coloca em jogo a complexidade de tentar abranger os modos de atuação dos grupos sociais distintos, através de uma temporalidade

²⁴⁸ Martins, 1997.

²⁴⁹ Idem, 2013, p. 252.

histórica própria²⁵⁰. Daí deriva também outra preocupação de Martins, pautada na ideia de sociologia da vida cotidiana ou do homem simples, pois apenas através de uma investigação dos microprocessos do cotidiano é possível evidenciar aspectos importantes dessa temporalidade histórica própria dos sujeitos protagonistas das regiões de fronteiras.

²⁵⁰ Ibidem, 1996b.

4.2 A chegada do estranho

As questões sobre a fronteira nas obras de Martins abrem espaço para uma discussão sobre a apropriação do trabalho humano pela expansão fronteiriça do capital, especialmente na região amazônica que, em grande medida, foi materializada pela degradação do humano. Mais uma vez, suas análises estão baseadas na concepção marxiana do desenvolvimento desigual do capitalismo. É preciso, portanto, entender os significados sobre a fronteira, colocados por Martins²⁵¹:

A fronteira de modo algum se reduz e se resume à fronteira geográfica. Ela é fronteira de muitas e diferentes coisas: fronteira da civilização (demarcada pela barbárie que nela se oculta), fronteira espacial, fronteira de culturas e visões de mundo, fronteira de etnias, fronteira da história e da historicidade do homem. E, sobretudo, fronteira do humano.

As discussões de Martins sobre as frentes de expansão no país remontam aos projetos de expansão econômica ainda do período da Ditadura Militar até publicações mais recentes sobre o tema, como o livro *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano* que teve uma reedição em 2009, fruto de mais de 30 anos de pesquisas do autor em diferentes pontos da região amazônica. Martins, em seus escritos sobre a fronteira, é bastante preciso na análise da percepção da vivência da população (indígenas/camponeses) na Amazônia, especialmente em contextos históricos específicos. Segundo Martins, no que se refere aos estudos publicados sobre a fronteira, existe uma tendência em evidenciar traços mecanicistas sobre a história, os quais eminentemente são voltados a atividades econômicas, isto é, processos capitalistas de produção que inviabilizam a compreensão humana e social naquele período.

Na percepção de Martins, o foco não é caracterizar as situações da fronteira de uma forma meramente ortodoxa, tal como proposto por alguns estudiosos, e, sim, resgatar aspectos que vinculem as atividades empresariais na Amazônia ainda em meados da década de 1960, cuja lógica econômica, definida como capitalista e moderna, conduz à escravidão (prática arcaica) de seus trabalhadores rurais. No percurso das evidências, Martins caracteriza a história sobre a fronteira não como

²⁵¹ Martins, 1997, p. 11.

fatos econômicos correlacionados ao passado, mas como um fenômeno que induz à luta pela vida, que vigora nas concepções de vidas futuras. Nesse sentido, o destino histórico, indiretamente, mobiliza todas as classes, todos os grupos, todas as histórias particulares (como a dos índios, dos camponeses, dos operários, dos jovens, das mulheres etc.), isto é, engloba todas as concepções humanas independente de classe social ou situação econômica.²⁵²

Logo no início da Ditadura Militar, especificamente no ano de 1966, já se projetava um amplo projeto de expansão econômica na Amazônia brasileira, que era fruto de um programa de expansão capitalista mais amplo em curso. A origem desse processo de exploração da região amazônica é bem anterior, mas teve no Plano de Valorização Econômica da Amazônia, criado em 1953, as principais diretrizes de atuação. Em 1966, pela Lei nº 5.176, ocorreram algumas reformulações no Plano, e foi criada a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), que tinha por escopo, entre outras questões, estipular espaços de criação de polos para desenvolvimento de atividades econômicas; criar de uma política de incentivos fiscais, buscando incentivar investidores nacionais e estrangeiros a estabelecerem empreendimentos na região; e incentivar o desenvolvimento da agricultura e pecuária na região.

Havia uma tendência “espontânea” de deslocamento populacional, inicialmente para a região “do Oeste”, e posteriormente para o Centro-Oeste e o Norte do país, sobretudo a partir de meados de 1950, tal como afirma Martins. Entretanto, a Ditadura Militar agiu no intuito de acelerar esse processo, além de definir as características e os limites e ter total controle sobre as ocupações. Além dos objetivos de exploração econômica, notável com a criação da SUDAM, o Regime Militar tinha sobre a região o interesse de controle territorial a partir de uma concepção geopolítica. O lema da ditadura era “integrar” (a Amazônia ao Brasil) “para não entregar” (a supostas e gananciosas potências estrangeiras). Apesar de no discurso haver uma indução de que a ocupação se dava nos “espaços vazios” das regiões fronteiriças, a verdade é que se tratava de territórios já ocupadas por dezenas de tribos indígenas, algumas, das quais jamais contatadas pela civilização branca, ocupada também, desde o século

²⁵² Martins, 1996b.

XVIII, por uma população camponesa, que praticava na região a agricultura de autoconsumo²⁵³.

Tendo em vista as contradições de ocupar um lugar tido como “vazio”, o principal tipo de exploração, inicialmente, se deu pela modalidade da agropecuária, além de necessitar de pouca mão de obra para implementação de grandes extensões de pastagens, era preciso que houvesse a expulsão de milhares de camponeses de suas terras. Muitas dessas expulsões resultaram na criação das subocupações das regiões periféricas das cidades, criando-se, assim, grandes favelas caracterizadas pela violência e pela miséria. Para o grande capital, no entanto, não importava o destino dessas populações rurais, já que a agricultura de autoconsumo era um entrave para o desenvolvimento da região.

Percebe-se que a

[...] tese clássica de que a expulsão do camponês é o primeiro passo da sua proletarização e da extinção do campesinato, como desenrolar inexorável da expansão capitalista, está sendo desmentida diariamente na história da Amazônia. Ao mesmo tempo em que o posseiro está sendo expulso, as novas fazendas abertas na região têm demonstrado uma notável capacidade de regenerar em benefício arcaicas de exploração do trabalho, como a peonagem²⁵⁴.

As tribos indígenas, por sua vez, sofreram grandes baixas demográficas que chegaram a dois terços da população local, principalmente, devido às doenças contraídas. Sem contar os impactos ambientais que avançavam sobre as comunidades tribais na mesma proporção que o desmatamento ocorria para criação das pastagens. Além do mais, a pressão cultural ocasionada pela chegada dos brancos na região colocava essas tribos em condições de marginalidade, por vezes vistos como animais, tratados com indiferença pela população que se estabelecia na região. Assim como os camponeses que já ocupavam a região, os indígenas eram vistos como um empecilho ao desenvolvimento pleno do capitalismo.

Naquele período, não tão somente as empresas rurais impactavam a população com a exploração e a desapropriação, o Estado também, por meio de suas políticas de fomento à grande agricultura. Com o Regime Militar, fundamentou-se uma

²⁵³ Martins, 1993; 1994, p. 1-3.

²⁵⁴ Martins, 1989, p.72.

política agrária que ia ao encontro dos interesses de acumulação dos grandes empresários, impactando a população pobre estabelecida na Amazônia. No mesmo sentido, apoiado pelos incentivos fiscais concedidos, o capital estrangeiro também atuava com os mesmos propósitos e viam nas regiões de fronteiras uma possibilidade de expansão dos seus ativos. O Estado chegava a financiar 75% do valor investido pelas empresas nacionais e multinacionais na região amazônica, isto é, tratava-se de uma doação e não de um empréstimo, afirma Martins²⁵⁵. Dessa forma, o Estado foi fundamental ao suprir o maior entrave para o desenvolvimento do capitalismo no campo, a propriedade da terra, pois o preço dela reduz parte significativa do investimento disponível para produção.

Essa intervenção indiscriminada do Estado na economia das regiões de fronteira resultou, conforme Martins²⁵⁶, na elaboração de um consórcio da terra interligada com o capital, pelo qual as bases conservadoras do país baseavam-se na tutela militar sobre as regiões mais tensas da Amazônia, especialmente, a do Araguaia. A proteção, por intermédio da renda da terra, e a especulação imobiliária incluíram a grande propriedade fundiária num projeto de desenvolvimento capitalista que tentava organizar, contraditoriamente, uma sociedade moderna sobre uma economia rentista e exportadora²⁵⁷.

A opção pelos incentivos econômicos concedidos pelo Estado era também uma forma de manutenção do poder vigente, quer dizer, era uma escolha política, já que tinha por objetivo prover às oligarquias condições necessárias para controlar a maior extensão de terra possível. Segundo Martins²⁵⁸,

[...] por esse meio, o governo assegurava a sobrevivência econômica e política das oligarquias fundiárias, controladoras do poder regional nos estados do Centro-Oeste e do Norte. Assim, não ficavam privadas da renda da terra, privação que seria a solução alternativa, por meio de uma reforma agrária que abrisse o território à expansão capitalista. O governo militar socializou os custos da ocupação capitalista da Amazônia, transferindo para toda a sociedade o preço da não realização de uma reforma agrária, isto é, a opção por um modelo concentracionista de propriedade e não por um modelo distributivista, este último reivindicado nas pressões sociais anteriores ao golpe de

²⁵⁵ Martins, 1994.

²⁵⁶ Idem, 1989.

²⁵⁷ Ibidem.

²⁵⁸ Ibidem, p. 4.

Estado. O sentido dessa opção estava no próprio fato de que a classe dos proprietários de terra e as oligarquias tradicionais de base fundiária foram uma importante base social de sustentação do golpe de Estado e do regime militar. Golpe que fora dado para conter uma suposta revolução agrária, de orientação comunista, levada a cabo por camponeses pobres, sobretudo do Nordeste do Brasil.

* * *

Martins, na obra *A chegada do estranho*, propõe uma sociologia do estranho e do estranhamento, que indica uma análise dos processos sociais com base em situações de desencontros, estranhezas e resistências. Para além da compreensão de uma história entre dominadores e dominados, Martins aponta em seu livro o estranho como aquele que expulsa os camponeses, invade terras tribais, quebra linhagens inteiras de famílias, destrói relações sociais, impõe concepções culturais, valores e regras, conforme visões de mundo próprias. Configura, portanto, entender o campo como um emaranhado de conflitos sociais, violência, expropriação e espoliação dos camponeses²⁵⁹.

Martins, que sempre esteve à frente de seu tempo, mais uma vez, critica os estudos feitos exclusivamente à base da teoria de luta de classes, ou, em outras palavras, dos pressupostos marxistas. Para ele, as figuras centrais do índio e do camponês precisavam ser explicadas através de uma perspectiva da singularidade, isto é, deveriam ser vistos como sujeitos políticos e, assim, reflexo de uma sociedade em constante transformação. Metodologicamente, o significado de singularidade diz respeito aos aspectos específicos dos grupos locais, ou seja, um código único de expressão que lhes pertencem e que, ao olhar desatento de quem analisa, possa vir a passar despercebido.

As discussões presentes no livro sobre as consequências e impactos dos grandes projetos de desenvolvimento na Amazônia demonstram que esse não é um processo unilateral ou, em outra hipótese, de que o mundo rural seja passivo, alheio às decorrências da expansão desenfreada do capitalismo. Ao contrário. Embora haja uma assimetria na resistência, no que se refere aos camponeses, trata-se de sujeitos

²⁵⁹ SCHINDLER, Ana Maria Cristina. Uma sociologia do estranho. Revista Plural, São Paulo, v. 1, n. 1, 1994.

ativos e dinâmicos. “As lutas camponesas são assim marcadas por um desencontro entre a agricultura itinerante e o desenvolvimento capitalista”²⁶⁰.

A Igreja Católica e parte da Igreja Luterana eram os únicos mediadores que tinha condições de dar suporte às populações afetadas pela expansão dos grandes projetos na região amazônica. Diante do novo desafio de enfrentamento da violência no campo, logo na instituição da Ditadura, em 1964, a CNBB criou treze regionais para que os bispos pudessem definir melhor a ação pastoral de acordo com as especificidades locais e as demandas mais urgentes. Em 1968, com o avanço expressivo das ocupações, missionários que trabalhavam com as populações indígenas e com os camponeses reuniam-se constantemente para estudo e avaliação dos acontecimentos, resultando em denúncias de âmbito nacional da repressão e violência nas regiões de fronteira. A partir de 1971, foram lançados diversos documentos pelos bispos com severas acusações aos conflitos instaurados.

A Igreja se tornou o principal meio de refúgio das vítimas da expansão do capitalismo nas fronteiras, sobretudo, pois, nem a justiça, tampouco a polícia tinham poder sobre os grandes proprietários de terras. Há de ressaltar que juízes, delegados, funcionários públicos e comandantes da polícia designados para os cargos de defesa e de justiça foram nomeados pela classe dominante, isto é, pelos grandes proprietários de terras na região amazônica.

O conflito social instaurado nas regiões da fronteira era paradoxal à medida que colocava-se o encontro entre o moderno e o atrasado a serviço do grande capital. Não era o latifúndio arcaico e anticapitalista que se expandia nas regiões fronteiriças, mas empresas modernas de amplo desenvolvimento econômico e complexidade gerencial. Assim, implantavam formas de organização econômica que combinavam tecnologias de produção modernas com violentas relações de trabalho pré-capitalistas. Um exemplo dessa contradição estava na inserção da empresa Volkswagen²⁶¹ na região de fronteira. Além das derrubadas das florestas, foram

²⁶⁰ Ibidem, p. 151.

²⁶¹ Segundo Acker (2014, p. 29), a instalação da Volkswagen na Amazônia, apoiada pelo Regime Militar, pretendia transformar a região em uma grande exportadora de produtos primários. Contudo, o que se viu foi a região se transformar em um símbolo do debate global, que produziu duras críticas aos grandes projetos de desenvolvimento econômico na região. Segundo o autor, a princípio, a Volkswagen “foi aclamada como uma heroína pioneira quando chegou à Amazônia, mas foi denunciada por brasileiros e estrangeiros como “criminosa” após

empregados 600 trabalhadores em regime escravo. Ao passo que o gado já era controlado pela sofisticada tecnologia eletrônica, as demais regiões ao Sul do país já haviam implementado²⁶². Era a junção entre o atraso e o moderno na sua contradição extrema.

Por isso, apesar do imperativo de modernização do campo, o país se projetava como arcaico no que concerne aos direitos mais simples da dignidade humana, pois era limitada para compreender as reais circunscrições e capacidades dos indivíduos. Por esse fato, mesmo com a promulgação da Constituição de 1988, não se cumpriram os direitos e os deveres nela estabelecidos. Se, por um lado, os trabalhadores exigiam seus direitos, por outro, a elite as ajustava de forma a dominar os primeiros, o que favorecia o processo de expansão do capital, tornando como fato a exploração e a expropriação dos dominados. Esse tipo de pensamento não tinha nada de moderno, ao contrário, comportava-se como um retrocesso no sentido da compreensão do humano, pois suas concepções baseavam-se em um direito alternativo de exploração, ou seja, uma falta de reconhecimento dos grupos populares residentes das regiões fronteiriças²⁶³.

Para Martins, os grupos indígenas sequer tinham conhecimento sobre seus direitos, e o autor não se referia aos direitos constituintes, mas, aos direitos básicos de propriedade, de humanidade civil. Conquanto a sociedade legitimasse que os indígenas não fossem escravizados aos moldes do negro europeu, essa decisão não era para proteção da população nativa, mas, sim, para afastá-los, preservá-los e mantê-los fora da sociedade "moderna", isto é, excluí-los do contato com as demais populações²⁶⁴.

Cabe ressaltar que, apesar da luta pelos direitos agrários, os trabalhadores rurais e indígenas possuíam concepções divergentes. Os indígenas queriam preservar seu território, e os camponeses, suas terras para trabalho e agricultura de subsistência. Os índios defendiam um direito estabelecido e uma identidade

o *status* da região ter passado de reserva infinita de recursos a "pulmão da Terra", e a população local, de "tribos primitivas" a "povos ameaçados".

²⁶² Martins, 1994.

²⁶³ Idem, 1993.

²⁶⁴ Ibidem, 1993.

reconhecida, enquanto os trabalhadores tiveram de adquirir/construir seus direitos para depois exigirem seu cumprimento. A luta se definiu, nas palavras de Martins, não só como luta pelos seus direitos, mas também como uma luta pela concepção histórica que rege os direitos.

4.3 Terceira escravidão e a pequena acumulação de capital

Os trabalhadores rurais, mais especificamente os considerados peões de fazenda, foram uns dos mais impactados pelo retrocesso social causado pela expansão capitalista nas fronteiras da Amazônia dita “moderna”, sobretudo no que diz respeito à dignidade humana. As condições vividas pelos peões de fazenda era similar ao trabalho servil negra, embora não afetassem a totalidade, das fazendas na fronteira.

Conforme Martins²⁶⁵, a peonagem representa uma condição de trabalho análoga à escravidão²⁶⁶. Era o que Martins intitula de regime do barracão ou escravidão por dívida. A história da terceira escravidão ou escravidão contemporânea, tal como intitula Martins, teve altos e baixos, sendo muito forte no período da economia do seringal, que teve seu declínio entre os anos de 1910 e 1915. Todavia, embora ela não tenha desaparecido completamente, renasce com grande força nos anos de 1970, com expansão da fronteira econômica na região amazônica²⁶⁷. A peonagem pode ser denotada através das condições e relações de trabalho congruentemente com a interação entre o peão e a fazenda. Interação esta demarcada por uma dívida que dificilmente poderia ser quitada pelo peão.

A dívida que o peão adquiria junto ao fazendeiro era materializada inicialmente pela figura do recrutador ou traficante. As áreas de recrutamento mais intensas estavam localizadas principalmente no Piauí e no Maranhão, notavelmente, regiões

²⁶⁵ Martins, 1994.

²⁶⁶ É importante ressaltar que Martins, em uma discussão mais recente, elenca três tipos de escravidão experimentadas durante a história de constituição da formação do Brasil: a indígena, a negra e o que ele chama de terceira escravidão, escravidão por peonagem ou dívida. É importante ressaltar também que a escravidão não está ligada apenas à mão de obra, em si, isto é, o escravo utilizado no trabalho braçal. Esse é um tipo de escravidão muito específico que atingiu diretamente o negro. No livro *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*, Martins demonstra como que o rapto de mulheres brancas por grupos indígenas tinha uma função bastante específica: a de diminuir um desequilíbrio demográfico causado pelas doenças adquiridas através do contato com o homem branco. Segundo o autor, o contato reduziu em algumas regiões mais de 40% da população nativa. Assim, as mulheres brancas raptadas serviam como contraponto às mortes ocasionadas pelas “doenças brancas”, ou melhor, eram utilizadas para procriação e estabilidade demográfica.

²⁶⁷ Um dos grandes problemas, para Martins, era que estaticamente se tornava impossível provar o número de escravos em regime de peonagem. Afinal, não era como um recenseamento que poderia chegar às fazendas e perguntar quantos trabalhadores em regime de peonagem existiam lá.

extremamente pobres. Os recrutamentos eram feitos em épocas situadas entre o plantio e a colheita, quando havia vacância do trabalho agrícola no campo. Assim, os recrutadores se oportunizavam pela falta de trabalho no campo e pela dependência que os trabalhadores desempregados possuíam com seus familiares. O traficante, além da promessa de emprego na região da fronteira, deixava um adiantamento com os familiares do peão a ser recrutado, no intuito de adquirir confiança em suas promessas. Nesse momento, começava a dívida do trabalhador com o fazendeiro.

No trajeto rumo a região à fronteira, em caminhões de péssima qualidade e por estradas alternativas, a dívida aumentava ao passo que era estimulado o consumo de cachaça, refrigerante, lanches etc. Todo consumo era anotado pelo recrutador em um acúmulo sem fim. Ao chegar à fazenda, eram submetidos a trabalhos brutais, extremamente cansativos, e ao final de um período de trabalho, geralmente tinham saldo negativo junto à fazenda. Ou seja, contabilizado todo consumo e o que tinham a receber, eram obrigados a continuar trabalhando para pagar a dívida contraída. Ademais, nos estudos de Martins, foi possível verificar a figura do recrutador vendendo o trabalhador a outras fazendas, instituindo-se um modelo escravocrata bem próximo ao que acontecia com as populações negras, outrora.

Pelos elementos citados acima, a peonagem²⁶⁸ esteve vinculada às principais características da escravidão dos negros, a subjugação do humano. O cativo não era instituído tal como na escravidão negra, contudo, existiram condições muito parecidas com as vivenciadas anteriormente, no Brasil. A figura do capataz também era importante, pois estavam responsáveis por manter os peões dentro das fazendas em ocasião da dívida constrita. Pode-se dizer que, nas figuras do traficante e do

²⁶⁸ Martins salienta no artigo *A reprodução do capital na frente pioneira e o renascimento da escravidão no Brasil* (1994b, p. 10) as características da peonagem já eram utilizadas na época da escravidão negreira, já que o escravo consistia em um investimento caro para as fazendas. Durante a fase de formação das fazendas, utilizavam-se o trabalho “livre”, através do processo de empreitada, ou seja, o trabalho empregado na fazenda dava o direito de utilizar uma parte da terra para o cultivo de gêneros alimentícios. O problema é que, em contrapartida, o trabalhador era obrigado durante alguns anos a plantar mudas de café fornecido pelo proprietário das terras e em meio a estas se permitia o plantio de milho e feijão para consumo próprio. Assim, “[...] os fazendeiros preferiam reduzir seus dispêndios financeiros com a fase de formação das fazendas para aplicá-los no seu funcionamento produtivo normal, ainda que, neste caso, com a compra de escravos negros”. Era o capital que já ditava a modalidade de exploração escolhida em detrimento da maximização da produtividade e dos lucros nas fazendas.

capataz, os trabalhadores não eram expulsos de suas terras tais como os índios, entretanto, eram mantidos como dependentes dos grandes fazendeiros e impedidos dos seus direitos humanos mais essenciais.

Uma característica singular se fazia presente nesse tipo de escravidão: no que concerne às formas de torturas e mortes na terceira escravidão, o uso do tronco, as chicotadas, colocar os peões de castigo sobre um formigueiro de fogo, entre outras práticas comuns à época. Contudo, diferentemente da escravidão do negro, que era considerada investimento de capital, nesses casos, nomeadamente, as mortes eram ritos comuns para garantir as disciplinas nas fazendas, isto é, garantir que outros trabalhadores não investissem na fuga das fazendas. Na visão de Martins, sobre esse ponto em particular, o peão da fazenda tinha menos valor do que o negro escravizado de outrora, já que nenhum capital fora investido sobre o primeiro.

Os direitos e a dignidade humana estavam longe de serem alcançados. A escravidão poderia ser delineada de distintas formas e não somente pelas condições análogas ao trabalho escravo negro, mas também pela subjugação social do peão pela população local. Segundo Martins, não “[...] é demais lembrar que os camponeses pobres das regiões em que ocorre a peonagem tenham em relação aos peões uma atitude de desprezo e temor, considerando-os gente desenraizada, itinerante, pouco afeita à moral e à disciplina”²⁶⁹.

Destarte, o fenômeno da terceira escravidão traz novos elementos sobre a Questão Agrária e, especialmente, sobre a concentração fundiária. Mais uma vez, a concentração de terras traz consigo, também, a concentração do poder político, de dominação e subjugação da pessoa humana. Essa escravidão contemporânea, tal como descrita nos estudos de Martins, não foi exclusiva das regiões de fronteira, tampouco exclusiva ao Brasil. Mas ali, nas fronteiras, estabeleceu uma nova dinâmica da relação de exploração do trabalhador rural em detrimento da expansão desenfreada do capitalismo.

Na visão de Martins o governo de Fernando Henrique Cardoso contribuiu veemente para o combate ao trabalho escravo nas fronteiras e em outros lugares do

²⁶⁹ Martins, 1994, p.18.

país, sobretudo com a criação de uma Comissão que elaborou o Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil e do Trabalho Escravo, da qual o autor fez parte. No governo Lula, entretanto, as diretrizes elaboradas pela Comissão não avançaram por falta de apoio do Congresso Nacional²⁷⁰.

* * *

Cabe ressaltar que, na visão de Martins, as propriedades rurais na fronteira se constituem, na verdade, em empresas rurais capitalistas que paradoxalmente utilizavam concomitantemente relações modernas e avançadas de trabalho assalariado e relações atrasadas e violentas de exploração do ser humano. Esta última não é típica das propriedades ditas pré-capitalistas. Na verdade, é o que havia de mais avançado do capitalismo que cria e recria essas relações conforme o melhor que existe para se obter os lucros advindos da exploração da terra. “Essa forma não-capitalista, porque não salarial, de exploração do trabalho se determina, no entanto, pelo movimento do capital, na medida em que é uma mediação necessária do processo de reprodução ampliada do capital [...]”²⁷¹.

Nesse processo, o peão se coloca enquanto um sujeito explorado único. Ele não é nem expropriado de sua terra, tampouco separado dos seus instrumentos de produção. Configura-se naquele que, geralmente muito jovem, é enviado pelo pai para trabalhar nas grandes fazendas, para que ele não tenha de desfazer de sua própria terra e não perca a sua condição de camponês. Segundo Martins, esse fenômeno pode ser concebido como uma forma não capitalista de trabalho, mas que, via de

²⁷⁰ Vale destacar que, com o objetivo de atender as diretrizes propostas pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), foi criada em 2003, pelo Ministério do Trabalho (MTB), a Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil (CONAETI). Essa comissão tinha por desígnio definir diretrizes e ações direcionadas à prevenção e eliminação do trabalho infantil e à proteção ao adolescente trabalhador. Os trabalhos fazem parte dos compromissos assumidos pelo Brasil junto aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), para eliminar o trabalho infantil em todo território nacional até 2025.

²⁷¹ Martins, 1993, p. 117.

regra, só pode ser entendido a partir das relações de trabalho constituídas dentro de uma fazenda capitalista²⁷².

Destarte,

A situação dos peões revela um processo cujos rumos e desdobramentos não correspondem justamente as previsões teóricas baseadas nos exemplos europeus. Eles se submetem a peonagem para sobreviver como camponeses. Essa resistência fica mais clara quando se toma como referência as formas propriamente camponesas que ela assume, bem como as indicações de como o capital se expande, de um lado, e de como a agricultura familiar e camponesa também se expande, de outro lado, ou, ao menos, não se rende na mesma proporção da expansão capitalista²⁷³.

Na concepção de Martins, está claro que a categoria de peonagem estabelecida na fronteira não pode ser analisada pelas categorias conceituais comumente utilizadas para entender os processos de exploração da terra nos países desenvolvidos. Mais uma vez, a ideia de desenvolvimento do capitalismo igual é inapropriada. Se fixar como camponês torna sinônimo de resistência pela peonagem. É um tipo de luta pela terra de trabalho que nesse aspecto possui a intenção de manutenção de seus meios de sobrevivência que, agora ameaçados pela expansão das grandes propriedades rurais, ganham novas dimensões estruturais. A expansão do capital nas fronteiras, nesse sentido, transforma a categoria de peonagem não em uma escolha de trabalho na terra, mas, a única escolha possível para manutenção da dignidade da pessoa humana.

* * *

As relações que se configuraram entre peonagem e acumulação do capital precisam ser analisadas a partir de um conjunto de características diversas, isto é, não é um fenômeno único que pode ser entendido apenas sob um espectro teórico-

²⁷² Martins, nesse ponto, destaca situações similares de trabalhadores que saem do Nordeste para trabalhar nos períodos de entressafra na construção civil de grandes cidades, como Belo Horizonte, São Paulo e Rio de Janeiro.

²⁷³ Martins, 1993, p. 118.

conceitual. Para Martins, conquanto houvesse uma rotulação comum da peonagem ou escravidão por dívida, havia, por outro lado, variadas situações de exploração nas fazendas espalhadas pelo Brasil e, sobretudo, na região amazônica.

Martins aponta uma diferença consubstancial entre a peonagem e a escravidão clássica, negra, extinta em 1888. A primeira era marcada pelo costume e pela lei originária de Portugal, que, *a priori*, transformava legalmente o cativo em mercadoria capitalista. Contudo, a peonagem poderia ou não se transformar em mercadoria, isto é, dependeria de cada situação e localidade. “Portanto a peonagem não é uma instituição. Fato que dificulta a sua compreensão quando se põe a ênfase no aspecto meramente conceitual do problema”²⁷⁴. Martins aponta em seus estudos casos mais comuns de escravidão de curta duração, geralmente durante a época em que se fazia derrubada das matas que antevia o plantio do capim. Não obstante, existiam casos também de escravidão que duravam mais de duas gerações, justificados pelas dívidas contraídas junto aos fazendeiros.

O endividamento não tinha estreita relação com a acumulação do capital em si, já que para o fazendeiro era um valor irrisório. Na realidade, estava mais ligado à garantia de permanência ou retorno do peão ao trabalho. Por isso, havia casos nos quais eram permitidos a saída dos peões para visitarem povoados aos finais de semana ou uma vez por mês, desde que fossem próximos à propriedade²⁷⁵. Em outros, eram estritamente proibidos que deixassem os limites da fazenda, mesmo quando estes contraíam Malária ou qualquer outro tipo de doença.

Dessa forma, conforme aponta Martins na citação abaixo, existe uma pequena acumulação de capital dentro de um processo maior de acumulação geral que suscita e mantém a escravidão contemporânea; que gira em torno de figuras-chave, tais como: o traficante, os donos de prostíbulo, os vendedores de mercadorias e bugigangas, entre outros. Em outras palavras, a acumulação do pequeno capital, entrelaçado, faz parte de uma rede maior que somada resultava no endividamento do

²⁷⁴ Martins, 1994, p.13-14.

²⁷⁵ Casos em que o povoado de origem ficasse em outro estado, raramente era permitido a saída.

peão, quem se via preso em uma redoma que o subjugava e o pressiona por várias frentes de cobrança.

Se por um lado é preciso explicar a peonagem pelos mecanismos de acumulação de capital, como parte do processo global de acumulação, por outro é preciso compreender que grande parte de sua dimensão propriamente dramática procede do que se poderia chamar de pequena acumulação. Refiro-me a importância que tem a peonagem nos ganhos dos membros do pequeno mundo que se organiza em torno dela: os traficantes propriamente ditos, responsáveis pelo recrutamento dos trabalhadores, pelo endividamento inicial através do adiantamento deixado com a família do peão e que, afinal, os vendem às fazendas; donos de prostíbulos nas regiões de peonagem (que estabelecem com as prostitutas uma relação similar à do peão) onde o peão que consegue saldo em relação às suas dívidas gasta boa parte do pouco dinheiro que recebe; os vendedores de roupas e bugigangas (como rádios de pilha, relógios, óculos de sol, etc.); os donos de pensões que abrigam e financiam a manutenção dos peões quando seu dinheiro acaba e que os vendem a um novo traficante ou recrutador que apareça à procura de trabalhadores; a polícia que a pedido de traficantes de mão de obra prende forasteiros à noite, nos povoados, confisca os bens dos presos e cobra deles ilegalmente a carceragem (isto é, o tempo de permanência na prisão), que acaba sendo paga pelo traficante que os compra, começando, assim, uma nova dívida; os pistoleiros empregados pelos traficantes e pelos capatazes das fazendas, para vigiar e disciplinar os peões ou perseguir-los quando fogem [...]²⁷⁶.

Assim, a transformação da superexploração do trabalho em escravidão só foi possível através dessa complexa teia de relações que colocava o peão em uma dívida sem fim. Inclusive, aqueles que, por algum motivo conseguissem um saldo positivo derivado do trabalho, poderiam sofrer atentados por parte dos pistoleiros nas saídas das fazendas, de modo que se apropriassem do dinheiro ganho. As fazendas, nesse sentido, não apareciam como as responsáveis imediatas pela escravidão. Existe um pequeno universo no qual se constitui o endividamento do peão que está para além dos limites territoriais e da economia de exploração das fazendas, ou do trabalho produtivo agrícola em si.

Existe, na visão de Martins, um problema de reconhecimento por parte do próprio peão de que as condições das quais se encontram podem ser consideradas

²⁷⁶ Martins, 1994, p. 14-15.

como escravas. Ou, em verdade, a adesão de trabalhadores à condição de peonagem temporária nem sempre os colocam em categorias de trabalho escravo, assim como, noutra hipótese, as péssimas condições de trabalho impostas pelas fazendas pouco se diferem do que habitualmente já estavam acostumados em seus locais de origem. Contudo, cabe ressaltar que a peonagem “[...] se configura quando as condições propriamente servis das relações de trabalho dominam o relacionamento entre o peão e a fazenda [...]”. Nesse sentido, para além da conceituação de trabalho escravo, para o peão, essa consciência emerge quando: a) por decorrência da dívida, percebe que não poderia sair da fazenda, mesmo que abra mão de qualquer ganho; b) quando há a exibição de armas por parte dos pistoleiros, com intuito de intimidar e torturar aqueles que infringissem as regras; c) quando há mortes de fugitivos, e os corpos dos mesmos são expostos a título intimidação dos demais²⁷⁷.

Assim, a consciência, que cria condições de questionar as relações de trabalho e reconhecê-la como escrava, era fluída, poderia surgir ou não, a depender das circunstâncias que se colocam. Uma reflexão é importante a ser proposta, a partir do exposto por Martins: a sujeição do trabalhador às condições precárias de trabalho, ainda que este não se considere escravo, só pode ser concebida a partir de uma nova condição de materialização da vida humana que recai sobre as populações camponesas, isto é, ocorrera um crescente aumento da necessidade de aquisição de mercadorias por parte das populações rurais que não podiam mais ser supridas com seus modos de sobrevivência de outrora. O capital, portanto, não apenas envolve e condiciona a vida do peão, mas de todos que os cercam, mudando toda uma dinâmica de reprodução da vida camponesa.

As relações de trabalho escravo na fronteira, e tudo aquilo que tinha por consequência a degradação do humano, abria a discussão, mais uma vez, sobre os projetos de Reforma Agrária. Ora, a exploração e dominação no campo sempre se deu pela concentração de poder, ou melhor, pelo acúmulo de capital, materializada pelo acúmulo de terras. A peonagem em si, tal como demonstra Martins, era o espectro mais perverso da apropriação capitalista da terra. A escravidão por dívida colocava o trabalhador rural em condições precárias e simbolizava o poder que o

²⁷⁷ Ibidem, 17-18.

capital tinha de subjugar a força de trabalho nas regiões rurais. A concentração fundiária e a expansão capitalista nas fronteiras eram uma das faces desse capitalismo que tirava da terra a maior margem de lucro possível, mesmo que isso colocasse em segundo plano a dignidade da pessoa humana.

CAPÍTULO V - ABERTURA POLÍTICA E RESSIGNIFICAÇÃO DA QUESTÃO AGRÁRIA

5.1 O pacto político e a manutenção do poder

Já pelos idos do final da década de 1980, Martins retoma o tema da Reforma Agrária na obra *A Reforma Agrária e os Limites da Democracia na Nova República*, sob uma perspectiva mais profunda, criticando a perspectiva simplista de modelo de desapropriação local e o assentamento dos trabalhadores rurais em um pedaço de terra. Para ele,

Enorme equívoco político é o de grupos partidários, sindicais e de Igreja, de supor que a Reforma Agrária se resume a desapropriação local e ao assentamento do trabalhador rural em um pedaço de terra. Para isso, não é necessário a Reforma Agrária: basta um empréstimo a juros baixos. Para compra de terra e o problema está resolvido. Eis um novo proprietário de terra, talvez um futuro latifundiário. O problema da Reforma Agrária é social e político e só tem sentido proposto em escala social e política²⁷⁸.

Ou seja, a questão não se resumia na distribuição de terra, em si, já que o problema agrário no Brasil era mais do que um problema de redistribuição, mas um problema político. A redistribuição de terras da forma como era feita recriava os germes do latifúndio que, por consequência social, tinha a reprodução da fome, do desemprego e da inviabilidade de um projeto democrático. Quando se fala que o problema é político, é preciso compreender que a terra e o poder andam juntos na sociedade brasileira, isto é, são elementos de um mesmo espectro de dominação e subjugação. Dessa forma, para Martins, a Nova República seria a desova da combinação binária entre a concentração de terra e o poder. Diante da possibilidade do findar da Ditadura Militar, grupos e partidos políticos que se colocaram à frente de um projeto de redemocratização viram-se impossibilitados de fazer mudanças no regime sem firmar alianças com as oligarquias rurais. Isso coloca, com efeito, um ponto crítico à Questão Agrária: as diversas lutas acontecidas no campo, desde então, desafiavam em primeira instância o poder dos grandes proprietários, as leis obsoletas

²⁷⁸ Martins, 1986, p. 16.

e a injustiça. Portanto, “[...] o reconhecimento da legitimidade contida nas lutas dos trabalhadores rurais, a sua transformação numa nova legalidade depende de transformações nas leis [...]” que, por sua vez, depende de suas transformações políticas²⁷⁹. “Por isso, as lutas no campo são lutas políticas, ferem a estrutura de poder”.

Para Martins, a Reforma Agrária, até então discutida e operacionalizada, representava a aceitação de um mecanismo de sustentação do conservadorismo antiparticipativo da nova ordem política. Nesse sentido, os sindicatos e os setores da Igreja contentavam-se com um projeto de redistribuição de terras que pouco se colocava como a idealização de uma Reforma Agrária satisfatória. Nas palavras de Martins, eles não percebiam que o Estado pouco se esforçava para resolver a Questão Agrária no país, “[...] mas procura cooptá-los como agentes de mediação das lutas populares cuja importância dos últimos vinte anos é indiscutível”. Apesar disso, como destacado em outras obras de Martins, o principal objetivo das lutas no campo deveria ser a emancipação política dos trabalhadores rurais. Era preciso romper o processo de dependência para com o clientelismo político. “Eles próprios é que devem decidir, por meio dos movimentos sociais e das organizações que daí surgirem, até mesmo do sindicato, que Reforma Agrária querem”²⁸⁰.

As frustrações de Martins apresentadas acima são colocadas no contexto da nova ordem política, ou Nova República, tal como referenciado no título de sua obra. São considerações que, ao final da década de 1980, narram, sob análise sociológica e tendo o tema Reforma Agrária posto à mesa, a transição entre a Ditadura Militar para um governo democrático. O objetivo de Martins era alertar para os limites dessa transição, que, a princípio, deveria ser vista como uma esperança para as lutas sociais do campo.

Assim sendo, ele coloca dois fatores que precisam ser analisados detalhadamente.

O primeiro fato é que a transição não ocorreu aos moldes de uma revolução, tal como se esperava, tendo como consequência, o presidente militar deposto. Em

²⁷⁹ Ibidem, p. 17.

²⁸⁰ Ibidem, p. 18.

verdade, “[...] tudo se processou de maneira higiênica”. O novo presidente civil foi eleito por um congresso ainda dominado pelo Partido Social Democrata que, diga-se de passagem, de democrata e social nada tinham. O racha partidário²⁸¹ que ocorreu devido aos desgastes da Ditadura Militar permitiu a eleição de um presidente do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), tido como opositor. Além disso, no que concernia aos governadores, foram substituídos por sucessores do general que presidia o país havia seis anos. Como destaca Martins, “[...] tudo ocorreu dentro das regras políticas que a ditadura havia estabelecido. Até o fim, na verdade, o governo militar manteve o mais absoluto controle do poder”²⁸².

O segundo fato se coloca no sentido de entender como que se deu de forma pacífica a passagem de poder dos ditadores para o partido de oposição. Segundo Martins, “[...] a passagem do poder foi precedida da celebração de um *pacto político* que é ao mesmo tempo um pacto de classes, em 1984”. Ocorria, dessa forma, um equívoco por parte dos partidos de oposição e dos movimentos populares, de que poderiam acabar com o regime ditatorial através de uma modificação constitucional pelo Congresso Nacional, o que permitiria, como resultado, garantir as eleições diretas

²⁸¹ Martins descreve com bastantes detalhes em *A Reforma Agrária e os Limites da Democracia na Nova república* o que significou a cisão partidária durante a Ditadura Militar e suas consequências para o registro da Reforma Agrária. Nem mesmo em seu livro anterior, *A militarização da Questão Agrária no Brasil: terra e poder, o problema da terra na crise política* houve tamanho detalhamento. Algumas observações há de serem destacadas nesta nota de rodapé. O desgaste político da Ditadura Militar começou ainda em 1979, com a cisão e a delimitação de dois grandes grupos: os da “Sobornne” (Escola Superior de Guerra) e os militares da “linha dura”. Os primeiros eram tidos como mais brandos e favoráveis ao grande capital estrangeiro, sobretudo o estadunidense. Os segundos, tinham na radicalidade da opressão e da disciplina, seu principal fundamento. A primeira crise do Regime ocorreu com os grandes proprietários de terras. Eles, que apoiaram o Golpe, não ficaram satisfeitos com a Lei de Reforma Agrária apresentada pelo General Castelo Branco (“Sobornne”). Destaca-se que, após a Revolução Cubana, os Estados Unidos da América pressionaram para que os países latino-americanos realizassem Reforma Agrária, a fim de evitar revoltas e propagação do comunismo. No entanto, a maioria desses países era governada pelas oligarquias agrárias, contrárias à Reforma Agrária. Dessa forma, o governo americano apoiou golpes militares na tentativa de que a classe média promovesse um conjunto de reformas sociais. Como se esperava, o Governo Militar não fez a Reforma Agrária. No decorrer do período militar, tendo em vista as duas linhas de pensamento, ocorreu uma alternância dos generais no poder, cada um representando uma das facções. Diante de uma crise que assolou a classe média, votaram maciçamente no partido opositor, em diversas regiões do país. A estratégia do Governo Militar foi fragmentar o partido de oposição (surgiu o PMDB, PT, PTB, PDT e o PP), colocando em curso uma abertura política lenta e gradual.

²⁸² Martins, 1986, p. 23.

para presidente da República. Entretanto, o Congresso Nacional era dominado pelo Partido Democrata Social, e, apesar da pressão de milhares de brasileiros nas ruas, o Congresso rejeitou a emenda constitucional, mantendo o critério de eleição indireta. Portanto, “[...] o governo elegeria o seu candidato como vinha fazendo desde o golpe”²⁸³.

Especificamente sobre o governo de Tancredo Neves, o primeiro da nova ordem política, Martins traz a aplicação do Estatuto da Terra²⁸⁴, enquanto promessa do novo governo no que se referia à Questão Agrária. É preciso considerar inicialmente que, conforme destaca Martins, o próprio governo militar aplicou o Estatuto durante esse tempo, já que “[...] o objetivo principal do estatuto não é o de redistribuir terra para quem nela trabalha, mas fundamentalmente promover a expansão da agricultura empresarial”. O problema se colocou principalmente na propaganda de que o Governo Federal distribuiu um milhão de títulos de terra, todavia, distribuir títulos²⁸⁵ não é a mesma coisa que distribuir terras, haja vista que “[...] muitos desses títulos são meras licenças de ocupação para pessoas que já estavam na terra. Outros são títulos que regularizam posses antigas”²⁸⁶.

Outro aspecto, que tornaria difícil a constituição de um projeto de Reforma Agrária na Nova República, reside nas alianças que levaram Tancredo Neves ao poder. Como já destacado anteriormente, essa eleição fez parte do pacto social que teve apoio de uma ala do próprio partido da Ditadura – Partido Democrata Social. Além disso, a repressão contra os trabalhadores rurais aumentou consideravelmente a partir de 1982, e em várias partes do país, com o apoio do PMDB, afirma Martins. Para Martins, diante dessa conjuntura, a saída para os trabalhadores rurais seria:

[...] a possibilidade de influírem na composição da Assembleia Nacional Constituinte, que fará a nova Constituição do país e que poderá definir o novo direito de propriedade. A constituição poderá

²⁸³ Ibidem, p. 24.

²⁸⁴ No Brasil, o documento que daria legalidade à suposta Reforma Agrária seria o Estatuto da Terra, de 1964, criado junto com o Golpe Militar. O Estatuto definiu a compra de terras através de títulos da dívida agrária, em contraposição à transferência irrecorrível da terra.

²⁸⁵ Martins, em obra posterior, especificamente em *Reforma Agrária: O Impossível Diálogo*, tem uma visão diferente sobre a distribuição títulos de terra no Governo de Fernando Henrique Cardoso, enquanto parte de um projeto possível de Reforma Agrária. Essa questão será abordada posteriormente nesta pesquisa.

²⁸⁶ Martins, 1986, p. 35.

estabelecer limites severos ao direito de propriedade, impedindo que o bem comum e o interesse social sejam sacrificados em favor dos interesses econômicos de uma minoria de latifundiários. A questão é saber quem vai ter mais força os trezes milhões de trabalhadores rurais ou os poucos milhares de grandes proprietários.

E por fim, mais uma vez, Martins tece críticas às configurações dos novos partidos políticos que possuem uma posição clara contra os projetos de resistência no campo, limitando-se, quando o fazem, a formulações programáticas, ou seja, relativamente vagas sobre a Questão Agrária, sem levar em conta a opinião dos próprios trabalhadores.

A título de conclusão, para Martins, os objetivos da Reforma Agrária, tanto no Regime Militar quanto na Nova República, preconizavam, ao legalizar e demarcar as terras dos índios e dos pobres, legitimar as terras dos grandes latifundiários e das grandes empresas. Aliás, em algumas partes do país, o pedido pela Reforma Agrária vinha dos próprios fazendeiros, tendo em vista que a demarcação e, por consequência, os títulos definitivos, valorizavam a especulação imobiliária, que é uma das mais importantes fontes de lucro no meio rural. Havia reajustes de preços das terras que chegavam a subir mais de mil por cento ao ano, ou seja, muito mais lucrativo que qualquer produção agrícola. À reboque de uma visão um tanto quanto pessimista, ainda que com a abertura política em curso, Martins é enfático²⁸⁷:

Para ser realista, não vai haver Reforma Agrária no Brasil. Apenas desapropriação de terras em pontos de maior tensão para amansar os trabalhadores rurais e, eventualmente, desapropriações em áreas em que isso for de interesse dos proprietários, ponha a mão para valer no direito de propriedade. O que prejudica radicalmente a possibilidade de uma democracia no Brasil.

²⁸⁷ Ibidem, 1986, p. 52.

5.2 Rompimento com a Igreja

No decorrer da década de 1990, o pensamento de Martins detém, junto ao seu afastamento como assessor da CPT, notáveis mudanças. Para ele, a partidarização das ações políticas da Igreja configurou um desvio dos propósitos da luta pela terra, e o trabalhador rural perdia, cada vez mais, o seu protagonismo. Em face de uma bandeira de reestruturação agrária revolucionária, ou até mesmo de mudanças do modo de produção em casos mais extremos, a Igreja deixa de lado instrumentos reais de modificação das condições de exclusão sofridas pelos pobres no campo. Dessa forma, por parte da CPT, haveria uma releitura descontextualizada²⁸⁸ do marxismo ortodoxo da década de 70, o que na ocasião era veemente criticado por Martins. Por outro lado, os setores progressistas da Igreja em sua aliança com o Partido dos Trabalhadores (PT) viam com desconfiança a relação que Martins mantinha com o então eleito presidente em 1994, Fernando Henrique Cardoso (FHC). Não era novidade, até então, que em diversas passagens de seus livros, Martins guardava certa gratidão em sua relação de amizade com FHC.

Para Martins, a Igreja caiu em um tipo de simplificação sociológica no que concernia aos significados que moldavam as lutas camponesas e o mundo rural. Nesse sentido, explana que as ações pastorais da Igreja “[...] foram invadidas, contaminadas, aparelhadas e parasitadas por ideólogos e agentes partidários, no geral sem formação acadêmica específica e sem competência teórica apropriada”²⁸⁹. Portanto, mostrou-se, após os anos 1990, bastante diferente da pastoral social que se difundiu durante a década de 1970, calcada na luta pelos direitos humanos, deixando

²⁸⁸ Segundo Martins, existia falta de preparo por parte dos agentes pastorais, no que se referia ao arcabouço teórico, e notável insuficiência de suas orientações ideológicas. Na verdade, o autor sugere que frequentemente os agentes confundem conhecimento teórico (necessário para interpretar os processos visíveis e ocultos da vida social) com o conhecimento ideológico disseminado pelos partidos. Por consequência, não conseguem adaptar-se às rápidas mudanças nos processos sociais, pois estão dependentes das formulações ideológicas provenientes dos partidos e dos sindicatos. Além disso, possuem dificuldades para separar teoria e prática, e pouco discernimento da relação que existe entre elas. “Os agentes de pastoral não conseguem lidar bem com um dos aspectos de seu serviço aos pobres – o de serem mediadores na elaboração interpretativa e teórica de sua experiência, de sua prática, de sua luta. Como diria Henri Lefebvre, há um desencontro entre o percebido e o vivido. As palavras e os conceitos não correspondem à prática e experimentação da prática” (MARTINS, 1994, p. 165).

²⁸⁹ MARTINS, José de Souza. A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 55.

a cargo de outros atores a responsabilidade de fazer a luta de classes. Para o autor, “[...] a CPT é que havia mudado de lado: dera precedência ao trabalho partidário em relação ao trabalho pastoral. [...] Reduzira a dimensão política da libertação e emancipação dos simples à servidão ideológica de sua partidarização”²⁹⁰.

* * *

No livro *O poder do atraso: ensaios da sociologia lenta* Martins traz à tona quais seriam os novos protagonistas da Reforma Agrária no Brasil, a partir da nova perspectiva da CPT, ou seja, de acordo com os argumentos aludidos em assembleias, a sociedade civil organizada estaria como responsável primeiro da Reforma Agrária, e o Estado, por sua vez, se configuraria nos meios para alcançar os objetivos.

Antes, acreditava-se que a Reforma Agrária traria tudo isso e bastaria conquistar politicamente o Estado para que a reforma se concretizasse. Agora, é possível ver que a reforma é tudo isso e que o Estado é apenas um intermediário (poderoso) que precisa ser mobilizado pela sociedade civil, pelos movimentos sociais, pelos grupos de pressão²⁹¹.

A instrumentalização do Estado pela sociedade civil organizada, isto é, pelos movimentos sociais, serviria, de acordo com Martins, aos propósitos da luta política do MST, que tem um sentido diverso da luta pela terra ou da terra de trabalho. Essa partidarização da Questão Agrária já fora foco de embate por parte de Martins em suas obras que criticavam a esquerda leninista. Ou seja, colocar o projeto de emancipação camponesa como parte de um plano revolucionário maior não atendia aos anseios imediatos da conquista da terra para o trabalho.

O descontento de Martins com a CPT foi marcada pela 8ª Assembleia Nacional da Pastoral da Terra, em 1989, e sua ruptura com a ação política da Igreja tinha por consequência as anotações em seu caderno de campo²⁹². Achamos pertinente

²⁹⁰ Martins, 2013, p. 339.

²⁹¹ Idem, 1994, p. 159.

²⁹² Ibidem, p. 118-119.

reproduzi-las aqui, para entendermos de forma concreta os desencontros (e temáticas) que marcariam a produção científica do autor durante a década de 1990.

- Temas fundamentais, presentes na ação pastoral cotidiana ficam habitualmente fora da definição das linhas de ação pastoral.
- O tema da impunidade e da injustiça, tão presente na vida cotidiana dos agentes de pastoral e dos trabalhadores, não aparece como tema das linhas de ação, aparece apenas como violência gratuita.
- A tendência é, às vezes, a de definir uma conduta quase exclusivamente sindical. Nenhuma ênfase nos movimentos sociais, no retorno ao trabalho de base. Retorno que deveria ganhar uma dimensão ecumênica, politicamente falando. A tendência tem sido a de pensar os temas na perspectiva da classe trabalhadora. Esse ecumenismo deveria ampliar a base social da definição dos problemas e da ação. Porém, está acontecendo o contrário. Essa base está estreitando-se, cada vez mais restrita a um tipo genérico de trabalhador. Em 1987, era claramente o pequeno agricultor. Agora, o tom da assembleia é relativo a um vago trabalhador operário, polarizando, também, do outro lado – todas as oposições reduzidas a uma categoria única, a “burguesia”.
- O tema das migrações temporárias de trabalhadores rurais. Não aparece como algo relacionado às condições de vida e à privação de direitos. Basicamente, os agentes de pastoral não conseguem situar os problemas imediatos nos processos mais amplos. Não conseguem identificar o impacto do particular e cotidiano dos processos mais gerais, presentes nos esquematismos e nas palavras de ordem.
- Não conseguem separar a redistribuição da propriedade e sua exploração economicamente rentável, embora sejam, de fato, duas coisas diferentes. Não conseguem considerar que a luta pela terra é a

luta pela sobrevivência, resistência à marginalização, a se tornar mão de obra sobrando. E que o problema para esses trabalhadores não é a produtividade, mas a sobrevivência com dignidade.

- Basicamente, o problema da Reforma Agrária é o de manter na terra quem dela está ameaçado de expulsão (são os que estão envolvidos nos conflitos mais intensos) nas condições econômicas e tensas que têm.
- Somente numa segunda etapa é que se poria o problema da extensão rural, da modernização, da elevação do nível tecnológico do pequeno empreendimento agrícola.
- A questão da Reforma Agrária foi erroneamente apresentada como mera proposta de reassentamento de trabalhadores sem-terra.

Essas anotações foram feitas, tal como afirma Martins, em um ambiente de euforia política, sobretudo por ser ano de eleições presidenciais (1989). Os participantes da 8ª Assembleia Nacional da Pastoral da Terra, de 1989, estavam muito mais preocupados em discutir a possível eleição de um presidente de esquerda a debater os problemas agrários que assolavam o campo. Para a Assembleia, a chegada do PT ao poder configuraria uma possibilidade revolucionária, abrindo-se portas para uma Reforma Agrária radical, que mudaria toda a estrutura agrária do país. Acreditava-se, portanto, que, invariavelmente e sem considerar a maioria do Congresso Nacional, haveria um “[...] encadeamento necessário entre eleição-PT-Reforma Agrária-socialismo, um encadeamento mágico que acabaria com os problemas econômicos e sociais, acabaria com a pobreza, com a injustiça, com violência - e com o latifúndio!”²⁹³. Porém, a análise de conjectura feita por Martins, à época (e não discutida em assembleia), apontava para a vitória de Fernando Collor de Melo, devido, entre outros fatores, à tradição pendular da política brasileira que

²⁹³ Ibidem, p. 146.

revezava entre: a) governos acentuadamente autoritários e centralizadores (ditadura), com discursos desenvolvimentistas; e, b) governos descentralizadores, que têm como base o poder agrário e oligárquico, pautados em discursos liberais e democráticos.

Martins salienta que a vitória dos trabalhadores não estaria vinculada às vitórias nas urnas, já que, na prática, o presidente não governava sozinho. A vitória da classe trabalhadora, segundo Martins, estaria em colocar na ordem do dia e na agenda política do Estado as demandas mais fundamentais e urgentes dos trabalhadores, ou seja, as demandas por reformas sociais. No entanto, aparentemente, os trabalhadores e os agentes pastorais estavam voltados às eleições presidenciais em um projeto mais ambicioso de poder da esquerda. Ao final de Ditadura Militar, ocorreu a nacionalização de diversos movimentos organizados, mas, noutra via, não objetivaram um programa de reformas sociais para as negociações políticas que resistissem ao poderio das classes dominantes, ou, numa postulação mais genérica, da burguesia. Para Martins,

O programa dos trabalhadores era basicamente uma lista de prioridades administrativas, no caso de chegarem no poder, entre as quais uma Reforma Agrária sem maior conteúdo político, que acabaria servindo para aumentar ainda mais o isolamento político dos trabalhadores rurais. Os trabalhadores foram municiados com uma concepção insuficiente de poder e até utilizados como pretexto da transformação de agentes sindicais e políticos em funcionários públicos, em funcionários de uma proposta administrativa e produtivista da Reforma Agrária, de simples promoção de reassentamento de trabalhadores “sem-terra”, que não tocasse nem no pacto político da “Nova República” nem no modelo econômico que a sustenta e que herdou da ditadura militar²⁹⁴.

A partir desse ponto, surgem nas obras de Martins as primeiras críticas diretas ao MST, de tal forma que influenciaria as demais colocações do autor sobre o tema da mediação rural. Para Martins, o fim da Ditadura Militar e a ascensão do MST enquanto movimento social de relevância nacional inverteram as prioridades na fala e na ação dos mediadores rurais. Até os momentos iniciais de abertura política, as lutas se davam contra a expulsão de trabalhadores rurais das terras que ocupavam. Assim, a figura central nas discussões sobre a Reforma Agrária era a do posseiro. Com o

²⁹⁴ Ibidem, p. 149-150.

início da Nova República, a categoria do posseiro foi substituída pela do sem-terra, seja nos discursos dos mediadores rurais, seja nas reivindicações que se seguiam sobre a Reforma Agrária. Por consequência, a luta pelo reconhecimento e pela permanência na terra foi substituída pela luta por desapropriações de terras, embasada pelas diversas ocupações que surgiram pelo Brasil.

Os sem-terra foram forçados a desenvolver suas lutas em um terreno muito mais hostil que as dos posseiros, colecionando, inicialmente, muito mais inimigos do que aliados. A mídia, já naquela época, fazia o papel de desvirtuar o sentido das lutas sociais. Se, de um lado, as lutas dos posseiros estavam respaldadas por um forte conteúdo moral, por outro lado, os sem-terra lidavam com o argumento econômico da propriedade improdutiva, o que colocava muitas das vezes os fazendeiros como vítimas de uma possível expulsão de “suas terras”. Terras estas conseguidas muitas das vezes através do processo de grilagem²⁹⁵. De modo intencional, toda a política de Reforma Agrária do Governo Sarney foi vinculada ao “problema” dos sem-terra e do conflito necessariamente violento que acompanhava o processo de ocupação. A posição deslocada do sentido da Questão Agrária tornou-se acentuada à medida que tanto Sarney quanto Collor se configuravam como típicos representantes dos interesses das oligarquias e dos latifundiários que propositalmente os elegeram.

* * *

Após a derrota das eleições de 1989, a esquerda se encontrava desanimada, haja vista as discussões ocorridas na Assembleia Geral da CNBB, de 1991. Terminara-se o sonho de que a vitória do PT modificaria o modo de produção capitalista para o socialismo no Brasil e, com efeito, uma Reforma Agrária que mudasse também a estrutura agrária do país. Os trabalhadores rurais e os agentes pastorais trouxeram à tona, na assembleia de 1991, o tema da sobrevivência dos trabalhadores, tendo em vista os problemas imediatos, tema este, aliás, que já tinha aparecido na assembleia anterior, mas com menor ênfase. Nesse contexto, surge uma

²⁹⁵ A grilagem de terras consiste no processo de falsificação e envelhecimento de documentos de posse. Via de regra, os documentos eram guardados em uma caixa com grilos, e com o passar do tempo, os documentos tomam uma aparência envelhecida.

preocupação nova para o momento: assegurar condições mínimas de sobrevivência dos seus filhos e das gerações futuras.

Os principais problemas imediatos foram elencados como as más condições de comercialização dos seus produtos agrícolas, políticas de favorecimento dos grandes proprietários, juros altos, pequenos agricultores abandonando as propriedades (incorporadas às grandes fazendas), alto índice de migrações, entre outros. Para Martins, em todos esses problemas residiam um aspecto fundamental, pois nas falas não mais se colocava a primazia da terra como fator central, mas a defesa ao direito de trabalho, isto é, o trabalho como aspecto definidor da sobrevivência e reprodução social do pequeno agricultor. “Mas trabalho vinculado ao seu meio de trabalho, à terra”. Martins corrobora:

Foram claras as queixas contra a alternativa do trabalho sazonal e incerto. E trabalho como meio de assegurar à família e aos filhos saúde, escola, casa, trabalho, paz, justiça, etc. Portanto, uma clara definição do direito à terra como direito ao meio de trabalho e àquilo que o trabalho pode assegurar²⁹⁶.

E o mais importante é que “[...] a questão da terra e do trabalho foi posta em termos de reformas sociais e não em termos de reformas meramente econômicas, de mera distribuição de terras”²⁹⁷. Portanto, naquele momento, segundo Martins, os trabalhadores queriam mais do que uma Reforma Agrária guiada pelos agentes mediadores, queriam, em verdade, uma reforma social que garantisse o direito ao trabalho as gerações futuras.

* * *

Martins apontava, já em 1994, os limitantes que não viabilizaram a Reforma Agrária. Para o autor, os trabalhadores rurais não obtiveram aliados para além de alguns mediadores sociais, que à época, não possuíam influência na máquina do Estado. Estando sub-representado dentro do Congresso Nacional, o projeto de Reforma Agrária não obteria êxito, pois, segundo ele, não houvera Reforma Agrária em nenhum país capitalista sem o apoio e a intervenção de grupos políticos externos

²⁹⁶ Martins, 1994, p. 155-156.

²⁹⁷ Ibidem, p. 156.

aos mesmos. Em uma crítica mais contundente aos mediadores rurais, Martins afirma que a derrota da proposta de Reforma Agrária (e ele deixa claro que não se refere à derrota da necessidade da Reforma Agrária ou à derrota dos trabalhadores rurais) devolve o problema aos protagonistas, ou seja, aos sujeitos das lutas. “Na verdade foram derrotados os mediadores, que traduziram mal e insuficientemente as necessidades e os projetos implícitos na prática e na luta dos trabalhadores rurais”²⁹⁸. Com efeito, para Martins, os trabalhadores rurais foram derrotados pelos próprios aliados.

O problema agrário, que outrora aparecia em primeiro plano e era visto como força motriz para transformação do modo de produção capitalista, agora, ganha um teor mais puro, vinculado às necessidades básicas do trabalhador rural: necessidade de sobrevivência, de emprego, de saúde, de justiça e de paz para as novas gerações. Assim, a Reforma Agrária, a qual, por si só, era creditada como dos problemas do trabalhador rural apareceria como condição para resolver os problemas que atingiam diretamente a manutenção e a sobrevivência do trabalhador rural.

Martins propõe que, diante das circunstâncias que se colocam no novo cenário político, os trabalhadores rurais deveriam ir além de pensar ações para a sobrevivência. Deveriam, porém, pensar estratégias políticas de longo prazo. As mesmas reivindicações de outrora ganham novos sentidos, tendo em vista a derrota do projeto de Reforma Agrária, que, por sua vez, é fruto de mudanças mais profundas que abarcam o mundo inteiro. Na visão de Martins, antes, era o Estado que ditava os rumos e que dava significados à Reforma Agrária. Aderir ou não à política de Reforma Agrária colocava o Estado em condições de aliança ou de enfretamento com países socialistas, isto é, automaticamente formavam-se alinhamentos políticos internacionais. Assim sendo, mexer na estrutura fundiária colocava o país como aliado da União Soviética (URSS) e da China, automaticamente. Martins acentua as críticas quando alude que a Reforma Agrária no Brasil era uma questão de segurança nacional pelas alianças que proporcionaria. Quando a Reforma Agrária deixava de ser um mecanismo de segurança nacional, também deixava de ser necessária.

²⁹⁸ Martins, 2011, p. 193.

Destarte, as posições expressas na assembleia da CPT colocavam-se no sentido de que a organização civil daria a direção e impulsionaria a Reforma Agrária e não mais o Estado. Ademais, para além de uma reforma em seu sentido econômico, a estratégia estaria pautada em uma reforma social que traria as bases para a sobrevivência dos trabalhadores e das gerações futuras. O ponto crítico dessa questão se instaurou quando grupos políticos de esquerda acabaram por convencer agentes pastorais de que as lutas deveriam estar para além dos limites da Igreja e da religião, de modo que a mediação fizesse parte de um projeto político maior de transformação da realidade social que o país se encontrava. Foi aí que, de modo inevitável, para Martins, a política partidária começou a definir os rumos da ação pastoral. O resultado foi que, em função de um projeto de transformação profunda da sociedade, as necessidades imediatas de sobrevivência dos trabalhadores rurais foram deixadas em segundo plano. Além disso, por via única, optou-se pela organização dos trabalhadores rurais em sindicatos e partidos políticos.

A organização dos trabalhadores em sindicatos e em partidos políticos deu a eles uma identidade genérica, fruto de uma luta de classes que se levantava pela transformação da realidade social. O problema, segundo Martins, é que o projeto de classe predominou sobre as necessidades menores e alheias aos trabalhadores rurais. Faltou reconhecer que o trabalhador rural revela também categorias parciais que são demandantes de questões não supridas pela luta de classes. Categorias como: as mulheres, os jovens, minorias étnicas (índios e negros), entre outras. “Os projetos sociais não se reduzem nem se mediatizam necessariamente pelos limites e possibilidades de classes sociais”²⁹⁹.

Portanto, o início da década de 1990 lança o desafio, segundo Martins, de retorno às bases, porém, não mais como antes, pois os trabalhadores já possuem representatividade nacional. O movimento de retorno às bases, isto é, do *trabalho de base*³⁰⁰, deveria ser enriquecido com essa conquista da nacionalização das lutas

²⁹⁹ Ibidem, p. 161.

³⁰⁰ Trabalho de base – termo recorrente em movimentos sociais populares, consiste na ideia de conscientização política da população, ou, em outros termos, de formação e recrutamento de militantes e lideranças locais em prol de uma determinada luta social. O trabalho de base está ligado as localidades e às regionalidades, tem nas comunidades seu principal ponto de inflexão.

agrárias. A volta as bases deveriam compreender também o conjunto de pluralidades que envolviam a obra. Entender que a vida não se encerra nas relações econômicas tal como postula as lutas de classe, mas que existem outras necessidades vitais para além de trabalhar e comer. Mais que primordial o retorno deve contemplar a democratização das organizações, entendendo suas contradições internas para que assim possa reconhecer e assumir “[...] a diversidade da unidade, a pluralidade das situações, necessidades e reivindicações”.

5.3 Questão Agrária no Governo FHC e ascensão do MST

O Fernando Henrique conversava com a gente. Um dia ele me falou: “Você mora em São Caetano?” - “Moro” - “E você perde muito tempo?” - “Perco”. Aí ele me falou que a Faculdade iria montar uma casa na Rua Piauí, perto ali da Maria Antônia, e me ofereceu um quartinho lá. Disse que a casa ia ficar sem ninguém³⁰¹.

O rompimento de Martins com a Igreja Católica demonstrou uma insatisfação com os principais mediadores sociais do campo, mas explana também uma aproximação e simpatia com as políticas de Fernando Henrique Cardoso, que, além de ter sido seu professor, assumiu a Presidência da República em 1995. As disputas partidárias fizeram com que Martins se colocasse ao lado de um traidor, na concepção da esquerda mais radical. A partir dali, as publicações de Martins em torno da Questão Agrária eram vistas com desconfiança por uma parte da intelectualidade brasileira.

A última participação de Martins em um congresso da CPT foi também no ano de 1995. O contexto era de preocupação com a “onda neoliberal”, a globalização e seus impactos sobre a sociedade. Por parte daqueles preconizavam o Congresso, havia um projeto deliberado e proposital de exclusão social dos mais pobres, fundamentado nas tendências do desenvolvimento do capitalismo brasileiro em curso. Martins procurou mostrar, no entanto, que não havia uma conspiração com o intento de agravar a situação dos mais pobres. Na verdade, nada mais era do que as tendências estruturais do capitalismo, que é, ao mesmo tempo, concentradora de riqueza, de um lado, e excludente, por outro lado, processo agravado pelas políticas de privatizações engendradas durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, diga-se de passagem³⁰².

Martins, no artigo *A reforma agrária no segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso* reitera o contexto político vivido pelo Brasil através da concepção de “dois Brasis”, inicialmente formulado pelo francês Jacques Lambert, que, inclusive,

³⁰¹MARTINS, José de Souza. Projeto Memorial Oral. Entrevista concedida a Daisy Perelmutter. Biblioteca Mário Andrade, 2006. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/Depoimento_Jose_de_Souza_Martins_1254343852.pdf>. Acesso em: 7 abr. 2020.

³⁰² NAVARRO, Zander. As três fases de uma sociologia única dos processos sociais rurais no Brasil. In: FREHSE, Fraya (org.). *A Sociologia enraizada de José de Souza Martins*. São Paulo: Com-Arte, 2018.

foi ponto de análise do então presidente Fernando Henrique Cardoso. Os conflitos sociais da época colocavam de um lado as políticas sociais do Governo Federal, e de outro lado, as políticas de controle do estado, mantenedoras dos poderes das elites regionais e locais, ao passo que fortalecia o clientelismo, por isso, “dois Brasis”. Exemplos disso seriam a tragédia de Corumbiara, em Rondônia, no ano de 1995, e o massacre de Eldorado de Carajás, no Pará, em 1996. Os dois episódios configuraram a atuação violenta dos estados, mostrando-se insuficiência por parte do executivo federal³⁰³.

Para Martins, os conflitos exemplificados acima dizem menos sobre a Questão Agrária e mais sobre um jogo de poderes ainda remanescente do período de redemocratização do país, fundamentada na disputa política entre a “esquerda” e a “direita”³⁰⁴ no Brasil. Segundo o autor, a violência experienciada nesses dois episódios não tinham como alvo primeiro os trabalhadores sem-terra, mas as próprias instituições democráticas e o Governo, isto é, fruto da tentativa de manutenção do poder oligárquico local. O fato, segundo Martins, era que se abria dois espectros de um conflito político que em nada contribuía para resolução da Questão Agrária³⁰⁵, já que, de um lado, havia a militância fragmentária regida pelas necessidades imediatistas e, de outro, as disputas entre grandes propósitos políticos que colocavam em lados oposto o arcaico e o moderno, tais como representativos de dois projetos políticos diferentes.

Nesse sentido, Martins³⁰⁶ salienta que,

Curiosamente, os dois lados desses conflitos, que combatiam o governo federal em nome dos novos sujeitos ou em nome dos velhos poderes, encontraram-se nesses cenários trágicos, em campos opostos, dispostos a tudo, com o mesmo objetivo político e motivações contrárias: questionar o governo e sua política, especialmente a agrária, mais do que pugnar por uma causa. Porque, de fato, as polícias militares do país inteiro haviam sido, durante a ditadura, desvinculadas da autoridade dos governadores e submetidas ao comando do ministro do Exército, como forças auxiliares da repressão contra as insurgências políticas e populares. Portanto, a ditadura

³⁰³ Martins, 2003.

³⁰⁴ Curiosamente, à época, o PSDB era considerado uma alternativa aos partidos de esquerda, e Fernando Henrique Cardoso, uma alternativa ao conservadorismo preponderante.

³⁰⁵ Martins, 2000; 2003.

³⁰⁶ Idem, 2003, p. 143.

desviara essas polícias de suas funções precípua, a da manutenção da ordem social, para fazê-las mantenedoras da ordem política autoritária, curiosamente aliada e tutora das oligarquias regionais.

Para Martins, a essa altura (meados da década de 1990), a Questão Agrária chegava ao seu limite e se tornava mais um projeto político que econômico e social. Os conflitos de Corumbiara e de Eldorados de Carajás revelaram mais que as vítimas de uma contradição histórica mostraria o que havia de mais perverso no desenvolvimento do capitalismo. Revelava, outrossim, o poder que emana do latifúndio parasita que insiste em sobreviver às custas da renda da terra e do poder oligárquico local que os protegem das situações mais adversas, até se valendo das forças de controle social do Estado. “No tabuleiro da política, cada movimento das organizações que falam e agem em nome dos chamados sem-terra toca menos na Questão Agrária e toca mais na questão política que a sobrepassa amplamente”³⁰⁷.

A orientação geral do Estado³⁰⁸ era de que o Brasil não mais se comportava como um país agrícola tal como a tendência dos países desenvolvidos e, ainda, acreditava-se em um contingente cada vez menor de trabalhadores rurais. Ademais, confundiam agricultura familiar com agricultura de subsistência, e na visão de uma parcela dos gestores, sobretudo economistas, seria mais viável distribuir os recursos destinados às políticas agrárias entre os pequenos agricultores, para que pudessem recomeçar em uma outra atividade qualquer, talvez urbana. Assim, as demandas que apareciam dentro do Governo Federal, por vezes em nome dos trabalhadores rurais, portam-se como demasiadas arcaicas, na contramão dos projetos nacionais de desenvolvimento. Por consequência, não raro se atrelava à agricultura familiar técnicas atrasadas de produção agrícola, avessas ao empreendedorismo rural e ao escoamento de excedentes.

Noutra via, o Governo Federal se depara com forte pressão dos movimentos de esquerda, encabeçado principalmente pela Igreja Católica progressista, mais especificamente pela junção da CPT e do MST. Martins ressalta que embora as mobilizações se projetassem aparentemente por uma conduta moral, religiosa e

³⁰⁷ Ibidem, p. 144.

³⁰⁸ Apesar disso, Martins assegura que não era a concepção pessoal de Fernando Henrique Cardoso.

apartidária, balizadas pelos preceitos de justiça social, tinham, por trás, a resistência política do PT, que se apropriava da “causa”. Nesse aspecto, Martins tem no Governo de Fernando Henrique Cardoso (mais pelo intelectual Fernando Henrique, ao que parece) uma simpatia convergente ao repreender os propósitos políticos do PT, como pano de fundo na reinvidicação pela Reforma Agrária por parte dos grupos sociais³⁰⁹.

Contribuiu, sobretudo, para que não se reconhecesse que estávamos em face de um governo democrático, capaz de ajustar suas políticas sociais a partir das demandas propriamente sociais, mesmo quando as agências de mediação política, a pretexto de serem voz dos “sem-voz”, se negassem a viabilizar no diálogo essa mesma voz.

Martins revisitava, mais uma vez, a “promessa” feita em 1980 pela Igreja, de dar voz aos excluídos³¹⁰ e não falar por eles em face de um projeto partidário, confeccionado a partir da luta operária. Além disso, em suas publicações mais importantes dos anos 2.000, mais especificamente no artigo *Reforma Agrária o impossível diálogo sobre a História possível* e posteriormente no livro *O Impossível Diálogo*, Martins se esforçou em fundamentar (e, em nossa opinião, encerrar o assunto da Reforma Agrária) a sua tese de não cumprimento da promessa por parte da Igreja, ao se recusar a dialogar com as políticas agrárias que eram feitas durante o governo de Fernando Henrique Cardoso³¹¹.

Nessa prospecção de retomada da “promessa”, o MST não era um bom mediador dos trabalhadores rurais, e Martins via na aliança entre o Movimento e a Igreja um grave problema para as lutas sociais do campo, incompatível com o que foi firmado no Documento³¹² de 1980. A globalização, o massacre de Eldorado de Carajás, a “Marcha Nacional por Reforma Agrária, Emprego e Justiça”, em 1997, a intenção de cobertura da Revista Veja, entre outros acontecimentos, favoreceram a nacionalização da Questão Agrária e a projeção e a internacionalização do Movimento. Acirrou-se, ademais, o embate entre parte da sociedade civil organizada e as ações do Governo de Fernando Henrique Cardoso.

³⁰⁹ Martins, 2003, 145.

³¹⁰ CNBB, 1981.

³¹¹ Martins, 1999; 2000.

³¹² CNBB, 1981.

Conforme Martins, o único ponto de orientação que vincula o MST à “promessa” daqueles que deram vida ao próprio Movimento, isto é, a Igreja, seria a Teologia da Libertação. Os resquícios da Teologia, dentro dos quadros do Movimento, seriam o que haveria de mais próximo à “emancipação do povo escolhido”, salvo figura de linguagem, da superação da Questão Agrária por sua raiz, que era a diminuição da pobreza e das injustiças sociais no campo. Contudo, para o autor, as escolhas teóricas e ideológicas do MST, quais sejam, o althusserianismo estruturalista e o guevarismo foquista, contradizem a base de orientação da ação católica, da qual o próprio Movimento se originou. “No estruturalismo, a explicação materialista causal. No guevarismo foquista, a celebração do martírio e do profetismo voluntarista que tempera e “corrige” o mecanicismo antihistórico próprio da análise althusseriana”³¹³.

Ainda, para Martins, o MST que instrumentalizava as lutas sociais do campo, foi instrumentalizado pelo PT para que fizesse oposição ao governo de Fernando Henrique Cardoso e desmoralizasse a política de Reforma Agrária em curso, em meados da década de 90. No percurso, criou-se uma mistificação do Partido enquanto uma saída possível (talvez única) para a Questão Agrária e, como consequência, o messianismo de Luiz Inácio Lula da Silva, que consistiria num tipo de reavivamento do *sebastianismo*, ou seja, a crença naquele que seria a reencarnação do rei Dom Sebastião que voltaria para libertar o povo³¹⁴. A CPT, no entanto, que ainda tinha um projeto mais ou menos lúcido de retomar a “promessa” e de dar condições para que os trabalhadores rurais se libertassem e criassem condições de se desenvolverem ante a um capitalismo invasivo, foi deixada em segundo plano.

* * *

Especialmente sobre a Questão Agrária vivida no Governo de Fernando Henrique Cardoso, tanto os episódios de Corumbiara, como de Eldorados de Carajás, revela a herança de uma desordem com relação ao papel atribuído ao Estado na formulação da Reforma Agrária, destaca Martins. Essa desordem também podia ser

³¹³ Martins, 2003, p. 162.

³¹⁴ MARTINS, José de Souza. Lula reaviva sebastianismo, diz sociólogo José de Souza Martins. Entrevista concedida a Caio Caramico Soares. Folha de São Paulo, 2 de novembro de 2002b. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u42041.shtml>>. Acesso em: 10 abr. 2020.

observada no seio dos próprios demandantes da Reforma. Outros tipos de herança marcaram o governo de Fernando Henrique Cardoso, como: a) os aparatos legais e institucionais advindos do período de Ditadura³¹⁵, que pouco contribuíam para resolver os impasses no campo; b) o grande número de ocupações ocasionados por um “esquecimento” da Questão Agrária por parte do governo anterior; c) o afrouxamento na Constituição de 1988, sobre a definição de terra produtiva; d) a associação da Reforma Agrária ao convite à conflitividade³¹⁶, estabelecido pela Ditadura que, de um lado, propagava palavras de ordem sobre a necessidade de “tirar a reforma agrária do papel”, por outro lado, pouco fez de fato³¹⁷.

Na concepção de Martins, a estratégia de resolução da Questão Agrária no governo de Fernando Henrique Cardoso teve seu ápice com a escolha de Raul Jungmann para o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), já que era quem mais saberia reproduzir as reivindicações da Igreja Católica e, com efeito, da CPT, do MST e até mesmo do PT. Em uma entrevista recentemente concedida ao Instituto Humanitas Unisinos (IHU), Martins relembra que³¹⁸:

Primeiro, Jungmann foi às livrarias e comprou todos os livros sobre a Questão Agrária. Leu tudo e foi atrás dos autores que tratavam desse assunto. Ele me chamou em Brasília e queria que eu fosse seu assessor. Eu não tinha condições de ser assessor de governo, sobretudo devido a meus compromissos de ensino e pesquisa na Universidade de S. Paulo, mas poderia fazer sugestões. As sugestões que fiz foram as seguintes: “Você tem que ir às universidades onde

³¹⁵ Martins destaca, em outra publicação, que na Ditadura “[...] a política fundiária se cumpriu como exceção e não como regra, contraditoriamente combatendo o latifúndio nas áreas de tensão social e, ao mesmo tempo, gestando o latifúndio de empresa em novas regiões, o que simultaneamente produzia novas tensões. Enquanto fazia a reforma agrária tópica de cunho militar e repressivo, por razões de segurança nacional, o Estado atendia à demanda dos movimentos sociais locais, precários, surgidos na emergência de conflitos inesperados, e ao mesmo tempo reprimia, prendia e processava as lideranças e apoiadores desses movimentos. Um reconhecimento confuso de um fato histórico verdadeiro, o de que os agentes da luta política pela reforma agrária não eram necessariamente os mesmos que dela necessitavam” (MARTINS, 2000b, p. 271).

³¹⁶ Para Martins (2016), um dos pontos fortes do Governo de Fernando Henrique Cardoso foi a descriminalização da Reforma Agrária, colocando-a, ao contrário do que se viu na Ditadura, no âmbito da governabilidade.

³¹⁷ Martins, 2003.

³¹⁸ MARTINS, José de Souza. Os sociólogos distraídos e a invasão ideológica nas Ciências Sociais. Entrevista concedida a Patricia Fachin. Instituto Humanitas Unisinos, 2019. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/592388-os-sociologos-distraidos-e-a-invasao-ideologica-nas-ciencias-sociais-entrevista-especial-com-jose-de-souza-martins>>. Acesso em: 10 abr. 2020.

estão sendo feitas pesquisas sobre a Questão Agrária. Converse com os pesquisadores e procure se reunir com eles ou em Brasília ou em outro lugar ao menos uma vez por mês para avaliar o que você está fazendo". Ele fez isso: se reuniu em São Paulo, em Brasília, criou um órgão no governo, dirigido por um professor da USP, Juarez Brandão Lopes, para tratar desse assunto. Jungmann era a pessoa que mais entendia o MST e estava disposto a levar a diante a reforma agrária, como levou. Seu gesto mais ousado, nunca reivindicado por qualquer movimento pela reforma agrária, foi o de cobrar dos proprietários, os grande [sic] latifundiários da região amazônica, a apresentação dos documentos relativos à cadeia dominial das propriedades, isto é, foi atrás da legitimidade ou não do direito que invocavam sobre terras, não raro de posse legítima de índios e posseiros.

A atuação de Raul Jungmann³¹⁹ no governo de Fernando Henrique Cardoso subsidiaria parte da proposição teórica de Martins, ao final da década de 1990 e início dos anos 2000, especialmente no que se refere a conceber a Questão Agrária (palavras do autor) como, antes de mais nada, uma questão política. A chave estaria na política agrária do Governo de recuperar o controle sobre o território, haja vista que esse processo traz à tona uma classe dominante que tem interesse na propriedade fundiária como parte de um processo mais amplo de manutenção do clientelismo político e do coronelismo. Esse tipo de política agrária [branda] do Governo de Fernando Henrique Cardoso não convenceu os mediadores de esquerda (MST, CPT, PT), e a impossibilidade do diálogo fomentou o debate de Martins desde então.

* * *

Cabe ressaltar que a escolha de Martins, em meados da década 1990, pelo projeto de políticas fundiárias do então presidente Fernando Henrique Cardoso é uma escolha que, em alguma medida, será vista sob a ótica de uma política neoliberal mais ampla, conduzida pelo Governo. Esse aspecto é um dos fatores preponderantes na lógica de disputa ideológica que se travou entre Martins e grupos de esquerda. A disputa ideológica perpassa, em primeiro plano, sobre a forma da Reforma Agrária, e tem no aspecto da distribuição da terra *per si* a crítica mais contundente, haja vista

³¹⁹ Martins salienta que Raul Jungmann anulou parcialmente títulos de propriedade que correspondiam a mais de 93 milhões de hectares, dos quais, 60 milhões de hectares não conseguiram regularizar sua situação e tiveram seus documentos invalidados.

que para os setores de oposição ao governo apenas distribuir terra, muitas vezes improdutivas e fora dos grandes centros de escoamento de produção, não era suficiente. Era preciso dar condição aos assentados de produzir e comercializar.

As políticas preconizadas pelo governo Fernando Henrique Cardoso estavam direcionadas a um conjunto de reformas mais abrangentes, em um contexto de intensificação da abertura econômica e liberalização dos mercados, que já vinha acontecendo desde o governo anterior – Fernando Collor de Mello. Nesse sentido, a agenda de privatizações do Governo estava totalmente contrária às posições políticas do qual Martins fazia parte até então, sobretudo os segmentos progressistas ligados à Igreja. As reformas institucionais que o Governo entendia como fundamentais para colocar o país na esteira da estabilidade econômica eram pautas do ideário da coligação partidária responsável pela articulação da candidatura de Fernando Henrique Cardoso.

As condições de criação dos assentamentos estavam pautadas em um conjunto de indicadores que tinha como objetivo apontar terras improdutivas que não cumpriam sua função social, portanto, passíveis de serem assentadas. Contudo, o Governo começou a encontrar dificuldades de achar grandes extensões de terras nas regiões centrais e ao Sul do Brasil, fazendo com que as alternativas fossem projetadas em regiões ao Norte, sobretudo no Maranhão e no Pará. Esse fato foi um dos pontos de inflexão entre o Governo e o MST, haja vista que boa parte dos acampamentos e, por consequência, da atuação do Movimento estava concentrada no Sul e no Nordeste. Assim, o que foi oferecido às famílias eram regiões de estrutura precárias, solos ruins com pouca condição de produção e escoamento. Esse processo incorreu num esvaziamento de assentamentos, com a venda e o abandono dos lotes de terras.

Do ponto de vista econômico, ocorreram também diversas controvérsias, sobretudo no que dizia respeito à pouca (ou insuficiente) produção de alimentos, em virtude da quantidade de terras desapropriadas. A escassa evidência estatística e empírica da produção agrícola e pecuária dos assentamentos colocou em disputa as visões sobre a peripécia das políticas fundiárias do governo Fernando Henrique Cardoso. Se, de um lado, havia a noção de uma boa quantidade de assentamentos produtivos no Sul do país, no Norte, principalmente, a visão era do abandono quase que total.

Importa ressaltar, também, que o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), criado durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, foi uma importante política pública para amenizar algumas facetas da questão agrária vigente à época. Porém, o seu efeito teve maior proficuidade na dinamização da produtividade e na integração de mercados em propriedades rurais das regiões mais ao sul do Brasil, ou seja, em estados que tinham federações de trabalhadores rurais mais ativos e organizados, com capacidade de captar mais projetos e recursos. Do ponto de vista do crescente incentivo à agricultura familiar, de um lado, ocorria um intenso processo de modernização das grandes propriedades rurais, por outro lado. Além do processo de concentração fundiária vivenciado no país, ficava evidente, cada vez mais, a concentração de riqueza em um círculo muito pequeno de grandes fazendeiros. Essa elite agrária, que fazia oposição ideológica aos movimentos de esquerda do campo, era a mesma que ajudou a eleger Fernando Henrique Cardoso.

CAPÍTULO VI - QUANDO O DIÁLOGO SE TORNA IMPOSSÍVEL

6.1 Problemas da mediação social pós-século XXI

No final da década de 1990 e no início dos anos 2000, Martins lança o livro *Reforma Agrária: o impossível diálogo* que traria não apenas uma reformulação de velhas críticas aos significados e práticas da Reforma Agrária, mas também novas colocações sobre os problemas que incidiriam sobre o mundo rural, sobretudo na relação entre os mediadores sociais e os trabalhadores rurais. Martins chama atenção para o tempo histórico da Reforma Agrária, ou, num sentido mais amplo, a Questão Agrária tem sua própria temporalidade, “[...] que não é o ‘tempo’ de um governo”. Para além de uma história linear, “[...] em diferentes sociedades, e na nossa também, surge em circunstâncias históricas determinadas e passa integrar o elenco de contradições, dilemas e tensões que mediatizam a dinâmica social e, nela, a dinâmica política”³²⁰.

À luz da temporalidade histórica, para Martins, no momento pelo qual o Brasil vivia, a Questão Agrária se tornava uma das fontes imediatas dos problemas sociais, mas não a única fonte imediata. Segundo o autor, “[...] este não tem se mostrado como o momento histórico de uma Reforma Agrária que ponha radicalmente em questão as origens das nossas injustiças sociais e que propicie uma revisão radical dos nossos rumos históricos”. Essas colocações teóricas propostas por Martins mostram uma orientação contrária ao MST, à CPT e aos movimentos populares aliados³²¹. Nesse aspecto, para Martins, haveria um agravamento, pois, a virada do século indicava uma inversão na relação entre sociedade civil e Estado, no sentido de que os movimentos populares perderam seu poder de combatividade e de contraposição ao Estado. Isso confirmaria um estado de anomia por parte dos movimentos populares reivindicantes de Reforma Agrária, desencontrada do tempo histórico, isto, pois, “[...] suas

³²⁰ MARTINS, José de Souza. Reforma Agrária o impossível diálogo sobre a História possível. Tempo Social, São Paulo, v. 11, n. 2, 1999, p. 2-9.

³²¹ Martins, de um modo um tanto quanto emblemático, coloca que o MST, oriundo do hibridismo político da classe média, reivindica seus projetos particulares de classe, e a CPT, oriunda da Teologia da Libertação, luta pelos pobres teológicos, que não são, segundo ele, o mesmo que os pobres sociológicos.

referências ideológicas não correspondem à circunstância histórica nem às possibilidades de intervenções transformadoras que nela se abrem”³²².

Na concepção de Martins, naquele momento, a luta pela forma da Reforma Agrária se configurava em uma luta ideológica, materializada pelos embates de ideias, visões de mundo e diferentes interpretações históricas, ou seja, “[...] a luta ideológica engoliu a luta pela Reforma Agrária”. De certo modo, remetendo-se à crítica clássica à esquerda leninista dos anos 1980, Martins ressalta que isso acontece em razão de os mediadores sociais (agentes pastorais, movimentos sociais, sindicatos, entre outros) comporem a classe média urbana, estando aquém da realidade social do campo.³²³ Na visão de Martins,

Mesmo nos meios acadêmicos, intérpretes tardios, desinformados e estranhos ao tema e à área, com a afoita sede de quem chegou fora de hora, lançam-se no que chamam de “sociologia militante” na esperança de participar de um confronto que poderá “fazer história”. Misturam ciência e ideologia, marxismo panfletário, senso comum e descabidas raivas pessoais. Prestam um grave desserviço aos próprios trabalhadores rurais que, não raro arriscando a vida, optam pelo enfrentamento e pelas ocupações como última alternativa para sair da pobreza e viver com dignidade³²⁴.

De forma bastante específica, Martins critica veementemente a categoria dos sem-terra, que, segundo ele, não são os verdadeiros demandantes e protagonistas da Reforma Agrária. Para o autor, a luta dos sem-terra é imediata e limitada, tendo em vista a dimensão histórica e política da Questão Agrária brasileira. A complexidade da Questão Agrária coloca as estratégias do MST, da CPT e do Governo Federal apenas como algumas das inúmeras possibilidades de pensar a Reforma Agrária no Brasil.

Para Martins, uma das principais possibilidades advém dos mecanismos de o Estado recuperar o senhorio da terra, o que é, segundo ele, um dos principais entraves para melhor distribuição de terras no Brasil, o que concederia os sentidos da Reforma

³²² MARTINS, José de Souza. As mudanças nas relações entre a sociedade e o Estado e a tendência à anomia nos movimentos sociais e nas organizações populares. Estudos Avançados, São Paulo, v. 14, n. 38, 2000b.

³²³ Martins, 2000, p. 40.

³²⁴ Ibidem, p. 2.

Agrária. “O tempo da Questão Agrária é o tempo longo dos bloqueios, dificuldades e possibilidade a que o Estado faça uma revisão agrária de alcance histórico e estrutural, mais contida ou mais ousada”³²⁵. É principalmente nesse ponto que Martins se diverge exponencialmente do MST e dos agentes pastorais da CPT. Para ele, “[...] a regularização fundiária no Brasil é, na maioria dos casos, legítimo ato de Reforma Agrária. Apenas quem não conhece a realidade social do campo pode supor que a regularização é mero ato administrativo sem maior alcance”. Portanto, deixar de lado os diversos processos de resistência dos posseiros contra a expulsão violenta da terra, a fim de beneficiar grileiros e grandes latifundiários, desqualifica qualquer análise hipoteticamente crítica de uma Reforma Agrária em andamento. Em outras palavras, para Martins, a regularização fundiária no país consiste em um ato legítimo de Reforma Agrária, pois impõe limites ao processo expropriatório violento que contribui para concentração fundiária no país.

Assim, a estratégia governamental na época, segundo Martins, consistia em encontrar caminhos possíveis para estocagem de terras passíveis de Reforma Agrária. As alternativas variavam entre desapropriações; compras no leilão que contribuiriam para queda do preço a ser pago; Imposto Territorial Rural, que também poderia contribuir para diminuição de preços advindos da especulação rural; pagamento de débito a agências do governo; ou terras confiscadas pela Polícia Federal, como é caso daquelas em que se encontrava plantações ilegais (maconha).

Em outro ponto, haveria na visão de Martins, um desencontro na percepção do MST e de seus aliados sobre os significados de um assentamento. Para esses mediadores rurais, o assentamento rural não constituía a Reforma Agrária preconizada pelos trabalhadores rurais. Todavia, Martins afirma que o assentamento, sendo um tipo de redistribuição de terra, consiste na essência de qualquer tipo de Reforma Agrária. Por isso, “[...] Reforma Agrária é todo ato tendente a desconcentrar a propriedade da terra quando esta representa ou cria um impasse histórico ao desenvolvimento social baseado nos interesses pactados da sociedade”. Além disso, à época, existia um desvirtuamento sobre os números de assentamentos da Reforma Agrária, pois, quando o Estado contabilizava os registros em que a família se

³²⁵ Ibidem, p. 92.

cadastro para receber um título de propriedade da terra inflacionava os números reais, ludibriando o êxito governamental. Se, de um lado, a diversidade de situações problemáticas espalhadas pelo Brasil pediam uma ação concreta de políticas fundiárias por parte do Estado, por outro lado, o MST e a Igreja deveriam melhorar “seus números” no âmbito de atuação junto aos trabalhadores rurais, pois se colocavam de forma desigual e insuficiente, afirma Martins³²⁶.

As críticas de Martins também iam em direção à Contag, que, por sua vez, apresentava números irreais no que se referia aos demandantes de Reforma Agrária. Ao contar mais de uma vez categorias como número de assalariados, de posseiros, de arrendatários, de parceiros e de proprietários minifundistas, sem levar em conta a rotatividade da mão de obra, os números chegavam a 4,5 milhões de famílias. Contudo, na visão de Martins, as demandantes eram aquelas acampadas (em torno de 60 mil sem-terra, à época, números reais do próprio MST) nas ocupações que se identificavam explicitamente com a causa. Isso não significava que o problema agrário se limitava às famílias acampadas, mas, de alguma maneira, dizia sobre os casos mais urgentes de demanda por Reforma Agrária.

Martins avança na crítica ao MST. Para ele, o Movimento faz parte de um conjunto de movimentos sociais que se tornaram “[...] organizações, não raros agressivas, autoritárias e intolerantes, com burocracia própria, bloqueando o espaço para novos e autênticos movimentos sociais”³²⁷. Destarte, para Martins, haveria durabilidade curta dos movimentos sociais e uma conversão rápida em organizações o que explicaria, com efeito, uma “[...] dinâmica redutiva, que não cobra da ideologia a necessidade de sua verificação contínua na práxis”. Portanto, uma concepção ideológica que se mantém na contramão da práxis refletida pela dimensão conformista dos processos sociais³²⁸.

Se, de um lado, Martins reconhece a importância do MST e da CPT enquanto idealizadores da inclusão do tema da Reforma Agrária na agenda política do Estado brasileiro, e não como apenas um problema residual, por outro lado, faz alusões críticas ao que se refere à relação entre autonomia dos movimentos sociais e sua

³²⁶ Martins, 1999, p. 12.

³²⁷ Idem, 2000, p. 79.

³²⁸ Idem, 1999, p. 27.

direção “ideologizada”. Na contramão de outros pensadores, ideologia e movimentos sociais, na visão de Martins, não se coadunam. Há de considerar que essa ideia de direção “ideologizada” tem vínculo estrito com quem produz conhecimento para esses movimentos (muitas das vezes, fala por eles), ou seja, os intelectuais orgânicos³²⁹. E a estes Martins também tece críticas.

Segundo Martins, os intelectuais orgânicos envolvidos com a temática da Reforma Agrária partidarizam suas visões sobre o problema que se coloca a partir de sua própria inserção de classe, constituindo-se, assim, uma barreira para entender os confrontos da época. Martins acentua as críticas quando diz que “[...] estão empenhados em criar um senso comum que promove radical revisão da história da sociedade brasileira com o objetivo de legitimar a luta política de que participam”. E, com o intuito de legitimar a luta pela Reforma Agrária, extraem o sentido oposto³³⁰.

Em suma, o diálogo se torna impossível quando não há uma conversão entre estratégias dos movimentos populares, do Estado e dos trabalhadores rurais, principais demandantes da Reforma Agrária. O MST e a CPT lutam por uma Reforma Agrária que atinja as causas históricas dos problemas sociais do campo, embora, para Martins, não houvesse à época uma estratégia clara que promovesse uma saída política no marco da lei e da ordem. Isso seria possível se elessem um presidente aliado à bandeira da luta pela Reforma Agrária (o que será analisado posteriormente), pois é preciso ter poder de barganha em uma pauta que envolve questões nacionais, suprapartidárias, tal como foi a abolição da escravatura. A eleição presidencial do Partido dos Trabalhadores seria parte da esperança lançada pelos movimentos populares, mas o curso da questão não foi tal como esperado. Assim, abriram-se novas questões sobre o papel do MST e da CPT em um cenário novo, em uma nova Estrutura de Oportunidades Políticas³³¹. Todavia, Martins reitera que a resolução da

³²⁹ O conceito de intelectual orgânico, criado por Antonio Gramsci, diz respeito a um tipo de intelectual ou estudioso que se mantém vinculado à sua classe de origem, isto é, sua produção está vinculada a determinados projetos ideológicos dos grupos sociais aos quais ele mantém ligação.

³³⁰ Martins, 1999, p. 15.

³³¹ O conceito de Estrutura de Oportunidades Políticas (EOP) é derivado da Sociologia dos Movimentos Sociais, especialmente, da Teoria do Processo Político (TPP). Um dos principais divulgadores do conceito de EOP, como elemento facilitador ou repressor dos protestos políticos, está nos estudos do sociólogo e cientista político estadunidense Sidney Tarrow. Esse autor é enfático ao criticar o fato de que, para muitos estudiosos, o confronto político é

Questão Agrária estava pautada na retomada do território por parte do Governo brasileiro, e é nessa preposição que se davam os elementos de uma Reforma Agrária profícua, que atendesse a real necessidade dos trabalhadores rurais.

fruto de privações sofridas por sujeitos em uma sociedade em desorganização. A análise histórica do surgimento de organizações populares nos remeteria para além da expressão de mentalidades de multidão, da anomia e da privação de bens ou recursos, isto é, haveria um conjunto de acontecimentos políticos que variam no tempo e no espaço, que dariam diferentes níveis e tipos de oportunidades nos quais os sujeitos se deparam, escolhendo agir coletivamente em prol de sua liberdade de ação e contra ameaças a seus interesses (FONSECA, 2016).

6.2 Fim da “promessa” e a atuação do PT

Martins dedica ao PT bastante tempo de crítica em suas publicações, que se acirram em meados da década de 1990, quando ainda era um partido antagônico ao poder vigente. Depois, na passagem para o século XXI, o autor reúne grande esforço em uma apreciação específica ao Partido, que culminou, no ano de 2016, no livro intitulado *Do PT das lutas sociais ao PT do poder*. Foi também uma de suas últimas obras dedicadas ao tema do mundo rural, ainda que não seja o ponto central do livro. Há de salientar que Martins, nesse período, diminuiu bastante sua produção acerca da Questão Agrária, o que, na verdade, já vinha acontecendo paulatinamente. Sua última obra dedicada integralmente à temática é do ano 2000. As circunstâncias dessa mudança, já apontadas neste estudo, se somadas ao interesse por outros temas da vida urbana, da sociologia do cotidiano, além da paixão crescente pela sociologia da imagem e obras (semi)autobiográficas³³².

Segundo Martins, o PT está entre os últimos partidos de grande expressão ainda fundamentado no quadro de polarização capitalismo-comunismo, advindo dos tempos da Guerra Fria. Contudo, o agravante está na própria definição por parte do Partido, o que viria a ser instaurado nas circunstâncias políticas como a ‘direita’ a ser combatida. “É por aí que se entende que o PT tenha inventado sua própria “direita” para continuar decifrando a política no marco obsoleto da Guerra Fria, historicamente superada: definiu como ‘de direita’ todos os partidos e todas as pessoas que não estivessem alinhados com o petismo”³³³. O erro estaria na incompreensão de que a política em curso não se concretizou nessa dualidade³³⁴, tendo em vista que a esquerda, por vezes, agiu como direita, e a direita, não raro, intentou práticas da esquerda. O autor está provavelmente fazendo uma assimilação a “demonização” de

³³² Navarro, 2018.

³³³ Idem, 2016, l. 134.

³³⁴ Não encontramos nas obras de Martins (o que não significa inexistência) uma definição direta do que ele considera como “esquerda” e “direita” do ponto de vista político, mas, segundo o autor, em uma entrevista concedida à *Veja*, o próprio PT foi responsável por dividir o Brasil e agravar a polarização de quem antes, sob a perspectiva do senso comum, não se colocava como parte de nenhum dos dois lados (MARTINS, 2018b). Acreditamos que, tomando como referência as proposições teóricas do autor ao longo de suas publicações, a idealização das terminologias se aproximam do que pode ser encontrado na obra do italiano Norberto Bobbio (2011). Desse ponto de vista, a direita consistira na defesa pela liberdade individual, e a esquerda, a luta pela justiça social.

Fernando Henrique Cardoso, encabeçada pelo PT, que não contribuiu para firmar um diálogo com as políticas de Reforma Agrária projetadas pelo governo anterior³³⁵.

Martins analisa o PT na perspectiva da transformação a partir do momento em que “assume o poder”, o que na verdade constitui um discurso retórico, pois, como qualquer outro partido de base popular, não teria condições reais de controlar o poder. Inebriado, torna-se submisso a ele. Em outras palavras, o PT foi transformado pela necessidade do exercício do poder, fator com o qual o Partido não soube lidar. Essa transformação também se estende ao presidente, pelo qual, Martins demonstra relevante admiração. De Lula, homem do povo dotado de uma sensibilidade para as causas sociais, a Luiz Inácio, chefe do Poder Executivo, que precisa lidar com esse poder que manipula as vias da política e submete às vontades e crenças pessoais.

Contudo, Martins considera que Lula entendeu a política melhor do que o PT. Diferentemente do Partido, Lula soube usar o “populismo” a seu favor, era mais interativo, sabia interpretar e agir conforme a expectativa de seu eleitorado. Dada as características de ex-liderança sindical e apoiado por parte da Igreja Católica (apesar de não *comme il faut*), além, é claro, de dominar a retórica como ninguém, fazia de Lula um presidente mais próximo ao povo, assemelhando-se a uma espécie de “getulismo” dos tempos recentes, apesar da recusa dessa terminologia pelo Partido. “Lula representa o renascimento de muitas proposições do getulismo, especialmente no seu antagonismo ao PSDB e ao presidente Fernando Henrique Cardoso, que se propôs a encerrar a era Vargas”. Mas a verdade era que Lula, o “presidente companheiro” iria, juntamente com o Partido lidar com as crises que ele mesmo ajudou a fomentar, já que o único companheiro do presidente é o poder³³⁶.

Ao olhar para a origem e os propósitos iniciais do Partido, a crise que se estabeleceu, com grande influência das manifestações apartidárias³³⁷ de 2013, estava

³³⁵ Martins, 2003.

³³⁶ Idem, 2002b, p.4.

³³⁷ O termo “manifestações apartidárias”, utilizado por Martins, não se revela livre de conotação ideológica, tal como pôde ser observado no desenrolar da trama. E tão pouco podem ser consideradas apartidárias, à medida que sai das reivindicações encabeçadas pelo Movimento Passe Livre (MPL), contra o aumento dos preços de transporte público e se generaliza em um escopo amplo de manifestação nacional. O que se observou, na verdade, é uma pluralidade de concepções dentro das manifestações que resultou em expressões verbais como: partidarismo, apartidarismo e antipartidarismo (SCHERER-WARREN, 2014).

nos descaminhos escolhidos, conforme aponta Martins. Com o fim do dualismo EUA x União Soviética, abriu-se brecha para uma importante fragmentação da esquerda, na qual ocorreu a infiltração da religião no esquerdismo, e o contrário também é notado. Não é possível compreender a história de lutas na América Latina sem compreender também essa transformação/junção entre religiosidade e política. O PT nasceu justamente desse processo. Na verdade, “[...] foi o único partido político brasileiro a se propor como mediação e elo dessa diversidade frequentemente desencontrada”³³⁸.

Nesse sentido, Martins aponta três fatores que, combinados, levaram o PT a esse descompasso, que marca a história e o destino de sua crise conjuntural. O primeiro consiste na pedagogia do baixo clero, que, na visão de Martins, embora não reconheçam, esboçam como orientação do Partido valores tradicionais, tais como: a família, a propriedade privada para os pobres, a agricultura familiar (em contraposição ao moderno agronegócio), o profetismo, a religiosidade etc. Por isso, no bojo das transformações sociais, implicaria o retorno ao tempo místico, da fartura, da “Terra de Trabalho”. O problema estaria em gerar uma expectativa desencontrada das possibilidades históricas objetivas e possíveis. Portanto, à luz do que se revelou,

A opção utópica e profética que os alimentava na política, e alimentava seus doutrinados e seguidores, foi radicalmente negada numa opção preferencial pelos pobres que se revelou, substancialmente, pretexto para a opção preferencial pelo poder e por aquilo que o poder possibilita³³⁹.

Assim, a categoria de “pobres” mobilizada no contexto de apropriação do “PT do poder”, pós anos 2000, difere-se daquela descrita em uma obra mais antiga de Martins, *A militarização da Questão Agrária no Brasil: terra e poder, o problema da terra na crise política*³⁴⁰, exposta em seções anteriores neste trabalho. Agora, na concepção do autor, a categoria tem servido como propulsor da dualidade “ricos x pobres”, que é uma outra versão do “nós x eles” ou “direita x esquerda”. O que não foi compreendido, conforme Martins (ou omitido por intenção, hipótese mais provável), é

³³⁸ Martins, 2016, l. 162.

³³⁹ Ibidem, l. 182.

³⁴⁰ Martins, 1984.

que existem ricos de esquerda e pobres de direita e o poder econômico que por vezes subjuga o poder político pode manifestar-se em qualquer denominação partidária, tal como pode ser vista na relação entre o PT e as grandes corporações privadas (empreiteiras, mineradoras, consórcios de energia etc.).

O segundo fator da crise, apontado por Martins, está no fato de os grupos que de fato detêm o poder, nomeadamente as classes dominantes, não estavam preocupados com a retomada da necessidade histórica de fazer as reformas sociais e políticas. Apenas enxergavam no Partido mais um credenciado a receber propinas e subornos para manutenção do curso normal do *establishment*. Há, ainda, outra face desse processo, o qual Martins chama de “corrupção altruísta” ou “corrupção cívica”, cometida por aqueles que normalizam a prática a fim de reverter os “ganhos” aos pobres, na justificativa de corrigir os rumos históricos de uma sociedade altamente excludente e elitizada.

A última parte do quebra-cabeça da crise foi assinalada por Martins como “o poder invisível da trama política e do jogo político”, que instrui as ações de conquista do poder pelo poder, independente dos encontros e desencontros de interesses entre os movimentos populares subjugados e os grupos de interesse do sistema econômico. Desse modo, o “[...] terceiro fator cimeta num bloco de poder a mediocridade das ambições desmedidas, da falta de lucidez política e da falta de um projeto de nação”³⁴¹.

* * *

O PT, dada sua origem e trajetória, que em grande medida se confunde com a própria trajetória da Igreja Católica progressista, fez parte da “promessa” contida no documento *Igreja e problemas da terra*, mesmo que de forma indireta. Mas pouco se viu do esforço do Partido em buscar um projeto de emancipação do trabalhador rural, pós-eleição presidencial. Cabe destacar, entretanto, que a conjuntura da “promessa” é relativamente diferente da que se consolidou quando o PT ascendeu ao poder. Isso não quer dizer, tal como alguns autores afirmam, que não existia uma Questão Agrária visível.

³⁴¹ Martins, 2016, l. 257.

O imaginário que se projetou em torno do messianismo e do sebastianismo da figura de Lula também não ajudou, pois não foi possível entender que o Partido do poder não era mais o Partido da oposição. “Esse messianismo ideológico dessacraliza a mística dos movimentos populares e corrói o carisma de suas lideranças. Destrói, portanto, a utopia que eles encerram e vai deixando, assim, de ser a referência crítica que renova e fundamenta a práxis”³⁴². Ainda segundo Martins, “[...] diversamente do que entenderam grupos populares tutelados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) e pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), duas decisivas referências da vitalidade do partido, o PT não recebeu o mandato de refazer a história do Brasil [...]”³⁴³ tal como em uma profecia.

Ao analisar o primeiro ano do PT à frente do Executivo federal, Martins expõe preocupação com a descontinuidade da política de Reforma Agrária do governo de Fernando Henrique Cardoso. Ademais, o autor demarca uma diferença entre os dois governos que inviabilizaria uma política agrária consistente, livre dos interesses políticos das oligarquias. O PT, ao retomar o clientelismo e as trocas de favores, negociando posições políticas importantes diretamente ligadas às políticas fundiárias em detrimento da escolha dos funcionários de carreira, recua no percurso de retomada do senhorio da terra³⁴⁴.

A posição suprapartidária de Fernando Henrique Cardoso, na visão de Martins, foi um dos pontos fortes das políticas de Reforma Agrária ao longo da história republicana brasileira, pouco reconhecida, afirma. Por isso, a “[...] criação de um Ministério Extraordinário da Reforma Agrária, separado e independente do Ministério da Agricultura, constituiu-se, de fato, na criação de um gestor político autônomo da função social da propriedade que se sobrepõe ao gestor técnico da partição da terra, que é o Incra”³⁴⁵. Lula foi na contramão desse processo ao nomear um gestor para o Incra do *roll* político, logo no início de seu mandato, esvaziando as funções do Ministério e colocando as políticas agrárias submetidas às forças atuantes do jogo de poder.

³⁴² Martins, 2000b, p. 278.

³⁴³ Martins, 2016, l. 196.

³⁴⁴ Idem, 2003.

³⁴⁵ Ibidem, p. 171.

Ainda, as preocupações de Martins em relação aos primeiros passos do PT no poder iam no sentido de estabelecer a paz no campo, para além das preocupações eleitorais do Partido. O Governo anterior teve o mérito de retirar a Reforma Agrária da cena meramente conflitiva, da luta de classes, e incluí-la na pauta das políticas sociais necessárias para corrigir as injustiças sociais que assolavam o campo brasileiro. Desse modo, o importante era que o PT agisse nesse sentido, de colocar a Questão Agrária no âmbito das políticas públicas de estado, independente das discordâncias com o Governo anterior. Além disso, para Martins, a manutenção da política de Reforma Agrária na agenda pública passava pela crítica às ocupações de terras dos movimentos sociais da época, práticas comuns no repertório de ação do MST. Segundo o autor, as ações deveriam respeitar o direito de propriedade que era parte inerente ao pacto social que regia a política brasileira. Sem isso, não haveria paz³⁴⁶.

Martins destaca também o fato de que manter o diálogo com os “inimigos” da Reforma Agrária, à época, ainda era o melhor caminho para paz. Inimigos estes que foram representados historicamente por aqueles que sempre se beneficiaram da Lei de Terras de 1950, a partir da apropriação indevida das terras públicas pelo processo de grilagem, principalmente. Outros inimigos seriam os próprios aliados do Partido, que buscavam na incoerência da mudança estrutural, radical e profunda, o que não é (e nunca será) consenso no debate público, estando alheio ao amplo diálogo e às vias legais e passíveis de implementação³⁴⁷.

Já pelo fim do primeiro mandato, Martins ressalta algumas figuras importantes que deixaram o Partido, inconformados com os rumos tomados, muito diferente do messianismo outrora esperado³⁴⁸. Resultado do que já vinha acontecendo e espelhado pelo chefe de Estado que, ora acendia uma vela para Deus, ora para o diabo. Dos que se deram conta das fragilidades e inconsistências do Governo, vários demoraram a tomar uma decisão. “É especialmente o caso dos diferentes grupos de

³⁴⁶ MARTINS, José de Souza. O risco da mixórdia agrária. Folha de São Paulo, São Paulo, 15 de abril de 2003b.

³⁴⁷ Martins, 1999; 2003b; 2016.

³⁴⁸ Ao longo do mandato petista, Martins destaca em artigos publicados no jornal Estado de São Paulo diversas figuras importantes que saíram do partido. Mas, em 2014, ele tem um artigo dedicado especialmente à saída de Marina Silva, em 2009, que se tornaria candidata à presidência do Brasil. Na visão de Martins, foi uma das maiores perdas do Partido, pois era quem mais personificava a figura residual de Lula (MARTINS, 2016).

organização política mobilizados pela militância católica, como o MST. A alocação de postos secundários, decorativos e irrelevantes no governo a representantes da facção religiosa do partido foi a forma oportunista de vetá-los”³⁴⁹.

Daí decorre outra questão já prevista por Martins anteriormente. Não só a ocupação de cargos por parte de membros do MST inviabiliza a razão de existência do Movimento³⁵⁰, mas a própria eleição do PT *per si*, já que o primeiro tem em sua trajetória o antagonismo ao poder, ou a quem nele está,

[...] o MST tem como problema fundamental o fato de que perde a função política com a eleição de Lula. Em grande parte, a enorme contribuição do MST à ascensão do PT e de Lula consistiu em manter as demandas populares do campo além de seus verdadeiros limites, o que resultou numa imagem negativa do governo. As passeatas, invasões e acampamentos reforçavam continuamente a imagem dessa espécie de déficit falso de política social. Por mais que o governo fizesse, sempre era insuficiente. Com a eleição de Lula, já não poderá manter a mesma luta ou, ao menos, não poderá mantê-la com as mesmas características e a mesma intensidade³⁵¹.

Naquele momento, ao final do primeiro mandato, a crise do Partido era também a crise da ala católica do Partido, afirma Martins, dividida entre os que se propunham unicamente à resolução ética das questões sociais e os que se propunham a ação política, a qualquer custo. O fundamentalismo religioso em sua essência não foi capaz de compreender a força invisível que incide sobre a ética, que conduz ao poder. Transforma o profético em profano e estabelece um campo de interseção difícil entre a religiosidade e política. “A crise entre os católicos que se identificam com o PT e o PT e seu governo é antes de tudo uma crise de compreensão do que é propriamente o processo político e seus mistérios”³⁵². Para Martins, embora muitos daqueles que saíram falassem em traição, a política só seguiu seu curso normal de evolução e de subjugação ao poder vigente, que nem sempre é o poder do Partido.

Posteriormente, em um pequeno artigo intitulado *A reforma agrária bifocal*, Martins ressalta a existência de 89 entidades, segundo a Universidade Estadual

³⁴⁹ Martins, 2016, l. 1621.

³⁵⁰ Idem, 1999; 2000.

³⁵¹ Idem, 2002b, p. 3.

³⁵² Idem, 2016, l. 1662.

Paulista (UNESP), demandantes de um projeto popular de Reforma Agrária, em pleno segundo mandato do governo Lula. Na visão de Martins, daí deriva duas possibilidades explicativas que se comportam de forma contraditória nos anos 2000³⁵³:

Estamos em face de um curioso fenômeno histórico e político, raro, senão único, na história das lutas agrárias que acompanharam a crise do antigo regime e o nascimento e expansão do capitalismo nos últimos dois séculos. É o da lentidão e da demora na suposta desagregação da velha ordem latifundista e na superação de suas sobrevivências, entre nós. Porque reforma agrária é isso: a remoção e superação dos arcaísmos que na tradição fundiária travam o desenvolvimento da economia moderna. Ou, então, nosso impasse agrário é de outra natureza, de mera disputa de interesses partidários, o que se pode suspeitar com base na proliferação de agentes de reivindicação, sem a coerência ideológica que nos diga que estamos, de fato, em face de um impasse histórico. Não é a história que está em jogo e sim o poder.

No artigo de opinião *Nas urnas, o confronto de mentalidades*³⁵⁴, descontente com a não renovação política através da eleição de Dilma Rousseff, Martins faz um balanço da desastrosa (des)política agrária de Lula. Se deixou a desejar na descontinuação do projeto de Reforma Agrária do Governo anterior, demonstrou também insuficiência na demarcação de terras indígenas que, embora num contexto mais específico, expressa uma das faces da Questão Agrária brasileira. Além do mais, o balanço de sete anos do que ficou conhecido como *lulismo* foi acentuado pela saída de diversos aliados do Partido ou que, fora dele, não mais alegavam apoio. O autor também aponta no PT o *bifrontismo* como garantia para reeleição do Partido, isto é, a depender das circunstâncias e dos interesses em jogo poderia projetar-se como um partido de esquerda ou direita. Nesse contexto, a personificação do Bolsa Família e a institucionalização da pobreza também foram importantes instrumentos de manutenção do *status quo*.

Martins retoma em 2013 o tema da Questão Agrária em um importante episódio: a rejeição de um documento por parte da CNBB relativo à Reforma Agrária

³⁵³ MARTINS, José de Souza. A reforma agrária bifocal. *Política Democrática*, Brasília, v. 24, 2009, p. 87.

³⁵⁴ MARTINS, José de Souza. *Nas urnas, o confronto de mentalidades*. O Estado São Paulo, 27 de dezembro de 2009b.

e a alguns movimentos sociais envolvidos, o que reafirmaria a crise já apontada pelo autor em publicações passadas. Seria a solidificação de dúvidas por parte da Igreja sobre as possibilidades reais, “a essa altura”, de envolvimento com a Questão Agrária. Na recusa de assinar o documento que teria características de um “manifesto político” com conotações socialistas e parciais, a CNBB revela, além de outras coisas, discordâncias entre os bispos, afastamento do MST e descontentamento com os rumos da política agrária petista. Nesse sentido, decorre diferentes pontos de vista sobre o próprio conceito de latifúndio, influenciando, com efeito, na orientação teórica sobre a Reforma Agrária. A CNBB quis reduzir o conceito no intuito de penalizar menos os envolvidos. Os ativistas católicos ligados ao MST e à CPT, por outro lado, queriam ampliar o conceito, amplificando, com isso, a militância pela Reforma. O PT, por sua vez, quis restringir, mas não pelos mesmos motivos da CNBB. A finalidade do Partido era assegurar as alianças políticas forjadas no jogo político³⁵⁵.

Nesse contexto, os atores que tutelaram o tema da Reforma Agrária, no sentido mais amplo, especialmente o MST, não se diferenciaram muito do exposto na conjuntura do governo anterior, de Fernando Henrique Cardoso. O MST fez oposição ao governo petista, porém não caminhou na direção da “promessa” feita na década de 1980 pela Igreja. Daí fica uma dúvida, que é nossa e não de Martins, de qual momento da história o MST procurou caminhar nesse sentido. Embora tenha nascido do ‘útero’ da Igreja, cresceu e caminhou com suas próprias pernas, mais até do que o PT, acreditamos. Apesar da oposição que fez contra o “PT do poder”, para Martins, ideologicamente comportou-se tal como na década de 1990 após a nacionalização do Movimento. Não obstante, caminhava no vulto da anomia³⁵⁶, assim como outros movimentos populares que subverteram seu papel transformador frente à sociedade.

A Igreja, por vezes representada pela CNBB, na maioria das vezes, pela CPT³⁵⁷, também se encontrou acuada durante a gestão petista. Ao longo de sua história, a CPT, mais do que qualquer outro grupo ou partido de esquerda, atuou verdadeiramente para colocar o campesinato na cena política, reconhece Martins. Não obstante, na esteira da contradição, por ter sido uma das responsáveis pela

³⁵⁵ Martins, 2016.

³⁵⁶ Martins, 2000b.

³⁵⁷ Caso seja possível separar esses atores.

eleição de Lula (e indiretamente, de Dilma Rousseff), agora, cobraria do Governo o que, anteriormente, apenas o PT poderia cumprir caso chegasse ao poder. Martins acusa importantes figuras da Igreja que trocaram a missão profética pelas portas abertas do Planalto Central na suposição de que “[...] se não emancipa o povo politicamente, ao menos enche-lhe o prato de arroz e feijão, mesmo que com o tempero insosso do neopopulismo, a face explícita do neoliberalismo petista”³⁵⁸.

³⁵⁸ Martins, 2016, l. 1.710.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atualização da minha interpretação da Questão Agrária já está feita, porque a Questão Agrária não se modificou depois disso, ela parou ali, isto é, houve uma derrota clara das lutas populares, uma acomodação e, portanto, nenhuma novidade aconteceu depois disso³⁵⁹.

O problema que se colocou como ponto de partida neste trabalho teve como principal expoente o sociólogo José de Souza Martins, que é tido como um dos autores mais influente (e polêmico) da sociologia rural brasileira, sobretudo no que concerne ao registro da Questão Agrária. Durante sua trajetória enquanto assessor da CPT, pesquisador e professor da USP, posicionou-se de diferentes formas quanto as bases conceituais e práticas da Reforma Agrária, colocando-se, por vezes, em situação de oposição a diversos mediadores sociais, entre os quais o MST. Desde 1970, Martins se dedica aos estudos acerca da vida social rural, tendo em seu legado mais de 900 publicações entre artigos, livros, contribuições em obras coletivas e matérias de jornais, uma produtividade intelectual invejável. Embora seja amplamente citado em estudos do processo agrário brasileiro, Martins coleciona uma diversidade muita ampla de temas trabalhados em sua carreira, a exemplo da temática do linchamento urbano, da vida cotidiana e da sociologia da imagem.

A Questão Agrária em Martins é fundamentalmente marcada pela herança dos trabalhos de Florestan Fernandes, nos quais, em termos gerais, propõe uma tese de que só conseguiremos entender o capitalismo brasileiro se, consubstancialmente, entendermos as raízes de sua dependência histórica com a concentração fundiária e com o conflito social que desta é decorrente. Nesses termos, a história do Brasil é marcada por essa dependência. Em um de seus trabalhos mais recentes, provavelmente o último que ele tratou da Questão Agrária, mesmo não sendo o tema central, Martins coloca em termos bastante precisos do que consiste essa tal de Questão Agrária: “Em termos clássicos, a Questão Agrária existe quando a renda fundiária compromete a racionalidade do capital e inviabiliza a expansão do capitalismo no campo. No caso brasileiro, o que é concebido como Questão Agrária é

³⁵⁹ Martins, 2019.

a questão social gerada pela concentração fundiária”³⁶⁰. Por isso mesmo, ao olharmos para a conjuntura das obras de Martins, vemos pequenas peças que formam um grande quebra-cabeça sobre os problemas sociais decorrentes da concentração fundiária e, mais especificamente, sobre a expansão capitalista no campo.

Nesse trajeto de montar o quebra-cabeça da situação agrária brasileira, Martins foi bastante fidedigno aos métodos científicos que, aliás, são marca registrada dos seus trabalhos. Apontamos, porém, três aspectos que são dignos de uma revisão específica em trabalhos futuros: i) o método dialético de Marx, ao qual Martins se apropria num diálogo constante com as obras de Henri Lefebvre. Trata-se de uma dialética viva, contextualizada e sem pré-concepções; ii) os seus trabalhos nas regiões de fronteira que são verdadeiras interseções etnográfico-sociológicas, orientadas por uma concepção metodológica do lugar de fala dos sujeitos; iii) e o que ele chamou de “recurso metodológico do corte analítico no processo social mais amplo e mais demorado”, que consiste na busca por processos sociais pendentes, analisando-os por meio dos protagonistas mais visíveis, tais como o MST, a CPT, os governos etc. A sofisticação e inovação metodológica, aliadas à sua criatividade metodológica, surpreendem.

a. Algumas considerações acerca dos objetivos específicos I, II e III desta Tese.

O ideário de alguns segmentos da esquerda de ‘colocar’ os camponeses na luta dos outros, além da posição doutrinária sobre a superioridade política das lutas operárias sobre a camponesa, despertou em Martins uma preocupação com os projetos de mediação política dedicada aos rurais. Os estudos de Martins desvinculam-se do marxismo evolucionista que standardizava o processo de expansão capitalista nas cidades e a conscientização de classe operária como fator definitivo para avaliar uma luta social, de menor valor, no campo.

Sua principal crítica se dirigiu, sobretudo, ao PCB, que se mostrava incompetente na mediação libertadora dos camponeses acudados pela grande propriedade rural e pela expansão das empresas capitalistas no campo. Para ele, a Igreja cumpria melhor esse papel dando sentido à luta pela “Terra de Trabalho” que,

³⁶⁰ Martins, 2016, I. 737.

diferentemente da “terra de negócio”, tinha em seu sentido primeiro a conquista da terra para reprodução socioeconômica dos camponeses e de seus familiares e não apenas para exploração e especulação fundiária.

Além do mais, na contramão da euforia de estudiosos e dos movimentos populares que comemoravam a abertura política após a Ditadura Militar, Martins demonstra que, ao final da década de 1980, pouco mudou no que diz respeito à estrutura de poder político do país, que manteve na oligarquia e no grande latifúndio suas bases irrevogáveis. A transição do regime ditatorial para o regime democrático não aconteceu aos moldes de uma revolução tal como se esperava. Destarte, entre as diversas consequências a não Reforma Agrária foi uma delas. Com apenas alguns pontos de desapropriação de terras em localidades de maior tensão, Martins é enfático, e de certo modo desesperançoso, ao fato de que não haveria Reforma Agrária no país, o que prejudicaria radicalmente a democracia brasileira.

Para além de uma crítica a esquerda leninista, Martins se coloca notavelmente enquanto um intelectual igrejeiro, ou seja, sua posição teórica, apesar de conter rigor metodológico, esteve vinculada à sua posição de assessor da CPT nos idos da década de 1980. Logo, além de tentar demarcar os desafios e as perspectivas da aplicação do marxismo às questões agrárias brasileiras, Martins contempla uma igreja progressista, que caminha na contramão do conservadorismo, que por muito tempo permeou as ações sociais (quando tinha) da instituição. Por isso, Martins demonstra em seus textos um afastamento do objeto de estudo, de um lado, mas, por outro lado, retrata notável simpatia para com as ações da Igreja Católica progressista, demonstrando, com isso, um “lugar de fala” que todo pesquisador/estudioso possui, mesmo que não o assuma.

A preocupação principal de Martins esteve na noção de que a mediação tem de “dar voz aos excluídos” do campo e não “falar por eles” na tentativa de viabilizar um projeto de manobra e mobilização para uma ideação revolucionária maior. Ou seja, o autor repugnava a ideia de “colocar” o trabalhador rural no projeto dos outros, retirando as possibilidades reais de emancipação política dos mesmos. Era, portanto, uma crítica direta ao jeito de fazer política, pensada a partir da dualidade proletariado-burguesia, advinda dos ideários marxistas urbanos, que não possuía aplicabilidade real à Questão Agrária brasileira.

É importante considerar também que Martins tem no conceito de luta pela “Terra de Trabalho” seu principal referencial teórico no que tange às questões de exclusão social do campo. Para além das inúmeras perspectivas sobre as estratégias de Reforma Agrária, Martins acredita que apenas a luta pela “Terra de Trabalho” será suficiente para suprimir seu postulado antagônico: “Terra de Negócio”. A “terra de negócio”, enquanto ferramenta de exploração do trabalho alheio pelo capital, coloca em risco o projeto de emancipação do trabalhador rural. Só a luta pela “Terra de Trabalho”, terra possuída por quem nela trabalha, daria os mecanismos de reprodução social e econômica do pequeno trabalhador rural.

Assim, os programas de Reforma Agrária radicais defendidos à época, que pretendiam mudar toda estrutura fundiária do país, não agradavam a Martins, sendo, para ele, muito mais uma utopia puramente socialista e pouco efetiva. A descrença com um projeto de Reforma Agrária na segunda metade da década de 1980 também deve ser destacada. A passagem da Ditadura Militar para um regime democrático, pautada por um pacto social entre as elites, não trouxe esperança às lutas sociais do campo. O velho jeito de fazer (e controlar a) política se manteve nos anos que se seguiram. Com a repressão aos trabalhadores rurais aumentando em diversas partes do país, a abertura política se comportava com uma farsa, na visão de Martins. A sustentação de um conservadorismo antiparticipativo na Nova República fragilizou ainda mais o processo de luta social no campo, contendo avanços importantes de tempos outrora.

b. Algumas considerações acerca do objetivo específicos IV desta Tese.

As relações de luta pela terra na Amazônia, embora geralmente tratadas na literatura de forma descontextualizada, puderam ser representadas nas obras de Martins através das tragédias trabalhistas, da práxis da ação camponesa, da luta e defesa do território, na experiência sangrenta da expropriação, da violência e violação dos direitos e pela ausência de cidadania. Martins tentou em seus estudos mostrar que as relações constituídas nas fronteiras são demasiadamente complexas, não sendo possível engendrar teorias prontas para compreender o caso brasileiro.

Martins tem bastante sensibilidade ao descrever a situação conflituosa na fronteira, sobretudo, ao caracterizar um tipo de escravidão pautada na dívida e na

pequena acumulação do capital, condição inerente à apropriação capitalista da terra. Diferentemente da escravidão de cativo do negro, define-se a dívida como uma variação extrema do trabalho assalariado que coloca o trabalhador em condições de superexploração. Portanto, configura-se em outra faceta do processo de exploração da terra, de subjugação do ser humano em detrimento do grande capital que avançava nas regiões de fronteiras.

As questões sobre a fronteira nas obras de Martins abrem espaço para uma discussão sobre a apropriação do trabalho humano pela expansão fronteiriça do capital, especialmente na região amazônica, que, em grande medida, foi materializada pela degradação do humano. Mais uma vez, suas análises estão baseadas na concepção marxista do desenvolvimento desigual do capitalismo. Na percepção de Martins, o foco não é caracterizar as situações da fronteira de uma forma meramente ortodoxa, tal como proposto por outros estudiosos, mas, resgatar aspectos que vinculem às atividades empresariais na Amazônia, cuja lógica econômica, definida como capitalista e moderna, conduz à escravidão de seus trabalhadores rurais.

c. Algumas considerações acerca do objetivo específicos V desta Tese.

O posicionamento de Martins sobre o tema da Questão Agrária após os anos 2000 não pode ser entendida sem compreender as mudanças que vinham ocorrendo desde a década de 1990. O afastamento da CPT constituiu uma fricção em seu pensamento, mas, ao mesmo tempo, reforça sua luta teórica contra a esquerda leninista da década de 1980. Martins tinha um compromisso com aqueles que, de fato, deveriam ser os protagonistas da história e foi fiel a eles até o fim. Quando a Igreja experimentava uma partidarização dos seus quadros, Martins viu que sua vinculação não tinha mais sentido. É claro que, sempre que possível, a separação entre Martins pesquisador e Martins Igrejista tem de ser feita, só não sabemos quando foi possível distinguir.

Outro fato que se deu de forma complexa, e por isso sua explicação não é fácil, é sua aliança com Fernando Henrique Cardoso, outrora, seu professor na USP. Talvez o fator complicador esteja no que significaria “aliança” nesse caso, mas não dá para negar que influenciou substancialmente em seus postulados teóricos após os anos 2000. É uma aliança que se deu na afinidade pela pessoa de Fernando Henrique

Cardoso, o que fica claro em diversas entrevistas concedidas por Martins, aliás, fazendo questão de separá-lo das complicações encontradas no PSDB; e é uma afinidade com o projeto teórico e político de Reforma Agrária de seu Governo. Porém, onde essas duas se tocam (se é que se tocam), não sabemos.

Daí em diante, Martins se preocupa com a falta de disposição dos mediadores de esquerda em dialogar com o projeto de Reforma Agrária em curso. O autor não se conformou com a posição daqueles mediadores que abriram mão da “promessa” para buscar uma modificação estrutural e profunda da estrutura agrária que naquele tempo já não era mais possível. Não se conformou também com o enfretamento feito ao Governo às custas de deixar de contribuir com a política agrária em curso que, em sua visão, era o que estava dando certo. Desses embates no campo político/conceitual da década de 1990, Martins carregou em sua formulação teórica sobre a Reforma Agrária, a saber, a recuperação do senhorio da terra, até tempos recentes.

Além do mais, as formulações recentes de Martins sobre o tema (cabe ressaltar, diminuíram bastante por diversos motivos já apontadas neste trabalho) foram dedicadas às críticas daquele que deveria ser o partido da esperança dos movimentos sociais do campo: o PT. A maioria desses escritos foram feitos em artigos de opinião no jornal Estado de São Paulo, depois compilados em um livro intitulado *Do PT das lutas sociais ao PT do poder*, de 2016. É possível perceber nesses artigos as referências teóricas e metodológicas do autor, apesar de não serem artigos científicos em sua essência. Mas, talvez pelo formato do tipo textual (artigo de opinião de um jornal de grande circulação), Martins foi implacável em suas colocações e por vezes, demonstrou outros sentimentos sobre o tema e sobre o Partido. Para Martins, o maior erro dos movimentos sociais e da Igreja, sobretudo, foi ter feito de Lula o messias que daria cabo da “promessa”. O PT foi substituído pelo lulismo. O tema da Reforma Agrária não avançou, e o final da história, como sabemos, não foi feliz.

* * *

Longe de tentar ser exaustivo, este trabalho não teve por intuito abarcar toda a produção científica de Martins em mais de 40 anos, mas de percorrer alguns

elementos que trazia para o registro da Questão Agrária e, sobretudo, da Sociologia Rural, certa relevância teórica. Registro este que ainda hoje exerce demasiada influência sobre os estudos de diversos pesquisadores, seja como ponto de concordância, seja como referencial crítico. Não é possível, contudo, olhar para esses registros da década de 1980 até os dias atuais e não levar em consideração que a produção de Martins se prostrou de formas diversas, a depender das circunstâncias. Seu rompimento com a CPT, às críticas dirigidas ao MST, ao PT, e a forma de ver a Reforma Agrária, alinhada com a proposta de recuperação do senhorio da terra pelo Estado (de forma particular, do governo de Fernando Henrique Cardoso), fez de Martins um dos pesquisadores mais polêmicos da atualidade.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Agricultura familiar e capitalismo no campo. In: STÉDILE, João Pedro (Org.). **A Questão Agrária no Brasil: O debate na década de 1990**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

_____. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. Campinas: Unicamp, 1992.

ACKER, Antoine. “O maior incêndio do planeta”: como a Volkswagen e o regime militar brasileiro acidentalmente ajudaram a transformar a Amazônia em uma arena política global. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 34, n. 68, 2014.

ALEXANDRE, Marcos. Representação Social: Uma Genealogia do Conceito. **Revista Comum**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 23, 2004.

ALMEIDA, Antônio Charles Santiago. A formação político-cultural do Brasil: excertos do pensamento de Sergio Buarque de Holanda e Gilberto Freyre. **Ponto-e-vírgula**, v. 9, 2011.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida; PAULINO, Eliane Tomiasi. Fundamentos teóricos para o entendimento da Questão Agrária: breves considerações. **Geografia**, Londrina, v. 9, n. 2, 2000.

ALVES, Juliete Miranda. **A obra de José de Souza Martins e a Reforma Agrária no Brasil: uma leitura sociológica**. 112f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós Graduação em Extensão Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

ARRUDA, Angela. Teoria das Representações Sociais e Teorias de Gênero. **Cadernos de Pesquisa**, n. 117, 2002.

BAUER, Guilherme Germano Télles. Sobre as origens da Questão Agrária brasileira. **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, v. 1, v. 3, 2007.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 1 jan. 2021.

BOBBIO, Norberto. **Direita e Esquerda: Razões e significados de uma distinção política**. 3 ed. São Paulo: Unesp, 2011.

BUAINAIN, Antônio Márcio et al. **O mundo rural no Brasil do século 21: A formação de um novo padrão agrário e agrícola**. Brasília: Embrapa, 2014.

_____. Sete teses sobre o mundo rural brasileiro. **Revista de Política Agrícola**, v. 22, n. 2, 2013.

CARVALHO, Horácio Martins de. Governo Lula e a contra-reforma agrária no Brasil. **Revista Adusp**, São Paulo, v. 1, n. 29, 2003.

CHAYANOV, Alexander Vasilievich. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

CNBB. **Igreja e Problemas da Terra**. Documento aprovado pela 18ª Assembléia da CNBB, Itaiç, 14 fev. 1981.

DATALUTA. Banco de Dados da Luta pela Terra. Núcleo de estudos, pesquisas e projetos de Reforma Agrária, 2008. Disponível em: <www.fct.unesp.br/nera>. Acesso em: 4 abr. 2020.

DELGADO, Guilherme. A Questão Agrária no Brasil, 1950-2003. In: Ramos Filho, Luiz Octávio; Aly Júnior, Osvaldo (Ed.). **Questão Agrária no Brasil: perspectiva histórica e configuração atual**. São Paulo: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, 2005.

_____. Expansão e modernização do setor agropecuário no pós-guerra: um estudo da reflexão agrária. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, 2001.

FERNANDES, Bernardo Mançano. O MST e as reformas agrárias do Brasil. **CLACSO**, Buenos Aires, v. 9, n. 24, 2008.

_____. Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: STÉDILE, João Pedro (Org.). **A Questão Agrária no Brasil: O debate na década de 2000**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

FONSECA, Bruno Costa da. Colocações sobre o debate oitocentista de José de Souza Martins. **Extensão Rural**, v. 26, n. 4, 2019.

_____. Questões essenciais do debate agrário de José de Souza Martins sobre a expansão capitalista nas fronteiras. **Revista de Extensão e Estudos Rurais**, v. 9, n. 1, 2020.

_____. A intelligentsia de José de Souza Martins e outras questões agrárias. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 29, n. 1, no prelo, 2021.

_____. **O Repertório de Ação Coletiva dos atingidos envolvidos nos conflitos com hidrelétricas na Zona da Mata Mineira, na passagem do século XX para o XXI**. 139f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Programa de Pós Graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2016.

FRANK, André Gunder; Fuentes, Marta. Dez teses acerca dos movimentos sociais, **Lua Nova**, São Paulo, n. 17, 1989.

FURTADO, Celso. **Análise do Modelo Brasileiro**. 7 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

GUIMARÃES, Alberto Passos. As três frentes da luta de classes no campo brasileiro. In: SANTOS, Raimundo (Org.). **Agraristas Políticos Brasileiros**. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira, 2007.

_____. **Quatro séculos de latifúndio**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

JORGE, Isabel Furlan; LELIS, Romulo. Entrevista com José de Souza Martins. **Primeiros Estudos**, São Paulo, n. 3, 2012.

HEGEDÜS, András. A questão agrária. In: HOBBSAWM, Eric. **História do Marxismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

KATTAH, Eduardo. Frei Betto critica “bandidos” que atacam sem-terra. **O Estado de São Paulo**, 5 de julho, 2003.

KAUTSKY, Karl. **A Questão Agrária**. Rio de Janeiro: Laemmert, 1968.

LENIN, Vladimir Ilitch. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARTINS, José de Souza. **A Chegada do estranho**. São Paulo: Hucitec, 1993.

_____. **A militarização da Questão Agrária no Brasil**: terra e poder, o problema da terra na crise política. Petrópolis: Vozes, 1984.

_____. A modernidade do “passado” do meio rural. In: BUAINAIN, Antônio Márcio et al. (Org.). **O mundo rural no Brasil do século 21**: a formação de um novo padrão agrário e agrícola. Brasília: Embrapa, 2014.

_____. A nova face da Questão Agrária. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 18 maio 2007. Caderno "Aliás, A semana revista", p. 3.

_____. **A política do Brasil**: lúmpem e místico. São Paulo: Contexto, 2011.

_____. A reforma agrária bifocal. **Política Democrática**, Brasília, v. 24, 2009.

_____. **A Reforma Agrária e os Limites da Democracia na Nova República**. São Paulo: Hucitec, 1986.

_____. A reforma agrária no segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso. **Tempo Social**, São Paulo, v. 15, n. 2, 2003.

_____. A reprodução do capital na frente pioneira e o renascimento da escravidão no Brasil. **Tempo Social**, São Paulo, v. 6 n.1-2, 1994b.

_____. **A sociabilidade do homem simples:** cotidiano e história na modernidade anômala. São Paulo: Editora Contexto, 2008.

_____. **A sociedade vista do abismo:** novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. Petrópolis: Vozes, 2002.

_____. **A sociologia como aventura:** memórias. São Paulo: Editora Contexto, 2013.

_____. As coisas no lugar: da ambiguidade à dualidade na reflexão sociológica sobre a relação cidade campo. In: MARTINS, José de Souza (Org.). **Introdução crítica à sociologia rural.** São Paulo: Hucitec, 1981b.

_____. As mudanças nas relações entre a sociedade e o Estado e a tendência à anomia nos movimentos sociais e nas organizações populares. **Estudos Avançados,** São Paulo, v. 14, n. 38, 2000b.

_____. **Caminhada no chão da noite:** Emancipação política e libertação dos movimentos sociais do campo. São Paulo: Hucitec, 1989.

_____. **Capitalismo e tradicionalismo.** São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1975.

_____. **Do PT das lutas sociais ao PT do poder.** São Paulo: Editora Contexto, 2016.

_____. Entrevista com José de Souza Martins. Entrevista concedida a Isabel Furlan Jorge e Romulo Lelis. **Primeiros Estudos,** São Paulo, n. 3, 2012.

_____. **Expropriação e violência:** a questão política no campo. São Paulo: Hucitec, 1980.

_____. Frente Pioneira: contribuição para uma caracterização sociológica. In: XXIII REUNIÃO ANUAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA, 1972, Curitiba. **Anais...** Curitiba: Centro de Estudos Rurais e Urbanos, 1972.

_____. **Fronteira:** a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. **Henri Lefebvre e o retorno à dialética.** 1ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. José de Souza Martins (depoimento, 2013b). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getúlio Vargas (FGV), (3h 25min), 2019.

_____. José de Souza Martins. Entrevista concedida a Ruy Gomes Braga Neto. **Projeto Memória do Departamento de Sociologia – USP,** 16 maio 2017. YouTube. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=UnyUj8vuQPQ>>. Acesso em: jan. 2020.

_____. José de Souza Martins. Entrevista concedida a Silvio Navarro. **Veja**, 2018. YouTube. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=4iol2tovX-s>>. Acesso em: 16 jan. 2020.

_____. Lula reaviva sebastianismo, diz sociólogo José de Souza Martins. Entrevista concedida a Caio Caramico Soares. **Folha de São Paulo**, 2 de novembro de 2002b. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u42041.shtml>>. Acesso em: 10 abr. 2020.

_____. Nas urnas, o confronto de mentalidades. **O Estado São Paulo**, 27 de dezembro de 2009b. Caderno "Aliás, A semana revista", p. 4.

_____. **O cativo da terra**. São Paulo: Hucitec, 1979.

_____. **O poder do atraso: ensaios da sociologia lenta**. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. O risco da mixórdia agrária. **Folha de São Paulo**, São Paulo, São Paulo, 15 de abril de 2003b. Tendências/debate, p. 3.

_____. O tempo da fronteira. Retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. **Tempo Social**, São Paulo, v.8, n.1, 1996b.

_____. **Os camponeses e a política: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo histórico**. Petrópolis: Vozes, 1981.

_____. Os sociólogos distraídos e a invasão ideológica nas Ciências Sociais. Entrevista concedida a Patricia Fachin. **Instituto Humanitas Unisinos**, 2019. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/592388-os-sociologos-distraidos-e-a-invasao-ideologica-nas-ciencias-sociais-entrevista-especial-com-jose-de-souza-martins>>. Acesso em: 10 abr. 2020.

_____. Periferia revisitada. **Espaço e debate**, São Paulo, n. 42, 2001.

_____. Projeto Memorial Oral. Entrevista concedida a Daisy Perelmutter. **Biblioteca Mário Andrade**, 2006. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/Depoimento_Jose_de_Souza_Martins_1254343852.pdf>. Acesso em: 7 abr. 2020.

_____. Reforma Agrária o impossível diálogo sobre a História possível. **Tempo Social**, São Paulo, v. 11, n. 2, 1999.

_____. **Reforma Agrária: O Impossível Diálogo**. São Paulo: Edusp, 2000.

_____. **Sociologia da fotografia e da imagem**. São Paulo: Editora Contexto, 2008b.

_____. Sociologia e militância: entrevista com José de Souza Martins. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 11, n. 31, 1997b.

MARTINS, José Ricardo. Os intérpretes do Brasil: pensamento sociopolítico lastreado no fluxo de ideias, narrativas e realidades na busca de uma identidade nacional brasileira. **Revista Tempo do Mundo**, v. 3, n. 1, 2017.

MÉLO, José Luiz Bica de. A fronteira dos desencontros. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 3, n. 5, 2001.

MOITA, Guilherme Marinho. **As críticas de José de Souza Martins aos mediadores de esquerda dos movimentos sociais agrários**. 118f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

MOSCOVICI, Serge. Das Representações Coletivas às Representações Sociais: Elementos para uma História (2001). In: JODELET, Denise. (org.). **As Representações Sociais**. Rio de Janeiro: Editora UERJ, 2001.

_____. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. Petrópolis: Vozes, 2003.

NAVARRO, Zander. As três fases de uma sociologia única dos processos sociais rurais no Brasil. In: FREHSE, Fraya (org.). **A Sociologia enraizada de José de Souza Martins**. São Paulo: Com-Arte, 2018.

_____. Por que não houve (e nunca haverá) Reforma Agrária no Brasil. In: BUAINAIN, Antônio Márcio et al. (Org.). **O mundo rural no Brasil do século 21: A formação de um novo padrão agrário e agrícola**. Brasília: Embrapa, 2014.

_____. Treze teses para entender o MST. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 5 dezembro 2009. Disponível em: <<http://terratrabalho.blogspot.com.br/2009/12/reforma-agraria-e-o-mst-entre-teses.html>> Acesso em: 9 nov. 2019.

NETO, Antonio Julio Menezes. A Igreja Católica e os movimentos sociais do campo: a teologia da libertação e o movimento dos trabalhadores rurais sem terra. **Caderno CRH**, Salvador, v. 20, n. 50, 2007.

NEVES, Delma Peçanha. Questão Agrária: projeções societais em confronto. **Textos e debates**, Boa Vista, n. 31, 2017.

PÉCAUT, Daniel. **Os Intelectuais e a Política no Brasil: entre o povo e a nação**. São Paulo: Ática, 1990.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. Seis interpretações sobre o Brasil. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 3, 1982.

PINHEIRO FILHO, Fernando. A Noção de Representação em Durkheim. **Lua Nova**, n. 61, 2004.

POJO, Eliana Campos. Olhares fronteiriços a partir de estudos da fronteira na Amazônia. **Margens - Revista Interdisciplinar**, v.10, n. 14, 2016.

PRADO JR., Caio. **A Questão Agrária do Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

_____. **A revolução brasileira**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1966.

RAMOS, Pedro. Uma história sem fim: A persistência da Questão Agrária no Brasil contemporâneo. In: BUAINAIN, Antônio Márcio et al. (Org.). **O mundo rural no Brasil do século 21: A formação de um novo padrão agrário e agrícola**. Brasília: Embrapa, 2014.

RANGEL, Ignácio. A Questão Agrária brasileira. In: SILVA, José Graziano da (Org.). **Questão Agrária, industrialização e crise urbana no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.

_____. A questão da terra. **Revista de Economia Política**, v. 6, n. 4, 1986.

REYDON, Bastiaan Philip. O Brasil necessita de governança de terras para enfrentar a Questão Agrária. In: BUAINAIN, Antônio Márcio et al. (Org.). **O mundo rural no Brasil do século 21: A formação de um novo padrão agrário e agrícola**. Brasília: Embrapa, 2014.

REZENDE, Fernanda. José de Souza Martins. **Institutos de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo**, São Paulo, 26 de setembro de 2015. Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/pessoas/pasta-pessoaj/jose-de-souza-martins>>. Acesso em: abr. 2020.

RODRIGUES, Fabiana de Cássia. **O papel da Questão Agrária no desenvolvimento do capitalismo nacional, entre 1950 e 1964, em Caio prado Jr., Celso Furtado, Ignácio Rangel e autores pecebistas**. 122f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Programa de Pós-Graduação do Instituto de Economia da Unicamp, Campinas, 2005.

SAMPAIO, JR. Plínio de Arruda. Notas críticas sobre a atualidade e os desafios da Questão Agrária. In: STÉDILE, João Pedro (Org.). **A Questão Agrária no Brasil: O debate na década de 2000**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SAMPAIO, Plínio de Arruda. **As duas Reformas Agrárias**. Folha de São Paulo, 2009. Disponível em: <<http://terratrabalho.blogspot.com.br/2009/12/reforma-agraria-e-o-mst-entre-teses.html>>. Acesso em: 8 abr. 2020.

SANDRONI, Paulo. A Questão Agrária e o socialismo – notas sobre problemas econômicos e políticos. In: STÉDILE, João Pedro (Org.). **A Questão Agrária no Brasil: O debate na década de 1990**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SANTOS, Raimundo. Agrarismo/verbete. In: Marcia Mota (Org.). **Dicionário da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____. Alberto Passos Guimarães e a Reforma Agrária não-camponesa. In: SANTOS, Raimundo (Org.). **Agraristas Políticos Brasileiros**. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira, 2007.

_____. Alberto Passos Guimarães num velho debate. **Estudos, Sociedade e Agricultura**, n. 2, 1994.

_____. Camponeses e democratização no segundo debate agrarista. In: SILVA, Francisco Carlos da; SANTOS, Raimundo; COSTA, Luiz Flávio de Carvalho (Org.). **Mundo rural e política**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1998.

_____. Duas gerações de intelectuais pecebistas. **Estudos, Sociedade e Agricultura**, v. 1, 1993.

_____. Mediações e Política. In: Projeto de pesquisa do grupo Pensamento Social e Cultura Política, 2014.

_____. O agrarismo de José de Souza Martins. **Estudos sociedade e agricultura**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, 2015.

SCHERER-WARREN, Ilse. Manifestações de rua no Brasil 2013: encontros e desencontros na política. **Caderno CRH**, Salvador, v. 27, n. 71, 2014.

SCHINDLER, Ana Maria Cristina. Uma sociologia do estranho. **Revista Plural**, São Paulo, v. 1, n. 1, 1994.

SCHNEIDER, Sérgio; BLUME, Roni. Ruralidade e Dinâmicas Regionais de Desenvolvimento: a relação rural/urbano no Rio Grande do Sul. In: II SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, 2004, Santa Cruz do Sul. **Anais...** Rio Grande do Sul: O Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade de Santa Cruz do Sul, 2004.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; BOTELHO, André. Pensamento social brasileiro, um campo vasto ganhando forma. **Lua Nova**, v. 82, 2011.

SILVA, José Graziano da. **O que é Questão Agrária?** São Paulo: Editora Brasiliense, 1980.

SODRÉ, Néelson Werneck. **Formação Histórica do Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1963.

SOTO, A Sociologia do “mundo rural” de José de Souza Martins. **Estudos sociedade e agricultura**, Rio de Janeiro, v. 20, 2003.

STÉDILE, João Pedro. A Questão Agrária e o socialismo. In: STÉDILE, João Pedro (Org.). **A Questão Agrária no Brasil: O debate na década de 1990**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

_____. **A Questão Agrária no Brasil: o debate tradicional: 1500-1960**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

TEIXEIRA, Hélio. De que falamos quando falamos em “pensamento social”. **Hélioteixeira**, Maceió, 18 de março de 2016. Disponível em: <<http://www.helioteixeira.org/psicologia-social/de-que-falamos-quando-falamos-pensamento-social/>>. Acesso em: 1 abr. 2020.

TOLENTINO, Thiago Lenine Tito. Pensamento Social Brasileiro em perspectiva: história, teoria e crítica. **História da Historiografia**, v. 12, n. 31, 2019.

VEIGA, José Eli da. Fundamentos do agro-reformismo. **Lua Nova**, São Paulo, n. 23, 1991.

VIANNA, Luiz Werneck. **O Estado Novo do PT**. 2007. Disponível em: <<http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=755>>. Acesso em: 8 dez. 2020.

VINHAS, Moisés. Problemas agrário-camponeses do Brasil – 1968. In: STÉDILE, João Pedro (Org.). **A Questão Agrária no Brasil: o debate tradicional: 1500-1960**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

WOLFFENBÜTTEL, Andrea. O que é? - Índice de Gini. **IPEA**, Rio de Janeiro, 1 de novembro de 2004. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2048:catid=28>. Acesso em: 8 abr. 2020.

ANEXOS

Biografia de José de Souza Martins

José de Souza Martins nasceu em São Caetano do Sul (SP), em 24 de outubro de 1938, filho de uma família pobre de carpinteiros, morou boa parte da infância nos subúrbios da capital de São Paulo. Começou a trabalhar desde os 11 anos de idade, primeiro, em uma fábrica de reciclagem de latas de alumínio e, posteriormente, vendendo bananas. Quando jovem, tinha o sonho de dar aulas no interior, especialmente, na zona rural e por isso ingressou em um curso normal (formação de professores) no Instituto de Educação Dr. Américo Brasiliense na cidade de Santo André (SP). Na ocasião interessou-se pela sociologia e pela história, optando pela primeira ao entrar na Universidade de São Paulo (USP), pela qual se formou em ciências sociais (bacharelado e licenciatura) nos anos de 1964. Na mesma instituição, concluiu o mestrado em 1966, doutorado, em 1970, e se tornou livre-docente em sociologia na mesma instituição. No ano de 1998, foi aprovado como professor titular da USP. Ademais, em 1983, foi professor visitante da Universidade da Flórida (EUA), professor visitante da Universidade de Lisboa (Portugal), em 2000, e em 1992, foi eleito professor titular da Cátedra Simón Bolívar, da Universidade de Cambridge (Inglaterra). Conquistou diversas premiações, tais como: Prêmio Florestan Fernandes (2007); Professor Emérito da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), da Universidade de São Paulo (2008); Prêmio Jabuti de Ciências Humanas (2009); Doutor Honoris Causa da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) (2013); Professor Honoris Causa da Universidade Federal de Viçosa (UFV) (2013); Doutor Honoris Causa da Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS) (2014); Eleito para a Cadeira nº 22 da Academia Paulista de Letras (APL) (2015); etc³⁶¹.

³⁶¹ Alves, 2003; Martins, 1997b; 2012; 2013b; Rezende, 2015.

Trajetória intelectual de José de Souza Martins

A entrevista³⁶² transcrita abaixo elucida - a partir de palavras do próprio Martins – como se deu a construção de parte da produção intelectual do autor e de como que esta foi influenciada consubstancialmente pelas circunstâncias que se projetaram ao longo de sua trajetória. Os encontros, as tragédias, a pobreza e as escolhas (possíveis) do autor são partes, não isoladas, da vida acadêmica e profissional.

José de Souza Martins: Boa parte do que eu poderia dizer de certo modo está nos meus livros. Não só os livros em que eu desenvolvi diferentes projetos de pesquisa aqui no departamento, mas aqueles em que eu especificamente falo da história do Departamento que eu vivi um período muito crítico dessa história que foi o período da Ditadura, início da ditadura, a cassação dos professores, a prisão de alguns. Eu mesmo fui preso em 66. Então há um quadro... foi um quadro difícil, de fato foi desfavorável. Eu sou do tempo da cátedra e o catedrático era o professor Florestan Fernandes. Eu era aluno, fui aluno de curso noturno. Não tinha nenhuma ilusão quanto a um dia ser professor aqui. Eu vim fazer o curso porque queria ser professor... inicialmente que queria ser professor primário na roça. Porque estudei uma escola, praticamente uma escola de roça. O meu padraço é caseiro lá no sítio Santa Etelvina que hoje é a cidade Tiradentes, pra você ver o tempo aí... Toda cercada de Mata Atlântica ainda. Era o fim de uma época...era zona rural... “Eu vou voltar pra roça e vou ser professor”. Fascinado pela ideia do professor. Aí eu fui fazer curso normal, eu trabalhava, trabalho desde 1950, desde os onze anos de idade. E eu fui fazer o curso normal que era o curso de preparação de professores primários. Com esta finalidade. E lá tinha sociologia. Eu tive uma excelente professora sociologia e uma excelente professora de história. Ambas formadas, uma pela sociologia política, outra aqui pela Faculdade de Filosofia. Era o tempo em que o professor secundário, de escola secundária, era um erudito, era um pesquisador, aquela coisa toda. E a professora de...as duas me deixaram abalado. No sentido de que talvez eu devesse pensar na hipótese de tentar a universidade e depois ir pro interior em uma escola secundária,

³⁶² Entrevista transcrita na íntegra do Projeto Memória do Departamento de Sociologia – USP. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=UnyUj8vuQPQ>>. Acesso em 4 de janeiro de 2020>.

ou como professor de sociologia ou como professor de história. E acabei decidindo pela sociologia a partir de um ciclo de conferências da Biblioteca Municipal ao qual participavam professores da antiga Faculdade de Filosofia. E quem me convenceu a fazer ciências sociais foi a dona Noemy Silveira Rudolfer que era professora de psicologia social, não era professora de sociologia. Então eu fiz o vestibular sem muita convicção, mas fiz, acabei entrando. Estudava a noite... foi um período difícil porque também fiquei desempregado. Tudo assim, desfavorável. Nisso finalmente a cadeira de Sociologia 1, que era a cadeira de Florestan Fernandes, me convidou para ser auxiliar de pesquisa do Luiz Pereira que estava vindo de Araraquara. Para, junto com a Maria Alice Foracchi implantar a área da sociologia da educação. Que era uma área forte da tradição da Escola e que entrou em crise com a morte, com a aposentadoria e a morte de Fernando de Azevedo que era o homem que se interessava por isso e que foi um dos fundadores da USP, justamente. E o Luiz veio pra fazer um projeto, desenvolver um projeto sobre educação e trabalho. Como uma hipótese muito interessante que era de que a própria indústria preparava os quadros profissionais de que ela necessitava. O SENAI, e SESI, ou que seja, não eram tão disseminados, quer dizer, não atendiam a necessidade de mão de obra especializada na indústria. Isso era logo depois da indústria automobilística, então havia uma demanda muito grande, com salários altíssimos. Eu sei disso porque meu irmão era metalúrgico e ele ganhava quanto queria. Era uma coisa assim... antimercado no fim das contas, sorte dos operários. Era a fase o que Lula também, mais ou menos nessa fase iria compor a elite operária. O intuito não era oferecer uma solução para indústria. O intuito era entender o quanto existe de educação informal fora dos quadros educacionais correntes. E fui trabalhar com o Luiz, foi muito interessante, porque eu me encontrava com ele diariamente. Tinha que fazer as entrevistas pra ele nos bairros operários, fazia isso a noite. Passei a frequentar as aulas durante o dia. E com o Luiz a gente sempre aprendia, embora ele não fosse formado em ciências sociais, era formando em pedagogia. Mas era um sujeito que tinha muita leitura de ciências sociais. Havia dois professores que conheciam a obra do Parsons aqui: Fernando Henrique que começava o curso de Introdução a Sociologia com o Parsons e o Luiz Pereira. Quando o Parsons veio a Faculdade de Filosofia, pouco antes do Ato 5, antes da cassação do Florestan, foi o Luiz Pereira que fez a apresentação do Parsons né. Foi uma coisa

complicadíssima, porque a obra do Parsons não é uma obra simples e fácil. Ficou melhor a conferência de apresentação feita pelo Luiz do que a conferência do Parsons. O Luiz foi compreendido por todo mundo e a conferência do Parsons até hoje é uma incógnita. Ninguém consegue dizer o que foi que o Parsons disse. O que não tira a competência dele, obviamente. É uma coisa de estilo né, vamos dizer assim. Bom aí quando eu estava terminando o curso a bolsa que eu tinha que era bem pequena, ia terminar também esse projeto do Luiz já estava concluído, né. Então eu já ia começar a arrumar um lugar para trabalhar, eu ia receber meu diploma no interior. E aí o Florestan veio e conversou comigo e me convidou para ser auxiliar de ensino, que chamava. Naquela época era o catedrático que convidava. Os cargos de todos os tipos de assistentes eram cargos de confiança do catedrático. Era uma instituição que desapareceu. Tinha o poder absoluto, ele podia demitir. Admitiam e demitiam. Então comecei a trabalhar e aí eu propus, houve um pequeno desentendimento com Florestan porque ele queria que eu desenvolvesse um projeto na área de indústria que era uma área que eu conhecia bem, que eu cresci dentro de fábrica. Sou de uma família de operários e cresci dentro de fábrica. Mas não era o que eu queria, eu queria... eu logo percebi que havia - e também porque eu morei na roça eu era de uma família da roça - que faltava um caminho. Os estudos sociológicos sobre o mundo rural aqui na Faculdade de Filosofia diferente do que o Antônio Cândido fez, que era a preocupação com o fim da tradição, desagregação das comunidades caipiras, que era o que a Maria Isaura estava fazendo e todos eles fazendo muito bem. O que eu queria entender era em que medida a sociedade tradicional, que era o grande tema aqui da Faculdade de Filosofia, era mesmo tradicional, quer dizer, se não havia uma dimensão oculta no tradicionalismo rural que não incompatibilizava o desenvolvimento econômico e a modernização com a preservação das tradições. E foi essa a proposta que eu fiz. Florestan ficou um pouco incomodado, teve uma conversa difícil comigo por causa disso. E aí nesse meio tempo também as coisas se precipitaram, Florestan foi preso, e logo depois do Golpe fui preso em 66 acidentalmente junto com o Roberto Schwartz. Preso e fichado, o problema não era ser preso o problema era ser fichado. Porque se inviabilizava fechamento de contrato essa coisa toda. E aí vieram as cassações, Fernando Henrique foi embora pro exílio. Ele foi o primeiro professor a ser procurado pelo DOPS e por forças das ligações que

ele tinha. Ele foi da juventude comunista, o pai dele era um general nacionalista que foi deputado federal e teve apoio do Partido comunista. E era um general que se opunha ao Golpe de 64. Então tudo ficou abalado, quer dizer, projetos que estavam em andamento. Aí era questão de tocar como se podia, né? Quando houve a cassação no começo de 69 de todos eles aí ficou por conta de quem tinha sobrado. Uma alternativa era ir embora, uma coisa que eu também pensei. Mas embora exatamente pra onde? E a outra alternativa era tentar sobreviver aqui. O que sobrou não tinha muita estrutura pra oferecer garantias pra quem estava, eu não tinha feito nem doutorado, tinha feito mestrado. Então comecei a trabalhar na minha linha, resolvi não ficar dependente do que os outros estavam fazendo porque até então, esse é um lado interessante da história da antiga cadeira da Sociologia I, havia um projeto, um projeto teórico. A cabeça do projeto era o Florestan. E o Florestan tinha um diálogo não fácil, mas tinha um diálogo com seus assistentes principais que eram os quatro: Fernando Henrique que era o primeiro o primeiro assistente, existia essa categoria na época que queria dizer o substituto eventual na eventual ausência do catedrático; O Iani, Maria Alice Foracchi, Maria Sylvia de Carvalho Franco. Cada qual tinha o seu projeto. Mas um projeto articulado com o projeto maior, que é um projeto que teve um nome Sociedade no Brasil. Florestan escreveu, Fernando Henrique fez uns ajustes. E a ideia era um pouco entender o que era o desenvolvimento capitalista no Brasil, acho que a grande inovação foi a de recusar uma coisa que depois virou estereótipo que é o capitalismo, então todo mundo é contra o capitalismo. Acontece que o capitalismo é muita coisa, diferente em diferentes lugares a partir das realidades históricas nas quais ele se envolve. Nós tivemos escravidão e a escravidão ainda pesava muito eu nasci 50 anos depois da abolição da escravatura. Fui carregado no colo lá na roça por vizinhos dos meus avós que tinham sido escravos, então estava perto demais da gente. A herança era muito grande. Então valia a pena tentar entender que capitalismo era esse. Havia uma divisão do trabalho; Sociologia I cuidava da indústria e Sociologia II, que era o que remanesceu da cadeira do Fernando Azevedo, cuidava do mundo rural. Mas isso era muito vago. Maria Isaura se interessava, ela tinha sido aluna do Roger Bastide que foi também o grande professor do Florestan Fernandes. E ela se interessou pelos aspectos mais interessantes da herança do Bastide. Então foi estudar movimento messiânico, religião popular no campo...os estudos dela são

referenciais, Maria Isaura foi traduzida para o inglês pelo Hobsbawm. Não é pouca coisa, né? Ele reconheceu a importância do trabalho dela. Então eu começo a trabalhar essa questão de que o tradicionalismo não era um obstáculo ao desenvolvimento econômico, aquele modelo de desenvolvimento econômico. Que o mundo rural tem outra coisa. Existe uma mediação que não se levava em conta aqui que é a questão da renda fundiária. A renda fundiária não é capital, capital isso Marx trabalhou, né. Capital é uma coisa e renda da propriedade da terra, renda fundiária, a renda capitalizada é outra coisa. As dinâmicas são opostas. O Marx já tinha demonstrado isso. E começo a trabalhar, eu fiz uma pesquisa inicial que deveria ter sido a pesquisa do meu mestrado entres áreas, fazendo um estudo comparativo. Uma área bem tradicional de agricultura tradicional, bem caipira que foi no Alto Paraíba; A outra de uma área moderna, bem moderna, que é na Alta Sorocabana, onde havia cultivo de algodão e amendoim para produção de óleo, fibras etc.; e uma área de transição que era a área do café ali na região de Amparo, na Baixa Mogiana. Mais adiante eu fiz uma outra, em 1970 uma pesquisa enorme no Vale do Paraíba, no Alto Paraíba e no Médio Paraíba. E aí a pesquisa era quantitativa. A questão do quantitativo era uma questão pendente aqui, Florestan tinha preocupações com isso, mas trabalhávamos sempre com métodos qualitativos. E havia... ele chegou a tentar trazer José Pastore e Manuel Berline [16:01] que vieram da sociologia política onde havia uma tradição quantitativa e acabou não dando certo que houve a cassação e ele acabou saindo. Mas aí eu fiz um trabalho muito interessante, acabei aproveitando pouco os resultados, mas valeu pra mim como experiência. Eu tinha passado um curto tempo trabalhando com a Elza Belcor [16:26] que é uma esteticista da Faculdade de Saúde Pública, uma grande pesquisa sobre a fertilidade humana. Eu fui um dos assessores da parte sociológica da pesquisa. Tinha várias figuras lá referenciais e acabei me interessando muito pela questão da amostra e havia uma questão nessa pesquisa que aprendi a fazer no Vale que era como é que você calcula uma amostra em relação a um universo de que não há voz, quer dizer, não existem listas de população. Não existem endereços. Na cidade você pega a lista telefônica, sorteia, e faz algum tipo de pesquisa. Lá você não tinha isso. E eu decidi usar a fotografia aérea. Havia um grande levantamento aerofotogramento do estado de São Paulo. Relativamente recente e aqui o nosso Departamento de Geografia tinha um arquivo

de fotografias aéreas muito bom e essas fotos estavam lá. E resolvi trabalhar com as fotos como, a fonte substitutiva da ausência de listas. Começa a ocupação da Amazônia pelos programas do Governo Militar e eu tinha trabalhado na frente pioneira aqui em São Paulo, quando fiz a pesquisa em três áreas comparativas, porque Alto Sorocabana ainda era uma frente pioneira. E a frente pioneira era reveladora, é um mundo que tá se constituindo, tensões históricas e tal. Aí eu resolvi ir pra Amazônia, fazer a pesquisa na Amazônia. Não havia nenhum sociólogo brasileiro fazendo pesquisa sociológica na Amazônia. Havia antropólogos daqui mesmo, da Escola, trabalhando com populações indígenas, fazendo um grande trabalho e grande figura dessa época era a Lux Vidal [18:25] que fez, continua fazendo um trabalho admirável. Eu se tivesse poder eu faria uma estátua pra ela, a Lux. Levava o aluno campo e lá ela continuando indo, ela tá com mais de 80 anos e continua indo. E muito sociólogo e antropólogo americano. Eles vinham com todo dinheiro, porque eles se deram conta, uma coisa da qual eu também me dei conta, que era a última grande fronteira do mundo. O mundo estava acabando e outro que a gente não sabia o que era estava começando violentamente. Com índice de assassinatos muito grande, com o genocídio, as mortes das populações indígenas ou coma violência direta com essa finalidade, ou através das doenças que os brancos passavam. Gripe, por exemplo, devastava 40 % de qualquer aldeia. Aconteceu com os Xavantes. E então eu pedi dinheiro pra Fapesp, mas eu não era bom pra fazer cálculo, eu sempre fui muito ruim para lidar com o dinheiro. Calculei errado o orçamento, pedi um orçamento modesto. Uma coisa bem factível. Venho de uma família operária em que você não gasta dinheiro à toa. Você tem que ser econômico nas suas ambições, no uso do dinheiro. Então eu usei esse raciocínio que na universidade não funciona [19:48]. E depois aqui tinha uma tradição no Departamento, na cadeira, que era do *pão-durismo*, não gastar o dinheiro que você não tem e tal né. Bom, eu pedi o dinheiro e Fapesp me enrolando e não dava a resposta e eu tinha que ir para o campo antes das chuvas, você não vai para Amazônia do tempo de chuva. E foi a Fapesp me enrolando, não dava a resposta aí eu pedi uma audiência com o professor que era o diretor científico da Fapesp que era o professor Willian Saad Hossne [20:25] que morreu agora a pouco tempo. Eu fui falar com ele, “oh professor, a Fapesp não obrigada a me dar o dinheiro, é uma quantia muito pequena, e eu vou trabalhar sozinho na Amazônia, mas a Fapesp é obrigada a

me dar uma resposta”. É dinheiro público, eu tinha direito a uma resposta, nem que seja um não. Um não justificado. Aí ele ficou assim meio assustado, “como não deram uma resposta?”. A Fapesp era mais informal do que ela hoje, hoje ela é bem organizada. “Qual é o projeto?”. Expliquei pra ele qual era o projeto. E ele falou você faz o seguinte: Você põe isso no papel, diferente do projeto que você apresentou, o que você explicou você põe no papel e traz aqui hoje eu vou despachar o seu processo. Eu fiz isso no dia porque eu já tinha data já marcada pra ir embora. Ele mesmo despachou. Me deram uma quantia ínfima, mal deu pra começar a pesquisa, porque a ideia era a seguinte: eu ia ao Paraná, oeste do Paraná, de onde estavam saindo multidões em direção a Rondônia. E havia um outro lugar que era o contestado de Minas Gerais e Espírito Santo de onde também saíam multidões na mesma direção: Rondônia. Eu resolvi ir pelo Paraná, porque o Paraná tinha uma história de conflito fundiário naquela área justamente. Eu já feito uma apresentação na SBPC, na reunião anual, da qual todos nós participávamos, era o único cenário que a gente tinha para trocar ideias sobre frente pioneira. Aí peguei o dinheirinho fui pra Curitiba, de Curitiba fui pra Cascavel [22:20] já na fronteira de onde o pessoal tava saindo. Acertei com uma família que emigrar, ia acompanhar, eu ia fazer inicialmente a etnografia da viagem, que as pessoas não sabem exatamente pra onde estão indo e como é que é o imaginário que vai se construindo, antes de chegar lá, depois lá eu tocava pra frente de outro jeito. E o homem com quem eu conversei, me acertei, na véspera da viagem ele veio no hotel pra falar comigo, eu tava no hotelzinho e venho chorando. O sujeito do caminhão tinha pego todo o dinheiro dele, ele tinha vendido o sítio dele, pegou todo o dinheiro e sumiu. Então ele não tinha nem sítio, nem frente pioneira, nem coisa nenhuma. Aí eu tratei de ir, gastei todo dinheiro da pesquisa, comprei uma passagem e fui pra foz do Iguaçu, uma passagem de avião, e lá eu falei: agora me viro como puder. Não, fui pra Porto Velho, né. Então fui entrando nesse mundo, nesse imaginário, tentar entender a fronteira, como é e tal. Ali depois fui pra Matogrosso. Em Matogrosso o meu contato foi Igreja Católica, foi importante porque a Igreja Católica que fazia o trabalho de amansar a fronteira, de representar o ponto de vista da vítima que os índios, concretamente naquela área Índios Tapirapé [24:04] cuja aldeia eu visitei e os posseiros estavam sendo trucidados morria gente a dar como pau. E assassinato puro e simples e aí no caso de Matogrosso trabalho escravo, havia uma

incidência muito grande de escravização. Nessa época havia no Brasil segundo uma estimativa feita pela Sue Branford que uma pesquisadora inglesa que fala muito bem o português, foi jornalista trabalhando aqui no Brasil, entre 200 e 400 mil escravos na área Amazônica. E as estivas dela era muito fundamentada, ela estimou quantos trabalhadores eram necessários para derrubar um hectare de mata, quantos hectares foram derrubados isso tava fotografado pelo satélite então dava uma estimativa bem aproximada com uma etnografia forte da natureza da violência. Eu lembro que levantei muito material sobre a escravidão. A brutalidade imensa... eu cheguei a tentar ir como peão pra mata no norte do Mato Grosso eu convenci um traficante a me levar e ele topou. Marcamos assim 5 horas da manhã na beira da estrada. Foi uma imprudência. A Faculdade em nenhum momento se interessou pelo meu trabalho. Nenhum momento. Se eu desaparecesse não tinha comunicação, não tinha telefone, não tinha nada. Se eu desaparecesse ia levar um bom tempo para minha família perceber e para Faculdade eventualmente tomar alguma providência, coisa que ela não tomaria, né. Aquele foi o momento que eu me dei conta de que como pesquisador aqui dentro eu estava sozinho. Não tinha nenhum apoio, nem dos colegas, nem da instituição, ninguém queria saber, ninguém estava interessado... no fundo eu estava perdendo meu tempo. Aí por sorte o fulano desconfiou que eu podia não ser quem eu era e resolveu não... ele saiu uma hora antes e não em pegou na estrada. Então eu tive que obter dados sobre escravidão no norte do Mato Grosso, no Pará, no Maranhão, através de outras fontes. Depois... bom e o contato com a Igreja foi importante, porque era a Igreja de Dom Pedro Casaldáliga [26:38], um homem empenhadíssimo na luta dos trabalhadores rurais e tudo mais. Pra entender também o outro personagem que estava surgindo na história política do Brasil que era a Igreja Católica, diferente da Igreja Católica tradicional era a Igreja da nova era do papa João XXIII, Paulo VI, uma Igreja muito diferente da Igreja que a gente conhecia. E eu não estava interessado em sociologia da religião, mas estava interessado no que a religião interessava. Essa nova religião, esse novo catolicismo representava no desenvolvimento do processo político brasileiro, também estava em jogo na questão da Amazônia. O Darcy Ribeiro foi quem disse que o contato das populações indígenas no Brasil com o branco e a civilização é com pior tipo de branco que existe no mundo, não tem muita diferença com animais predatórios e tal. Então fui navegando nesse universo, depois fui pro

Pará, que já foi no final da pesquisa. E no Pará um jornalista, escrevia muito sobre a Amazônia era correspondente do Estadão, Luiz Flavio Pinto, é... fui trocar ideia, estava escolhendo o lugar que eu iria fazer minha pesquisa no Pará, que era uma fronteira diferente das outras, cada uma delas eram diferentes, entendeu? Não havia uma presença da Igreja significativa para defender os interesses dos trabalhadores e havia o problema da guerrilha que ainda estava pendente, estavam prendendo gente. A guerrilha já tinha acabado, mas tinha gente sendo presa. E havia muita repressão, muito medo. Então a fronteira era um pouco diferente, ele sugeriu que fosse para um povoado na pré-amazônia maranhense, não no Pará mesmo, na pré-amazônia. São Pedro da Água Branca. Hoje é irreconhecível, é uma estação ferroviária, com a ferrovia norte-sul é de Carajás que passa por lá é uma cidade. Eu estive em lugares de toda Amazônia que eram povoados, acampamentos, que hoje são grandes cidades. Eu vi elas nascerem. E eu fui para São Pedro de Água Branca e foi já no final da minha pesquisa. E São Pedro foi... aquela era uma área tutelada mesmo pelos militares por causa da guerrilha. Todo mundo sob vigilância, presença de espião pago do SMI, do exército. Eu fiquei, fui levado pelo serviço da malária e fiquei hospedado no tancho do fulano, que hospedava o pessoal do serviço da malária, e ficava o veneno que eles usavam para borrifar as casas. E eu notei que havia alguma coisa lá dentro, não era à toa que o exército estava lá. O que havia era muito simples, o Maranhão é totalmente diferente do restante do Brasil. O maranhense não vive na roça, eles vivem em povoados, era uma coisa bem peculiar deles. No Mato Grosso ele ficavam espelhadas pelas roças, um ranchinho aqui, outro lá. No Maranhão eles estão todos juntos no povoado, eles criam povoados, era uma vocação urbana vamos assim dizer e São Pedro era um desses povoados. Tinham dez mil pessoas. Tudo ranchinho de pau-a-pique, adorno, adobe, sem porta, tudo tranquilo né. Mas tinha essa presença indisfarçável de gente do exército lá. Aí aquele próprio grupo que era organizado, aquele grupo de anciões, de velhos, que administrava essa ideia de comunidade, foi o único lugar no Brasil que eu descobri a comunidade que o Antônio Cândido falou em um grupo que podia ser, Maria Isaura, grupos que podiam ser. Mas comunidade mesmo no sentido tradicional e pré-moderno e tal, tava lá, no Maranhão. Aí um grupo de pessoas, os velhos, vieram falar comigo: "olha, tem um sujeito aí que você tem que falar com ele, ele é a pessoa certa para lhe dar todos esses dados que você está

querendo”. Falei, “quem é ele?” “ele é o único que não mora aqui no povoado. Ele não mora no povoado mas a gente vai avisar-lo que você vai lá conversar com ele, fazer entrevista com ele”. “Tá bom, estou interessado, se vocês estão recomendando que eu faça”. E vai e me avisam: “olha você pega esse caminho aí no meio da mata, você anda uma meia hora, tem um ranchinho, é lá. Ele vai estar de esperando”. Eu levava gravador, levava tudo. Só que por prudência o Paulo Sérgio Pinheiro, sabendo que ia fazer pesquisa na Amazônia, falou é “melhor você levar uma credencial de jornalista, porque se der alguma zebra você diz que é jornalista”. E me convidou para ser colaborador da revista Istoé, ele trabalhava na Istoé. E me conseguiu uma credencial da Istoé. Eu cheguei a escrever vários artigos pra Istoé, inclusive sobre a Amazônia, que tinha que dá credibilidade a credencial. Aí eu fui, fui lá atrás do fulano. Chego lá, o fulano morava sozinho, no rancho, no meio do mato e eu cheguei e disse pra ele “olha eu estou fazendo uma pesquisa na Amazônia, sobre o desenvolvimento da Amazônia”. Não que eu estava fazendo pesquisa sobre conflitos sociais, né. “Posso usar o gravador?” “Sim, pode”. Botei, liguei o gravador e antes de eu fazer qualquer pergunta ele já começou a dar as respostas. Aí que pensei aí tem alguma coisa não prevista. E ele não falava pra mim, ele falava para o gravador. Ele se encostou em uma mesinha rústica que ele tinha, ele fazia assim e ele falava com o gravador “pá, pá, pá, pá, pá, pá”. Aí eu fui percebendo que ele estava fazendo um relatório sobre o povoado e dando a ficha de todo mundo, como uma diferença, ele sabia o nome e sobrenome de cada um. Na roça o pessoal não sabe, nessa área em que eu estava trabalhando e na orça em geral o pessoal não sabe nome e sobrenome. Em geral sabe o apelido, João da Maria, coisas desse tipo. Falou, falou, falou, falou e já entendi o que ele tava fazendo. Aí eu faço uma pergunta. Quando eu fiz a pergunta ele ficou branco. “Epa! Quem é você?” “Eu sou um jornalista”. Mostrei a credencial. “Estou fazendo uma matéria sobre o desenvolvimento econômico na Amazônia, esse bum desenvolvimentista... pá, pá, pá”. Ele ficou meio assim... ele parou e eu tava... à medida que eu ia viajando eu ia acumulando fitas com a gravação de entrevistas que você pode imaginar o que né... Quando eu me dei conta que a coisa poderia complicar por sorte começa um temporal, o tempo fechando, vai cair um temporal. Aí eu disse pra ele “olha, muito obrigado o que você disse já suficiente pra mim fazer a matéria, vai começar a chover eu tenho que voltar”. Enfiei tudo... eu usava uma sacola

revestida de borracha por dentro por causa da humidade essas coisas, era o meu escritório, pá, joguei tudo dentro, de qualquer jeito, fechei e saí. Até logo e não dei tempo para ele me bloquear e saí pelo meio do mato. E a chuva caindo, uma senhora chuva, chuva amazônica. Aí fui para no povoadinho, lá no ranchinho onde eu tava hospedado. Quando era no dia seguinte, eu dormia numa rede, carregava minha rede. Alguém balança minha rede, eu olho, é ele em cima olhando pra mim. “Preciso falar com você”. Melo tudo né, me levou lá pro fundo, na beira do mato. “Olha, eu cometi um engano e eu não podia ter dito o que disse pra você” e rodeando eu pensei ele vai querer a fita aí eu falei pra ele “olha, nem se preocupe porque a matérias que eu vou publicar não vai ter nomes de pessoas porque é muita gente com quem eu conversei, E o que você me disse eu já sabia, sabia toda essa história, o que interessava pra minha matéria eu já sabia. Você pode ficar tranquilo”. Ah, não sei o que... ele não sabia exatamente quem eu era. Bom, saiu. Ele saiu, vem os anciões da aldeia pra falar comigo. “Que foi que ele te disse?”. Aí eu já tinha sacado que foi gente daquele povoado que atacou uma fazenda de americanos no sul do Pará e mataram quase toda família do Davis que era um cara que tinha lutado na guerra da Coréia só que era um negócio complicado. Provavelmente gente daquela aldeia que tinha participado disso e em parte o fulano estava lá, na verdade o cara era do SNI para investigar isso e na entrevista ele me deu o relatório que ele tinha que mandar para Brasília, porque eles disseram pra ele “olha, chegou um cara aí de Brasília que quer falar com você”. Só que não sabia que eu era o um cara de Brasília (risos). Entendeu? A embrulhada que esse pessoal armou, né. Pra ter a informação que eles precisavam pra se defender do fulano, “porque que esse sujeito está nos espionando aqui?” Ai eu disse “tudo bem oh, ele sabe isso, isso e isso de vocês, ele sabe nome sobrenome, quem é parente de quem, tudo ele sabe”. [37:46] Depois eu descobri que o dono do bordel também era do SNI, o dono do bordel. Eu quis falar com ele e ele não quis falar comigo. Aí tá, falei “olha, o seguinte eu não posso mais ficar aqui no povoado, tenho que ir embora imediatamente. Só que o povoado ficava a 10 km da estrada onde eventualmente podia passa uma condução, uma estrada de terra que ia de Marabá a Imperatriz. E eu tinha que atravessar toda a mata pra chegar, 10 km na mata. Aí eu falei, eu “preciso sair daqui imediatamente como é que eu faço?”. “Tá bom nós vamos tirar você já”. A comunidade, eles eram tão organizados que eles tinham uma

camionete comunitária, até barco comunitário, essas coisas. Me puseram imediatamente em cima e me levaram pra estrada pelo meio da mata, tinha que desviar de tronco caído, aquela coisa. Aí eu chego lá, fico na beira da estrada, tinha nada, não tinha ninguém, não tinha um rancho, não tinha nada. Falei agora eu fico aqui sozinho na beira da estrada até passar um caminhão, algumas coisas. “O cara vem atrás, ele vem aí se de fato tiver afim né de pegar o material”. “Não nós vamos tá de olho nele e se ele sai de lá vem gente atrás dele na cola dele”. Aí eu fiquei até passar, passou um ônibus velho que ia para Imperatriz, peguei e fui embora. Então, essa grande pesquisa no Amazônia teve a sua própria aventura, a gente não pensa muito as vezes a pesquisa como uma grande aventura sociológica. Ele teve sua própria aventura, ela própria é uma história, né? Que não contei, eu não contei a história da pesquisa, o que eu acho que era uma coisa que valeria a pensa contar. Por outro lado, no plano didático, eu fui auxiliar da Maria Alice Foracchi [39:56]. Foi uma grande professora de sociologia. Ela dava Introdução a Sociologia, foi uma excelente professora, eu tinha sido aluno dela e quando precisou reorganizar as atividades didáticas do Departamento, quando se criou o Departamento de Ciências Sociais, que fundiu as cadeiras, que desapareceram, a Maria Alice tinha que deixar o curso de Introdução a Sociologia então ela propôs que eu aceitasse, que eu assumisse esse curso. Eu assumi fiz algumas inovações junto com ela, introduzi a discussão de alguns autores como Goffman [40:36], Peter Bergmann, Luckmann, essa gente, fenomenologistas em geral. Que nós não tínhamos, acho que nós... não estava claro na orientação anterior. E a gente ampliou mesmo, diversificou, a ideia ao aluno uma visão mais rica da sociologia, do que ela faz, do que ela pode fazer. E trabalhei uns bons anos como professor, tinha um grupo de auxiliares que eram turmas enormes, eu dei aula pra 500 alunos né, sala de 500 alunos. Mas aí eu resolvi que tinha chegado a hora de deixar esse curso e fazer uma proposta que eu vinha querendo fazer faz tempo que foi o curso de Sociologia da Vida Cotidiana que foi de fato uma inovação. A sociedade...a questão da tensão e do conflito que sempre me interessou se propõe sociologicamente no marco do reprodutivo. Isso é a ideia de contradição, não é ... as coisas não são lineares. A sociologia que se faz aqui na USP é a negão do linear, ela não... ela é dialética nesse sentido ainda que em diferentes orientações. E a linearidade é uma tentação muito grande, uma simplificação enorme,

mas é preciso investigar os processos sociais que mostrem que a perspectiva... que essa perspectiva é no fundo ideológica, você tem outras coisas acontecendo. Mas eu nem só estava interessado no conflito, mas também na cotidianidade do conflito. A pesquisa na Amazônia chamou minha atenção pra isso. O conflito não é o grande conflito estrutural, embora seja ele também. Existe as miudezas, existe as miudezas do conflito e essas miudezas aparecem na vida cotidiana [42:34]. Então mesmo quem absolutamente indiferente a qualquer possibilidade de mudança sem saber muitas vezes está agindo no marco de uma transformação social. Por outro lado era evidente que a sociedade tem mecanismos cotidianos de regeneração, a sociedade não gosta de mudar, essa é uma ilusão. Ele prefere... é muito mais confortável você manter as coisas como estão do que enfrentar a necessidade de reinventá-la. Então isso é interessante porque ajuda a motivar o aluno, a dialogar com os alunos, especialmente alunos como os nossos que são, digamos, expressão da crise de geração onde há ruptura necessariamente, mas em que ao mesmo tempo eles agentes da reconstituição em um outro marco de uma sociedade que eles acham que é inócua e frequentemente é. Então foi um momento muito interessante no diálogo com os alunos. Eu trabalhava sozinho com eles e levei alunos pra rua, pra mostrar cenários e situações em que o repetitivo se impõe, o imaginário se reconstitui, pra eles aprenderem a fazer pesquisa e observarem a realidade que é uma coisa importante. E por outro lado na pós-graduação, eu não tive muito êxito na pós-graduação, porque ninguém queria estudar o mundo rural. Isso é um preconceito antigo aqui, nós fracassamos nessa área, a Maria Isaura não deixou sucessores, Antônio Cândido não deixou sucessores e eu não estou deixando sucessores, não temos mais nenhum curso nessa área. E país continua sendo um país que tem seus conflitos suas tensões mais importantes acontecendo muito mais no campo do que nas cidades, do que na fábrica etc. Que são conflitos mortais, não são conflitos em torno do direito puro e simplesmente. Entorno da vida. Então na pós-graduação eu resolvi fazer, depois de ter iniciado mesmo discutindo questão agrária, tal, transformar o curso de pós-graduação num grande seminário sobre o método dialético. Não era voltar ao seminário do “O Capital”, o que foi isso também, mas numa outra perspectiva, o seminário com os alunos. O seminário sobre “O Capital” era entre os professores. Seminário com os alunos. Então a gente lia a obra de Marx, não só “O Capital”.

Estimulado pelo fato eu já tinha me interessado pela possibilidade de rever a questão do método em Marx, não é uma questão simples, né. Dialética não o que dizem, é uma coisa realmente muito mais complicada e próprio Marx não tinha clareza sobre isso. Tanto que escreveu pouca coisa sobre método diferente de Durkheim [45:39], Weber, que tem obras substantivas sobre o método. Marx escreveu também, até alguém reuniu isso num volume, mas é tudo muito solto não tem... pra ele o método era uma questão de aplicação, tava lá o que ele fez. Então nós começamos a ler durante 12 anos eu consegui convencer os alunos a ficarem, mesmo sem crédito, quer dizer, você fez o seu primeiro ano, obteve os seus créditos, agora fique pra gente poder continuar essa obra coletiva. Então 12 anos lemos "O Capital", duas vezes, diferentes edições, fizemos confrontos, há problemas muito sérios com as traduções. Lemos a correspondência que é muito rica, muitas questões teóricas e metodológicas em Marx não estão nos livros, as principais estão nas cartas. Lemos a "Ideologia Alemã", lemos os manuscritos, enfim, a gente fez um exame muito cuidadoso, com muita anotação, muita discussão, era discussão mesmo. Seminário mesmo. Depois disso eu propus que nós lêssemos a obra do Lefebvre. O Lefebvre foi, ele foi o grande sociólogo marxiano do século XX, eu cheguei até ter correspondência com ele. Ele foi muito corajoso, porque ele rompeu com o partido comunista, quando o partido comunista se tornou um partido sectário, stalinista, aquelas coisas todas. Ele era um pesquisador, ele era um fantástico pesquisador de campo. Ele foi motorista de taxi pra poder desenvolver tudo ele fez sobre a cidade, urbano, e a revolução urbana. Então fizemos seis anos de leitura da obra de Lefebvre, cheguei a trocar correspondência com ele, quis trazê-lo ao Brasil, a mulher dele não permitiu que ele já tava com muita idade. Ela achava que ele ia pegar Malária aqui em São Paulo, que é difícil pegar Malária, aqui o mosquito morre antes né, de tanta poluição morre antes. Mas ele foi muito atencioso e a leitura do Lefebvre foi fundamental, muito do que se faz hoje aí no Departamento de Geografia se faz com o grupo que frequentou meu seminário aqui, né. Então era assim uma coisa de muita paciência, aquelas quatro horas, toda sexta-feira eu acho que era. Dezoito anos de estudos coletivos sobre o método dialético na obra de Marx e de Lefebvre. Foi...essa foi a, das grandes experiências que eu tive aqui, sem apoio de ninguém nem nada. Os alunos de sociologia mesmo, da pós-graduação, não se interessaram, não vieram. Vieram os alunos aí da

geografia, alguns da história, eventualmente alguns de outros lugares. A Zélia Cardoso de Melo foi frequentadora durante um ano, ela tava fazendo doutorado, ela veio, acompanhou, muito dedicada, foi interessante. Muitos não ficaram, mas quem ficou houve um grupo consistente que ficou aqui durante esses dezoito anos. Aí já não era mais curso, já não era pra crédito, era mesmo um projeto de estudo coletivo. “O cativo da terra” foi... eu acho que é livro mais importante que eu escrevi, né. Pelo menos é o que tem mais edições. “O cativo da terra” nasceu quando eu tô começando os trabalhos no campo, já depois de ter feito o doutorado. Porque tanto o mestrado, quanto o doutorado, foram improvisados. Não eram os trabalhos que eu iria fazer. Foram improvisados em função da cassação dos professores. E foi muito difícil optar por um trabalho que era diferente do que eu queria fazer. E eu peguei o tema do café que tava pendente ainda, eu tinha trabalhado com os outros coloniais, mas eu tinha levantado muitos materiais sobre o café, muito material mesmo. E achava que, já na linha teórica que vai predominar na minha obra eu achava que era importante ter uma visão dialética do processo de transformação do Brasil escravista, um outro país, uma outra sociedade que lavasse em conta justamente isso, o que é ruptura, o que é restauração. O processo é sempre... isso vai dá no outro livro que é “O poder do atraso”. Como o atraso se impõem frequentemente e vai tolhendo as inovações sem impedi-las. Então nós conseguimos nos transformar sempre, sempre sendo a mesma coisa, quer dizer, basicamente é uma mudança sempre cautelosa, muito... nós somos um país conservador. “O cativo da terra” dava indicações dava indicações preciosas, a pesquisa dava indicações preciosas de como aplicar o método dialético num tema que tinha provocado já o pessoal aqui do Florestan. Por exemplo: o “Capitalismo e escravidão no Brasil meridional” do Fernando Henrique Cardoso é uma obra prima da dialética. É uma obra prima, porque o método está sendo aplicado com rigor em relação a um tema que Marx não conseguiu trabalhar que é questão da transição do trabalho escravo para o trabalho livre. Até que isso não interessava pra ele, não estava no universo dele. E o lane também com a “Metamorfose de escravo” também trabalhou maravilhosamente bem. Eles foram os que melhor trabalharam essa questão do método na análise de uma sociedade de transição entre momentos radicalmente diferentes: trabalho escravo, trabalho livre. E no caso da... no meu caso do cativo da terra não era a passagem do trabalho escravo pro trabalho livre, mas

o trabalho livre se constituindo no âmbito de uma sociedade escravista e, portanto, o processo é determinado ainda pela sobrevivência da escravidão. Eu fiz aquele livro em quarenta dias. Eu fui para biblioteca municipal que eu já conhecia bem. Que tinha um monte de publicações de viajantes de gente que andou pelas fazendas de café na época de transição [52:38], tinha feito um grande levantamento de arquivos do estado, do arquivo estadual, né. Que tinha coisas preciosas sobre esse momento. Eu escrevi meu primeiro livro adolescente, então eu tinha uma familiaridade muito grande com arquivos históricos, tenho, tenho ainda. E isso me ajudou muito, eu sabia onde ir buscar. Eu sabia o “endereço” dos documentos. E o cativo da terra expressa isso: que a tese central é que aquilo que vinha sendo chamado de modo de produção camponês, modo de produção escravista, não era modo de produção, o próprio capital vai reconstituindo essas maneiras, esses modos de produzir que são complicados. Marx, a questão do modo de produção não está posta como aparece no debate latino americano sobre modos de produção. Houve um viés estruturalista, althusseriano. Althusser não conhecia a obra de Marx, vamos assim falar muito francamente, ele leu superficialmente a obra de Marx. A obra de Marx é muito mais complicada do que o formalismo que ele...o volume I, ele leu o volume I. Aliás, é preciso dizer em defesa dele que Marx também não leu “O capital” inteiro, porque ele só escreveu o primeiro (risos). E escreveu duas versões diferentes, a versão francesa e versão alemã. São diferentes. O resto foi inventado, né, a partir de suposições etc. Bem inventado (risos), mas foi inventado. De modo que eu vi no México uma coisa sensacional: todo o grupo dos latinos americanos que debateu modo de produção, tem dúzias de livros sobre modos de produção na América Latina, todos formalizando e tal organizou um grande seminário na Universidade Nacional Autônoma do México que se organizou por Conava [54:51] que eu fui convidado e foi o Fernando Henrique que insistiu no convite, ele era um dos organizadores, e ele mesmo apresentou o “Capitalismo e escravidão no Brasil meridional” lá que não era um livro, já tava publicado, mas não era conhecido. E eu me lembro que estava na mesa, já velhinho, Pierre Vilar, historiador francês marxista, era comunista. À medida que Fernando Henrique foi expondo a tese dele o queixo do Vilar foi caindo, porque ele não era capaz de entender que na América Latina fosse possível alguém fazer um trabalho muito mais denso do que por exemplo os althusserianos estavam fazendo. Ele dizia, ele interrompe dizendo: “Isso

tem que ser publicado, isso tem que ser publicado!” E o Fernando Henrique diz “professor já está publicado”, mas numa língua que ninguém lê, né. Nunca foi traduzido pra outra língua, só em português. E foi bom ter participado desse seminário, porque deu pra ver que esse pessoal todo do debate tinha um número excessivo de certezas sobre a ideia de modo de produção. Certeza, certezas, que Marx não tinha. Marx não tinha nenhuma certeza sobre a categoria modo de produção, a questão do método para ele era outra. Foi interessante. “O cativo da terra” nasce então nesse contexto, foi a minha resposta solitária a um debate que foi travado em espanhol e, portanto, o que sai em português não repercute. Essa é a saga.

Produção intelectual de José de Souza Martins

a. Livros

(Des)figurações: a vida cotidiana no imaginário onírico da metrópole – 1996

A aparição do demônio na fábrica: origens sociais do eu dividido no subúrbio operário – 2008

A chegada do estranho -1993

A imigração e a crise do Brasil agrário – 1973

A militarização da Questão Agrária no Brasil – 1984

A morte e os mortos na sociedade brasileira -1983

A política do Brasil lúmpen e místico – 2011

A Reforma Agrária e os limites da democracia na Nova República – 1986

A sociabilidade do homem simples – 2010

A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais – 2012

A sociologia como aventura: memórias – 2013

A temática do homem simples no desenvolvimento das ciências humanas na faculdade de filosofia da USP – 2017

Caminhada no chão da noite – 1989

Capitalismo e tradicionalismo – 1975

Desavessos: crônicas de curtas palavras – 2014

Diário de uma terra lontana – 2015

Do PT das lutas sociais ao PT do poder – 2016

Empresário e empresa na biografia do Conde Matarazzo – 1967

Exclusão social e a nova desigualdade – 2009

Expropriação e violência – 1980

Florestan - sociologia e consciência social no Brasil – 1998

Fronteira - a degradação do outro nos confins do humano – 2009

Henri Lefebvre e o retorno à dialética – 1996

l'infanzia negata – 1991

Introdução crítica à sociologia rural – 1981

Linchamentos - a justiça popular no Brasil – 2015

Moleque de fábrica: uma arqueologia da memória social – 2018

Não há terra para plantar neste verão – 1986

Non c'è terra da coltivare quest'estate – 1988

O cativo da terra – 2010

O coração da pauliceia ainda bate – 2017

O imaginário e o poético nas ciências sociais – 2005

O imaginário na imigração italiana - 2003

O massacre dos inocentes – 1991

O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta -1994

O sujeito oculto: ordem e transgressão na Reforma Agrária – 2003

Os camponeses e a política no Brasil - 1981.

Reforma Agrária: o impossível diálogo – 2004

Retratos do silêncio – 2008

Sobre o modo capitalista de pensar – 1978

Sociologia da fotografia e da imagem – 2008

Sociologia e sociedade – 2012

Subúrbio: vida cotidiana e história no subúrbio de São Paulo – 1992

Tempo da vida e tempo da história no mundo camponês – 1992

Travessias - a vivência da Reforma Agrária nos assentamentos – 2009

Uma sociologia da vida cotidiana – 2014

Vergonha e decoro na vida cotidiana da metrópole - 1999

b. Contribuições em obras coletivas

A ação pastoral das Igrejas e o retrocesso na Reforma Agrária. In: José de Souza Martins; Cláudio Perani. Sonhos e Desejos dos Lavradores – 1992

A chegada do estranho: Notas e reflexões sobre o impacto dos grandes projetos econômicos nas populações indígenas e camponesas na Amazônia. In: Jean Hébette. O cerco está se fechando – 1991

A diferença contra a desigualdade: as identidades sociais dinâmicas. In: Josefa Salette Barbosa Cavalcanti; Silke Weber; Tom Dwyer. Desigualdade, diferença e reconhecimento – 2009

A dupla linguagem na cultura caipira. In: José Machado Pais; Joaquim Pais de Brito; Mário Vieira de Carvalho. Sonoridades luso-afro-brasileiras – 2004

A escravidão nos dias de hoje e as ciladas da interpretação. In: VV. AA. Trabalho Escravo no Brasil Contemporâneo – 1999

A expansão da empresa capitalista na Amazônia e a conversão do índio em sujeito político. In: AA. VV. Identidad y Transformación de las Américas – 1988

A fotografia e a vida cotidiana: ocultações e revelações. In: José Machado Pais; Clara Carvalho; Neusa Mendes de Gusmão. O visual e o cotidiano – 2008

A Igreja face à política agrária do Estado. In: Vanilda Paiva. Igreja e Questão Agrária – 1985

A justiça popular e os linchamentos no Brasil. In: Isaura de Mello Castanho e Oliveira; Graziela Acquaviva Pavez; Flávia Schilling. Reflexões sobre Justiça e Violência – 2002

A modernidade do 'passado' no meio rural. In: Antônio Márcio Buainain; Eliseu Alves; José Maria da Silveira; Zander Navarro. O mundo rural no Brasil do século – 2014

A Peleja da Vida Cotidiana em Nosso Imaginário Onírico. In: José de Souza Martins. (Des)figurações: a vida cotidiana no imaginário onírico da metrópole – 1996

A valorização da escola e do trabalho no meio rural. In: Jorge, V; Juan, D. B. Educação rural no terceiro mundo – 1981

A vida privada nas áreas de expansão da sociedade brasileira. In: Fernando A. Novais; Lilian Moritz Schwarcz. História da Vida Privada no Brasil – 2004

Álibis e disfarces da descrença - A religiosidade intersticial no Brasil contemporâneo. In: Iuri Andréas Reblin; Rudolf von Sinner. Religião e sociedade: desafios contemporâneos – 2012

Anotações do meu caderno de campo sobre a cultura funerária no Brasil. In: Marcos Fleury de Oliveira e Marcos H. P. Callia. Reflexões sobre a morte no Brasil – 2005

Antonio Candido e a sociologia em São Paulo. In: Flavio Aguiar. Antonio Candido - Pensamento e Militância – 1999

As cartas de Marx. In: Walnice Nogueira Galvão; Nádia Battella Gotlib. Prezado senhor, prezada senhora - estudos sobre cartas – 2000

As Temporalidades da História na Dialética de Lefebvre. In: José de Souza Martins. Henri Lefebvre e o retorno à dialética – 1996

Between blind justice and sceptical justice: Lynching in Brazil. In: Sir Roy Calne; William O'Reilly. Scepticism: hero and villain – 2012

Brasil: muita terra sem gente, muita gente sem-terra. In: Frei Beto et al. Desemprego, Causas e Consequências – 1984

Changes in the relationship between society and the State, and the trend toward anomie in social movements and in popular organizations. In: VV. AA. Brazil: Dilemmas and Challenges – 2002

Cidadania, movimentos sociais e entidades de mediação. In: AA. VV. Discutindo a Assessoria Popular – II – 1992

Clientelism and Corruption in Contemporary Brazil. In: W. Little; E. Posada-Carbó. Political corruption in Europe and Latin America – 1996

Comentário sobre a insurreição zapatista em Chiapas. In: Alejandro Buenrostro y Arellano; Ariowaldo Umbelino de Oliveira. Chiapas: Construindo a Esperança – 2002

Del esclavo al asalariado en las haciendas de café, 1880-1914. La génesis del trabajador volante. In: Nicolás Sánchez-Albornoz. Poblacion y mano de obra en América Latina – 1985

Desafios da esquerda, reflexões e questionamentos. In: Francisco Inácio de Almeida. O que é ser esquerda hoje? – 2013

Dilemmas of subordinate classes in the age of reason. In: AA. VV. Theory and practice of liberation at the end of the xxth century – 1988

Educação e cultura nas lutas do campo: Reflexões sobre uma pedagogia do conflito. In: AA. VV. Sociedade Civil e Educação – 1992

El vuelo de las golondrinas: migraciones temporarias en Brasil. In: Vv. Av. Se fue a volver – 1986

Entrevista: In: Élide Rugai Bastos; Fernando Abrucio; Maria Rita Loureiro; José Márcio Rego. Conversas com sociólogos brasileiros – 2006

Espanhóis na formação e simbolização da identidade brasileira. In: AA. VV. Brasil e Espanha - diálogos culturais – 2006

Família e aldeia na utopia do imigrante italiano. In: Zélio Alves Pinto. História e personagens – 2002

Fighting for land: Indians and 'posseiros' in Legal Amazonia". In: Françoise, B. Land, people and planning in centemporary Amazonia – 1980

La inmigración española en Brasil y la formación de la fuerza de trabajo en la economía cafetalera, 1880-1930. In: Nicolás Sánchez-Albornoz. Espanoles hacia america -la emigracion en masa, 1880-1930 – 1988

L'anima buona dei diversi. In: Tavolo Interculturale Torre Angela. Nelle nostre radici... Le nostre ali, edizioni gruppo abele, Torino, 2012, p. 56-60. 1ed.Torino, Itália: Edizioni Gruppo Abele – 2012

Liberazione nella terra degli afflitti - Chiesa e questione agraria in Brasile. In: Gabriele Colleoni. LIBERAZIONE NELLA TERRA DEGLI AFFLITTI – 1988

Looking for a shared identity. In: Ricky Burdett; Deyan Sudjic. Living in the endless city – 2011

Los campesinos y la politica en el Brasil. In: Pablo González Casanova. História política de los campesinos latino americanos – 1985

Lynchings - Life by a thread: street justice in Brazil. In: Martha K. Huggins. Vigilantism and the state in modern Latin America – 1991

Mestre Vitalino, popular art in the conformist imagery. In: Tania Tribe. Heroes and Artists - Popular Art and the Brazilian Imagination – 2001

Migrações internas no mundo contemporâneo. In: Raymundo Damasceno Assis. Convivendo com o Diferente – 1999

Migrações temporárias: problema para quem? In: AA. VV. Migrantes Temporários, Peregrinos da Resistência – 1991

O branco da consciência negra. In: Peter Fry et al. Divisões perigosas: Políticas raciais no Brasil contemporâneo – 2007

O brasileiro da travessia. In: Cristovam Buarque; Francisco Almeida; Zander Navarro. Brasil, Brasileiros. Por que Somos Assim? – 2017

O decoro nos ritos de interação na área metropolitana de São Paulo. In: José de Souza Martins. Vergonha e Decoro na Vida Cotidiana da Metrópole – 1999

O migrante brasileiro na São Paulo estrangeira. In: Paula Porta. História da cidade de São Paulo – 2004

O nascimento da vida cotidiana paulistana. In: Rubens Rodrigues Fernandes. Aurélio Becherini, Cosas Naify – 2009

O poder de decidir no desenvolvimento da Amazônia - Conflitos de interesse entre planejadores e suas vítimas. In: Gerd Kohlhepp; Achim Schrader. Hombre y naturaleza en la Amazonia – 1987

O problema das migrações no limiar do terceiro milênio. In: Serviço Pastoral dos Migrantes. O Fenômeno Migratório no Limiar do Terceiro Milênio – 1998

O Significado da Criação da Comissão Pastoral da Terra na História Social e Contemporânea do Brasil. In: Secretariado Nacional da CPT. A luta pela terra - a Comissão Pastoral da Terra 20 anos depois – 1997

O sujeito da Reforma Agrária: Estudo comparativo de cinco assentamentos. In: José de Souza Martins. Travessias: A vivência da Reforma Agrária em assentamentos – 2003

Os clubes de leitura no tempo de dantes. In: Antonio Clmentin. Literatura nos Clubes Paulistas - 2016

Os trabalhadores do campo em busca de uma alternativa. In: Marias M; Lenz, S.J. A Igreja e a Propriedade da Terra no Brasil – 1980

Paulo Bomfim, a poesia da busca e do encontro. In: Di Bonetti. Paulo Bomfim, portarretratos - 2016

Que raça de povo é esta?. In: Aziz Ab'Sáber. Leituras indispensáveis – 2010

Regimar e Seus Amigos - A Criança na Luta pela Terra e pela Vida. In: José de Souza Martins. O massacre dos inocentes – 1993

Regimar e seus amigos - A criança na luta pela terra e pela vida. In: José de Souza Martins. O Massacre dos Inocentes: A criança sem infância no Brasil – 1991

Regimar ed i suoi amici - I bambini nella lotta per la terra e per la vita. In: José de Souza Martins. L'infanzia negata – 1991

Relevâncias da história fragmentária: reflexões sobre uma trilogia. In: Dalila Teles Veras e Luzia Maninha Teles Veras. Alpharrabio 12 anos: Uma história em curso – 2004

Representing the peasantry? Struggles for/about land in Brazil. In: Tom Brass. Latin American peasants – 2003

Roberto Simonsen, a inteligência na industrialização brasileira. In: Zélio Alves Pinto. História e personagens – 2002

San Pablo: metrópolis de la modernidad vacilante. In: Ana Rosas Mantecón; Fraya Frehse. São Paulo y la ciudad de México: trayectorias de investigación en dialogo – 2016

Sebastião Salgado: A epifania dos pobres da terra. In: Lorenzo Mammi e Lilia Mortiz Schwarcz. Oito vezes fotografia – 2008

Sociedade Brasileira. In: Jaime Pinsky. O Brasil no Contexto, 1987-2017 – 2017

The alliance between capital and property In Brazil: The trend to backwardness. In: Maria D'Alva Kinzo; Victor Bulmer-Thomas. Growth and development in Brazil: cardoso's real challenge – 1995

The hesitations of the modern and the contradictions of modernity in Brazil. In: Vivian Schelling. Through the Kaleidoscope: The Experience of Modernity in Latin America – 2000

The Political Impasses of Rural Social Movements in Amazonia. In: David Goodman; Anthony Hall. The future of Amazonia: destruction or sustainable development? – 1990

The State and the militarization of the agrarian question in Brazil. In: Marianne, S; Charles, H. W. Frontier expansion in Amazonia – 1984

Um olhar entre a luz e a sombra. In: Luciano Figueiredo. Imagens de uma nação – 2009

Viagem crítica pelo interior da imigração. In: Zélio Alves Pinto. História e Personagens – 2002

Visão do sociólogo: heranças e pendências de uma sociedade em estado de anomia. In: Luiz Carlos Bresser-Pereira. Doença holandesa e indústria - 2010

c. Artigos completos de periódicos

3º Centenário da Capela de São Caetano – 2017

A Aparição do Demônio Na Fábrica, No Meio da Produção – 1994

A dialética do corpo no imaginário popular – 1999

A escravidão na sociedade contemporânea - A reprodução ampliada anômala do capital e a degradação das relações de trabalho – 2001

A ferrovia e a modernidade em São Paulo: a gestação do ser dividido – 2004

A imagem incomum: a fotografia dos atos de fé no Brasil – 2002

A Metáfora do Olhar Em Janela Indiscreta, de Alfred Hitchcock – 1996

A Morte de Florestan e A Morte da Memória – 1996

A Nova Cultura dos Pobres do Campo – 1987

A Questão Agrária Nos Dilemas da Governabilidade – 1995

A Reforma Agrária bifocal – 2009

A Reforma Agrária no segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso – 2003

A reprodução do capital na frente pioneira e o renascimento da escravidão no Brasil – 1995

A sociabilidade do ausente – 2018

A Sujeição da Renda da Terra Ao Capital e O Novo Sentido da Luta Pela Reforma Agraria – 1980

A Valorização da Escola e do Trabalho No Meio Rural – 1972

A viagem do vapor 'Europa' ao Atlântico Sul, em julho de 1877 – 1995

Adoção de Práticas Agrícolas e Tensões Sociais – 1972

Adolfo Coelho: Os embates da língua e da linguagem – 2015

Antonio Candido e a sociologia em São Paulo – 1998

Apontamentos Sobre Vida Cotidiana e História – 1996

As Condições do Estudo Sociológico dos Linchamentos No Brasil – 1995

As mudanças nas relações entre a sociedade e o Estado e a tendência à anomia nos movimentos sociais e nas organizações populares – 2000

As Relações de Classe e A Produção Ideológica da Noção de Trabalho – 1978

Cartas do purgatório dos pobres - O imaginário da imigração italiana em São Paulo, no século XIX – 1999

Celeste porvir: uma resenha em forma de carta – 2008

Cultura e educação na roça, encontros e desencontros – 2005

Democracia e Participação No Brasil: Os Dilemas dos Trabalhadores Rurais – 1987

Desencontros Políticos da Igreja Católica No Campo – 1989

El Cafe Y La Genesis de La Industrializacion En Sao Paulo – 1977

Empresários e Trabalhadores de Origem Italiana No Desenvolvimento Industrial Brasileiro Entre 1880-1914 -1981

Estudo Antropométrico de Crianças Brasileiras de Zero A Doze Anos de Idade – 1971

Florestan Fernandes: Ciência e Política, Uma Só Vocação – 1996

Frente Pioneira - Contribuição Par Uma Caracterização Sociológica – 1971

Ianni, a poesia na sociologia - 2004

Impasses Políticos dos Movimentos Sociais Na Amazônia – 1989

Interrogando o historicamente ilógico: Por uma agenda para a pesquisa e o estudo da história regional do ABC - 2004

Les temporalités de l'histoire dans la dialectique de Lefebvre – 2003

Levels and Variations In Fertility In Sao Paulo – 1968

Linchamentos - A Vida Por Um Fio – 1989

Migrações Temporárias - Problema Para Quem? – 1988

Modernização Agrária e Industrialização No Brasil – 1969

O artesanato intelectual na sociologia – 2013

O Estudo da Fertilidade Humana No Distrito de São Paulo: Notas e Informações Sobre O Transbordamento Temático e O Descompasso Teórico – 1979

O futuro da sociologia rural e sua contribuição para a qualidade de vida rural – 2000

O Professor Florestan Fernandes e Nós – 1995

O que permanece da crítica socialista ao capitalismo – 1998

O Saci-Pererê, Ente Mítico Liminar da Cultura Caipira – 1997

O senso comum e a vida cotidiana – 1998

O Tempo da Fronteira: Retorno À Controvérsia Sobre O Tempo Histórico da Frente de Expansão e da Frente Pioneira -1996

Odores, ruídos e cores nos códigos da vida cotidiana do subúrbio de São Paulo, Brasil – 2003

Os Novos Sujeitos das Lutas Sociais, dos Direitos e da Política No Brasil Rural - 1984
Penúltimas palavras – 2014

Por uma pedagogia dos inocentes – 2001

Pour une pédagogie des innocents: Quelle école pour les enfants des 'travailleurs mobiles' – 2002

Reforma Agrária, o impossível diálogo sobre a História possível – 2000

Representing the peasantry? Struggles for/about land in Brazil – 2002

Retratos de Florestan – 1995

Ruídos, cheiros e cores em São Caetano dos anos quarenta e cinquenta – 2001

Securité nationale et insécurité du travail: les migrants au Carrefour – 2009

Segurança nacional e insegurança trabalhista: Os migrantes na encruzilhada – 2004

Tio Patinhas No Centro do Universo – 1975

Um documento falso sobre a conquista do território dos Índios Goitacá no século XVII – 1996

Vida e história na sociologia de Florestan Fernandes: reflexões sobre o método da história de vida – 1996

Viola Quebrada – 1974

Índice remissivo

A

abertura política, 28, 118, 164, 166, 171, 204, 205
agrarismo, 34, 35, 216
Amazônia, 96, 97, 114, 117, 136, 137, 141, 145,
147, 148, 149, 150, 153, 205, 206, 209, 215,
238, 241, 244
assalariados, 96, 111, 118, 120, 121, 122, 129, 189

B

burguesia, 101, 169, 171, 204

C

campesinato, 25, 30, 100, 104, 115, 118, 147
camponês, 25, 30, 95, 99, 104, 113, 118, 120, 125,
143, 147, 149, 156, 157, 237
camponeses, 25, 29, 30, 35, 95, 96, 99, 100, 104,
117, 118, 119, 120, 125, 136, 141, 142, 145,
146, 149, 151, 155, 157, 203, 213, 237
capitalismo, 24, 25, 26, 97, 101, 103, 104, 106, 108,
110, 127, 131, 132, 133, 140, 145, 149, 150,
155, 156, 157, 161, 202, 206, 245
Comunidades Eclesiais de Base, 15, 123, 124, 125
concentração fundiária, 96, 106, 107, 112, 114, 131,
155, 161, 188, 202
conflitualidade, 51, 210
CPT, 15, 28, 29, 42, 167, 168, 175, 186, 187, 188,
189, 190, 202, 204, 208, 241
cultura política, 34, 40, 41, 101

D

degradação do humano, 145, 160, 206
desenvolvimento desigual, 23, 33, 102, 103, 145,
206
dialética, 23, 24, 39, 106, 140, 212, 237, 239, 243
dialética marxiana, 23
dignidade da pessoa humana, 97, 157, 161

Ditadura Militar, 28, 100, 115, 118, 127, 132, 145,
162, 163, 164, 171, 204, 205

E

Escola Sociológica de São Paulo, 23, 24
escravidão, 24, 33, 96, 104, 141, 145, 153, 154,
155, 158, 159, 160, 205, 206, 211, 238, 243
escravidão contemporânea, 33, 153, 155, 158
escravidão por dívida, 141, 153, 158, 160
esquerda leninista, 28, 35, 92, 95, 168, 187, 204
Estatuto da Terra, 113, 126, 165
expansão capitalista, 28, 140, 147, 153, 157, 161,
203
exploração, 33, 96, 97, 99, 106, 107, 108, 109, 125,
132, 135, 147, 151, 154, 155, 156, 157, 158,
159, 160, 169, 204, 205, 206
expropriação, 33, 106, 107, 108, 111, 115, 121,
127, 151, 205
expropriados, 96, 108

F

frente de expansão, 135, 137, 138, 139, 140, 141,
142, 143, 213
frente pioneira, 135, 137, 138, 139, 141, 142, 143,
154, 211, 213, 243
frentes de expansão, 139, 140, 145
fronteira, 24, 28, 33, 135, 136, 137, 138, 139, 140,
141, 142, 145, 148, 153, 154, 155, 156, 157,
160, 205, 206, 213, 214, 215
Fronteira, 23, 103, 135, 145, 153, 212, 237, 245

H

história da práxis, 26

I

Igreja Católica, 28, 29, 33, 95, 100, 129, 130, 131,
132, 204, 214, 244

indígenas, 95, 96, 97, 99, 135, 136, 137, 139, 142,
143, 145, 151, 153, 238

Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 23

L

latifúndio, 95, 99, 132, 162, 170, 204

ligas camponesas, 100

lugar da alteridade, 136

luta de classes, 125, 149, 168, 175

luta pela terra, 27, 30, 33, 35, 42, 97, 122, 157, 167,
168, 169, 205, 241

lutas camponesas, 100, 101, 103, 119, 150, 167

M

marxismo, 35, 64, 101, 111, 124, 131, 132, 167,
187, 203, 204

mediadores rurais, 27, 28, 171, 174, 188

método dialético, 24

modernização da agricultura, 107, 123

modernização do campo, 107

movimentos sociais, 28, 29, 30, 34, 35, 95, 96, 101,
118, 119, 130, 132, 163, 168, 169, 175, 187,
189, 212, 214, 239, 243

MST, 16, 28, 29, 30, 64, 168, 171, 186, 187, 188,
189, 190, 202, 208, 210, 214

mundo rural, 22, 25, 26, 27, 34, 35, 42, 79, 103,
111, 149, 167, 186, 216, 238

N

Nova República, 126, 162, 163, 165, 171, 172, 211,
236

P

pacto político, 33, 116, 118, 164, 171

partidos políticos, 99, 111, 162, 166, 175

PCB, 16, 95, 99, 100, 132, 203

pensamento social, 27, 34, 36, 37, 38, 39, 40, 41,
217

Pensamento Social Brasileiro, 16, 33, 34, 39, 40,
41, 42, 217

peonagem, 141, 147, 153, 154, 155, 157, 158, 159,
160

pequena acumulação de capital, 158

pobre, 124, 125, 127, 133, 218

pobreza, 96, 124, 127, 132, 133, 167, 170, 187,
212, 219, 236

política agrária, 116, 128, 148, 238

populista, 103

posseiros, 102, 107, 110, 111, 112, 118, 120, 121,
122, 135, 172, 188, 189, 240

proletariado, 25, 101, 204

propriedade da terra, 96, 109, 111, 115, 119, 131,
188

propriedade familiar, 97, 99

PT, 16, 29, 30, 101, 164, 170, 172, 212, 217, 236

Q

questão agrária, 27, 28, 29, 31, 33, 34, 101, 111,
155, 164, 188, 194, 202, 204, 208, 211, 236, 238

Questão Agrária, 29, 31, 42, 46, 79, 95, 96, 97, 99,
104, 106, 109, 113, 114, 115, 116, 117, 118,
126, 128, 131, 162, 163, 165, 166, 168, 172,
186, 187, 191, 202, 243

questão social, 39, 52, 131, 203

R

reforma agrária, 27, 28, 30, 35, 112, 116, 126, 160,
162, 163, 166, 168, 170, 171, 186, 187, 188,
202, 204, 205, 208, 209, 210, 236, 237, 238,
241, 243

Reforma Agrária, 15, 29, 30, 42, 79, 91, 97, 99, 100,
106, 109, 110, 111, 112, 113, 115, 116, 117,
119, 126, 132, 162, 163, 164, 165, 166, 168,
170, 171, 172, 173, 174, 175, 186, 187, 188,
189, 190, 211, 213

Regime Militar, 113, 126, 147, 150, 166

renda da terra, 33, 109, 119, 148

rentismo, 25

reprodução ampliada do capital, 25, 131, 141, 156

revolução, 101, 119, 163, 204

S

sem-terra, 122, 172, 187, 189
singularidade, 25, 149
sociedade colonial, 25
sociologia da imagem, 27
sociologia do estranho, 149, 216
sociologia militante, 96, 187
sociologia rural, 22, 25, 40, 42, 110, 202, 208, 212,
237, 244

T

tempo histórico, 135, 142, 143, 186, 213
Teologia da Libertação, 64, 95, 96, 181, 186
teoria das representações sociais, 37
terceira escravidão, 153, 155
terra de exploração, 97, 98
terra de negócio, 33, 97, 98, 204, 205
terra de trabalho, 33, 97, 98, 99, 157, 168, 203, 205
tributo da terra, 25